



EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021

01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Unidade Gestora "Prefeitura Municipal", comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 115/2021, na Modalidade Pregão Presencial, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** sob regime de prestação de serviços mensal, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Leis Complementares nº 123/ 2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 2577/2009 e Decreto Municipal nº 3.245/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O credenciamento, a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02 contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro Oficial, designado pela portaria nº 816/2011, e equipe de apoio no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste - SC, CEP 89610-000, até às **09:00 horas do dia 29 de dezembro de 2021**, iniciando-se a Sessão Pública.

02. OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objetivo a Contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (locação) de sistemas integrados de gestão pública, com acesso simultâneo e sem limitação a número de usuários para uso da Administração Pública Municipal, incluindo Prefeitura Municipal, Fundos Municipais, Instituto de Previdência e Câmara de Vereadores do município de Herval d'Oeste, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste edital. Compreendendo os serviços:

- 2.1.1. Serviços de Migração com diagnóstico de ambiente; Implantação e configuração dos Sistemas, Treinamento inicial com a capacitação dos usuários e acompanhamento inicial de operação);
- 2.1.2 Locação/Cessão de Uso dos softwares;
- 2.1.3. Serviços de suporte técnico operacional, quando solicitado;
- 2.1.4. Serviços de suporte técnico operacional, e via acesso remoto;
- 2.1.5. Serviços de manutenção legal, corretiva e tecnológica dos sistemas implantados.
- 2.1.6. Serviços de treinamento e aperfeiçoamento reforço para sistemas implantados, quando solicitado;
- 2.1.7. Customização dos Softwares;
- 2.1.8. Provimento de Datacenter e Suporte Técnico

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.1 - É Admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993 (*redação dada em conformidade com o acordo 1.201/2020, do TCU*).

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, e/ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras de forma que não funcionem no País.

3.3 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.3.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que **QUISEREM** participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar e apresentar os documentos conforme o disposto nos subitens seguintes:

I - Quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

II- Quando não optante pelo simples nacional: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

A Certidão deve estar **atualizada**, ou seja, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

- a) Todos deverão apresentar a declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do *Anexo VI*, do presente Edital.

3.3.2 - Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte, deverão ser apresentados **FORA DOS ENVELOPES**, no ato de **CRENCIAMENTO** das empresas participantes.

3.4. - O credenciamento dos interessados ou de seus representantes, consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Conforme descrito no item 10 deste edital.

3.5. - Justifica-se a não realização de EXCLUSIVIDADE no presente certame, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pela inexistência de fornecedores competitivos enquadrados como ME e EPP sediados no município de Herval d'Oeste, ou nos municípios que compõe a Região da AMMOC, amparado no artigo 49 inciso II da Lei Complementar nº 123/2006.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados e indevassáveis, os seguintes dizes fechados, contendo cada um deles, na parte externa, além do nome da proponente, a seguinte identificação:

**A) PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
ENVELOPE Nº 01 – Proposta Comercial
NOME DA PROPONENTE**

**B) PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
ENVELOPE Nº 02 - Documentação
NOME DA PROPONENTE**

4.2. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 1 (uma) via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, sendo a proposta datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou pelo Procurador, juntando-se a Procuração.

4.2.1 - A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA

4.3. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope nº 02) poderão ser apresentados em original, cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.

4.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original ao PREGOEIRO, por ocasião da abertura do ENVELOPE nº 02, para a devida autenticação.

4.3.1.1. Para fim da previsão contida no subitem 4.3.1. o documento original a ser apresentado não poderá integrar o ENVELOPE.

4.3.1.2. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do PREGOEIRO.

4.3.1.3. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo da indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada, ressalvada a possibilidade de suspensão da sessão pública.

4.3.2. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

4.3.3. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/ emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

4.3.4 Serão aceitas proposta encaminhada via postal (correio), desde que entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio antes do horário previsto para o início da sessão pública. O envelope deverá conter os documentos de credenciamento (Contrato Social em vigor com a última alteração ou consolidação), Declaração dando ciência que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em envelopes distintos, devidamente lacrados, a PROPOSTA e a DOCUMENTAÇÃO.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

- a) Emitida, de preferência por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.
- b) Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da nota de empenho e da nota fiscal, caso seja vencedora do certame.
- c) Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do *anexo I*, constando o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, seguro dos passageiros, taxa de embarque, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

- d) Apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no edital e seus anexos.
- e) Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação;
- f) Prazo de entrega;
- g) Nome do Banco e código; código da Agência e número da conta corrente.

*É **imprescindível** a existência de conta bancária, visto que os pagamentos serão efetuados mediante depósito.*

- h) Data
- i) Assinatura
- j) Dispositivo de mídia /CD (**facultativo**) contendo a proposta em planilha eletrônica, conforme o disposto no subitem 5.2 deste edital.

5.3 — Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do **Anexo VIII** do Edital.

5.4 - Nas propostas deverão constar ainda, sob pena de desclassificação:

- a) Prazo de Implantação;

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. No envelope nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO deverão constar os seguintes documentos:

6.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento.
- c) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2. Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Portaria MF nº 358/2014)
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa.

6.1.3. Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 60 (sessenta) dias da data prevista para apresentação dos envelopes.

** Conforme orientação do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, deverão ser apresentadas as certidões emitidas pelos dois sistemas do judiciário : "e-Proc." e "SAJ"*

6.1.4 - Declaração que Não emprega Menores:

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei nº. 9.854/99. (Conforme modelo constante do ANEXO VII do Edital).

6.1.5 Qualificação Técnica

- a) Comprovação de capacidade técnica, através de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente implantou e que mantém em funcionamento sistemas similares aos solicitados no objeto do presente edital, atestando o seu efetivo desempenho e qualificação dos serviços de conversão, implantação e treinamento.

6.2. - A apresentação do CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL- CRC emitido pelo Município de Herval d' Oeste com validade para o exercício de em curso, devidamente atualizado, substituirá a documentação de habilitação relativa à: habilitação jurídica e regularidade fiscal.

- a) Qualquer documento indispensável para a obtenção do Certificado de Registro Cadastral com prazo de validade vencido até a data da realização da Sessão Pública deverá ser regularizado, impondo-se, para tanto, a apresentação do(s) mesmo(s) juntamente com a documentação contemplada no subitem 6.1

- b) A regularização da documentação aludida, que estiverem disponíveis em sítios oficiais também poderão ser levadas a efeito na própria sessão, cuja certidão/documento utilizada para a finalidade deverá observar as previsões contidas nos subitens anteriores, em que o pregoeiro prover de ofício.

6.3 - Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no EDITAL e seus ANEXOS.

6.4 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, excetos aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

7.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado na Rua Nereu Ramos, nº 389, centro, Setor de Licitações, durante o expediente normal do órgão licitante, no horário das 07h45min às 11h45min. e das 13h30min às 17h30min., de segunda a sexta-feira, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br.

7.2. O aviso do edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios, divulgado podendo ser consultado e extraído por meio do site www.hervaldoeste.sc.gov.br, além do Mural Público Municipal.

7.3. O edital será entregue a qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificados neste item.

7.4 - Para os editais a serem retirados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, será cobrado o valor da Taxa de Expediente em vigor R\$ 23,35 (vinte e um três reais e trinta e cinco centavos), conforme dispõe o Decreto Municipal nº 2398/2008. O recolhimento deverá ser efetuado através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) emitido pelo setor de tributação.

8. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

8.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

8.1.1. A pretensão referida no subitem 8.1. poderá ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 7.1. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do e-mail rubens@hervaldoeste.sc.gov.br ou fac-símile, através do telefone (49) 3554-0132, cujos documentos originais correspondentes deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 8.1.

8.1.2. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

8.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

9. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

9.1.1. As medidas referidas no subitem 9.1. poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 7.1. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br ou fac-símile, através do telefone (49) 3554 – 0132, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 9.1.

9.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

9.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do PREGÃO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1. Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, consoante previsão estabelecida no subitem 10.2 deste EDITAL, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

10.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a

redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

10.2.1. Na hipótese de apresentação de **procuração por instrumento particular**, a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

10.2.2. É admitida a participação de licitantes, sem a presença de representante credenciado, ainda que o encaminhamento dos envelopes e demais documentos exigidos neste edital se faça por correio, obedecidos os prazos e condições estabelecidos neste edital.

10.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

SERÁ ADMITIDO SOMENTE 01 (UM) REPRESENTANTE POR PROPONENTE.

10.4 A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

10.5 Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o PREGOEIRO declarará encerrada esta fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento/conferência da declaração exigida neste Edital.

11. RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (SE FOR O CASO) E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

11.1. A etapa/fase para recebimento da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação, declaração de me ou epp (se for o caso) e dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação será levada a efeito tão logo se encerre da fase de credenciamento.

11.1.1. A declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação não deve integrar os envelopes proposta de preços e documentos de habilitação, constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente; fica facultada a utilização do modelo constante do ANEXO III. A declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do ANEXO V, (SE FOR O CASO) serão recebidos exclusivamente nesta oportunidade.

11.2. Iniciada esta etapa / fase, o PREGOEIRO receberá e examinará a declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação.

11.2.1. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste PREGÃO, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

11.2.2. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do PREGÃO, devendo proceder, em seguida, à entrega dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

12. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA:

12.1. Compete ao PREGOEIRO proceder à abertura dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS, conservando intactos os ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e sob a guarda do PREGOEIRO/ÓRGÃO LICITANTE.

13. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS:

13.1. O PREGOEIRO examinará as PROPOSTAS sempre levando em conta as exigências fixadas no item 4 e 5.

13.1.1. O exame envolvendo o(s) objeto(s) ofertado(s) implicará na constatação da conformidade do(s) mesmo(s) com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante.

13.2. Definidas as PROPOSTAS que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, o PREGOEIRO elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço por item.

14. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

14.1 – Será Desclassificada a PROPOSTA que:

- a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;
- b) apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) oferecer vantagem não prevista neste **EDITAL**, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- d) apresentar preço(s) manifestamente inexequível(is);
- e) apresentar preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero;

15. DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS:

15.1. Para efeito de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, o PREGOEIRO selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas aquelas que hajam oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.

15.1.1. Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no subitem 15.1. o PREGOEIRO selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no subitem 15.1.2.

15.1.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:

- a) proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 3 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 15.1. ou
- b) todas as propostas coincidentes com um dos 3 (três) menores valores ofertados, se houver.

15.1.3. Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no subitem 15.1.2. letras "a" e "b", para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio; cabe à vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá oferta/lance.

15.1.4. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, o PREGOEIRO poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do PREGÃO, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do PREGÃO ou, ainda, dar prosseguimento ao PREGÃO, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

16. OFERECIMENTO/INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS

16.1. Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer ofertas/ lances verbais, dar-se-á início ao OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

16.1.1. Somente será(ão) aceito(s) LANCE(S) VERBAL(IS) que seja(m) inferior(es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e/ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

16.2. O PREGOEIRO convidará individualmente as proponentes classificadas para OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, de forma sequencial, a partir da proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a OFERECER LANCE VERBAL. Havendo propostas escritas

empatadas, a ordem sequencial de convocação para lances é a de credenciamento, decrescente, conforme previsto no sistema eletrônico de Pregão Presencial.

16.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

16.4. Quando convocado pelo PREGOEIRO, a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de LANCES VERBAIS, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

16.5. A etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.

16.6. O encerramento da etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS ocorrerá quando todos os proponentes declinarem da correspondente formulação.

16.7. Declarada encerrada a etapa de OFERECIMENTO DE LANCES e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no último preço/lance apresentado, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

16.8. O PREGOEIRO decidirá motivadamente pela negociação com a proponente de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

16.9. Na hipótese de não realização de lances verbais, o PREGOEIRO verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

16.10. Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado ao PREGOEIRO negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

16.11. O PREGOEIRO deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

16.12. O PREGOEIRO pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do PREGÃO, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.

16.13. A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente, nos termos do item 14, salvo rasuras que não comprometam partes essenciais.

16.14. DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

16.14.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

16.14.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

16.14.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

- a. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- b. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 16.14.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 16.14.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

- c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 16.14.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.
- 16.14.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 16.14.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 16.14.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 16.14.6. O disposto no subitem 16.14.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.
- 16.14.7. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 16.14.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa. Conforme descrito no subitem 16.17.
- 16.14.8. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.
- 16.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.
- 16.16. Para efeito do saneamento, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e/ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 16.17. Aberto o envelope "documentação" em havendo restrição quanto a regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, será declarada vencedora, concedendo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO.
- 16.18. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 16.17. implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 16.19. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a proponente será declarada vencedora.
- 16.20. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o PREGOEIRO examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.
- 16.21. Sendo a proposta aceitável, o PREGOEIRO verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora; observando-se igualmente as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

17. RECURSO ADMINISTRATIVO

- 17.1. Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou(aram) do PREGÃO ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.

17.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa/fase/procedimento do PREGÃO, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

17.3. As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.

17.4. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o PREGOEIRO examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

17.5. Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 7.1. deste EDITAL.

17.6. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. ADJUDICAÇÃO

18.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao PREGOEIRO adjudicar o(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s)

18.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

18.3 – Antes da Adjudicação a empresa Vencedora deverá apresentar proposta atualizada pós-lances contendo os valores unitários e totais, os quais não poderão ser superiores ao do termo de referência , sendo vedada a utilização de valores unitários superiores ao do termo de referência (tabela de sistemas)

19. HOMOLOGAÇÃO

19.1- Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO;

19.2- Declarada a empresa vencedora, e antes da homologação do objeto da presente licitação, poderá a Prefeitura Municipal convocar a empresa vencedora para realizar a demonstração técnica dos sistemas ofertados. No prazo de até 10 (dez) dias após a convocação pela Prefeitura Municipal, o sistema ofertado pela proponente vencedora será objeto de avaliação de conformidade, ocasião em que a empresa deverá comprovar que sua oferta (sistema) atende a todos os requisitos técnicos relacionados no presente Termo de Referência, sob pena de desclassificação com a apresentação de cada um dos sistemas, podendo dependendo da complexidade dos mesmos, ser efetuado em várias etapas;

19.3. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a ata detentora/contrato, respeitada a validade de sua proposta.

20. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

20.1. O resultado final do PREGÃO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no Mural Público e na Internet nos endereços constantes deste Edital.

21. CONTRATAÇÃO:

21.1 A Contratação formalizar-se-á mediante assinatura de Contrato entre a Administração Municipal de Herval d'Oeste e a Licitante vencedora, conforme dispõe o art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

21.2. O Contrato será lavrado na forma da minuta anexada a este Edital, constante do **ANEXO IX**.

21.3. Farão parte do Contrato, independentemente de transcrição, todas as condições constantes do presente Edital, seus Anexos e as propostas apresentadas pela Licitante vencedora.

21.4. A Administração Municipal de Herval d'Oeste exercerá, através Secretaria de Administração e Finanças, o acompanhamento dos serviços objeto desta Licitação, sendo que a sua ação ou omissão total ou parcial, não exime a Contratada de quaisquer de suas responsabilidades perante da Administração Municipal de Herval d'Oeste ou terceiros.

21.5. A Administração Municipal de Herval d'Oeste, reserva-se o direito de exercer durante todo o período contratual uma rígida e constante fiscalização dos serviços.

21.6. A empresa contratada assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais, civis, trabalhistas e previdenciárias, inclusive no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto desta Licitação.

21.7. A Contratada será responsável pelo controle de qualidade dos serviços executados, materiais e equipamentos empregados, os quais deverão sempre se embasar na legislação vigente e normas oficiais. Na hipótese de serem encontradas irregularidades, a Contratada deverá substituir e/ou refazer aquilo que foi julgado, pela Administração Municipal de Herval d'Oeste, em desacordo com o exigível.

21.8. A Licitante vencedora compromete-se a assinar o Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, através do Departamento de Compras e Licitações da Administração Municipal de Herval d'Oeste.

21.9. Caso a Licitante vencedora não assine o Contrato no prazo estipulado, a Administração Municipal de Herval d'Oeste poderá convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela Licitante vencedora, inclusive quanto aos preços.

21.10. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das Propostas, sem convocação para a contratação, ficam as Licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

21.11. Para a assinatura do Contrato, a Licitante convocada deverá adotar os seguintes procedimentos:

21.11.1. Enviar representante legal ao Departamento de Administração, na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, Herval d'Oeste/SC, CEP 89610-000, onde este deverá assinar as vias do Contrato e todos os documentos que dele façam parte integrante;

21.11.2. No caso de solicitação de remessa do Contrato para assinatura, quando se tratar de empresa de outra cidade, o Contrato e toda a documentação deverão ser devolvidos, devidamente assinados, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado da data do Aviso de Recebimento (A.R.);

22. ENTREGA /RECEBIMENTO DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO:

22.1 – As Licenças de uso, juntamente com os demais documentos pertinentes ao objeto desta licitação, deverão ser entregues pela empresa vencedora, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência do contrato preços sem qualquer despesa adicional.

22.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento do contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e Contrato dela decorrentes.

22.3. – Para fins de implantação dos sistemas, bem como do recebimentos dos mesmos considera-se o endereço da Secretaria de Administração e Finanças do Município – situada na Rua Nereu Ramos 389- Centro – Herval d'Oeste - SC.

23. DA VIGÊNCIA, IMPLANTAÇÃO E RENOVAÇÃO:

23.1. O prazo máximo para implantação dos serviços a serem contratados será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da emissão da ordem de serviço (que será emitida em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato) pela Prefeitura Municipal.

23.2. O Prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses após a implantação total dos Sistemas, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

23.2. O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser prorrogado(s) por até 48 (quarenta e oito) meses de acordo com o inciso IV do art. 57 da Lei Federal nº 8666/93.

24. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E REAJUSTE DE PREÇOS

24.1 O pagamento devido pela CONTRATANTE será realizado à CONTRATADA através de crédito em conta desta e/ou boleto bancário, mediante apresentação de nota fiscal devidamente liquidada pelo departamento competente, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

24.2 Para emissão das Notas Fiscais será disponibilizado na Assinatura do Contrato a Relação contendo os dados cadastrais de cada uma das entidades e seus respectivos CNPJ's a saber:

Razão Social	CNPJ
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste	82.939.430/0001-38
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste	17.799.033/0001-46
Fundo Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste	12.816.323/0001-37
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d'Oeste	09.217.081/0001-50
Fundo Municipal de Habitação de Herval d'Oeste	14.424.724/0001-77
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste	07.733.382/0001-01
Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste.	04.446.350/0001-37

24.3. Os pagamentos dos serviços de migração/implantação e treinamento serão realizados através de crédito em conta e/ou boleto bancário, de forma individual, para cada base migrada, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, e após liquidação no departamento competente.

24.3.1 - Estes serviços de serão pagos em 02 (duas) parcelas iguais, a primeira delas vencendo-se no prazo de dez dias contados da conclusão dos treinamentos, e a segunda vencendo-se no prazo de dez dias contados da conclusão do processo de implantação.

24.4 O pagamento mensal da locação dos sistemas será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente

24.5 Os Pagamentos referente os serviços de suporte Técnico, serão pagos por hora técnica solicitada e autorizada, estando aqui incluso os serviços de capacitação e treinamento, pós-implantação, operação do sistema e outros que exijam profundo conhecimento sobre os sistemas.

24.6 No que concerne ao critério atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data do adimplimento do objeto desta licitação, até a data do efetivo pagamento, admitir-se-á atualização decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso, e será utilizado o IGP-DI(FVG) ou outro que venha a substituí-lo.

24.7 O preço a ser contratado, tido como vencedor do presente certame, somente serão reajustados após o primeiro ano contratual (data da Proposta), com base no índice IGP-M apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, nos termos da legislação em vigor (Artigo 40 inciso XI), exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (...).”

24.8 Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato superveniente, ocorrido após o prazo de vigência da proposta, que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitados, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

24.8. – Não será efetuado qualquer tipo de adiantamento ou antecipações de pagamentos.

25. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1 - Os recursos financeiros serão provenientes da própria contratante e de transferências constitucionais e legais.

25.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro, conforme Lei Orçamentária nº 3.540/2021 de 10/12/2021 e outras que vierem a ser criadas, nas seguintes rubricas:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade: Manutenção encargos, e atividades de Apoio Administrativo;

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00

Função Programática: 04.01.2.008. 3.3.90.39.11.00.00.00

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Atividade: Manutenção encargos, e atividades da Sec. de Planejamento e Coordenação

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00

Função Programática: 05.01.2.016. 3.3.90.39.11.00.00.00

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Atividade: Desenvolvimento de programas/serviços complementares

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00

Função Programática: 11.01.2.084. 3.3.90.39.11.00.00.00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: Manutenção, encargos e atividades da Secretaria de Assistência Social

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00

Função Programática: 14.01.2.093. 3.3.90.39.11.00.00.00

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Atividade: Manutenção, Encargos e Atividades do Fundo de Saúde
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00
Função Programática: 10.01.2.079. 3.3.90.39.11.00.00.00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Atividade: Manutenção, encargos e atividades do Fundo de Habitação
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00
Função Programática: 13.01.2.090. 3.3.90.39.11.00.00.00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE HERVAL D'OESTE

Atividade: Manutenção, encargos e atividades do IPREVI
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00
Função Programática: 12.01.2.087. 3.3.90.39.11.00.00.00

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE

Atividade: Manutenção encargos e atividades do Poder Legislativo
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.08.00.00.00
Função Programática: 01.01.2.001. 3.3.90.39.08.00.00.00

26. DISPENSA DE GARANTIA:

26.1 – Não será exigida a prestação de garantia para participação no presente PREGÃO.

27. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

27.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 70 da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU. de 18/07/2002.

a) A aplicação da penalidade capitulada no subitem anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU. de 22/06/1993.

27.2. Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a(s) proponente(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará(ão) com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da(s) proponente(s) classificada(s) não aceitar(em) a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

27.3. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

27.4. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a PREFEITURA, ou de declaração de inidoneidade, será feita comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

27.5 Para efeitos de penalidades, serão adotados os procedimentos administrativos em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.883/2011.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS:

28.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

28.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

28.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.

28.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

28.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

28.6. A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

28.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

28.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

28.9. A adjudicação do(s) item(ns) ou lote(s) deste PREGÃO não implicará em direito à contratação.

28.10. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) proponente(s) adjudicatária(s), farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

28.11. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

28.12. Será competente o Foro da Comarca de HERVAL D'OESTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

28.13 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

28.14 - Os documentos que integram o presente EDITAL estão dispostos em 08 anexos, a saber:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II- MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO IV - COMPROVANTE DE RETIRADA DO EDITAL

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VIII - DOCUMENTOS PARA CADASTRO

ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

28.15 - A proponente deve, para a apresentação da PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como dos demais DOCUMENTOS, ao se valer do EDITAL, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do PREGÃO e a formalização CONTRATUAL, que poderá ser substituído por Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho nos termos que se dispõe o art. 62, da Lei Federal 8666/93, sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

Herval d'Oeste, 14 de dezembro de 2021.

DHIEGO COSTA
Prefeito em Exercício

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.0 - O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (locação) de sistemas integrados de gestão pública, com acesso simultâneo e sem limitação a número de usuários para uso da Administração Pública Municipal, incluindo Prefeitura Municipal, Fundos Municipais, Instituto de Previdência e Câmara de Vereadores;

- 1.1 Serviços de Migração com diagnóstico de ambiente; Implantação e configuração dos Sistemas, Treinamento inicial com a capacitação dos usuários e acompanhamento inicial de operação.
- 1.2 Locação/Cessão de Uso dos softwares;
- 1.3 Serviços de suporte técnico operacional, quando solicitado;
- 1.4 Serviços de suporte técnico operacional, e via acesso remoto;
- 1.5 Serviços de manutenção legal, corretiva e tecnológica dos sistemas implantados.
- 1.6 Serviços de treinamento e aperfeiçoamento reforço para sistemas implantados, quando solicitado
- 1.7 Customização dos Softwares;
- 1.8 Provimento de Datacenter e Suporte Técnico

1.2 - O Licenciamento dos sistemas está estruturado no formato abaixo, sendo aceito variações de nomenclatura, podendo ocorrer a junção de um ou mais sistema em um mesmo módulo, desde que preservadas as suas características técnicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE						
Licenciamento dos Sistemas para Prefeitura Municipal						
Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
1	1	12	Mês	Sistema de Tesouraria ambiente cloud	R\$ 580,00	R\$ 6.960,00
	7	12	Mês	Sistema de Contabilidade ambiente cloud	R\$ 1.700,00	R\$ 20.400,00
	13	12	Mês	Sistema de Compras ambiente cloud	R\$ 840,00	R\$ 10.080,00
	19	12	Mês	Sistema de Monitor Nota Fiscal Eletrônica ambiente cloud	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
	22	12	Mês	Sistema de Georeferenciamento Ambiente Cloud	R\$ 2.200,00	R\$ 26.400,00
	23	12	Mês	Sistema de obras ambiente cloud	R\$ 580,00	R\$ 6.960,00
	24	12	Mês	Sistema de Tributação Municipal	R\$ 1.510,00	R\$ 18.120,00
	25	12	Mês	Sistema de Folha de Pagamento	R\$ 881,00	R\$ 10.572,00
	27	12	Mês	Sistema de Recursos Humanos	R\$ 455,00	R\$ 5.460,00
	29	12	Mês	Sistema e-Social	R\$ 490,00	R\$ 5.880,00

31	12	Mês	Sistema de Gestão e Controle de Frota Municipal	R\$ 255,00	R\$ 3.060,00
32	12	Mês	Sistema de Patrimônio Público	R\$ 255,00	R\$ 3.060,00
33	12	Mês	Sistema atendimento ao Cidadão WEB Tributos	R\$ 610,00	R\$ 7.320,00
34	12	Mês	Sistema de Protocolo on-line	R\$ 580,00	R\$ 6.960,00
36	12	Mês	Sistema de Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	R\$ 3.600,00	R\$ 43.200,00
37	12	Mês	Portal da Transparência	R\$ 370,00	R\$ 4.440,00
38	12	Mês	Sistema de Planejamento Público	R\$ 420,00	R\$ 5.040,00
39	12	Mês	Sistema de Atendimento ao Servidor Público Via Internet	R\$ 510,00	R\$ 6.120,00
40	12	Mês	Sistema de Escrituração Eletrônica do ISS via internet	R\$ 1.530,00	R\$ 18.360,00
43	12	Mês	Sistema de Gerenciamento de Ponto de Servidores em ambiente cloud	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
44	12	Mês	Sistema de Registro de Ponto de Servidores em ambiente cloud	R\$ 650,00	R\$ 7.800,00
45	12	Mês	Sistema de Assinaturas Digitais em ambiente Cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
59	12	Mês	Sistema para Procuradoria em ambiente cloud	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
60	12	Mês	Sistema de Gestão de Biblioteca em ambiente cloud	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
62	12	Mês	Sistema de Gestão de Documentos em ambiente cloud	R\$ 680,00	R\$ 8.160,00
67	12	Mês	Sistema de Gestão de Almoxarifado em ambiente cloud	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
86	12	Mês	Sistema de Gestão de Comunicação em ambiente cloud	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
Valor Mensal Estimado R\$				R\$ 21.946,00	R\$ 263.352,00
Serviços Técnicos – Conversão, implantação, Treinamento e Suporte Técnico					
Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
76	1	Serv	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento de usuários – Prefeitura	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
77	500	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Remota	R\$ 110,00	R\$ 55.000,00
84	200	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Presencial	R\$ 175,00	R\$ 35.000,00
Valor Total R\$					R\$ 120.000,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE HERVAL D'OESTE – IPREVI

Licenciamento dos Sistemas para Instituto de Previdência - IPREVI

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
2	6	12	Mês	Sistema de Tesouraria ambiente cloud	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
	8	12	Mês	Sistema de Contabilidade ambiente cloud	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
	14	12	Mês	Sistema de Compras ambiente cloud	R\$ 460,00	R\$ 5.520,00
	26	12	Mês	Sistema de Folha de Pagamento- IPREVI	R\$ 305,00	R\$ 3.660,00
	28	12	Mês	Sistema de Recursos Humanos	R\$ 310,00	R\$ 3.720,00
	30	12	Mês	Sistema e-Social	R\$ 310,00	R\$ 3.720,00
	41	12	Mês	Portal da Transparência	R\$ 370,00	R\$ 4.440,00
	42	12	Mês	Sistema de Atendimento ao Servidor Público via internet - IPREVI	R\$ 315,00	R\$ 3.780,00
	47	12	Mês	Sistema de Assinaturas Digitais em ambiente Cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	63	12	Mês	Sistema de Gestão de Documentos em ambiente cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
Valor Mensal Estimado R\$					R\$ 2.810,00	R\$ 33.720,00

Serviços Técnicos – Conversão, implantação, Treinamento e Suporte Técnico

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
	79	1	Serv	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento de usuários – Iprevi	R\$ 1.768,00	R\$ 1.768,00
	77	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Remota	R\$ 110,00	R\$ 5.500,00
	84	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Presencial	R\$ 175,00	R\$ 8.750,00
	Valor Total R\$					

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Licenciamento dos Sistemas para Fundo Municipal de Assistência Social

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
3	2	12	Mês	Sistema de Tesouraria ambiente cloud	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
	9	12	Mês	Sistema de Contabilidade ambiente cloud	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
	18	12	Mês	Sistema de Compras ambiente cloud	R\$ 183,00	R\$ 2.196,00
	20	12	Mês	Sistema de Monitor Nota Fiscal Eletrônica ambiente cloud	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
	49	12	Mês	Sistema de Assinaturas Digitais em ambiente Cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	61	12	Mês	Sistema de Gestão de Documentos em ambiente cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	70	12	Mês	Portal da Transparência	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
	74	12	Mês	Sistema de obras ambiente cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
Valor Mensal Estimado R\$					R\$ 1.263,00	R\$ 15.156,00

Serviços Técnicos – Conversão, implantação, Treinamento e Suporte Técnico

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
	76	1	Serv	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento de usuários – Social	R\$ 1.135,00	R\$ 1.135,00
	77	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Remota	R\$ 110,00	R\$ 5.500,00
	84	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Presencial	R\$ 175,00	R\$ 8.750,00
Valor Total R\$						R\$ 15.385,00

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE HERVAL D'OESTE

Licenciamento dos Sistemas para Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
4	4	12	Mês	Sistema de Tesouraria ambiente cloud	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
	9	12	Mês	Sistema de Contabilidade ambiente cloud	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
	15	12	Mês	Sistema de Compras ambiente cloud	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
	48	12	Mês	Sistema de Assinaturas Digitais em ambiente Cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	65	12	Mês	Sistema de Gestão de Documentos em ambiente cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	68	12	Mês	Portal da Transparência	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
	72	12	Mês	Sistema de obras ambiente cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
Valor Mensal Estimado R\$					R\$ 1.050,00	R\$ 12.600,00

Serviços Técnicos – Conversão, implantação, Treinamento e Suporte Técnico

	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
	80	1	Serv	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento de usuários - Infância	R\$ 1.135,00	R\$ 1.135,00
	77	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Remota	R\$ 110,00	R\$ 5.500,00
	84	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Presencial	R\$ 175,00	R\$ 8.750,00
Valor Total R\$						R\$ 15.385,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE HERVAL D'OESTE

Licenciamento dos Sistemas para Fundo Municipal da Habitação

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
5	5	12	Mês	Sistema de Tesouraria ambiente cloud	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
	12	12	Mês	Sistema de Contabilidade ambiente cloud	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
	16	12	Mês	Sistema de Compras ambiente cloud	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
	46	12	Mês	Sistema de Assinaturas Digitais em ambiente Cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	64	12	Mês	Sistema de Gestão de Documentos em ambiente cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	69	12	Mês	Portal da Transparência	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	73	12	Mês	Sistema de obras ambiente cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
Valor Mensal Estimado R\$					R\$ 1.020,00	R\$ 12.240,00

Serviços Técnicos – Conversão, implantação, Treinamento e Suporte Técnico

Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
	1	Serv	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento de usuários – Habitação	R\$ 1.135,00	R\$ 1.135,00
77	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Remota	R\$ 110,00	R\$ 5.500,00
84	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Presencial	R\$ 175,00	R\$ 8.750,00
Valor Total R\$					R\$ 15.385,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

Licenciamento dos Sistemas para Fundo Municipal de Saúde

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
6	3	12	Mês	Sistema de Tesouraria ambiente cloud	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
	11	12	Mês	Sistema de Contabilidade ambiente cloud	R\$ 385,00	R\$ 4.620,00
	17	12	Mês	Sistema de Compras ambiente cloud	R\$ 275,00	R\$ 3.300,00
	21	12	Mês	Sistema de Monitor Nota Fiscal Eletrônica ambiente cloud	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
	35	12	Mês	Sistema de Protocolo on-line	R\$ 310,00	R\$ 3.720,00
	50	12	Mês	Sistema de Assinaturas Digitais em ambiente Cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	66	12	Mês	Sistema de Gestão de Documentos em ambiente cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
	71	12	Mês	Portal da Transparência	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
	75	12	Mês	Sistema de obras ambiente cloud	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
Valor Mensal Estimado R\$					R\$ 1.730,00	R\$ 20.760,00

Serviços Técnicos – Conversão, implantação, Treinamento e Suporte Técnico

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
	83	1	Serv	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento de usuários – Saúde	R\$ 1.135,00	R\$ 1.135,00
	77	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Remota	R\$ 110,00	R\$ 5.500,00
	84	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Presencial	R\$ 175,00	R\$ 8.750,00
Valor Total R\$						R\$ 15.385,00

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Licenciamento dos Sistemas para Câmara de Vereadores

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
7	51	12	Mês	Sistema de Folha de Pagamento	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00
	52	12	Mês	Sistema de Patrimônio Público	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
	53	12	Mês	Sistema e-Social	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
	54	12	Mês	Sistema de Compras ambiente cloud	R\$ 550,00	R\$ 6.600,00
	55	12	Mês	Sistema de Contabilidade ambiente cloud	R\$ 950,00	R\$ 11.400,00
	56	12	Mês	Sistema de Recursos Humanos	R\$ 480,00	R\$ 5.760,00
	57	12	Mês	Portal da Transparência	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
	58	12	Mês	Sistema de Tesouraria ambiente cloud	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
	87	12	Mês	Sistema de Assinaturas Digitais em ambiente cloud	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
	85	12	Mês	Sistema de Gestão de Documentos em ambiente cloud	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
Valor Mensal Estimado R\$					R\$ 4.610,00	R\$ 55.320,00

Serviços Técnicos – Conversão, implantação, Treinamento e Suporte Técnico – Câmara de Vereadores

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
	78	1	Serv	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento de usuários - Câmara	R\$ 1.995,00	R\$ 1.995,00
	77	200	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Remota	R\$ 110,00	R\$ 22.000,00
	84	50	Horas	Serviços de suporte técnico Sistema de Gestão Pública (Hora Técnica) Presencial	R\$ 175,00	R\$ 8.750,00
	Valor Total R\$					

II - DO VALOR

2.0 O valor global para execução do objeto desta licitação limitar-se-á no máximo em **R\$ 643.451,00 (seiscentos e quarenta e três mil quatrocentos e cinquenta e um reais)**, compreendendo:

- a) O valor máximo de **R\$ 38.303 ,00** (trinta e oito mil e trezentos e três reais) para implantação dos softwares.
- b) O valor máximo de **413.148,00 (quatrocentos e treze mil cento e quarenta e oitos reais)** pela licença de uso e suporte técnico operacional pelo período de 12 (doze) meses.
- c) O valor máximo de **R\$ 192.000,00** (cento e noventa e dois mil reais) pelos serviços de atendimento técnico local, via conexão remota, consultorias, (cotado por quilometro rodado), customização em softwares, considerando:
 - c1) O valor máximo pela demanda de horas pelo serviço de atendimento técnico local, será de R\$ 175,00 (Cento e setenta e cinco reais) por hora e via conexão remota o valor máximo de R\$ 110,00 (cento e vinte reais) por hora.

III - AMBIENTE OPERACIONAL

3.0 - Os sistemas licitados poderão ser executados em base de dados única ou em bases distintas, observadas neste último caso as integrações mínimas requisitadas neste TERMO DE REFERÊNCIA, que poderão ser apresentados em executável único ou em vários, sem necessidade de vinculação modular idêntica à requisitada no presente TERMO.

3.1 Os Sistemas licitados deverão ser impreterivelmente em sistema “Cloud Computing” (computação em nuvem) não sendo aceito sistemas em ambiente desktop e emulações.

3.2 Para os Sistemas “Cloud Computing”, as informações e programas será mantido em datacenter pertencente a empresa proponente, devendo a CONTRATADA responsabilizar-se pelo seus “Back Up”s e atualizações.

3.3 Todos os recursos de infraestrutura, bem como servidores de banco de dados, servidores de aplicativos e servidores de firewall, deverão ser dimensionados para atendimento satisfatório da demanda objeto deste termo de referência, com programas básicos e demais recursos necessários ao provimento, instalado, configurado e em condições de uso, sob pena de descumprimento contratual.

IV - SERVIÇOS TÉCNICOS

- 4.0- Para cada um dos módulos dos Softwares, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de:
- a) Entrega, instalação e configuração do módulo;
 - b) Adequação de relatórios, leiautes e logotipos;
 - c) Configuração inicial de tabelas e cadastros;
 - d) Estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários.

V - PRAZOS DE INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO

5.0 - O prazo máximo para implantação dos serviços a serem contratados será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da emissão da ordem de serviço (que será emitida em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato) pela Prefeitura Municipal.

5.1 - O Prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses após a implantação total dos Sistemas, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

VI- MIGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM USO.

6.0 - A migração dos dados cadastrais e informações dos sistemas em uso serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os mesmos ser disponibilizados pela CONTRATANTE.

6.1 - A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos dados migrados após a sua entrega, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

6.2 - A CONTRATADA quando da conversão de dados, deverão ser cumpridas as atividades de: conversão, instalação e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela municipalidade; ajuste no cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente, quando couber

6.3 - Para cada sistema licitado quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: conversão, instalação e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela municipalidade; ajuste no cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

6.4 - A migração contemplará o exercício financeiro 2021 (atual) e demais exercícios (2013 à 2020)

VII - IMPLANTAÇÃO

7.0 - A conversão / migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa proponente, com disponibilização dos mesmos pela entidade para uso. Deverão ser convertidos todos os dados tributários, de gestão de pessoal, marcações de ponto, de protocolos e documentos, de patrimônios constantes dos sistemas legados. Além disso, também deverão ser convertidas as informações de contabilidade, planejamento público, compras e licitações do atual exercício(2021) e demais exercícios (2013 à 2020)

7.1.- A entidade não dispõe de diagrama e/ou dicionário de dados para fornecimento a empresa vencedora da licitação, devendo a mesma migrar / converter a partir de cópia de banco de dados a ser fornecida.

7.2 - Para cada um dos sistemas licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de configuração / customização de programas, de forma que os mesmos estejam adequados à legislação da entidade;

7.3 - Acompanhamento dos usuários, na sede da entidade, em tempo integral na fase de implantação do objeto.

7.4 - Na implantação dos sistemas acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couberem, as seguintes etapas:

- a) Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;
- b) Parametrização inicial de tabelas e cadastros;
- c) Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;
- d) Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela entidade;
- e) Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

7.4.1. O recebimento dos serviços de implantação, customização inicial, conversão e treinamento se darão mediante aceite formal e individual para cada sistema licitado, devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo Secretário ou chefe de setor onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados.

7.4.2. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser prévia e formalmente acordados e documentados entre as partes.

7.4. A CONTRATADA será responsabilizada pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando der causa e estas estiverem sob sua responsabilidade.

7.5. A CONTRATADA e os membros da equipe deverão manter absoluto sigilo acerca de todos os dados e informações relacionadas ao objeto da presente licitação, assim como, quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da prestação de serviços contratada, podendo responder contratualmente e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

7.6. Todas as decisões e entendimentos que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, durante o período contratual, deverão ser prévias e formalmente acordadas e formalizadas entre as partes.

7.7. O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 180 (Cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

7.8 DEFINIÇÕES

7.8.1 Locação de software: A locação compreende o fornecimento da licença de uso de softwares para gestão pública municipal, a garantia e as suas atualizações de versões, além dos serviços de suporte a distância ao usuário para atender suas dúvidas de operação.

a) Fornecimento de licença de uso corresponde à cessão de direito de uso do software durante a vigência do contrato, as quais devem ser fornecidas em nome da contratante, com as limitações específicas previstas neste Termo de Referência quanto ao número de usuários, número de conexões simultâneas e outras disposições técnicas.

b) A garantia e as atualizações de versões correspondem ao serviço de manter os softwares fornecidos em condições normais de operação, em sua última versão.

c) Suporte à distância ao usuário corresponde ao atendimento de suas dúvidas operacionais, podendo ser realizado das seguintes formas: telefone, acesso remoto e e-mail.

7.8.2 Computação em nuvem: é um modelo de solução de tecnologia da informação que permite acesso universal e sob demanda, por intermédio da rede, a um conjunto compartilhado de recursos computacionais configuráveis (por exemplo: redes, servidores, segurança, armazenamento, aplicações e serviços), que podem ser rapidamente provisionados e disponibilizados com o mínimo de esforço de gerenciamento ou de interação com o provedor de serviços de TI.

7.8.3. Serviços Correlatos: São os serviços essenciais executados em conjunto com o serviço de locação de software, envolvendo a implantação, a customização, treinamentos e suporte técnico presencial.

a) Serviços de implantação correspondem aos serviços que são executados apenas uma vez no início do contrato, os quais antecedem o início das condições normais de operação do sistema pelos usuários, envolvendo o diagnóstico da situação, a configuração dos aplicativos necessários, a habilitação desses para uso, a conversão dos dados e o treinamento inicial dos usuários do sistema a ser implantado.

b) Serviços de Customização são serviços sob demanda, que visam o atendimento de demandas legais para alteração do sistema.

c) Treinamentos adicionais são serviços sob demanda, para capacitação dos usuários na operação do sistema, sejam

cursos de reciclagem, seja para formar novos usuários.

7.9 - Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

7.10 - A CONTRATADA responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

7.11 - A CONTRATADA e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

7.12 - Considerar-se-á os serviços de implantação concluídos quando esta Municipalidade estiver processando as rotinas diárias de pagamento, empenhamento, geração de folha de pagamento, emissão de guias tributárias, baixa e contabilização de receita, bem como quando da liberação dos serviços de emissão de nota fiscal eletrônica e serviços de autoatendimento aos usuários externos.

7.13 – a Administração Municipal reserva-se o direito de não contratar os sistemas em sua totalidade em cada um dos órgão participantes do processo e efetivar a contratação conforme a discricionariedade da Administração Pública.

VIII- TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS

8.0- A empresa vencedora deverá apresentar o Plano de Treinamento e realizá-lo durante o período definido para a implantação do sistema, destinada à capacitação dos usuários e técnicos operacionais para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos sistemas / módulos, abrangendo os níveis funcional e gerencial, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

- a) Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- b) Público alvo;
- c) Conteúdo programático;
- d) Carga horária de cada módulo do treinamento;

8.1 - O treinamento para o nível técnico compreendendo: capacitação para suporte aos usuários, aspectos relacionados a configurações, monitoração de uso e permissões de acesso, permitindo que a equipe técnica possa propiciar o primeiro atendimento aos usuários, ou providenciar a abertura de chamado para suporte pela proponente.

8.2 - As turmas devem ser dimensionadas por área de aplicação, sendo que cada turma não poderá ter mais de 20 (vinte) participantes;

8.3 - A empresa vencedora deverá realizar treinamento de no mínimo 08 horas por módulo relacionado no sistema, atendendo a todas as funções de cada módulo;

8.4 - A CONTRATANTE resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e validar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, ministrar o devido reforço.

8.5 - Os equipamentos disponíveis deverão ser de no mínimo de um microcomputador para cada dois participantes, podendo esta utilizar-se das dependências da Administração Municipal (com consulta prévia de disponibilidade), devendo em todo caso haver disponibilidade de uma impressora, na sala de treinamento, para testes.

IX - PAGAMENTO

9.0 - O pagamento devido pela CONTRATANTE será realizado à CONTRATADA através de crédito em conta desta e/ou boleto bancário, mediante apresentação de nota fiscal devidamente liquidada pelo departamento competente, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

9.1 - Para emissão das Notas Fiscais será disponibilizado na Assinatura do Contrato a Relação contendo os dados cadastrais de cada uma das entidades e seus respectivos CNPJs.

Razão Social	CNPJ
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste	82.939.430/0001-38
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste	17.799.033/0001-46
Fundo Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste	12.816.323/0001-37
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d'Oeste	09.217.081/0001-50
Fundo Municipal de Habitação de Herval d'Oeste	14.424.724/0001-77
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste	07.733.382/0001-01
Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste.	04.446.350/0001-37

9.2 - Os pagamentos dos serviços de migração/implantação e treinamento serão realizados através de crédito em conta, de forma individual, para cada base migrada, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, e após liquidação no departamento competente.

9.2.1 - Estes serviços de serão pagos em 02 (duas) parcelas iguais, a primeira delas vencendo-se no prazo de dez dias contados da conclusão dos treinamentos, e a segunda vencendo-se no prazo de dez dias contados da conclusão do processo de implantação.

9.3 - O pagamento mensal da locação dos sistemas será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente

9.4 - Os Pagamentos referente os serviços de suporte Técnico, serão pagos por hora técnica solicitada e autorizada, estando aqui inclusos os serviços de capacitação e treinamento, pós-implantação, operação do sistema e outros que exijam profundo conhecimento sobre os sistemas.

9.5 – Caso a Licitante vencedora já for detentora do contrato de cessão de uso dos softwares contratados, não serão pagos os valores quanto a implantação dos mesmos, salvo dos sistemas que ainda não estão implantados, sendo que estes serão pagos na proporcionalidade dos valores mensalidade/implantação.

X - SUPORTE TÉCNICO.

10.0 - A CONTRATADA deverá disponibilizar uma ferramenta eletrônica de registro de solicitação de serviços, configurável, para os níveis mínimos de serviços exigidos pelo CONTRATANTE, bem como o atendimento via Telefone.

10.1 - Entende-se por chamados via ferramenta eletrônica de registro de solicitações de serviços aqueles que permitindo aos usuários da CONTRATANTE abertura de chamados. As solicitações de atendimento serão recebidas pela CONTRATADA, identificada a natureza do problema e encaminhada aos seus respectivos especialistas, que irão proceder o atendimento e registro dos procedimentos efetuados. Nos casos que houver a necessidade de

intervenção dos técnicos para a realização de procedimentos nos aplicativos instalados e implantados na CONTRATANTE, tais serviços sempre que possível poderão ser realizados remotamente acessando os sistemas da CONTRATANTE. Dependendo das circunstâncias e nível de prioridade o atendimento ao chamado deverá ser realizado in loco na sede da CONTRATANTE.

10.1.1 Serviços de suporte técnico operacional e atualização tecnológica:

- a) Estão compreendidos nos serviços de suporte operacional (garantia de funcionalidade e operabilidade nos softwares objeto da licitação) a resolução de dúvidas operacionais nos softwares aos usuários da Prefeitura telefone convencional.
- b) Esse tipo de serviço deve ser realizado para esclarecimentos de dúvidas do (s) servidor (es), sempre acompanhada por responsável que estará no ambiente interno da Prefeitura.
- c) Quando se tratar de intervenção no sistema (alterações), para inclusão de novas ferramentas não previstas no conjunto original do software, via conexão remota, ou seja, através de programas como NetMeeting, logmein, ultravnc e outros (demanda variável) dependerá de apresentação de orçamento específico, a ser apresentado caso a caso, atendendo solicitação da Administração Municipal de Herval d'Oeste.
- d) A CONTRATADA deverá promover a contínua atualização legal dos softwares Prefeitura, na versão adquirida, e possíveis relases, de forma que o objeto deste edital atenda a legislação federal e estadual vigente, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

10.1.2 Serviços técnicos especializados (pagos por hora técnica):

a) Atendimento técnico via conexão remota e atendimento técnico local:

- I. No que tange as intervenções técnicas locais, devem ser realizadas no ambiente da Prefeitura e Fundos do Município, somente quando constatado que a inconsistência/erro exige tal disposição, devendo primeiramente observar a proponente via conexão remota (via NetMeeting, logmein, ultravnc e outros) a possibilidade de sua resolução, sem custo adicional para a CONTRATANTE.
- II. Constatando a proponente que a solução do problema/inconsistência exigir complexidade maior e for necessário o atendimento local, deve primeiramente enviar orçamento a contratante para ser aprovado, da mesma forma se o trabalho embora complexo puder ser realizado via conexão remota, deverá enviar orçamento antes da realização do atendimento.
- III. Os referidos serviços serão pagos por hora técnica solicitada e autorizada, estando aqui inclusos os serviços de capacitação e treinamento, pós-implantação, operação do sistema e outros que exijam profundo conhecimento sobre os aplicativos.
- IV. Erros, inconformidades causadas pelos usuários dos softwares da Prefeitura e Fundos do Município, ou por fatores alheios aos aplicativos (vírus e afins) serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

b) Serviços de capacitação e treinamento (pós-implantação):

- I. Havendo necessidade, poderá ser solicitado o treinamento de reforço para novos usuários, para a operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos.
- II. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

- III. A CONTRATANTE convocará a proponente para efetivação de programa de treinamento destes novos usuários. Estes treinamentos poderão ocorrer via web ou realizados em ambiente a ser fornecido pelo Município,
- IV. O recebimento dos serviços de treinamento ocorrerá mediante apresentação de documento próprio da CONTRATADA, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para cada serviço serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada, mediante apresentação de Nota fiscal, e após liquidação da mesma no departamento competente.

XI - CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES

11.0 - Entende-se por customização os serviços de pesquisa, análise, desenvolvimento, avaliação de qualidade e homologação de softwares, por solicitação da CONTRATANTE, a ser orçada e paga por hora técnica.

11.1 - Nestes serviços estão compreendidos, dentre outros, a implementação de novas telas, relatórios e outras especificidades não abrangidas nas descrições obrigatórias mínimas dos programas/módulos constantes deste termo de referência.

11.2 - A CONTRATADA deverá disponibilizar uma ferramenta eletrônica de registro de solicitação de serviços, configurável, para os níveis mínimos de serviços exigidos pelo CONTRATANTE.

XII - ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS - GENÉRICAS A TODOS OS SOFTWARES

12.0 - As características abaixo são de cumprimento obrigatório a todos os programas objeto da licitação.

- a) *Ser desenvolvido para atendimento das normas legais federais e estaduais vigentes.*
- b) *Os sistemas devem ser desenvolvidos em linguagem Java, PHP, C# ou outra operável via Internet.*
- c) *O software Web desenvolvido pelo proponente deve ser funcionar/rodar, no mínimo, nos seguintes Sistemas Operacionais:*
 - *Windows;*
 - *Unix/Linux;*
 - *Android;*
 - *IOS;*
- d) *O software Web desenvolvido pelo proponente deve ser acessível pelo menos nos seguintes navegadores: Internet Explorer (versão 9 ou superior), Firefox (versão 10 ou superior), Chrome (versão 16 ou superior) e Safari (versão 5 ou superior). Não deverá exigir emulador, runtimes ou plugins para uso da aplicação, exceto em casos onde houver necessidade de software intermediário para acesso a outros dispositivos como leitor biométrico, impressoras, leitor de e-CPF/e-CNPJ.*
- e) *Controlar as permissões de acesso ao sistema através de cadastros de usuários. Contendo as seguintes funcionalidades:*
 - *Definição de grupos de usuários, permitindo relacionar o usuário a um ou mais grupos;*
 - *Definição de senha para o usuário;*
 - *Possibilitar ao administrador a desativação do usuário.*
- f) *Controlar as permissões de acessos por usuário e grupo de usuários, com definição das permissões de consulta, alteração, inclusão, exclusão e outras operações como: imprimir, estornar, cancelar, calcular, desativar, etc., quando disponíveis, por telas individualmente.*

- g)** Garantir a integridade das informações do banco de dados em casos de queda de energia, falhas de software ou hardware, utilizando o conceito de controle de transações.
- h)** Permitir acesso ao SGBD instalado nos servidores da contratante apenas pela aplicação Web (para fins de operação) ou console de administrador (próprio ou de terceiros) sendo que este deve possuir:
- Login controlado através de usuário e senha
 - Registro de todas as instruções SQL executadas, bem como operações de backup e restore.
- i)** O software Web desenvolvido pela proponente por motivos de segurança de aplicações web deve ser acessível por protocolo HTTPS, ficando a cargo da contratada a aquisição de certificado de uma entidade fornecedora para funcionalidades executadas nos servidores do ambiente interno.
- j)** As validações básicas dos objetos de entrada de dados (campo, lista, etc.) devem realizadas diretamente no cliente. Considerar validações básicas como: formato de data, data válida, número válido de CPF, CNPJ e PIS, informações obrigatórias, onde não há necessidade de requisições ao servidor evitando tráfego de dados desnecessário.
- k)** Todas as telas de consulta do software desenvolvido pela proponente devem disponibilizar no mínimo os seguintes recursos para os sistemas "Cloud Computing":
- Informar e adicionar filtros personalizáveis pelas chaves de acesso disponíveis ao cadastro, de maneira isolada ou combinada;
 - Utilizar diversos operadores de consulta, sendo que no mínimo os seguintes são obrigatórios:
 - Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contem, Não Contém, inicia com, e Entre;
 - Disponibilizar opção de ordenação das colunas disponíveis na consulta;
 - Número de registros por página;
 - Disponibilizar atalhos para operações pertinentes aos registros apresentados.
- l)** Permitir consulta ao log de todas as operações realizadas no sistema, exibindo no mínimo as seguintes operações:
- Tipo da Operação (inclusão, alteração e exclusão);
 - Usuário que realizou a operação;
 - Data/Hora.
- m)** Aceita a incorporação da assinatura eCPF nos seguintes procedimentos:
- Recebimento/Envio de Processos por meio digital;
 - Escrituração Fiscal (Declaração de Serviços prestados e tomados)
- n)** Permitir acesso as telas de consulta de dados relacionados, através de telas de manutenção conforme contexto da informação, e recurso de auto completar. Ex: No cadastro imobiliário ao solicitar informação do proprietário, permitir pesquisar o código do mesmo através da tela de consulta de pessoas.
- o)** A navegação entre os campos da tela deve poder ser realizada através da tecla Enter e Tab.
- p)** Gerador de relatórios
- Permitir a criação de textos de documentos e etiquetas considerando o conjunto de informações administradas

- *Propiciar a visualização em tela antes da impressão*
- *Conter assistente para elaboração de relatórios, com as seguintes características:*
 - *Permite o uso de filtros específicos para o relatório.*
 - *Disponibiliza campos para entrada de dados no momento da execução do relatório.*
- *Permite a edição de relatórios de forma avançada, com opções de adição de código avançado, formatação de campos, adição de imagens ao corpo do relatório*

XIII - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 Justificativa da necessidade da contratação e da solução tecnológica adotada

Inicialmente, faz-se necessário estabelecer que a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, necessita manter um sistema informatizado para gestão de processos nas diversas áreas do município, de forma, a evitar o trabalho manual e a possibilidade de falha nos controles necessários às atividades municipais.

O Município não dispõe de equipe ou departamento de TI para alocar no desenvolvimento dessa solução, nem se afiguraria vantajoso contratar pessoal para tal, dada a exiguidade do prazo e o fato de que desenvolver sistemas de informação não é a finalidade do serviço público, a qual é o bem-estar da população. Destacamos que o custo do desenvolvimento é extremamente alto quando comparado a outras soluções tecnológicas.

As soluções disponíveis no mercado que prometem suportar os processos de gestão municipal, promovendo qualidade e agilidade das informações no fluxo entre as diversas secretarias do Município, desta forma a Administração deve buscar uma solução de mercado que atendas as necessidades apresentadas neste Termo de Referência.

Por fim, em razão das críticas à solução a ser contratada, a sua escolha não poderá deixar de analisar prova de conceito, bem como não poderá deixar de rescindir com a futura contratada caso ocorra o inadimplemento da implantação nos prazos ajustados.

13.2. Resultados esperados com a contratação

Através da presente contratação a Administração Municipal busca aprimorar o fluxo das informações relacionadas ao processo gerencial e administrativo, agilizando as atividades municipais com a informatização dos setores.

Além disso busca-se atender as demandas da Administração Municipal em relação a softwares de gestão pública em ambiente de nuvem, desonerando-se a aquisição e manutenção de servidores de aplicativos e servidores de bancos de dados, softwares e demais estruturas de rede.

Uma das necessidades na busca de soluções em Tecnologia da informação é de desburocratizar os fluxos, dando agilidade, rapidez e segurança na execução das atividades relacionadas ao processo gestão do município.

Considerando a transparência pública, busca-se melhorar os controles internos e a transparência dos resultados envolvendo os processos administrativos do município., bem como cumprir Instruções Normativas do TCE e prestar contas de forma automatizada, através dos softwares contratados.

Com a presente contratação espera-se ainda realizar a Integração dos serviços das diversas áreas meio da Administração, evitando retrabalho.

Outro ponto que espera-se alcançar com a presente contratação, e buscar uma solução que permita uma crescente digitalização da administração pública, através do trâmite e gestão eletrônica de documentos, buscando gradativamente eliminar o fluxo de papéis, com o processo todo informatizado.

13.3. Relação demanda X necessidade

A demanda da Administração Municipal é por uma solução de tecnologia da informação e serviços complementares que permitam automatizar de forma integrada os processos de gestão da Prefeitura Municipal e seus Fundos, os quais são executados envolvendo o trabalho de diversas secretarias e departamentos, bem como Poder Legislativo

A demanda relacionada à quantidade foi estimada considerando a natureza de cada serviço e as necessidades das diversas secretarias e departamentos envolvidos

13.4 Justificativa da solução escolhida

Ao realizar o estudo e optar pela contratação de um sistema de gestão para gerir as informações municipais fundamentamos a decisão no equilíbrio entre as necessidades e as possibilidades do Município; a necessidade de se adaptar às soluções tecnológicas exigidas pela atual demanda, pelos órgãos de controle e fiscalização e a possibilidade de contratar soluções disponíveis no mercado.

Como alternativas genéricas temos:

- 1) desenvolver software;
- 2) manter software com fonte;
- 3) adquirir licença permanente de uso de software;
- 4) locar software;
- 5) adotar software público.

As alternativas 1 e 2 não são convenientes uma vez que o Município não dispõe de pessoal técnico nem expertise para desenvolver e/ou manter o software, sem uma equipe de desenvolvimento, o serviço de manutenção deve ser contratado, diante das frequentes alterações das normas legais. Ocorre que o serviço de manutenção além de não tornar a ferramenta eficiente, tem um alto custo, pois precisa de profissionais específicos para determinado projeto de manutenção.

A Aquisição de licença permanente torna-se inviável uma vez que há uma constante evolução dos sistemas e um software licenciado permanente, não propiciaria o acompanhamento desta evolução.

Já os softwares livres (opção 5) demandariam uma manutenção da instalação dos sistemas e administração dos mesmos de forma mais complexa dificultando a busca de profissionais qualificados para o serviço, além disso, é fato que os softwares livres possuem pouca estabilidade, não podendo a Administração Pública ficar a mercê de falhas rotineiras.

Em razão da volatilidade das normas legais e conseqüente necessidade de customização dos sistemas, o caráter essencial da solução é o serviço de manutenção, acompanhado do atendimento ao usuário, situação que melhor se equaciona com a locação de software (opção 4), a qual também se mostra mais vantajosa financeiramente diante da gama de empresas que realizam o serviço e focam suas atividades no atendimento de milhares de municípios que possuem demandas semelhantes.

Além disso, especificamente em relação à solução tecnológica em nuvem para administração pública, este modelo de serviço agrega maior agilidade da administração na entrega de serviços e em sua atualização tecnológica, suporte a iniciativas de Big Data e dados abertos – facilitando a abertura de informações governamentais que hoje se encontram em sistemas que controlam as operações cotidianas da Administração –, atendimento a picos de demanda de serviços pela internet sem necessidade de alocar grande quantidade de recursos fixos, a contratação de serviços em nuvem pode levar a uma redução de desvios e irregularidades, quando comparada às múltiplas contratações de máquinas, licenças de software, manutenção e suporte necessários para a operação de CPD próprio, e por fim, agilidade e economia na entrega de serviços para instituições públicas com unidades descentralizadas, que podem ter serviços disponibilizados por meio de acesso à internet, tal situação já foi devidamente chancelada em recente posicionamento do Tribunal de Contas da União (Acórdão n. 1.689/2019), bem como faz parte das boas práticas de contratação de TIC estabelecidas na Instrução Normativa 01/2019

editada pelo Ministério da Economia.

Por fim, a necessidade de contratação de uma solução integrada é imprescindível para integração dos processos administrativos municipais, de modo, a permitir maior agilidade na execução das tarefas administrativas entre os setores, evitar o retrabalho e principalmente a divergência de informações em razão da ausência de um banco de dados integrado. Tal solução permitirá, também, a padronização de toda a estrutura tecnológica de gestão, permitindo que as ferramentas de gestão de custos e gerenciamento inteligente criem cenários combinando dados das mais variadas áreas de aplicação.

Sobre o assunto, o website <https://portalerp.com/erp/5-entenda-erp>, há vantagens objetivas estatisticamente definidas com o uso de uma plataforma única. Ademais, é importante destacar que os principais benefícios que podem ser experimentados pelas administrações públicas com a utilização do ERP é a redução da despesa com TI, melhoria do tempo de resposta às alterações da legislação, melhor controle, padronização de procedimentos, dentre vários outros.

Diante disso, inviável a divisão da licitação em vários grupos/lotos, haja vista a perda de garantia de integridade referencial de dados caso duas ferramentas de desenvolvedores distintos começassem a se intercomunicar, alterando concomitantemente importantes bases de dados que seriam distintos. Nesta hipótese, haveria sério entrave técnico, tornando mais onerosa e menos confiável a contratação em caso de consórcios ou diversas empresas.

Noutro lado, há de se destacar a economia de escala obtida com a contratação de uma única empresa, já que, por exemplo, haverá apenas um gerenciador de banco de dados a ser assimilado e gerido, e todas as ferramentas seriam rodadas a partir de plataforma única, o que evitaria manutenções em diversas plataformas, temos ainda que a contratação de sistema único integrado evita a necessidade de dupla ou tripla capacitação da equipe de T.I. da prefeitura em diversas tecnologias de concepção distintas voltadas à fiscalização do serviço.

Portanto, com o estabelecimento de lote único, o setor de T.I.C. do município não precisará estar concomitantemente capacitado e atualizado com diversas tecnologias distintas, além de se evitar o desperdício de dinheiro público com o pagamento das despesas de duas ou mais equipes de implantação concomitantes, ou ainda, com o desenvolvimento e manutenção de ferramentas de integração dos mais diversos sistemas, e que lamentavelmente somente poderiam ser desenvolvidas a partir da definição dos vencedores, com considerável perda de tempo e recursos públicos.

Enfim, diversas razões de interesse público recomendam a licitação em lote único, de modo que ao contrário do que o olhar técnico – porém abstrato e dissociado do contexto administrativo – indica, há significativas justificativas para a licitação de softwares de gestão em lote único, à exemplo do que vem fazendo a quase totalidade dos municípios brasileiros, cumprindo salientar que ao contratar sistemas com apenas uma empresa, será utilizado apenas um servidor e um gerenciador para todos os bancos de dados, será preciso apenas uma plataforma para interação entre os sistemas e ainda, economizando-se com manutenção, treinamentos, fiscalização, dentre outros.

13.5 Descrição da solução

Trata-se de software de gestão pública municipal, aliado a serviços correlatos, na forma de produto estabilizado e disponível no mercado brasileiro, com capacidade de automatizar os requisitos técnicos deste Termo de Referência.

13.5.1. Atributos gerais

A caracterização do sistema de gestão pública demandado pressupõe que um mesmo dado seja digitado uma única vez dentro deste sistema. Não serão admitidos sistemas com módulos que exijam a digitação de dados de um módulo em outro, caso seja esta a disposição técnica oferecida pelo fornecedor.

O software licenciado somente poderá limitar o acesso dos usuários aos atributos do sistema caso seja exigência do administrador.

O Município poderá solicitar a customização no software, ou seja, alterações nas suas funcionalidades para atender as demandas legais. Para atender à solicitação, a contratada informará o prazo para atendimento, que não poderá ser superior

ao prazo estabelecido em lei, estando condicionada a homologação pelo solicitante.

A contratada deverá dispor de acesso virtual, para atendimento e suporte aos usuários, disponível em dias úteis e em horário comercial.

As atualizações nos softwares, como correções de erros e novas versões, devem ocorrer de forma automática, sem a intervenção dos usuários.

O modelo de tecnologia utilizado no processamento e armazenamento dos dados deverá ser em nuvem pública, funcionando no ambiente de computação distribuída, de modo, que ela deverá compartilhar recursos entre usuários e permitindo o trabalho de maneira muito rápida.

Deverá, ainda, ter alta disponibilidade de servidores, minimizando as chances de falha de infraestrutura. Deverá apresentar alta confiabilidade, diante de sua flexibilidade, podendo ser migrado imediatamente de um servidor, para outro, sem a necessidade do desligamento e indisponibilidade dos serviços. Deverá permitir realizar os usuários acessem o sistema usando um navegador da Web, podendo fazer isso, independentemente de sua localização, ou de qual dispositivo eles usem. Por exemplo: PC, telefone celular, *tablet* e qualquer outro dispositivo, conectado com a internet. Como a infraestrutura é externa; geralmente fornecida por terceiros; e acessada pela Internet, os usuários deverão poder se conectar de qualquer lugar. Ademais características obrigatórias e as regras de negócio estão especificadas no item

13.6 Economicidade da Contratação

A locação de software apresenta-se mais econômica do que desenvolvê-lo ou contratar a manutenção para software já existente, haja vista a necessidade de contratação de equipe especializada, o que também impactaria no tempo de desenvolvimento e alto custo de produção/manutenção, situação que não é viável tanto do ponto de vista financeiro quanto de tempo, a qual poderia colocar a gestão administrativa do município em maior risco.

Assim, a presente contratação revela-se vantajosa, uma vez que apresenta alternativa para atender as normas legais, em padrão de segurança estabelecido nos requisitos técnicos deste Termo de Referência, a um custo-benefício inferior as alternativas apresentadas.

Nesse sentido, evidencia-se que o custo-benefício demonstrado é altamente significativo para Administração, pois além da economia verificamos outros ganhos como a redução de erros, de retrabalho e maior eficiência e eficácia na gestão e operacionalização das atividades da Administração Pública Municipal de Herval d'Oeste

13.7. Classificação dos serviços, regime de execução, forma de seleção, prazo de vigência do contrato.

Os serviços constantes deste termo de referência são considerados comuns de caráter continuado, haja vista que as especificações detalhadas, estabelecem padrões de desempenho e qualidade para cada item de serviço descrito, de forma, que podem ser atendidas por diversos fornecedores no mercado brasileiro, bem como esta Administração necessita desses serviços rotineiramente para suas atividades gerenciais e de negócio

A presente contratação deverá adotar como regime de execução a empreitada por preço unitário.

Tratando-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, deverá ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão presencial, pelo tipo menor preço global.

O prazo de vigência da contratação deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por iguais e sucessivos períodos, com base no artigo 57 da Lei 8.666, de 1993.

13.8. Do uso do Pregão Presencial

Considerando a importância da presente contratação, bem como todas as especificidades do serviço a ser contratado se faz imprescindível a realização de prova de conceito, a fim de examinar a compatibilidade entre o que está sendo ofertado pelo

licitante e o que está sendo pretendido pela Administração.

Frise-se que o exame de conformidade não apenas é lícito, mas recomendável para evitar a repetição de licitação, quando o licitante vencedor, tendo já a licitação adjudicada para si, oferece produto incompatível com as especificações técnicas ou de qualidade inaceitável.

Também vale destacar que a exigência da amostra deve ser realizada apenas do primeiro classificado no certame na fase de julgamento de propostas, conforme orientação do próprio Tribunal de Contas da União.

Importante estabelecer, ainda, que a análise da amostra técnica, neste caso, demanda a apresentação presencial das características gerais e específicas do sistema, uma vez que na análise dos requisitos exigidos será verificada a utilização prática das funcionalidades, bem como a estrutura tecnológica da solução apresentada, o que será avaliado por uma equipe técnica do Município.

Vale esclarecer também que a apresentação presencial se faz necessária para evitar a burla no processo de amostra, uma vez que a solução tecnológica pretendida pode ser simulada em plataformas de teste, em construção ou mesmo em vídeos pré-programados.

Por derradeiro, são inúmeras as características a serem demonstradas, o que demandará aproximadamente de 03 (três) a 05 (cinco) dias de apresentação.

Considerando as informações acima delineadas, não resta outra conclusão senão que a amostra no presente caso é procedimento incompatível com o pregão eletrônico, primeiro, porque legalmente não existe a modalidade de pregão híbrida (presencial/eletrônico), na qual se imiscuiria parte do procedimento via internet outra presencial para amostra técnica. Noutro lado, não se pode olvidar que a mistura do pregão, além de confusão impactaria na rapidez, eficiência e na economicidade da realização da licitação.

Por fim, não se pode olvidar que o atual texto da nova lei de licitações, já aprovado em primeiro turno, reconhece a necessidade do uso do pregão presencial para contratações onde haja inviabilidade técnica, desvantagem para Administração ou que demandem a realização de exame de conformidade. Vejamos o que dispõe os incisos I e II do parágrafo § 2º do artigo 15:

(...)

“Art. 15. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

§ 2º As licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, **admitida a utilização da forma presencial nas hipóteses de:**

I – comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração;

II – contratações que demandem verificação de conformidade do objeto a ser contratado;”

(...)

Nesses termos, não resta alternativa senão a adoção da modalidade do pregão presencial para a presente contratação.

XIV - ASPECTOS TÉCNICOS DOS SISTEMAS

Abaixo o detalhamento tecnológico dos sistemas

- Permitir a visualização dos relatórios em tela de todos os módulos, antes de imprimi-los, podendo em seguida fazer a impressão sem trocar de tela, bem como a gravação do mesmo em formato PDF, com saída em arquivo de mídia ou disco rígido e a seleção da impressora da rede desejada.
- Garantir que os relatórios tenham totalização a cada quebra de item e geral.
- Garantir que os sistemas tenham integração total entre seus módulos e funções.
- Deverá apresentar ícones, botões e opções de menu habilitados e não habilitados de modo diferenciado.
- Utilizar a língua portuguesa para toda e qualquer comunicação dos sistemas aplicativos com os usuários.

- Todos os sistemas deverão atender a legislação municipal em vigor na data do contrato, e as legislações estadual e federal.
- Permitir o cadastro de unidades organizacionais do órgão de maneira hierarquizada.
- Permitir personalizar relatórios e telas com a identificação da Prefeitura.
- Permitir personalizar relatórios e documentos gerados com a identificação da Prefeitura.
- Possibilitar a troca de arquivos com órgãos externos, como os agentes arrecadadores, municípios, estados e união, enviados através da internet ou redes de pacotes.
- Garantir o acesso ao sistema somente após validar login e senha.
- Para acessar o sistema, o usuário operador será necessário possuir seu cadastro previamente gerado por outro usuário com direitos administrativos (administrador). O usuário administrador poderá criar o usuário operador, atribuindo-lhe permissões e funcionalidades do sistema, de acordo com o perfil da função que o usuário operador exercerá. O sistema deverá ofertar opções para diferenciar o usuário operador quanto a perfil e acessos.
- Permitir ao município liberar e bloquear acessos de usuários.
- Permitir ao usuário alterar sua senha pessoal sempre que desejar.
- Possuir identificação única para cada usuário, por meio de login e senha individualizada, de forma a permitir auditoria, controle de erros e de tentativas de invasão.
- Possuir mecanismo de time out para logoff de usuários após determinado tempo de inatividade, a ser parametrizado.
- Permitir integração com soluções de terceiros, tais como OpenLDAP ou preferencialmente MS Active Directory, possibilitando a autenticação no sistema mediante consulta a uma base de usuários centralizado.
- Possuir regras de composição e de tamanho mínimo de senhas.
- Garantir que o sistema armazene as senhas de acesso em modalidade criptografada.
- Não permitir que a senha de acesso do usuário seja visualizada nos aplicativos do sistema
- Permitir a criação de grupos de acessos.
- Permitir a inserção de usuário como membro de um ou mais grupos de acessos.
- Permitir a cópia de direitos de acesso de um grupo de usuários para outro.
- Permitir que seja criado os perfis de permissões de acesso gerais e especiais para cada grupo de acesso.
- Dispor de rotinas que permitem o controle de acesso aos usuários aos módulos e funções com a área de atuação de cada usuário dentro do sistema. (Perfis)
- O sistema deverá permitir a criação de perfis, estes perfis conterão os acessos às funcionalidades e direitos do sistema definidos pelo usuário administrador. Um perfil poderá ser criado com direitos apenas de consulta de registro no sistema, para que as funcionalidades atribuídas ao usuário operador tenham acesso apenas à consulta.
- Garantir controle parametrizável dos acessos dos usuários às funcionalidades do sistema de acordo com permissões associadas aos seus perfis.
- Permitir que os usuários visualizem apenas os botões nos sistemas aos quais ele tem direito de acessar.
- Permitir associar um ou mais perfis de autorização para cada usuário.
- Deverá armazenar compondo de forma histórica todas as alterações efetuadas na base cadastral, registrando a informação original e a informação alterada e ainda a data, hora e usuário responsável pela manutenção.
- Prover controle de restrição de acesso às funções do aplicativo através do uso de senhas. A política de senhas será definida de acordo com o cargo, competência e o setor de cada usuário.
- Possibilitar o registro de todas as alterações, adições, exclusões, cancelamentos de dados e lançamentos. Qualquer modificação no sistema deve ficar registrada o dia, a hora, o usuário e a respectiva matrícula de quem efetuou a alteração.
- Registrar em arquivo de auditoria todas as tentativas bem sucedidas de login, bem como os respectivos logoffs, registrando data, hora e o usuário.
- Manter registros de log para auditoria de quando cada usuário entra e sai do sistema, além de tudo feito por ele (data, hora, endereço IP e identificação do usuário além de cada ação executada pelo usuário).

- Possuir ferramenta de BACKUP que possibilite a automatização do mesmo. No caso de ocorrência de inconsistências na execução do backup, a ferramenta deverá emitir um aviso, via e-mail, sms e/ou outros meios.
- Deverá ainda permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:
 - Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados.
 - Permitir agendamento do backup.
 - Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos softwares.
 - Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas).
 - Possuir relatório de backups efetuados.
- Manter na íntegra todas as transações mesmo em quedas de energia ou falhas de software/hardware.
- Garantir a integridade referencial das tabelas durante as transações.
- Manter registro das operações efetuadas na base de dados, com no mínimo: usuário, data, hora, tipo de operação, conteúdo anterior e conteúdo atual.
- Possuir permissões de acesso individualizadas e por perfis. Poderá ser através de usuário e senha (preferencialmente a senha ser digitada em teclado virtual). Opcionalmente, a licitante poderá disponibilizar o acesso também através de certificado digital no padrão ICP-Brasil.
- Utilizar protocolo SSL que criptografa os dados trafegados através da Internet.
- Criptografar todas as senhas dos usuários da solução.
- Os softwares deverão ser multitarefa, permitindo ao usuário o acesso a diversas rotinas simultaneamente em uma única janela do aplicativo a partir de um único login, com possibilidade de minimizar e maximizar quando desejar, realizando várias consultas ou operações simultaneamente.
- Os softwares deverão obrigatoriamente possuir gerador de relatórios integrado aos sistemas, com interface para o usuário em língua portuguesa, que possibilite ao usuário as seguintes funcionalidades mínimas:
 - Permitir que os relatórios desenvolvidos sejam acessados e executados por dentro dos sistemas, usando todas as funções disponível no banco e dados.
 - Permitir que os relatórios desenvolvidos pelo usuário sejam mantidos no Sistema e que esteja acessível para todos os usuários do sistema logo após ser salvo.
- O software deverá permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao sistema. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos na mesma janela da barra de ferramentas sem necessidade de novo login.
- O software deverá possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetem a um determinado trecho da documentação.
- O software deverá possuir filtro para o processamento de relatórios de um ou mais relatórios que terão como saída à impressora ou um arquivo no formato PDF e XLS. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.
- Possuir o acesso rápido aos relatórios do sistema, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema.
- Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os softwares:
 - Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas.
 - Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração.
 - Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada.
 - Dispor de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL.
 - Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.
- Os softwares deveram permitir a emissão de relatório ou gráfico referente aos acessos ao sistema,

demonstrando os usuários que efetuaram login, data e hora de entrada e saída.

- Permitir configurar hipóteses de “Auditoria”, que deverão disparar um e-mail automaticamente, sem intervenção ou possibilidade de ingerência do usuário, ao gestor ou controlador responsável. Por exemplo: criar uma consulta para o sistema da receita onde será enviado um e-mail ao Prefeito caso a receita tenha uma queda considerável.
- Possuir auditoria automática nas tabelas dos sistemas registrando todas as operações de inclusão, exclusão e alteração, data, hora e usuário que efetuou a operação, mantendo a informação anterior para consulta dos dados antes da alteração efetuada.
- Permitir geração de relatórios em formatos PDF, MS Word, Texto e MS Excel e exportação de relatórios para as seguintes extensões CSV, DOC, PDF, RTF, Texto e XLS.
- Todos os Módulos, com exceção dos serviços web, deverão ser desenvolvidos em uma mesma linguagem de programação, possuindo a mesma definição de telas e teclas de atalho, sendo todos os módulos desenvolvidos pelo mesmo fabricante e rodando na mesma plataforma de Banco de Dados Relacional. Tendo em vista que o município busca manter padronização, integração e homogeneidade de todos os produtos utilizados.
- Deverão ser gerados todos os arquivos pelos sistemas de intercâmbio de dados para alimentar automaticamente os sistemas de Auditoria adotados pelo Tribunal de Contas do Estado, conforme layouts e parâmetros estipulados pela referida Instituição.
- O sistema deverá gerar arquivos em qualquer outro modelo de leiaute de interesse da prefeitura dentro de prazo a ser estipulado pela referida Instituição.

XV - ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS – ESPECÍFICAS DE CADA SOFTWARE

15.0 - Abaixo as Especificações obrigatórias a cada software/sistema/módulo

PORTAL DO SERVIDOR PUBLICO	
1	Possibilitar a integração de dados com módulo de Folha pagamento
2	Permitir o acesso de servidores e estagiários (Ativos/Demitidos), possibilitando a seleção de matrículas e contratos ativos ou não.
3	Possibilitar consulta e emissão do recibo de pagamento de qualquer processamento calculado em folha (Folha mensal, complementar, adiantamento, férias, 13º adiantamento e 13º integral) podendo emitir de maneira consolidada o recibo quando o processamento for o da folha mensal e Férias.
4	Permitir a emissão do comprovante de rendimentos.
5	Permitir consultar e emitir a ficha financeira do usuário, detalhando as verbas de provento e descontos.de cálculo, podendo o usuário alternar entre suas matrículas de uma mesma entidade.
6	Permitir a consulta e emissão dos registros de marcações de ponto
7	Permitir que o usuário visualize seus dados contratuais e pessoais das matrículas do tipo funcionário e estagiário. Os demais tipos não terão acesso aos dados contratuais, apenas aos dados pessoais, na entidade que está vinculado.
8	Permitir que o servidor realize requisições ao departamento de recursos humanos, possibilitando que o mesmo acompanhe os trâmites e o status da solicitação, bem como, o registro de todas as requisições já realizadas pelo funcionário.
9	Possibilitar que sejam realizadas requisições dos seguintes tipos: Capacitação/treinamento, Férias, Licenças, Adiantamentos (salariais, férias e 13º salário), Benefícios, Folga, dúvidas, marcação de ponto (alteração, inclusão e exclusão), e Prova de vida. Nas solicitações, possibilidade de incluir anexos.
10	Permitir que um usuário administrador, ou um usuário que possua permissão, possa realizar a tramitação das

	solicitações feitas pelos funcionários, aprovando ou reprovando as mesmas.
11	Permitir ao usuário visualizar suas solicitações registradas.
12	Permitir a consulta e atualização de informações da entidade, como endereço, telefone, fax, e-mails, horário de funcionamento e site.
13	Permitir listar informações relativas aos servidores que tem acesso e também os que não tem acesso ao sistema.
14	Permitir que o usuário se vincule a uma entidade através de token de permissão de acesso.
15	Permitir a geração em lote de usuários de entidade.
16	Permitir gerenciar as permissões por grupo de usuário ou de cada usuário individualmente.
17	Permitir realizar o login utilizando o CPF.
18	Permitir a alteração de senha pelo próprio usuário.

PROTOCOLO	
1	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a emissão de etiquetas previamente configurada, para processos já registrados no sistema. Sendo possível informar um intervalo de datas de abertura do processo para emissão.
2	Possibilitar ao servidor público realizar análise das solicitações cadastradas pelo cidadão. Sendo possível visualizar os dados do cidadão, bem como os documentos anexados exigidos pelo órgão público e os documentos anexados pelo cidadão no momento da abertura da solicitação. Deve ser possível visualizar os documentos diretamente em tela e realizar o download de todos os documentos anexados de uma única vez.
3	Possibilitar que o servidor retorne as solicitações de abertura ao solicitante para que o mesmo realize a anexação de documentos que foram anexados de forma errônea pelo solicitante.
4	Possibilitar que o servidor e o solicitante sejam notificados quando a solicitação for retornada.
5	Possibilitar aos servidores configurar e liberar a emissão da guia de pagamento para o convênio CNAB240 do Sicredi, de modo que os contribuintes possam fazer as impressões dos boletos e o respectivo pagamento de acordo com o convênio do município.
6	Possibilitar ao cidadão, ao registrar uma solicitação de serviços, a apresentação das informações adicionais, permitindo a inclusão de informações não previstas nos campos padrões do cadastro.
7	Possibilitar ao cidadão consultar seus processos por situação, sendo possível filtrar por: <ul style="list-style-type: none"> * Todos os processos * Processos encerrados * Processos em análise * Processos não analisados * Solicitações pendentes
8	Possibilitar ao cidadão a visualização das movimentações realizadas no processo consultado, para que possa identificar em qual situação o processo se encontra no momento da consulta.
9	Possibilitar ao cidadão que possua permissão, a visualização dos pareceres realizados no processo consultado.
10	Possibilitar ao cidadão a visualização dos documentos anexados e pendentes de anexação dos processos consultados.
11	Possibilitar ao usuário inserir informações de encerramento e arquivamento do processo, para que o cidadão possa

	identificar em qual local seu processo foi encerrado e arquivado, bem como os motivos do encerramento do mesmo.
12	Possibilitar ao cidadão incluir anexos ao realizar uma solicitação de abertura externa de processos.
13	Possibilitar ao cidadão a visualização dos andamentos realizados no processo consultado, para que possa identificar em qual local o seu processo se encontra no momento da consulta
14	Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema, possibilitando utilizar certificados digitais do Tipo A1 e A3.
15	Possibilitar a visualização em gráfico do total de processos criados, e a situação de cada um dos processos na abertura externa de processos.
16	Permitir aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página ,realizar a personalização dos menus do sistema, podendo retirar cadastros, processos e relatórios que não serão utilizados, como também configurar o posicionamento de cada funcionalidade conforme a necessidade do usuário.
17	<p>Possibilitar a emissão de relatório de processos</p> <p>{panel:title= Filtros para emissão do relatório}</p> <p>Emitir com:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Capa do processo * Documentos ** Documentos entregues ** Documentos pendentes * Andamentos * Movimentações * Reativação de processos * Todos os pareceres (ao setar essa informação o filtro _Apenas o último parecer_ deve ficar desabilitado) Deve vie setado * Apenas o último parecer (ao setar essa informação o filtro _Todos os pareceres_ deve ficar desabilitado) * Ajuntamento * Taxas * Capa de encerramento <p>Formato de saída</p> <ul style="list-style-type: none"> * PDF * HTML * XLS <p>{panel}</p> <p>{panel:title=Gerar relatório contendo as seguintes informações conforme filtros selecionados}</p> <ul style="list-style-type: none"> - *Capa do processo* - *Documentos* <p>Documentos entregues</p> <ul style="list-style-type: none"> ** Seq. ** Documento ** Descrição ** Número ** Emissão ** Observação ** Vencimento ** Anexo <p>Documentos pendentes</p> <ul style="list-style-type: none"> ** Documento ** Descrição

- *Andamentos*

** Organograma
** Enviado por
** Enviado em
** Recebido por
** Recebido em
** Lote/Ano
** Transferência
** Observação

- *Movimentações*

** Tipo de movimentação
** Movimentado em
** Movimentado por
** Local de movimentação
** Motivo

- *Reativação de processo*

** Tipo de movimentação
** Reativado por
** Reativado em

- *Pareceres*

** Código do parecer
** Parecer
** Por
** Parecer dado em
** Resultado
** Organograma
** Conclusivo

- *Anexos do parecer*

** Nome do arquivo
** usuário
** Data/hora
** Anexo

- *Ajuntamentos*

** Processo ajuntado
** Data ajuntamento
** Status

- *Taxas*

*Quando não geradas
** Taxa
** Descrição
** Numero da guia
** Obrigatória
** Moeda
** Quantidade
** Valor unitário
** Valor total

*Quando geradas

	<p>** Número da guia ** Data lançamento ** Data vencimento ** Data pagto ** Valor da guia ** Valor da correção ** Valor da multa ** Valor dos juros ** Valor total ** Usuário pagto ** Situação</p> <p>- *Capa de encerramento de processo* {panel}</p> <p>Deve ser possível gerar o relatório através do menu de relatórios ou através da consulta geral de processos, considerando o processo consultado</p>
18	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, cadastrar documentos que serão utilizados nos processos da entidade.
19	Realizar a interação de guias de pagamento com o sistema tributário, para posterior pagamento das taxas.
20	<p>Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição da quantidade de processos ainda não analisados que serão permitidos por usuário.</p> <p>As quantidades que devem estar disponível para escolha são:</p> <ul style="list-style-type: none"> * 1 * 2 * 3 * 4 * 5 * 6 * 7 * 8 * 9 * 10 * 25 * 50 * 100 * 500 * 1000 <p>Caso um usuário atinja o limite permitido de processos não analisados, o sistema deve emitir uma mensagem ao usuário avisando que ele atingiu o limite permitido, não sendo possível abrir novos processos.</p>
21	Permitir realiza download e visualizar os anexos inseridos no processo consultado
22	<p>Notificar os responsáveis pelo processo via push ou e-mail toda vez que o cidadão anexar um documento ao processo. As notificações devem conter:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Número do processo * Número do documento * Descrição do documento * Data/hora em que o documento foi anexado
23	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar configurações e personalizações de notificações para envio via e-mail e SMS.
24	Possibilitar ao usuário, realizar consulta rápida por requerente e beneficiário do processo.

25	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, definir se todos os processos do organograma serão apresentados na página inicial, ou será demonstrado apenas os processos pertencentes ao usuário logado.
26	Possibilitar ao cidadão a visualização da súmula do processo ao selecionar a solicitação desejada
27	Possibilitar aos usuários do sistemas que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização de todos os processos que estão em análise na entidade, e a quanto tempo cada processo está sem movimentação, para controle dos processos que estão a muito tempo sem receber movimentação.
28	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar o registro de endereços. O registro consiste no preenchimento dos dados de Logradouros, Condomínios, Loteamentos, Bairros, Estados e Municípios.
29	Possibilitar ao usuário o ajuntamento de processos por anexação ou apensão
30	<p>Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, configurar a numeração sequencial de cada solicitação, sendo possível escolher entre as opções:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Entidade * Entidade/Ano * Grupo * Grupo/Ano * Solicitação * Solicitação/Ano * Sequencial/Ano * Sequencial <p>A numeração escolhida deve ser apresentada ao realizar uma abertura de processos.</p>
31	<p>Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar consultas de processos cadastrados na entidade, com os seguintes filtros:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Número do processo * Ano de protocolização * Código do organograma atual * CPF/CNPJ do beneficiário * CPF/CNPJ do requerente * Data prevista para finalizar * Local de protocolização * Nome do beneficiário * Nome do requerente * Nome fantasia * Número da solicitação * Número do documento * Número do requerente * Observação * Processo * Data de abertura do processo * Usuário que protocolo * Solicitação * Usuário atual
32	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar confirmação de recebimento de processos enviados ao organograma em que usuário pertence, confirmando individualmente ou por lote de processos.
33	<p>Permitir aos usuários, escolher em qual formato deseja visualizar os relatórios do sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> * PDF * HTML * XLS
34	Possibilitar aos usuários, realizar a emissão de gráficos dos processos abertos por organograma, solicitação e por usuários.

35	Possibilitar aos usuários, que possuam permissão de acesso a página, realizar a parametrização de quais usuários da entidade terão permissão de realizar tramitações e encerramento de processos, nos organogramas em que o usuário está vinculado, mesmo que os processos não estejam atualmente com ele.
36	Possibilitar aos usuários do sistema que possuam permissão de acesso a página, o envio e o recebimento de processos para entidades externas, para que os processos possam ser analisados, quando necessário, por entidades não pertencentes ao usuário.
37	Permitir aos usuários que possuam permissão de acesso a página, adicionar indexadores ou reajustar os seus valores por data conforme os índices econômicos estabelecidos, para que sejam atribuídos na geração de taxas ou cálculo da Correção.
38	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, receber e enviar mensagens para outros usuários pertencentes a mesma entidade.
39	A atualização do sistema deve ocorrer sem que seja necessária a paralização de todas as estações de trabalho.
40	Possibilitar a geração de no máximo 8 dígitos para o nosso número do banco 745 -SICRED. Possuindo o seguinte formato (nnnnnnnd) onde n = número de baixa e d = dígito verificador
41	Possibilitar ao administrador do sistema, realizar a definição de qual organograma da entidade, será realizado o arquivamento de processos.
42	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar abertura de processos e seus volumes, para que sejam encaminhadas aos responsáveis e estes determinem uma providência.
43	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso, realizar a visualização dos dados de encerramento, arquivamento e estorno dos mesmos ao consultar um processo, a fim de saber em qual data e qual usuário realizou alteração dessas movimentações.
44	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização do histórico de movimentações do processo consultado, para que seja possível identificar todas as movimentações que o processo recebeu desde sua abertura.
45	Possibilitar aos usuários que possuem permissão de acesso a funcionalidade, realizar auditoria das operações realizadas no sistema.
46	Possibilitar aos usuários do sistema verificarem todas as importantes melhorias acrescentadas em cada versão lançada.
47	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar estorno de encerramento, para que o processo possa ser movimentado novamente
48	Possibilitar que os usuários do sistema escolham a melhor forma para realizar o acesso ao sistema, permitindo fazer uso do usuário registrado na Central de Usuários da empresa contratada, bem como a utilização de certificado digital (e-CPF), usuário de rede (LDAP) ou acessar o sistema utilizando uma conta do Yahoo.
49	Possibilitar a configuração de scripts para validação de andamentos de processos, conforme necessidade da entidade, sendo possível a utilização das seguintes variáveis: * Observação do andamento * Organograma de destino * Data/Hora do andamento * Usuário para qual o processo será enviado * Usuário que recebeu o processo
50	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar anexação de documentos em formato digital, realizando vínculo aos processos.
51	Realizar andamento de processos de forma individual ou por lote para outros organogramas da entidade.

52	Realizar andamentos de processo de forma paralela, possibilitando que um processo seja analisado por mais de um organograma ao mesmo tempo.
53	Realizar o cadastro de organogramas, para atender a organização estrutural da entidade. O cadastro consiste em informar a máscara do organograma, a sigla, a descrição e seu tipo de administração.
54	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a emissão de solicitação de comparecimento do cidadão à entidade.
55	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a personalização dos cadastros do sistema, adicionando novos campos a eles, bem como a criação de novas páginas para utilização no menu de cadastros.
56	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar o estorno de arquivamento de processos, para possibilitar que o mesmo seja encaminhado para outro departamento.
57	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso à funcionalidade, adicionar observações, quando necessário, ao anexar documentos ao processo, para posterior visualização ao realizar consultas de processos.
58	Possibilitar a configuração para que seja permitido a alteração e a exclusão de documentos anexados em um processo apenas pelo usuário que anexou o documento. Quando esta configuração estiver ativa, somente o administrador do sistema e o usuário que anexou o documento no processo, poderão alterar ou excluir este documento.
59	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição de quais organogramas da entidade estarão ativos ou inativos.
60	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar o cadastro e a consulta de convênios, para emissão de guias de pagamento
61	Possibilitar identificação visual dos usuários do sistema através de imagens (foto).
62	Possibilitar que o sistema envie informações de processos ao sistema de Gerenciamento do Gestor.
63	Permitir ao usuário cadastrar feriados existentes, a fim de definir as datas de vencimentos das guias de pagamento, para que não haja cobrança de acréscimos quando um vencimento tenha ocorrido em um feriado.
64	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar transferência de um processo para outro usuário pertencente ao mesmo organograma, para que o processo passe a ser analisado pelo mesmo.
65	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização da data e hora do último acesso ao sistema de cada usuário da entidade, bem como a quantidade de dias em que os usuários não acessam o sistema, para controle de usuários inativos na entidade.
66	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização dos pareceres realizados no processo consultado, a fim de saber o motivo do deferimento ou indeferimento do processo, sendo possível identificar o organograma e o usuário que inseriu o parecer.
67	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar encerramento de processos de forma individual ou por lote.
68	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização da relação de taxas do processo consultado, para identificação dos valores correspondentes ao processo.
69	Permitir utilizar operadores nos filtros personalizados, como: - Menor ou igual, - Maior ou igual, - Igual, - Contem,

	<ul style="list-style-type: none"> - Não Contém, - Contido em, - Não contido em, - Inicia com, - Termina com e Entre.
70	Permitir que ao realizar entrega de documentos, o usuário selecione vários documentos para anexação ao processo desejado.
71	Possibilitar a criação de um resumo para cada solicitação do organograma para identificação do assunto de cada processo quando realizar uma consulta.
72	Permitir configurar, se os processos poderão receber andamentos quando houverem taxas pendentes de pagamento.
73	Possibilitar ao usuário de destino a visualização de organogramas que não realizaram os andamentos do processo que encontram-se em paralelo.
74	Possibilitar ao administrador do sistema configurar quais usuários terão permissão para realizar a exclusão de processos na entidade.
75	Possibilitar aos usuários visualizar os últimos processos movimentados, permitindo que os mesmos sejam ordenados por data para visualização.
76	Permitir realizar a configuração de scripts para validação da solicitação de abertura externa e abertura interna de processo, conforme necessidade da entidade;
77	Permitir realizar o cadastro de agrupadores de solicitações, para categorização das solicitações posteriormente criadas.
78	<p>Permitir a configuração de scripts para validação do cadastro de documentos, conforme necessidade da entidade, sendo possível a utilização das seguintes variáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Código do documento * Descrição do documento * Se o documento é duplicado
79	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização de todas as pessoas cadastradas na entidade através de um relatório, permitindo visualizar todos os tipos de pessoas, ou apenas as pessoas físicas ou jurídicas. .
80	Possibilitar aos usuários que possuem permissão de acesso a página, cadastrar as solicitações que serão vinculados aos protocolos. As solicitações poderão ser utilizados pela entidade ao realizar abertura de processos internamente e externamente.
81	Possibilitar ao usuário, visualizar a procedência do processo, se o mesmo é de origem interna ou externa.
82	Possibilitar o envio de notificações ao requerente e/ou beneficiário a cada trâmite processual através do envio de e-mail e/ou SMS. Sendo possível o envio de notificações personalizadas.
83	Permitir aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a inserção de pareceres por processo, possibilitando informar se o parecer realizado é conclusivo.
84	Permitir a emissão de comprovantes de abertura de processos.
85	Possibilitar ao usuário do sistema, que possua permissão de acesso a página, realizar a visualização de todos os processos ajuntados na entidade ou no organograma em um determinado período, para controle de quais processos possuem ajuntamento e qual tipo de ajuntamento os processos se encontram no momento da consulta.
86	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição de quais organogramas da entidade cada usuário do sistema possuirá acesso.

87	<p>Possibilitar a configuração de scripts para validação do cadastro de pareceres, conforme necessidade da entidade, sendo possível a utilização das seguintes variáveis para validação:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Se o parecer possui anexos * Os usuários que podem visualizar o parecer * Data/Hora do estorno do parecer * Organograma emissor do parecer * Usuário que está adicionando o parecer * Descrição do parecer * Resultado do parecer * Se o parecer é conclusivo * Código do parecer
88	<p>Possibilitar ao usuário realizar cópias de processos já registrados no sistema</p>
89	<p>Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição dos tipos de notificação que o mesmo deseja receber via e-mail, podendo escolher entre os tipos:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Receber notificação dos processos que me encaminharam * Receber notificação dos processos em que sou o responsável do organograma * Receber notificações dos processos que o sistema me enviou automaticamente * Receber notificação dos processos que podem ser enviados para todos os usuários do organograma
90	<p>Permitir definir quais documentos serão de entrega obrigatória.</p>
91	<p>Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, definir quais processos serão tratados com sigilo e quais organogramas poderão visualizar os documentos e/ou pareceres dos processos definidos como sigilosos.</p>
92	<p>Possibilitar aos usuários que possuem permissão de acesso a página, realizar a gestão de processos de forma ágil, através de facilitadores agrupados em uma mesma página.</p>
93	<p>Possibilitar que a navegação entre os campos da tela seja realizada através das teclas "Enter" e "Tab".</p>
94	<p>Possibilitar realizar a configuração das regras para ajuntamento de processos, definindo se o ajuntamento será realizado por anexação ou por apensação.</p>
95	<p>Possibilitar aos usuário que possuem permissão de acesso a página, visualizar todas as solicitações de abertura, utilizando o período desejado para visualização, e a situação das solicitações de abertura:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Não analisado * Deferido * Indeferido
96	<p>Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a edição de dados dos processos já registrados no sistemas.</p>
97	<p>Possibilitar ao cidadão comum e ao servidor público realizar a visualização das movimentações realizadas no processo consultado, a fim de ter conhecimento da situação atual do processo.</p>
98	<p>Possibilitar aos usuários do sistema que possuam permissão de acesso a página, encaminhar processos encerrados para outros organogramas, para que os mesmos possam ser arquivados.</p>
99	<p>Possibilitar configurar quais dados os cidadãos poderão utilizar para realizar consulta externa de processos:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Número do processo * Nome do requerente * CPF/CNPJ do requerente * Nome do beneficiário * CPF/CNPJ do beneficiário
100	<p>Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização de todas as movimentações que podem ser efetuadas nos processos consultados, ou ao abrir um processo, para que o usuário efetue todas as movimentações necessárias em uma única página.</p>

101	Possibilitar aos usuários da entidade que possuam permissão de acesso ao ambiente, realizar a visualização da quantidade de processos abertos por usuário da entidade, para controle de quantos processos cada usuário do sistema está responsável.
102	Possibilitar ao administrador do sistema realizar a definição do limite de retroação em dias para abertura de processos.
103	Possibilitar aos usuários do sistema, verificar os processos encerrados na entidade em um determinado período, para que os mesmos possam receber arquivamento.
104	Permitir realizar o cancelamento e estorno de guias de pagamento.
105	Permitir realizar a exclusão de andamentos de processos, individualmente ou por lote.
106	Possibilitar ao usuário que possua previamente permissão de acesso à funcionalidade, a visualização através de um relatório, os usuários que nunca acessaram o sistema.
107	Permitir a definição das páginas do sistema que possibilitarão a assinatura digital de documentos.
108	Possibilitar aos usuários a visualização do histórico dos andamentos realizados, confirmados e excluídos de um processo
109	Possibilitar o cadastro de roteiros, sendo possível defini-los em formato linear ou em paralelo. Possibilitando que os processos possam ser analisados em mais de um organograma ao mesmo tempo.
110	Permitir a visualização da Data/Hora e usuários que anexaram documentos ao processo.
111	Disponibilizar aos usuários, um ambiente centralizado que contém ajuda relacionada às funcionalidades do sistema.
112	Permitir realizar o arquivamento de processos individualmente ou por lote, para posterior localização física desses processos.
113	Realizar consultas de processos utilizando o endereço do requerente ou do beneficiário.
114	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso à funcionalidade, visualizar se os usuários cadastrados na entidade são do tipo administrador ou básico para realizar alterações quando necessário.
115	Permitir aos usuários que possuam permissão de acesso à funcionalidade, realizar o cadastro de taxas, para utilização nas cobranças das guias de pagamento.
116	Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso à página, escanear documentos, para que sejam anexados aos seus devidos processos automaticamente, sem a necessidade de realizar a digitação manual do documento.
117	Permitir o cadastro de organogramas externos, que não fazem parte da entidade, sendo possível o envio e o recebimento de processos.
118	Possibilitar a emissão de capa/relatório de encerramento de processos. A emissão do relatório consiste na visualização dos seguintes dados: número do processo, data de abertura do processo, data do encerramento do processo, resultado, observação, usuário que encerrou o processo, solicitação, beneficiário, requerente, último parecer realizado no processo e localização atual.
119	Possibilitar a emissão de relatório de processos por organograma, filtrando por bairro.
120	Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a personalização de modelos específicos de relatórios no formato desejado. Podendo definir o uso do modelo padrão, disponibilizado pelo sistema, ou o modelo personalizado com base nas informações que o sistema fornece.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	
1	Permitir que os administradores realizem a incorporação das páginas do portal para exibição a partir de outras páginas da web, possibilitando a geração de links diferentes para cada consulta
2	Permitir que o layout do portal seja adaptado para exibição em diversos dispositivos móveis como smartphones e tablets
3	Disponibilizar consulta padrão referente aos servidores e suas remunerações com no mínimo os seguintes dados: Matrícula , Nome, Vínculo,Cargo,Órgão,Categoria,Situação e totalizador de registros exibidos na consulta.Permittir visualizar o detalhamento do servidor com os dados referente a remunerações. Além de possuir filtros como:Ano ,Vínculo,Órgão, Situação.
4	Disponibilizar consultar as transferências financeiras recebidas onde devem constar as seguintes informações:Número da transferência, Data da transferência, Órgão Concedente, Fonte de recurso, Finalidade, Valor , além de permitir visualizar informações detalhadas com informações de Número do documento, Tipo de documento, Data de Emissão, Emitente, Valor R\$ e Anexos.Deve também ser possível filtrar as transferencias por: Entidade, Ano, Período, Órgão Concedente e Fonte de recurso
5	Disponibilizar consulta aos convênios repessados no qual possamos filtrar por Entidade, Ano, Período de vigência e Tipo do convênio.Além de possibilitar visualizar as seguintes informações: Número do Convênio,Objeto do Convênio, Vigência do Convênio e Tipo do Convênio, Valor em R\$.Possibilitar a visualição do detalhamento do convenio no qual deve conter as seguintes informações: Dados do convênio(Situação do convênio, Data da situação, Órgão concedente Beneficiário, CNPJ do beneficiário, Data da publicação, Objeto, Total Repasse em R\$, Total Contrapartida em R\$) Detalhamento de repasse(Número,Descrição, Data, Valor em R\$), Prestação de Contas (Número,Situação,Data,Protocolo,Ofício, Valor em R\$), Aditivos (Número, Motivo, Vigência, Tipo, Valor em R\$, Situação, Data da Situação,Órgão Concedente, Entidade Beneficiada, CNPJ do beneficiário, Data da publicação,Objeto, Repasse em R\$, Contrapartida em R\$), Documentos relacionados (Tipo documento, Número do documento, Descrição,Data, Arquivo).
6	Disponibilizar visualização das movimentação bancárias da entidade, estas informações devem refletir os lançamentos realizados dentro das regras contábeis vigentes conforme razão da conta contábil.Permittindo os seguintes filtros: Entidade, Ano,Mês,Período, Tipo de conta, Banco, Agência e Conta. Nas consultas deve ser possível visualizar as seguintes informações: Banco, Tipo de Conta, Agência, Conta, Função da conta, além de ser possível detalhar o razão contabil da conta no qual deve constar o Saldo inicial do período, Data, Entradas em R\$, Saídas em R\$, Histórico, Saldo do dia em R\$,Saldo da conta em R\$.
7	Apresentar as informações referentes aos autônomos com a possibilidade dos seguintes filtros:Entidade,Ano, Mês,Órgão, Lotação, nome.Permittir consultar as seguintes informações: Matrícula, Nome, Função, Órgão, assim como o detalhamento do pagamento dos serviços onde deve constar as informações referente ao,Valor do serviço, Período, Incide ISS, Alíquota de ISS e Observação.
8	Disponibilizar consulta as despesas extraorçamentárias, possibilitando os seguintes filtros :Entidade, Ano, Mês ,Período, Credor,Descrição da Conta.Permittir visualizar as seguintes informações:Data, Descrição da conta,Credor, Valor retido no período em R\$ e Valor pago no período em R\$.
9	Possibilitar acesso público á página do portal da transparência na web, sem necessidade de autenticações por parte dos visitantes
10	Disponibilizar consultar os servidores cedidos e recebidos, possibilitando realizar os seguintes filtros:Entidade ,Ano , Órgão de origem, Órgão de destino Responsável pelo ônus, Situação ou Nome. Disponibilizar as seguintes informações:* Matrícula Nome,Cedido/Recebido, Vínculo,Regime Jurídico, Cargo, Órgão de origem, Órgão de destino, Responsável pelo ônus,Categoria, Situação, Prazo de cessão.
11	Disponibilizar consulta as transferências voluntárias recebidas onde seja possível os seguintes filtros:Entidade,Ano,Período, Órgão concessor ou finalidade.Demonstrar as seguintes informações: Número,Origem, Órgão concedente, Finalidade,Valor Previsto em R\$, Valor Recebido em R\$, Saldo à Receber em R\$,Data do recebimento, Valor recebido e Documentos relacionados a transferência.

12	Disponibilizar referente as despesas por credor no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, CNPJ/CPF Credor e Nome Credor. Na consulta deverá ser possível visualizar as seguintes informações: CNPJ/CPF Credor, Nome do Credor, Valor empenhado em R\$, Valor liquidado em R\$, Valor Pago em R\$, Valor Anulado em R\$ e deverá constar detalhado as informações referente aos empenhos realizados para o credor com no mínimo as seguintes informações: Número do empenho, Data do empenho, Valor empenhado, liquidado, pago e anulado. Deverá constar as informações referente aos processos licitatórios e contratos no qual o credor possui com a entidade.
13	Apresentar as informações referente aos veículos da entidade e as respectivas despesas onde seja possível realizarmos os seguintes filtros: Entidade, Situação, Tipo de veículo, Placa, Centro de custos, Ano de fabricação/Ano do modelo, Tipo de aquisição. Na consulta deverá constar as seguintes informações: Placa, Tipo de veículo, Descrição, Ano de Fabricação/Ano do modelo, Data de aquisição, tipo de aquisição, Valor do veículo, Centro de custos, Situação do veículo, Renavam, Chassi, Situação, Data da baixa, Motivo da baixa. Permitir visualizar as despesas por veículo com as seguintes informações: Código da despesa, Data da despesa, Tipo de despesa, Fornecedor, Número do documento, Número do empenho, Valor da despesa e os itens relacionados a despesa.
14	Apresentar as informações referentes aos Servidores Efetivos onde seja possível filtrar por: Ano, Mês, Vínculo, Órgão, Lotação, Cargo, Situação, Período de admissão, Período de demissão, Nome. Na consulta deverá constar as seguintes informações: Matrícula, Nome, Vínculo, Cargo, Órgão, Situação, Regime Jurídico, CPF do Servidor, Data de Admissão, Data de Demissão, Lei de criação do cargo, Data da Lei, Ato de nomeação, Data da nomeação, Lotação, Horário de trabalho, Data de Início (lotação), Data de término (lotação). Deve ser possível consultar o nível salarial do funcionário com as seguintes informações: Nível salarial, Classe, Referência e Valor Permitir consultar as Remunerações mensais com as seguintes informações: Mês/Ano, Tipo (Folha/Férias/13º Salário), Salário Base, Total de Vencimentos com Descrição do evento e valor do evento e Total de Descontos com Descrição do evento e Valor do Evento além do Total Líquido da folha
15	Disponibilizar perguntas frequentes padrões com a resposta das principais dúvidas sobre o conteúdo do portal, e possibilitando a busca de termos por palavra-chave
16	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam cadastrar, editar e excluir as perguntas e respostas na seção de perguntas frequentes do portal
17	Disponibilizar página de acesso público para visualização de todas as entidades que utilizam o sistema, permitindo a utilização de filtros por estado e município, e possibilitando a seleção e o redirecionamento para o portal da entidade selecionada.
18	Disponibilizar recursos de acessibilidade a fim de permitir que pessoas com deficiências possam utilizar os serviços e ter acesso a informação.
19	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam redefinir os campos obrigatórios do formulário de solicitação de acesso à informação * Deve permitir definir a obrigatoriedade para os seguintes campos: ** Nome do Solicitante ** E-mail ** CPF/ CNPJ. Quanto aos demais campos por padrão deve vir sem obrigatoriedade, pois mediante consulta do protocolo deve ser possível registrar e acompanhar a solicitação.
20	Possibilitar o registro de solicitações de acesso à informação para a entidade por meio do portal. Esse registro deve conter as seguintes informações: Nome, E-mail, Telefone (opcional), Município (opcional), UF (opcional), tipo da pessoa (Pessoa Física ou Pessoa Jurídica) se for pessoa física deverá possuir os seguintes campos: CPF (obrigatório) e opcionalmente poderá preencher as informações referentes ao Gênero, Escolaridade e Profissão. Caso seja pessoa Jurídica deverá possuir os seguintes campos: CNPJ e opcionalmente poderá preencher as informações referente a Razão Social e Identificação do responsável pela pessoa jurídica.

	<p>Para o registro da solicitação deverá contar um campo obrigatório no qual seja possível a inserção da descrição da solicitação , além de permitir a inserção de anexos que auxiliem no registro do pedido.Deverá existir campo no qual poderá ser selecionado a entidade e/ou setor no qual esta sendo realizado o pedido de informação.</p> <p>Ao final do registro do pedido deverá haver uma validação de segurança a fim de garantir que foi gerado por uma pessoa.</p> <p>No registro da solicitação deverá ser gerado automaticamente um numero de protocolo e exibir automaticamente a data de abertura, situação, prazo de atendimento da solicitação e na confirmação do registro deverá ser exibida uma notificação de confirmação ao solicitante, informando o número do protocolo gerado e informando que a situação do pedido poderá ser verificada, através da opção "Consultar solicitação" no portal.</p>
21	Possibilitar que seja disponibilizado informações para o canal de atendimento no portal. Deverá ser possível inserir as seguintes informações:Descrição, Responsável,Cargo do Responsável, Endereço, Telefone, E-mail, Horário de Atendimento, Endereço da internet (Site) ,Redes Sociais(Deve permitir informar links para: Facebook, Twitter, LinkedIn e Instagram).
22	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam divulgar informações referentes ao atendimento presencial para pedidos de acesso à informação
23	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam realizar o atendimento das solicitações de acesso à informação recebidas pela entidade.
24	Possibilitar que o solicitante possa acompanhar o atendimento da solicitação, por meio do número de protocolo gerado no momento do registro da solicitação.
25	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados possam inserir notificações nas consultas
26	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, habilitem ou desabilitem a exibição das consultas do portal
27	Permitir que o solicitante possa interpor um recurso no prazo estabelecido pela entidade, para obter uma nova resposta a cerca da solicitação
28	Disponibilizar consulta referente as obras, possibilitando os seguintes filtros: Entidade, Número do contrato, Órgão, Fornecedor, Situação, Número do Convênio,Número do processo licitatório, e Período de Execução. Deverá possuir as seguintes informações para consulta: Tipo de obra, Matrícula, Descrição da obra (objeto), Fornecedor,Data prevista para conclusão,Situação,Valor Previsto, Valor Aditado,
29	Disponibilizar no formato de mapa todas as obras do município, previstas, em andamento e finalizadas. Possibilitando a visualização do detalhamento das obras, com informações relacionadas a contratos, despesas, medições e responsáveis.
30	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados possam customizar as consultas padrões, removendo ou inserindo campos e filtros.
31	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados possam copiar as consultas padrões, permitindo realizar customizações a partir das cópias
32	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam acompanhar o processamento das interações, para controle de eventuais inconsistências que possam ocorrer na recepção de dados do transparência
33	Permitir que os dados sejam recebidos por meio de cargas/interações iniciais ou incrementais
34	Disponibilizar menus de acesso às funcionalidades do ambiente administrativo
35	Permitir o cadastro e gerenciamento de acesso dos administradores por usuário ou grupo de usuários
36	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam realizar o atendimento das

	interposições de recursos recebidas pela entidade
37	Permitir que os usuários administradores e demais usuários permissionados para realizar o atendimento das solicitações, possam receber notificações sobre o registro de novos pedidos de acesso à informação no portal.
38	Permitir que os usuários administradores e demais usuários permissionados para realizar o atendimento dos recursos, possam receber notificações sobre o registro de novos recursos de acesso à informação no portal Informações da notificação: * Município e entidade do portal em que foi realizado o registro do recurso de acesso a informação. * Setor * Objetivo * Número do protocolo * Link remetendo a tela de atendimento do recurso no ambiente dos administradores
39	Disponibilizar consulta padrão do tema adiantamentos {panel:title=informações da consulta} Menu: Despesas Submenu: -- Título: Adiantamentos Descrição: Apresenta os adiantamentos, gastos com cartão corporativo e suprimento de fundos Modelo de dados: Adiantamentos {panel} {panel:title=Listagem principal} * Nome do Favorecido * Data do adiantamento * Número do adiantamento * Valor do adiantamento R\$ * Valor devolvido R\$ * Finalidade {panel:title=Detalhes} * Favorecido ** Matrícula ** Nome ** CPF/CNPJ ** Cargo * Classificação orçamentária ** Órgão ** Unidade ** Função ** Subfunção ** Programa ** Ação ** Categoria econômica ** Grupo de natureza da despesa ** Elemento da despesa * Empenho ** Número do empenho ** Data de emissão do empenho ** Valor do empenho ** Valor anulado * Liquidação ** Número da liquidação ** Data da liquidação

** Valor da liquidação

* Pagamento

** Número do pagamento

** Data do pagamento

** Valor do pagamento

* Documentos relacionados (Múltiplos)

** Tipo documento

** Número do documento

** Descrição

** Data

** Arquivo

{panel:title=Filtros}

* Entidade

* Ano

* Mês

* Órgão

* Unidade

* Nome do Favorecido

* CPF/CNPJ do Favorecido

{panel:title=Totalizadores}

* Total de Registros: Soma da quantidade de registros exibidos de acordo com os filtros aplicados na consulta.

{panel}

Disponibilizar consulta padrão do tema agentes políticos

{panel:title=informações da consulta}

Menu: Pessoal

Submenu: Servidores por Vínculo

Título: Agentes Políticos

Descrição: Apresenta as informações referentes aos Agentes Políticos

Modelo de dados: Servidores e Remunerações

{panel}

{panel:title=Listagem principal}

* Matrícula

* Nome

* Vínculo

* Regime Jurídico

* Cargo

* Órgão

* Categoria

* Situação

{panel:title=Detalhes}

* Dados Gerais

** Matrícula

** Nome

** CPF do Servidor (Mascára Ex.: 057-xxx-xxx-18)

** Data de Admissão

** Data de Demissão

** Categoria

** Situação

* Dados Funcionais (Múltiplo, Pode haver até dois vínculos vigentes, exemplo: Efetivo e Comissionado)

** Vínculo Empregatício

40

** Regime Jurídico
** Cargo
** Lei de criação do cargo
** Data da Lei
** Ato de nomeação
** Data da nomeação
** Forma de contratação
** Requisitos
** Atividades
** Órgão
** Lotação
** Carga Horária
** Horário de trabalho

* Nível salarial
** Nível salarial
** Classe
** Referência
** Valor

* Remunerações: (Deve exibir as remunerações mensais do ano vigente)
** Mês/Ano
** Tipo (Folha/Férias/13º Salário)
** Salário Base

** Total de Vencimentos
** Detalhamento dos Vencimentos (Múltiplos)
*** Código do evento
*** Descrição do evento
*** Valor do Evento

** Total de Descontos
** Detalhamento dos Descontos (Múltiplos)
*** Código do evento
*** Descrição do evento
*** Valor do Evento

** Total Líquido

{panel:title=Filtros}

* Entidade (Filtro Obrigatório)
* Ano (Filtro Obrigatório, deve vir por padrão sugerido o ano atual)
* Mês
* Vínculo
* Órgão
* Lotação
* Cargo
* Regime
* Categoria
* Situação
* Período de admissão
* Período de demissão
* Nome (Busca por palavra chave)
*

{panel:title=Totalizadores}

* Quantidade de registros exibidos: Soma da quantidade de registros de bens exibidos de acordo com os filtros aplicados na consulta

{panel}

41	Disponibilizar consultas informações referente ao almoxarifado no qual deve conter os seguintes filtros: Entidade, Ano, Mês, Estoque, Material. Deverá se possível visualizar as seguintes informações: Código do material, Descrição do material, Unidade de medida, Saldo físico Inicial, Saldo financeiro inicial (R\$), Quantidade entradas do período, Valor das entradas do período (R\$), Quantidade de saídas do período, Valor das saídas do período (R\$), Saldo físico final, Saldo financeiro final, Estoque.
42	<p>Disponibilizar consulta referente aos aposentados e pensionistas no qual seja possível realizar os seguintes filtros: Entidade, Competência, Aposentado/Pensionista, Vínculo, Órgão de Origem, Período de Ingresso como inativo, nome. Demonstrar as seguintes informações: Matrícula, Nome, Vínculo, Aposentado/Pensionista, Órgão, Situação</p> <p>Permitir consultar as seguintes informações quando realizado a consulta referente aos pensionistas: nome do instituidor, Data da instituição, Tipo de pensão, Órgão de Origem, Último Cargo, Nome do Beneficiário, CPF do Beneficiário, Ato de concessão, Data de Publicação, Data de ingresso no benefício e Duração</p> <p>Permitir consultar as seguintes informações quando realizado a consulta referente aos Aposentados: Matrícula, Nome, CPF, Órgão de origem, Último cargo, Data de Admissão, Regime jurídico, Ato de concessão, Data de Publicação, Data de ingresso na aposentadoria, Regime de aposentadoria, Nível salarial, Classe, Referência, Valor</p> <p>Permitir consultar as informações referente as Remunerações mensais com as seguintes informações: Mês/Ano, Tipo, Salário Base, Total de Vencimentos, Total de Descontos, e Total Líquido</p>
43	<p>Disponibilizar consulta quadro de cargos permitindo realizar os seguintes filtros: Entidade, Vínculo, Órgão, Cargo ou Nome.</p> <p>Disponibilizar consulta com as seguintes informações: Órgão, Cargo, Data de criação, Quantidade de vagas criadas, Quantidade de vagas ocupadas e Quantidade de vagas disponíveis.</p>
44	<p>Disponibilizar informação referente as compras diretas no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, Tipo, Objeto, Centro de Custos, Fornecedor, Período de Emissão no qual seja possível visualizar as seguintes informações: Ano, Tipo, Objeto, Justificativa, Centro de Custos, Fornecedor, Data de emissão, Valor em R\$, Embasamento legal, Classificação orçamentária</p> <p>(Grupo de natureza de despesa, Elemento de despesa, Fonte de Recurso e Valor Previsto em R\$), Itens da compra (Número, Descrição, unidade, Quantidade, Valor unitário e Valor total), * Documento Fiscal (Numero, Série/Subsérie, Tipo de documento, Emitente, CNPJ/CPF Emitente, Data de emissão, Data do vencimento, Chave/link de acesso e Valor) além de possibilitar que possua Documentos relacionados com informações como Data, Tipo documento, Número do documento, Descrição e Arquivo.</p>
45	<p>Disponibilizar consulta referente aos contratos no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, Número, Tipo, Objeto, Número da licitação, Número do processo, Número do aditivo, Período de Vigência e Situação no qual seja possível visualizar as seguintes informações: Número e ano do contrato, Tipo, Objeto, Data de Início da vigência, Data do Fim da vigência, Contratado, Valor inicial, Valor aditivo, Valor Final, Situação, Número da licitação, Modalidade da licitação, Número do processo, CNPJ/CPF Contratado, Data da assinatura.</p> <p>Deverá exibir listagem com os aditivos relacionados ao contrato principal contendo as informações de Número do aditivo, Tipo, Data, Valor aditado em (R\$), Prazo em dias.</p> <p>Deverá exibir listagem com a Classificação orçamentária (Categoria Econômica, Grupo de natureza de despesa, Elemento de despesa e Fonte de Recurso), Publicações (Data, Veículo de comunicação), Empenhos (Data, Número do empenho, Valor Empenhado, Valor Liquidado e Valor Pago) além de permitir demonstrar demais documentos relacionados ao contrato com informações como: Tipo documento, Número do documento, Descrição, Data, Arquivo.</p>
46	<p>Disponibilizar consulta aos convênios recebidos no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Período de vigência Inicial, Período de vigência Final, Tipo do convênio onde seja possível visualizar as seguintes informações: Número do Convênio, Objeto do Convênio, Vigência do Convênio, Tipo do Convênio, Valor em R\$, Órgão concedente, Beneficiário, CNPJ do beneficiário, Data da publicação, Total Repasse em R\$, Total Contrapartida em R\$.</p> <p>Disponibilizar informações referente aos repasses com as seguintes informações: Número, Descrição, Data e Valor R\$</p>

	<p>Disponibilizar informações referente a Prestação de Contas com as seguintes informações: Número, Situação, Data, Protocolo, Ofício e Valor R\$</p> <p>Disponibilizar informações referente aos Aditivos com as seguintes informações: Número, Motivo, Vigência, Tipo, Valor R\$, Situação, Data da Situação, Órgão Concedente, Entidade Beneficiada, CNPJ do beneficiário, Data da publicação, Objeto, Repasse R\$ e Contrapartida R\$, além de permitir demonstrar demais documentos relacionados ao contrato com informações como: Tipo documento, Número do documento, Descrição, Data, Arquivo.</p>
47	<p>Disponibilizar consulta as despesas orçamentárias no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, Órgão, Unidade, Função, Subfunção, Programa, Ação, Categoria Econômica, Grupo de natureza de despesa, Elemento de despesa e demonstre as seguintes informações: Categoria Econômica, Grupo de natureza de despesa, Elemento de despesa, Orçamento inicial (R\$), Orçamento atualizado (R\$), Orçamento realizado (R\$ liquidado), % Realizado.</p>
48	<p>Disponibilizar consulta as informações referente aos estagiários no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, Mês, Vínculo, Órgão, Lotação, Cargo, Situação, Período inicial do contrato, Período final do contrato, Tipo de estágio, Nível de escolaridade, Curso/Graduação, Instituição de ensino e Nome no qual deve demonstrar as seguintes informações: Matrícula, Nome, Vínculo, Cargo, Órgão, Situação, CPF do Servidor, Início do contrato, Final do contrato, Tipo de estágio, Nível de escolaridade, Curso/Graduação, Instituição de ensino, Vínculo Empregatício, Cargo, Lei de criação do cargo, Data da Lei, Ato de nomeação, Data da nomeação, Carga Horária, Horário de trabalho além de dados referente das remunerações mensais (Total de Vencimentos, Total de Descontos e Total Líquido).</p>
49	<p>Disponibilizar as informações referente aos incentivos fiscais no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, Período, Receita, Beneficiário no qual deve demonstrar as seguintes informações: Entidade, Beneficiário, CNPJ/CPF, Exercício, Ramo de atividade, e Receita.</p>
50	<p>Disponibilizar as informações referente a execução da despesa no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, Mês, Órgão, Unidade, Função, Subfunção, Programa, Ação, Elemento de despesa, Modalidade de aplicação, número e credor, no qual deve demonstrar as seguintes informações: Elemento de despesa, Modalidade de aplicação, Número do empenho, Data do empenho, Nome do Credor, Valor Empenhado (R\$), Valor liquidado (R\$), Valor Pago (R\$), Função, Subfunção, Programa.</p> <p>Deverá demonstrar as informações referente as liquidações no qual deve constar as informações de: Número do documento de liquidação, Data da liquidação e Valor da liquidação.</p> <p>Deverá demonstrar as informações referente aos Pagamentos no qual deve constar as informações de: Número do documento de pagamento, Data do pagamento e Valor do pagamento</p>
51	<p>Disponibilizar as informações referente as diárias e passagens no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Órgão, Unidade, Nome do Favorecido, CPF/CNPJ do Favorecido, Tipo de despesa (Diárias ou Passagens) no qual deve demonstrar as seguintes informações:</p> <p>Nome do Favorecido, Cargo do Favorecido, Tipo de despesa, Data do documento, Número do documento, Data de saída, Data de retorno, Destino, Quantidade, Valor unitário, Valor total R\$, Valor anulado R\$, Data de saída, Local de Origem, Data de Retorno, Local de destino, Veículo utilizado, Descrição, Finalidade, Número do empenho, Data de emissão do empenho, Valor do empenho, Valor anulado e valor Pago, além de permitir demonstrar demais Documentos relacionados com informações como: Tipo documento, Número do documento, Descrição, Data e Arquivo</p>
52	<p>Disponibilizar as informações referente a fornecedores que sofreram penalidades no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Nome do Fornecedor, CNPJ/CPF Fornecedor, Número e ano processo, Órgão Sancionador, Tipo de Penalidade, Período de Vigência no qual deve demonstrar as seguintes informações: Nome do Fornecedor, CNPJ/CPF do Fornecedor, Número e ano processo, Órgão Sancionador, Tipo de Penalidade, Motivo do impedimento, Instrumento legal, Data de vigência Inicial e Data de vigência Final.</p>
53	<p>Disponibilizar as informações referente aos processos licitatórios da entidade no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano da licitação, Número da licitação, Modalidade, Tipo, Forma de Julgamento, Objeto, Situação, Ano do processo, Número do processo, Número do contrato, e demonstre as seguintes informações: Número, Modalidade, Objeto, Tipo de objeto, Forma de julgamento, Data de início, Data de encerramento, Ano do processo, Número do processo, Situação, Data de julgamento, Data de homologação, Cidade, UF, Quantidade de itens, Classificação orçamentária (Órgão, Unidade, Função, Subfunção, Programa, Ação, Categoria econômica, Grupo de natureza de</p>

	<p>despesa, Elemento de despesa e Fonte de recurso.</p> <p>Demonstrar informações referente a Ata de registro de preços com os seguintes dados: Número da ata, Ano, Data, Itens da ata(Número do item, Descrição, Unidade, Marca, Quantidade, Valor unitário R\$, Valor total R\$ e Situação), Ocorrências (Data, Tipo de ocorrência, Responsável, Justificativa)</p> <p>Demonstrar informações com as Publicações do processo com os campos: Data e Veículo de comunicação</p> <p>Demonstrar informações com os Participantes do processo licitatório no qual deve conter as seguintes informações: Nome, CNPJ/CPF, Sócios (Nome, CNPJ/CPF, Cargo), Propostas (Código do item, Descrição do Item, Unidade de medida, Quantidade, Valor unitário previsto, Valor total previsto e situação da proposta).</p> <p>Demonstrar informações dos Contratos vinculados ao processo licitatório com as seguintes informações: Número ,Data assinatura, Data de vencimento, Período de vigência, Objeto do contrato, Contratado, CPF/CNPJ Contratado e Valor do contrato R\$</p> <p>Demonstrar informações dos empenhos vinculado aos processos licitatórios no qual deve conter as seguintes informações: Número, Data, Tipo, Credor, Valor</p>
54	Permitir o agrupamento das informações das consultas por níveis permitindo o agrupamento por qualquer campo do modelo de dados
55	Permitir cadastro de aviso que será exibido na página inicial do portal em forma de pop-up, com possibilidade de adicionar imagem
56	Disponibilizar glossário padrão contendo a definição dos principais termos presentes no conteúdo do portal, e possibilitando a busca de termos pela letra inicial ou palavra-chave
57	<p>Disponibilizar as informações referente as receitas orçamentárias no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, Período , Órgão, Unidade, Natureza, Tipo, Categoria Econômica, Origem, Espécie e demonstre as seguintes informações:</p> <p>Rubrica da receita, Descrição da receita Natureza da receita Categoria Econômica, Origem, Espécie, Tipo, Orçamento inicial (R\$) Orçamento atualizado (R\$) Valor lançado Arrecadado (R\$), % Realizado.</p> <p>Demonstrar as Arrecadações diárias com informações de Data, Valor R\$ e Total das arrecadações R\$.</p> <p>Demonstrar as Deduções da receita com informações de Data, Valor R\$ e Total das deduções R\$</p> <p>Demonstrar os Lançamentos da receita com informações de Data , Valor R\$ e Total dos lançamentos R\$</p> <p>Demonstrar Gráfico de Barras exibindo o valor da receitas prevista e arrecadada considerando os filtros selecionados.</p>
58	Disponibilizar as informações referente as receitas extraorçamentárias no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, Mês, Período , Fornecedor e Descrição e demonstre as seguintes informações: Data, Descrição da conta, Fornecedor, Valor retido no período R\$ Valor recebido no período R\$.
59	<p>Disponibilizar as informações referente aos servidores comissionados no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade , Ano, Mês, Vínculo, Órgão, Lotação, Cargo, Situação, Período de admissão, Período de demissão e Nome e demonstre as seguintes informações:</p> <p>Matrícula, Nome, Vínculo, Cargo, Órgão, Situação, CPF do Servidor , Data de Admissão</p> <p>Data de Demissão , Lei de criação do cargo, Data da Lei , Requisitos, Atividades, Lotação, Carga Horária, Horário de trabalho, Nível salarial (Classe, Referência, Valor)</p> <p>Permitir visualizar as informações referente as Remunerações mensais onde deve constar o Total de Vencimentos, Total de Descontos e Total Líquido.</p>
60	Disponibilizar as informações referente aos servidores contratados e temporários no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano , Mês, Vínculo, Órgão, Lotação, Cargo, Situação, Período de início do contrato, Período de término do contrato e nome e demonstre as seguintes informações:

	<p>Matrícula, Nome, Vínculo, Cargo, Órgão, Situação, CPF do Servidor , Data de Admissão Data de Demissão , Lei de criação do cargo, Data da Lei , Requisitos, Atividades, Lotação, Carga Horária, Horário de trabalho, Nível salarial (Classe, Referência, Valor).</p> <p>Permitir visualizar as informações referente as Remunerações mensais onde deve constar o Total de Vencimentos, Total de Descontos e Total Líquido.</p>
61	<p>Disponibilizar as informações referente a transferências financeiras concedidas no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Ano, Período, Órgão Beneficiário, Fonte de recurso e demonstre as seguintes informações: Número da transferência, Data da transferência, Órgão Beneficiário, CNPJ/CPF Beneficiário, Fonte de recurso, Finalidade Valor Transferido.</p> <p>Permitir relacionar documentos com informações como: Número do documento, Tipo de documento, Data de Emissão, Emitente, Valor R\$ e Anexos</p>
62	Permitir a vinculação de entidades ao portal
63	Permitir que os usuários administradores possam personalizar as cores do cabeçalho e rodapé da página do portal
64	Disponibilizar o mapa de conteúdo do portal, possibilitando redirecionamento do acesso às consultas e recursos disponibilizados
65	Disponibilizar ferramenta de pesquisa de conteúdo no portal, possibilitando a busca por palavras-chave, e permitindo o redirecionamento às consultas e funcionalidades através dos resultados apresentados
66	Disponibilizar consulta as receitas tributárias arrecadadas no qual seja possível filtrar por: Entidade, Ano, Natureza da receita e a consulta deve retornar com as informações de: Entidade, Ano, Nome do Contribuinte, Natureza da Receita e Valor Arrecadado (R\$)
67	Permitir que os usuários administradores personalizem a exibição das máscara de CPF's e CNPJ's no portal
68	Possibilitar que o solicitante receba uma notificação do registro da solicitação por e-mail, quando houver um e-mail informado
69	Possibilitar utilização de alto contraste nas seções do portal para pessoas com médio ou grande déficit visual, deixando o fundo da página totalmente preto com as letras em branco
70	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, definam os motivos de indeferimento dos pedidos de acesso à informação.
71	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam habilitar ou desabilitar a publicação dos dados abertos individualmente para cada consulta disponível no portal
72	Possibilitar a redução e o aumento da fonte de maneira que fique suficientemente menor ou maior para inúmeras pessoas com déficit visual.
73	Permitir que os usuários administradores possam personalizar a exibição do título e logo/brasão do portal
74	<p>Disponibilizar consulta as informações do patrimônio no qual seja possível os seguintes filtros: Entidade, Situação, Tipo do Bem, tipo de Natureza, Tipo de Aquisição, Período de Aquisição.</p> <p>e a consulta deve retornar com as informações com: Tipo do Bem, Placa/Matrícula, Descrição do bem, Situação, Tipo de Aquisição, Tipo de Natureza, Data de Aquisição, Valor de Aquisição, Valor Atual do bem, órgão, unidade, Centro de Custo, Localização física, Responsável, Data de Baixa e Motivo da baixa.</p>
75	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam configurar e divulgar a estrutura organizacional da entidade no portal
76	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam relacionar anexos aos registros das consultas de licitações, contratos, convênios e obras, os anexos devem ter até 25MB nos formatos PDF, CSV,

	ODS, ODT, XLS, TXT, DOC, DOCX, XLSX, JPG, PNG, PPT, PPX
77	permitir que cada entidade possa cadastrar opcionalmente setores de acesso à informação, com as seguintes informações: Descrição do setor, Responsável e E-mail
78	Permitir que os usuários administradores ou demais usuários permissionados, possam parametrizar o acesso à informação
79	Permitir que os administradores possam realizar a auditoria das operações de inclusão, alteração e exclusão realizadas no sistema, permitindo filtrar por usuário (lista dos usuários administradores e demais usuários permissionados), funcionalidade ou ainda por período . Deve permitir ainda a combinação dos filtros por usuário e período.
83	Possibilitar acesso público á página do portal da transparência na web, sem necessidade de autenticações por parte dos visitantes
84	Possibilitar o registro de solicitações de acesso à informação para a entidade por meio do portal
85	Permitir que o solicitante possa interpor um recurso no prazo estabelecido pela entidade, para obter uma nova resposta a cerca da solicitação
86	Permitir a visualização das estatísticas de solicitações registradas, situação dos pedidos, total de solicitantes e tempo médio de respostas das solicitações,

TRIBUTOS	
1	Permitir a emissão de relação de contribuintes com maior valor em aberto (maiores devedores), com layout totalmente configurável, com a possibilidade de visualizar as informações por tipo de lançamento de crédito (débito, dívida ou parcelamento).
2	Disponibilizar informações quantitativas de imóveis e empresas ativas na entidade.
3	O sistema deve permitir ao usuário inserir averbações cadastrais em um imóvel, com as seguintes informações: 1. Processo Administrativo; 2. Descrição da Averbação; 3. Estas informações devem ficar disponíveis para consulta no cadastro do imóvel, de forma que ao consultar ou editar determinado imóvel, seja possível visualizar todas as averbações do imóvel na íntegra.
4	Sinalizar na consulta do parcelamento de crédito as dividas que constam em Protesto e/ou Executadas.
5	Permitir a interação com sistema de Controle de Obras da Receitas Federal (SisObraPref)
6	A funcionalidade deve disponibilizar a relação de atos cadastrados no sistema para que o usuário possa definir a lei que permite a cobrança do referido acréscimo.
7	Permitir registrar as informações de coordenadas geográficas do imóvel no qual será executado o projeto de obra, de forma que seja possível controlar sua localização e consulta via mapas. Ao inserir as coordenadas geográficas, o sistema deve buscar pelo google maps.
8	Permitir que o usuário visualize as obras que possuem alvará de licença que esteja vencido. Considera-se alvará vencido, os documentos cuja data de validade é menor que a data atual.
9	Permitir que o usuário anexe documentos, imagens relacionados ao projeto de obras, demonstrando a data e a hora em que foi anexado o arquivo.
10	Permitir consultar os documentos de habite-se emitidos e realizar movimentações como cancelamento e reativação dos documentos.

11	Permitir o vínculo dos responsáveis técnicos pelo projeto de obras, com as seguintes informações: Responsáveis, tipo de responsabilidade, Número e validade do CREA, Ocupação (CBO), Número da ART, Número da RRT.
12	Permitir ao funcionário do setor de cadastro, realizar movimentações nos cadastros de contribuintes, podendo alterar sua situação para ativo ou inativo e incluir averbações cadastrais informando o processo e devidas observações. Com a opção de incluir comentários às movimentações, mantendo histórico de alterações realizadas.
13	Permitir a configuração de valores limites de diferenças de arrecadação, aplicáveis em casos de identificação de pagamentos a menor, para geração de parcela complementar.
14	Possibilitar a cobrança de taxas por prestação de serviços ao contribuinte, por meio do lançamento de uma receita diversa, permitindo registrar o serviço prestado, a receita para qual será lançado o crédito tributário, o contribuinte, o código do processo administrativo que originou o serviço e imóvel ou econômico para qual o serviço será prestado.
15	Efetuar a inserção de um banco padrão do sistema que possibilite o cadastro de um convenio do qual será permitido efetuar baixas manuais e por sistema tesouraria.
16	Permitir a atualização dos dados do cadastro do imóvel ao concluir uma obra, possibilitando ao usuário determinar se as alterações cadastrais no imóvel sejam realizadas de forma automática, ou se ocorrerá de forma manual. Caso o usuário opte por atualizar automaticamente, sempre que uma obra for concluída, os itens cadastrais do imóvel que sofrerem alterações pelo projeto de obras serão automaticamente atualizados; Caso o usuário opte por atualizar manualmente, ao concluir uma obra, os itens cadastrais do imóvel não sofrerão alterações. Apenas alimentará o histórico de obras no cadastro de imóvel.
17	Ao acessar o cadastro de um imóvel, o sistema deve apresentar informações a respeito dos projetos de obras executados no mesmo, formando um histórico das respectivas movimentações de edificações.
18	Permitir a emissão do habite-se, documento fornecido pelo poder municipal, atestando que o imóvel (casa ou prédio residencial/comercial) está pronto para ser habitado e foi construído ou reformado conforme as exigências legais estabelecidas pelo município, especialmente o Código de Obras.
19	Permitir a personalização de validações quanto ao cadastro de projetos de obras, compreendendo a definição e obrigatoriedade de campos ou até mesmo regras de restrições cadastrais.
20	Possibilitar ao usuário realizar o acompanhamento da situação de um projeto de obras por meio de suas movimentações, com as seguintes opções: 1.1. *Não analisada* - 1.2. *Em análise* 1.3. *Deferida* - 1.4. *Não iniciada* - 1.5. *Indeferida* - 1.6. *Obra em andamento* - 1.7. *Obra Paralisada* - 1.8. *Conclusão parcial* - 1.9. *Obra Concluída* -
21	Permitir a emissão de Notas Avulsas e realizar movimentações na situação da mesma, com a opção de anular a nota, realizar uma cópia ou fazer a sua emissão.
22	
23	Permitir a emissão de notificações de lançamentos para créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, de forma a dar ciência ao contribuinte de obrigações geradas em seu nome.

24	O sistema deve disponibilizar recurso onde um usuário avançado ou técnico monte relatórios ou scripts que contenham informações dos lançamentos, pagamentos de créditos tributários.
25	Permitir ao usuário cadastrar e consultar as seções do município, a fim de auxílio no gerenciamento imobiliário, informando o logradouro em que ele se encontra localizada, número da seção e face.
26	O sistema deve permitir ao usuário inserir averbações cadastrais em uma Dívida Ativa, com as seguintes informações: 1. Processo Administrativo; 2. Descrição da Averbação; 3. Estas informações devem ficar disponíveis, de forma que ao consultar ou editar determinada dívida ativa, seja possível visualizar todas as averbações na íntegra.
27	O sistema deve permitir ao usuário inserir averbações cadastrais em um econômico, com as seguintes informações: 1. Processo Administrativo; 2. Descrição da Averbação; 3. Estas informações devem ficar disponíveis, de forma que ao consultar ou editar determinado econômico, seja possível visualizar todas as averbações do econômico na íntegra.
28	Possibilitar buscar dados da planta de valores com base no ano mais atual de seu registro, sem ter a necessidade de ter o registrado na planta de valores para cada ano.
29	Permitir a cópia de parâmetros de cálculo de IPTU e taxas, de um exercício já configurado, para outro.
30	Permitir que a inscrição em dívida ativa seja realizada por tributo do lançamento ou até mesmo agrupada em apenas um único lançamento em dívida várias parcelas vencidas do exercício, possibilitando a configuração distinta de acordo com a classificação do débito.
31	Possibilitar ao usuário, emitir uma Simulação/Prévia do documento a ser emitido. Essa Simulação/Prévia irá impedir a geração de documentos no banco de dados onde venha ser desnecessário, por exemplo quando se está montando um documento e é emitido vários para teste.
32	Ao efetuar interação de dados relacionados a pagamento e/ou estorno, o sistema deve possibilitar o envio das informações do contribuinte vinculado ao lançamento a ser arrecadado ou estornado, no sistema contábil.
33	Permitir que as guias emitidas nos sistemas de emissão de nota eletrônica, escrituração fiscal, emissão de notas avulsas e gestão fiscal sejam integradas com o sistema de arrecadação.
34	Permitir que ao cadastrar um imóvel e no endereço selecionar um condomínio, o sistema preencha as informações de logradouro, bairro, número e CEP do endereço do imóvel com as informações do condomínio com a possibilidade de edição.
35	Possibilitar indicar o porte da empresa, sendo: # Não classificada # Microempresa # Empresa de pequeno porte # Empresa de médio porte # Empresa de grande porte # Microempreendedor individual # Eireli
36	O sistema deve possibilitar em ambiente centralizado, a consulta de informações cadastrais e financeiras de contribuinte, imóvel ou econômico.
37	Possibilitar que através do histórico contido no cadastro de imóveis seja possível demonstrar o histórico de todas transferências anteriores efetuadas.

38	Possibilitar emitir o termo de parcelamento de dívidas ativas e os lançamentos do exercício, permitindo constar no documento, a quantidade de parcelas, valores do tributo, correção, juros, multa, taxas, vencimentos e composição das dívidas que compõem o parcelamento.
39	Ao efetuar o o cancelamento de um parcelamento o sistema deve conter forma de comunicar que existem lançamentos ajuizados compondo o parcelamento.
40	Permitir que o usuário tenha a possibilidade de emitir um relatório, onde demonstre informações referente aos Débitos Arrecadados.
41	Permitir o cálculo e lançamento do ISSQN Fixo Anual, ISSQN Estimativa Fiscal, ISSQN sujeito à homologação (inclusive ISSRF), Taxa de Licença Anual, Ambulante, Eventual e de utilização de logradouros públicos.
42	Permitir administrar as restrições de acesso dos usuários às consultas e cadastros.
43	Definir endereço do imóvel automaticamente quando a testada principal do imóvel for definida.
44	Possibilitar o envio das dividas prescritas no sistema de arrecadação para escrituração no setor contábil.
45	O sistema deve possuir um cadastro de parâmetros do reparcelamento e controle de acesso por usuário.
46	Permitir ao usuário responsável pela dívida ativa realizar o estorno de inscrição em dívida.
47	Permitir realizar movimentações de anistia, cancelamento, prescrição, remissão, suspensão com o intuito de alterar a situação da dívida ou parte dela.
48	Permitir realizar a classificação das receitas de crédito tributário, conforme as opções abaixo: 1. Imposto; 2. Melhoria; 3. Não Tributária; 4. Parcelamento; 5. Taxas; 6. Multa por infração; 7. Juro de notificação; 8. Multa de notificação; 9. Correção de notificação.
49	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, determinar o critério para aplicação de acréscimos as respectivas parcelas, podendo aplicar o cálculo de acréscimos a partir da data na qual o parcelamento foi realizado ou a partir do vencimento da primeira parcela originada pelo parcelamento.
50	Possibilitar o parcelamento de débitos do contribuinte, de diversas origens e exercícios, mantendo informações sobre a origem dos créditos fiscais.
51	Permitir a emissão do dados referente a Nota Fiscais Avulsas.
52	Gerenciar o contador responsável por uma empresa.
53	Permitir que seja realizada a baixa dos pagamentos dos lançamentos de créditos tributários de forma automática, onde o responsável pela baixa informa o convênio bancário cujas baixas devem ser vinculadas e realiza a importação do arquivo de retorno bancário, contendo a relação dos pagamentos para que o sistema automaticamente localize os lançamentos e registre os respectivos pagamentos.
54	Possibilitar manter o histórico das alterações do contrato social, considerando para fins de emissão de documentos, os sócios da última alteração do contrato social.
55	Permitir ao responsável pela arrecadação realizar a configuração da ordem na qual os créditos tributários devem ser

	quitados.
56	Possibilitar cadastramento imobiliário rural, com campos configuráveis conforme boletim cadastral da prefeitura, bem como, poder informar seus responsáveis e demais proprietários do Imóvel e ainda possibilitar que sobre o mesmo incida o Imposto de Transmissão Inter Vivos, nos casos especificados em Lei.
57	Permitir ao responsável pela arrecadação municipal realizar o controle de saldo devedor para contribuições de melhorias.
58	Permitir realizar a transferência de imóveis rurais, com a opção de inserir um ou mais imóveis na transferência e ainda, mediante parametrização, permitir o cadastro de imóveis rurais inexistentes na base cadastral do município.
59	Permitir ao usuário cadastrar e consultar logradouros, mencionando o seu tipo (rua, alameda, avenida, travessão ou rodovia, por exemplo), com sua descrição, informando ainda o CEP, município e zona fiscal de localização, a lei municipal que ensejou a sua criação, a sua extensão em km, a epígrafe que gerou o nome e por fim bairro(s) e CEP(s) que cortam o logradouro.
60	Permitir realizar importação de arquivos relacionadas ao econômico, nos formatos PDF, DOC, DOCX, TXT, XLS, XLSX, JPG, JPEG, PNG ou BMP, com a possibilidade de realizar sua exclusão, caso necessário.
61	Permitir que o responsável pelo cadastro mobiliário faça o controle das movimentações cadastrais realizadas no cadastro de econômicos via comunicação com sistema de terceiro, com a possibilidade de consultar as integrações por status, diferenciando as alterações que aguardam análise, das que possuem inconsistências ou estão concluídas, visualizando informações básicas como nome e CNPJ da empresa que terá seu cadastro alterado ou será cadastrada, a data de integração e sua situação.
62	Possuir rotina para auditoria dos valores recolhidos pelas instituições financeiras arrecadoras e repassados ao Tesouro Municipal, acusando discrepâncias nos valores devidos e prazos de repasse.
63	Permitir o cadastro de benefício fiscal.
64	Permitir a emissão de guias de recolhimento em padrão bancário, com automático cálculo de acréscimos quando em atraso, possibilitando a configuração e emissão de diversos layout's.
65	Relatório demonstrativo analítico e sintético dos maiores devedores, por tipo de cadastro, dívida e tributo.
66	Possibilitar a cobrança de acréscimos distinto para cada tipo de lançamento (Dívidas, débitos ou parcelamento).
67	Relatório demonstrativo (sintético e analítico) dos valores calculados para lançamento dos débitos.
68	Permitir realizar a conferência das arrecadações enviadas para contabilização, podendo visualizar as informações do lote como data, usuário de criação e situação, e ainda detalhar os pagamentos, conferindo abreviatura do crédito tributário, descrição da receita, classificação do tributo, situação do lançamento, valor de tributo, valor de acréscimos e descontos, valor pago e diferença de pagamentos. Com a possibilidade de incluir comentários aos pagamentos, realizar o envio dos dados ou excluir o lote em caso de alguma inconsistência.
69	Possuir cadastro único integrados com os demais sistemas da prefeitura
70	Possuir relatórios que demonstrem em uma visão ampla da arrecadação do município por bairro.
71	Permitir ao funcionário do cadastro imobiliário por meio do cadastro de imóveis, consultar as informações dos benefícios fiscais concedidos ao imóvel, com a possibilidade de conferir a descrição do benefício, a receita tributária, período de vigência, data de revogação caso ocorrer e situação do benefício.
72	Permitir o compartilhamento de informações das notas fiscais avulsas emitidas no sistema de tributação com o sistema de escrituração fiscal.
73	Permitir a consulta de todos os cadastros do mobiliário vinculado os cadastros do imóvel dentro da tela de cadastro do imobiliário;

74	Permitir a emissão de BCI – Boletim de Cadastro Imobiliário com dados de todo o histórico do imóvel.
75	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, estabelecer a forma como serão aplicados os juros de financiamento ao realizar um parcelamento de crédito.
76	Permitir o cálculo, lançamento e a emissão de Guias de recolhimento, referentes a taxas de poder de polícia e serviço.
77	Permitir no momento de realizar a declaração de ISS homologado, buscar automaticamente as atividades vinculadas ao econômico que está declarando, com a possibilidade de buscar todas as atividades, de maior alíquota ou menor alíquota.
78	Possuir demonstrativo dos débitos ajuizados, pagos, abertos, cancelados, emitidos por contribuinte, imóvel ou econômico.
79	Permitir a importação de arquivos de períodos dos contribuintes do simples nacional.
80	Permitir o cadastramento de pessoas jurídicas as quais serão consideradas como contribuintes informando seus dados pessoais como inscrições municipal e estadual, indicação se o contribuinte é isento de inscrição estadual, informar sua natureza jurídica, endereço, telefones, e-mails, site, porte da empresa, órgão responsável pelo registro, número e data de inscrição.
81	Possuir rotina para a geração automática e parametrizada do lançamento do IPTU prevendo a possibilidade de, na geração de arquivos para terceiros, realizarem a emissão da guia de recolhimento, emitir aviso caso o contribuinte/imóvel possua débitos de dívida ativa e incluir valores de outros tributos.
82	Permitir o vínculo do protocolo de solicitação para alteração de qualquer dado cadastral relacionado ao cadastro imobiliário após concluir as alterações
83	Possibilitar a inclusão de saldos de forma manual para um contribuinte, sem que este esteja vinculado a uma manutenção de pagamento, informando o número do processo administrativo que originou o saldo, valor total do saldo, data de concessão e data de vencimento do saldo, e ainda permitir incluir observações, caso julgar necessário.
84	Permitir configurar valores de taxa de expediente para que sejam gerados aos contribuintes no momento de realizar a emissão de guias de pagamento.
85	Possibilitar geração de notificação e aviso de débitos para cadastros mobiliários que possuam débitos vencidos ou a vencer, permitindo filtrar a geração pelo menos por data de vencimento, número de parcelas em atraso, valor mínimo do débito e valor máximo do débito.
86	Permitir emissão de relatório de todas as informações importadas no DASN(Declaração Anual do Simples Nacional).
87	Permitir que seja realizada a homologação das baixas de pagamentos registradas no sistema, apresentando as informações de ano e receita do lançamento, data de vencimento, código e situação da parcela, valor devido, valor selecionado para pagamento, valor de diferença, caso existir, verificar o usuário e a data de criação da baixa manual.
88	Permitir o compartilhamento de informações dos indexadores cadastrados no sistema de tributação entre os sistemas de emissão de nota eletrônica e escrituração fiscal.
89	Permitir ao responsável pelo cadastro mobiliário da entidade, configurar informações adicionais para complementem as informações cadastrais do econômico, com os formatos área de texto, CNPJ/CPF, numéricos, múltipla seleção, lista de seleção, data, hora, data e hora, e-mail, texto ou telefone.
90	Permitir o gerenciamento das alterações da inscrição econômica da inscrição até o encerramento da atividade.
91	Relatório demonstrativo analítico dos débitos inscritos e/ou ajuizados por livro de inscrição.
92	Permitir que seja efetuada a configuração do valor mínimo do débito e da parcela.
93	Possibilidade de consultar as inconsistências de pagamento dos arquivos importados do DASN com as baixas de

	pagamento do Município.
94	Possibilitar que sejam redefinidas as características ou informações adicionais para que sejam aplicadas ao novo imóvel que será criado a partir do remembramento.
95	Permitir a criação e administração de diversos programas de recuperação de dívida ativa, com controle de descontos diferenciados.
96	Possibilitar o cadastro de mais de um contribuinte por imóvel, de acordo com sua respectiva fração ideal ou percentual.
97	Permitir que partir do desmembramento de um imóvel, seja realizada a transferência das características prediais, territoriais ou ambas do imóvel origem aos imóveis criados.
98	Possibilitar ao fisco municipal configurar no sistema, fórmulas de cálculo para redução da base de cálculo do ISSQN apurado na emissão de Notas Avulsas.
99	Permitir realizar a transferência de imóveis urbanos, com a opção de inserir mais de um imóvel à transferência e para cada imóvel, permitir a inclusão de informações do processo administrativo que prevê a transferência e respectivos anexos. Permitindo ainda a consulta rápida das informações de área de valor da unidade.
100	Possuir guia unificada, possibilitando a seleção dos diversos tributos (IPTU, ISS, Dívida Ativa, Contribuição de Melhoria, Parcelamentos e demais) que devem ser impressos na guia, bem como restringir a emissão das guias únicas por entidade.
101	Permitir ao responsável pelo cálculo tributário realizar a comparação dos dados de informações adicionais utilizadas para cálculo no exercício atual, com as utilizadas no exercício anterior, permitindo realizar filtragem de quais informações deseja comparar.
102	Gerenciar as operações de estornos, cancelamentos, pagamentos, extinção, exclusão, parcelamentos, isenções, suspensões do crédito tributário e lançamentos de qualquer natureza. No cancelamento o sistema deverá permitir o cancelamento parcial da parcela;
103	Permitir o compartilhamento de informações das entidades especiais cadastradas no sistema de tributação com o sistema de escrituração fiscal.
104	Possibilitar por meio do cadastro de imóveis, realizar a visualização de uma imagem ou mapa da localização dos imóveis, contendo acesso ao google maps, onde através do endereço informado é possível efetuar a busca deste no mapa.
105	Permitir ao fisco municipal realizar a emissão de Certidão de Transferência de Imóveis, com layout e informações personalizáveis.
106	Permitir ao cadastrar de um econômico, realizar movimentações em suas atividades econômicas ou item da lista de serviços indicando se os mesmos encontram-se ativos ou inativos, incluindo a data inicial da atividade e data final se for o caso, bem como observações pertinentes à movimentação.
107	Permitir indicar ao responsável por realizar o cálculo tributário se ocorreu alguma inconsistência impedindo a geração do mesmo, de forma a permitir a correção destas e recalcular sem a necessidade de efetuar a criação de um novo cálculo.
108	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, realizar configuração das parcelas do parcelamento, com possibilidade de determinar se os vencimentos das parcelas poderão coincidir apenas com dias úteis ou qualquer data, configurar um intervalo padrão de vencimento para a primeira parcela, determinar a cobrança de juros ou não na primeira parcela, estabelecer um valor mínimo de parcela por tipo de pessoa (física ou jurídica), bem como estabelecer um número máximo de parcelas a serem geradas pelo parcelamento.
109	Permitir o gerenciamento da planta de valores do município, tendo o controle sobre os distritos, setores, logradouro, seção, lado da seção, valor por metro quadrado, data de inclusão e data de baixa, iluminação, coleta de lixo, limpeza,

	asfalto ou outro serviço que venha a existir, efetuando controle para o exercício e próximos.
110	Permitir o parcelamento e reparcimento de débitos referentes a Contribuição de Melhoria, com emissão dos respectivos termos.
111	Permitir que o responsável pelo cadastro mobiliário aceite ou não uma alteração no cadastro de econômicos realizada por sistema de terceiros, podendo, deferir ou indeferir a alteração, informando a data do parecer, número do processo, motivo e observações. Possibilitar ainda, desfazer o parecer concedido, de forma a retornar a alteração cadastral para nova análise.
112	Permitir que o usuário tenha a possibilidade de emitir um relatório, onde demonstre os dados do Livro a Dívida Ativa.
113	O cadastro de obras deve possibilitar ao usuário indicar qual o tipo de projeto/obra que está sendo executado.
114	Permitir a importação de arquivos de períodos dos contribuintes enquadrados como Micro Empreendedor Individual.
115	Possibilitar ao fisco municipal configurar no sistema, fórmulas de cálculo dos Impostos Federais a serem apurados na emissão de Notas Avulsas.
116	Possibilitar que a baixa de arquivos de arrecadação fornecidos pelos bancos seja efetuada em segundo plano, apenas notificando o usuário sobre o andamento e finalização do processo.
117	Permitir cobrança anual pelo usuário de serviços de taxas diversas (coleta de lixo, limpeza urbana, iluminação pública, etc.).
118	Permitir que no processo "Confirmar parcelamento" a visualização de totalizadores referente aos valores: "Valor parcelado", "Desconto", "Correção pre fixada", "Juros de financiamento", "Taxas" e "Total".
119	Relatório demonstrativo sintético do quantitativo de certidões por tipo emitidas num determinado período.
120	Permitir a inscrição em Dívida Ativa do(s) imóve(is) englobados de forma englobada, ou seja, realizar a inscrição dos lançamentos englobados(Imóvel principal + Imóve(is) Englobados) e também possibilitar a inscrição em dívida de forma individual por referente.
121	Permitir a emissão do termo de abertura e encerramento do livro da Dívida Ativa de forma a controlar e documentar a abertura e encerramento destes.
122	Possibilitar a extinção de débitos por serviços não realizados.
123	Permitir ao funcionário do setor cadastral imobiliário, realizar a conferência das alterações cadastrais realizadas pelo sistema de geoprocessamento, com a possibilidade de realizar um comparativo entre a informação anterior e a nova informação, conferindo a data de recebimento do registro, o usuário que realizou a análise e indicando a criação de um novo registro e ainda desfazer as alterações realizadas.
124	Permitir que na geração da guia de ITBI de Imóvel rural, busque automaticamente o valor venal e a área que estão dentro do cadastro rural do município.
125	Emitir certidão de baixa de atividade.
126	Permitir informar endereço de correspondência com as seguintes opções: endereço alternativo, contribuinte, domicilio fiscal (empresa), contador.
127	Permitir ao responsável pela base cadastral da entidade, realizar a criação de novos campos para complementar os cadastros padrões disponibilizados pelo sistema. Possibilitando a criação de campos nos formatos área de texto, CNPJ, CPF, data, data e hora, e-mail, hora, lista de seleção, múltipla seleção, numérico, telefone e texto. E ainda, determinar o nome do campo, seu período de vigência e incluir uma descrição para que sirva de apoio no momento de realizar seu preenchimento no respectivo cadastro.
128	Relatório demonstrativo analítico e sintético dos maiores pagadores por atividade.

129	Permitir que o cadastro mobiliário possa referenciar o cadastro imobiliário.
130	Possibilitar o controle de dados financeiros gerados para emissão de guias de pagamento, possibilitando o controle do nosso número assim como a interação destes dados com instituições bancárias, gráficas e órgãos públicos como tribunais de justiça e contas.
131	Relatório demonstrativo analítico de pagamentos por cadastro mobiliário.
132	Gerar extrato da movimentação financeira do contribuinte demonstrando os tributos pagos, em aberto, cancelados ou parcelados, corrigido com valores em aberto, atualizados até a data atual ou data de referência informada pelo usuário;
133	Permitir no cadastro do imóvel, o cadastro dos logradouros e dos imóveis confrontantes;
134	
135	Possuir cadastro da lista de serviços adequado à Lei Complementar 116/03.
136	Permitir ao funcionário do setor de cadastros realizar o cadastramento de construtoras, com as informações de pessoas jurídicas previamente cadastradas, o número de registro no CREA e a relação de engenheiros e arquitetos vinculados a ela.
137	Permitir a manutenção de tabelas parametrizáveis dos valores e alíquotas para cálculo do IPTU, em conformidade com a planta de valores do município.
138	Possibilitar que na geração da Nota Avulsa, seja verificado os débitos do prestador e tomador de serviço
139	Permitir ao funcionário do cadastro imobiliário por meio do cadastro de imóveis, realizar a configuração de informações adicionais não previstas nos campos padrões do cadastro de imóveis, com os formatos área de texto, CNPJ/CPF, numéricos, múltipla seleção, lista de seleção, data, hora, data e hora, e-mail, texto ou telefone.
140	Permitir ao fisco municipal determinar se a anistia concedida a uma dívida ativa deverá ser mantida, caso esta venha a ser parcelada.
141	Permitir realizar o cálculo para lançamento de créditos tributários de forma geral, realizando filtragem avançada com possibilidade de determinar os contribuintes ou referentes que terão créditos lançados, filtrar por endereço, intervalo de inscrição imobiliária, atividade econômica, tipo de serviço conforme necessidade para lançamento do crédito tributário.
142	Permitir a geração de arquivos-texto para impressão em gráfica, ordenados por endereço do imóvel ou por correspondência do proprietário.
143	Permitir demonstrativo de débitos prescritos e a prescrever.
144	Permitir relacionar os zoneamentos do imóvel.
145	Possibilitar ao funcionário do setor de cadastro, anexar arquivos ao cadastro de contribuintes. Os arquivos precisam ter o tamanho máximo de 10mb, possuir as extensões PDF, DOC, DOCX, TXT, HTML, XLS, XLSX, JPG, PNG. Com a opção de consultar todos os arquivos anexados ao cadastro, bem como remover arquivos eventualmente incluídos indevidamente ao registro do contribuinte.
146	Possibilitar exportação de dados para impressão de aviso de débitos e notificação de débitos em empresa previamente habilitada para realização dos serviços de impressão pela entidade municipal
147	Possibilitar que a baixa de um débito seja feita de forma parcial, sendo ele lançamento de exercício, em dívida e parcelamento de dívida.
148	Permitir realizar o remembramento ou junção de dois ou mais lotes de uma mesmo proprietário que sejam contíguos ou vizinhos de forma a criar um novo imóvel. Com a possibilidade de informar o proprietário, selecionar os imóveis, vincular um profissional responsável pelo remembramento, e código de responsabilidade técnica, criando assim, uma

	nova inscrição imobiliária.
149	Permitir ao fisco municipal realizar a emissão de Certidões Cadastrais com layout e informações personalizáveis.
150	Permitir a emissão da certidão positiva, negativa e positiva com efeito negativo automaticamente, para diversas finalidades (configuráveis) para imóveis, econômicos ou contribuintes, verificando os débitos eventualmente existentes de todas as receitas.
151	Permitir a consulta das receitas diversas cadastradas na entidade, com possibilidade de verificar a data de cadastro, o contribuinte, o serviço prestado, a receita tributária vinculada e consultar se existem lançamentos de créditos tributários gerados. Com possibilidade de conferir o histórico de movimentações nestas realizadas.
152	Possibilitar ao cadastrar contribuintes, informar o responsável pela empresa quando se tratar de pessoa jurídica, permitindo efetuar a o cadastro da qualificação do responsável.
153	Permitir que seja configurável a fórmula de cálculo de cada tarifa ou taxa a ser cobrada nas diversas secretarias e setores do município.
154	Possibilitar ao fisco municipal configurar no sistema restrições que validem os dados preenchidos no momento de realizar manutenções em lançamentos, seja para concessão de benefícios fiscais ou alteração em lançamento, de modo que atenda particularidades do município.
155	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, indicar se no momento de realizar o parcelamento de créditos, será exigido valor de entrada do contribuinte, bem como determinar o percentual a exigir.
156	Permitir ao usuário cadastrar e consultar os motivos padrões ou específicos para que sejam utilizados nas operações administrativas realizadas na entidade.
157	Permitir cadastro completo dos imóveis existentes no município, prediais territoriais, Imóveis em ruínas, construções paralisadas, conforme legislação vigente.
158	Possibilitar inserir de forma manual informação referente ao histórico do cadastro imobiliário.
159	Permitir ao usuário cadastrar unidades de medidas, estabelecendo descrições, símbolos, grandeza e fracionamento quando houver, por meio de medidas definidas pelo INMETRO.
160	Permitir que seja realizada a baixa dos pagamentos dos lançamentos de créditos tributários de forma manual.
161	Permitir quando necessário que se busque as informações do Cadastro imobiliário, para selecionar os imóveis, na Contribuição de Melhoria.
162	Permitir o preenchimento do endereço do contribuinte automaticamente quando possuir um CEP pré-cadastrado no sistema.
163	Permitir manter o histórico das alíquotas do IRRF com base nos valores determinados pela Receita Federal do Brasil, para apuração do respectivo imposto na emissão de notas fiscais avulsas retroativas.
164	Possibilitar vinculação de convênios de débito em conta corrente, bem como a administração da geração dos arquivos de débitos em conta, retorno de débito, bem como as solicitações de inclusões e exclusões de contribuintes para débito em conta.
165	Permitir o estorno de Parcelamento com o abatimento dos valores pagos na origem, e também ter uma opção para refazer o mesmo parcelamento, sem necessidade de criação de um novo parcelamento.
166	Permitir ao funcionário do cadastro mobiliário, por meio do cadastro de econômicos, preencher ou consultar informações adicionais não previstas nos respectivos campos padrões, com a possibilidade de consultar tais informações por ano, mantendo histórico das características mobiliárias.
167	Permitir ao fisco municipal dos municípios pertencentes ao estado do MT realizar interações para prestação de contas

	ao TCE deste estado.
168	Permitir parametrizar todas as rotinas de cálculo da Contribuição de Melhoria, conforme a obra, e que atenda a legislação.
169	Possibilitar que a geração do aviso de débitos, notificação de débitos e notificação cadastral sejam enviadas para a imobiliária responsável pelo imóvel.
170	Emitir a certidão de decadência.
171	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, configurar os créditos tributários que poderão ser parcelados por meio de determinada configuração, incluir taxas para que sejam embutidas automaticamente ao valor do parcelamento e determinar se um crédito tributário poderá ser parcelado em conjunto com outros créditos ou se seu parcelamento ocorrerá de forma individual.
172	Possuir meios para identificação de maneira automática dos parcelamentos em atraso, podendo selecionar o número de parcelas atrasadas que se deseja filtrar, para que seja procedido o cancelamento do parcelamento de acordo com o que prevê a legislação municipal.
173	Permitir o compartilhamento de informações dos bairros, condomínios, Logradouros, Loteamentos cadastrados no sistema de tributação entre os sistemas de emissão de nota eletrônica e escrituração fiscal.
174	Permitir que seja realizada baixa automática dos pagamentos de forma retroativa, informando a data na qual os pagamentos devem ser registrados.
175	Permitir apartir da consulta de notificações de lançamentos emitidas, realizar a emissão da respectiva segunda via.
176	Permitir desabilitar determinadas informações do cadastro imobiliário conforme a necessidade.
177	Permitir ao funcionário do cadastro imobiliário por meio do cadastro de imóveis, efetuar a cópia dos dados cadastrais de um imóvel, gerando um novo imóvel com as mesmas informações.
178	Possibilitar que na execução da operação de transferência de propriedade do imóvel e na geração da guia de recolhimento do ITBI, seja informada a existência de débito do imóvel, inclusive aqueles inscritos em dívida ativa ou em execução fiscal.
179	Emitir a certidão de não incidência de ITBI.
180	Permitir ao funcionário do setor de cadastros, no momento de cadastrar uma pessoa jurídica, informar se a empresa é Optante do Simples Nacional, registrando as informações relativas aos eventos ocorridos com o contribuinte enquanto optante pelo Simples Nacional ou MEI, com as informações de descrição do evento, datas inicial, final e de efeito do evento, número do respectivo processo, nome do responsável pelo evento e data de ocorrência.
181	Permitir configurar diversos tipos de isenções bem como a identificação da sub-receita que poderá ser isenta.
182	Permitir que ao realizar a aprovação de um desmembramento, a base cadastral dos imóveis seja automaticamente atualizada, indicando no imóvel origem que este encontra-se desmembrado e nos imóveis criados, indicar que estes foram criados a partir de desmembramento, fazendo referência ao imóvel de origem.
183	Possuir rotina para calculo automático do valor venal de forma separada para IPTU e ITBI.
184	Permitir que um tipo de documento possa ter sequência de numeração por tipo de documento, ou numeração por exercício.
185	Permitir por meio de consulta unificada, visualizar as informações de serviços prestados ao contribuinte, com a possibilidade de visualizar as taxas para ele lançadas, transferências de imóveis realizadas, requerimentos de manutenção de cálculo ou benefícios fiscais por ele solicitados e notas avulsas emitidas em seu nome, onde para cada item citado, permitir a criação de um novo registro.

186	Permitir o cadastro das atividades no padrão CNAE, atendendo ao padrão nacional de codificação de atividades econômicas e permite que a administração classifique as pessoas jurídicas e físicas com maior detalhamento.
187	Possibilitar a configuração de desconto de pagamento à vista do IPTU de modo diferenciado para os contribuintes inscritos em dívida ativa.
188	Permitir a emissão das Guias de Recolhimento com incorporação de códigos de barra, padrão CNAB/FEBRABAN, para recebimento das mesmas pelas instituições financeiras arrecadoras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional;
189	Possibilitar geração de notificação cadastral para imóveis que estiverem com irregularidades cadastrais.
190	Possibilitar ao funcionário do setor de arrecadação no momento de consultar um parcelamento de créditos, consultar o saldo do parcelamento, com a informação dos lançamentos que compõe o parcelamento como referente, ano, código da parcela, data de vencimento, valor total em aberto, valor pago e valor de saldo a pagar.
191	Possibilitar realizar compensação de valores, sendo que os créditos pagos a maior, pagos duplicados ou até pagos de forma equivocadas possam ser compensados com outros créditos do mesmo contribuinte que estejam em aberto, podendo compensar o crédito em aberto em sua totalidade ou não.
192	Permitir o histórico das situações cadastrais com a possibilidade de informar o motivo, data, processo e usuário que efetuou a mudança de situação.
193	Permitir no momento de cadastrar um econômico vinculado a uma pessoa física, ou seja, um profissional autônomo, informar RG, CPF, determinar o regime de cobrança de ISSQN, vincular um ou mais números de telefone e e-mail para contato, vincular o contador ou escritório de contabilidade responsável pelo econômico, vincular um horário de funcionamento, informar um ou mais endereços do econômico e indicar qual dos endereços deverá ser utilizado para envio de correspondências.
194	Gerenciar as operações de Extinção por pagamento, decisão administrativa, decisão judicial, remissão, prescrição, compensação e dação em pagamento.
195	Permitir o compartilhamento da Lista de serviços cadastradas no sistema de tributação com o sistema de escrituração fiscal.
196	Possibilidade de importação de arquivos da DASN-SIMEI (Declaração Anual do Micro Empreendedor Individual).
197	Permitir manter o registro das informações ou parâmetros utilizados para geração de um cálculo de crédito tributário, mantendo histórico de forma a possibilitar a consulta de tais informações a qualquer momento para conferência.
198	Permitir anexar documentos e Imagens, nos principais cadastros do Sistema, em um banco de dados específico de imagem, sem necessidade de compartilhamento de pastas para oferecer uma maior segurança das imagens e arquivos.
199	Permitir que o cadastro de econômicos receba inclusões ou alterações cadastrais através de comunicação com sistema de terceiros, como a junta comercial, obedecendo contrato de comunicação pré-estabelecido entre a entidade e a empresa terceira.
200	Possibilitar a emissão de relatório com a posição da dívida ativa em determinada data, permitindo verificar a situação do cadastro da dívida ativa de forma retroativa ou futura;
201	Permitir ao funcionário do setor imobiliário, relacionar os materiais e serviços que serão necessários para execução de uma contribuição de melhorias, apurando valor de forma separada por material e serviço.
202	Permitir o cancelamento de documentos emitidos de forma a deixá-los sem validade perante o ente público, bem como permitir que documentos cancelados indevidamente sejam reativados.
203	Possibilitar consultar as informações do englobamento do imóvel por meio do cadastro do imóvel. E quando realizado englobamento ou desenglobamento de um imóvel, seja inserida uma movimentação no respectivo cadastro indicando

	a ação realizada.
204	Permitir o gerenciamento de contribuintes, pessoa física e/ou jurídica, contendo endereço de localização, de correspondência e de cobrança, efetuando validação para que não ocorra duplicidade de CPF e CNPJ.
205	Permitir configurar novas informações no cadastro de seções, adicionando novos serviços ao trecho de logradouro, sem necessidade de contratação de serviço de customização.
206	Possibilitar consultar as guias de ITBI, verificando as vencidas e não pagas de um determinado período e excluindo-as.
207	Permitir que os campos que compõem a inscrição imobiliária sejam configuráveis, podendo alterar a ordem, tamanho e a descrição dos campos. Estes campos devem permitir a inclusão de informações alfanuméricas, caso seja necessário.
208	Permitir realizar a conferência dos estornos de pagamento enviados para integração contábil, podendo visualizar as informações do lote como data, usuário de criação e situação, e ainda detalhar os estornos conferindo abreviatura do crédito tributário, descrição da receita, classificação do tributo, situação do lançamento, valor de tributo, valor de acréscimos e descontos, valor pago e diferença de pagamentos. Com a possibilidade de incluir comentários aos estornos, realizar o envio dos dados ou excluir o lote em caso de alguma inconsistência.
209	Permitir ao usuário cadastrar e consultar condomínios de casas ou prédios, apresentando o logradouro, número, bairro, município e CEP localização, disponibilizando ainda o responsável, ano de construção, área comum e edificada (em m²), informando números de pavimento, apartamentos, blocos, garagens, elevadores e sala, quando houverem.
210	Possibilitar a criação e personalização de modelos de documentos de Certidão Negativa de Débitos, de forma a atender às particularidades do município.
211	Permitir ao usuário adicionar indexadores ou reajustar os seus valores por data, conforme os índices econômicos estabelecidos, para que sejam atribuídos a um lançamento de crédito tributário e dívidas.
212	Possibilitar a emissão dos Alvarás de Licença Localização e Funcionamento, Sanitário e Provisório, com a possibilidade de definir o prazo validade por data ou intervalo de dias, incluir informações complementares e selecionar um modelo de documento previamente configurado no sistema.
213	Permitir ao usuário cadastrar e consultar bairros existentes no municípios, a fim de controle de localização dos imóveis.
214	Permitir efetuar o cadastro de horários de funcionamento para vínculo com as empresas, informando a descrição do horário, dias e horários de funcionamento.
215	Possibilitar o cadastramento de convênios bancários para emissão de guias de pagamento e recebimento dos impostos e taxas cobrados pela entidade, com a possibilidade de informar uma descrição ao convênio, indicar se o mesmo encontra-se habilitado para uso, informar número do convênio, banco, agência bancária, conta, código do cedente e carteira conforme informações estabelecidas pela respectiva instituição financeira.
216	Permitir que o cálculo dos créditos tributários como IPTU e ISS, seja feito de forma simulada, sendo necessário a conferência e homologação deste para que fique disponível ao contribuinte.
217	Possibilitar que os cadastros de bairros, distritos, logradouros, loteamentos, pessoas, plantas de valores, seções e imóveis, recebam inserções ou alterações de registros por meio de comunicação com sistemas de geoprocessamento.
218	Possibilitar o relacionamento entre a CNAE e os itens de serviços constantes na lista da lei complementar 116/2013 e também com as atualizações e novos itens criados pela Lei Complementar 157/2016.
219	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, indicar se contribuintes que não possuem CPF em seu cadastro poderão realizar parcelamento de seus créditos tributários em aberto.
220	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, determinar se a anistia concedida às

	dívidas incluídas em parcelamento serão mantidas ou não.
221	Permitir personalizar novos campos para complemento das informações cadastrais das contribuições de melhorias, com os formatos área de texto, CNPJ, CPF, data, data e hora, e-mail, hora, lista de seleção, múltipla seleção, numérico, telefone e texto.
222	Permitir a contabilização dos benefícios fiscais ou manutenções de cálculos realizadas em lançamentos, considerando a concessão e cancelamento dos benefícios ou manutenções realizadas.
223	Na manutenção do cadastro imobiliário mostrar em destaque a data e o nome do usuário que realizou a última alteração no registro em questão.
224	Permitir ter um histórico das informações do cadastro econômico fiscal com todas as informações lançadas por alteração, desde a data de início da atividade.
225	Validação do percentual do quadro de proprietários, para que não seja possível gravar caso a soma das partes seja maior do que 100%.
226	Permitir realizar a definição da forma como ocorrerá a transferência do imóvel ao identificar a quitação do crédito tributário a ela relacionado, com opção de transferir automaticamente ou exigir intervenção manual para efetivação da transação. E ainda, permitir aplicar a mesma verificação para casos onde a transferência é isenta do imposto.
227	Permitir consultar de forma rápida, os desmembramentos registrados na entidade, podendo verificar informações do imóvel de origem, contribuinte proprietário, quantidade de imóveis gerados e situação do desmembramento se em análise, aprovado ou cancelado.
228	Permitir por meio de consulta unificada, visualizar as informações financeiras do contribuinte de forma que sejam apresentadas suas pendências de débitos, dívida ativa, parcelamentos de crédito, guias de pagamento unificadas pendentes de pagamento, bem como suas obrigações acessórias.
229	Permitir realizar a classificação de atividade econômica conforme as opções agropecuária e pesca, indústria, meio ambiente, comércio e serviço.
230	Permitir informar o posicionamento geográfico do endereçamento do cadastro econômico, com opção de buscar e visualizar as coordenadas geográficas através de mapa.
231	Permitir ao fisco municipal registrar os documentos necessários para realização do cadastro do econômico.
232	Permitir que seja realizado o deferimento ou indeferimento da viabilidade para abertura de uma empresa por meio da análise das informações disponibilizadas na consulta de viabilidade pelo sistema da junta comercial, informando o parecer e a respectiva justificativa.
233	Permitir realizar o cancelamento de uma dívida ativa, conforme determinado por legislação vigente, selecionando créditos tributários específicos, um ou mais contribuintes, período de vencimento e ano para identificação das dívidas a cancelar.
234	Possibilitar ao fisco municipal configurar no sistema, fórmulas de cálculo para lançamento de créditos tributários, de forma a atender às especificações previstas no Código Tributário Municipal.
235	Permitir no momento da criação de campos adicionais para o cadastro mobiliário, indicar se o campo é referente a questões sanitárias ou informações administrativas do econômico.
236	Permitir ao usuário cadastrar agências bancárias para todos os bancos do Brasil, detalhando o banco, o nome, número da agência e endereço completo.
237	Permitir realizar o envio dos estorno de pagamentos ao sistema de contabilidade, realizando seleção dos estornos a integrar por convênio bancário, crédito tributário, período de estorno, período de crédito, período de pagamento e período de movimentação.

238	Permitir ao funcionário do setor imobiliário realizar movimentações nas contribuições de melhorias, podendo cancelar, concluir ou suspender uma melhoria, incluindo comentários e anexos e mantendo histórico das movimentações realizadas
239	Possuir cadastro de testadas, possibilitando o cadastro de quantas forem necessárias.
240	Permitir que sejam desabilitadas informações do cadastro mobiliário (econômico-fiscal) quando não se deseja mais administrá-las.
241	Permitir ao funcionário do setor imobiliário determinar se ao registrar imóveis, o sistema irá aceitar imóveis urbanos ou rurais com a mesma inscrição imobiliária ou INCRA.
242	Permitir o cadastro de observações, com o controle da data e usuário de cada observação.
243	Permitir emissão de requerimento de pedido de parcelamento.
244	Permitir informar endereço de correspondência com as seguintes opções: endereço alternativo, contribuinte, responsável, imóvel, imobiliárias.
245	Permitir realizar o parcelamento dos valores dos processos de ITBI, possibilitando a escolha do tipo de juros de parcelamento a ser utilizado entre simples e composto.
246	Permitir realizar o desmembramento e o remembramento de imóveis. O contribuinte que possui um imóvel e deseja que este imóvel seja dividido ou reconstituído, constituindo um ou mais imóveis.
247	Permitir ao funcionário do cadastro imobiliário por meio do cadastro de imóveis, determinar para qual endereço serão remetidas as correspondências, com a possibilidade de optar entre os endereços do próprio imóvel, do responsável, correpondável ou imobiliária.
248	Permitir a emissão do edital de convocação para ciência de Notificação de Lançamento da Contribuição de Melhoria.
249	Permitir ao funcionário do setor de arrecadação no momento de efetuar o parcelamento de créditos, realizar simulações quanto aos valores do parcelamento, visualizando o valor do tributo, valor de correção, juros, multa e valor total a parcelar, podendo determinar a quantidade de parcelas a gerar, o intervalo e data inicial de vencimento, adicionar reforços e taxas às parcelas, onde a cada valor informado, as parcelas são atualizadas automaticamente pelo sistema.
250	Permitir consultar informações enviadas ao sistema de contabilidade, com possibilidade de verificar data e hora de integração, tipo de integração se arrecadação, lançamento ou estorno de arrecadação e usuário que realizou, detalhando situação da integração se integrado com sucesso ou inconsistente.
251	Permitir no momento de cadastrar um econômico realizar o registro de um ou mais endereços de localização, apresentando como sugestão o endereço do contribuinte a ele vinculado com a opção de realizar alteração do endereço que se aplique ao endereço do econômico, e determinar qual dos endereços serão utilizados para envio de correspondências.
252	Possibilitar definir desconto para emissão de guia unificada, podendo conceder desconto na multa ou juros.
253	Permitir realizar alterações de lançamentos pagos, de forma a gerar saldos quando for o caso de pagamentos duplicados ou a maior para que sejam devolvidos ao contribuinte, indicando se a manutenção será realizada em um pagamento normal ou inconsistente, vinculando o tipo de inconsistência, informar o número do processo administrativo que originou a manutenção e registrar observações caso julgar necessário. Permitir ainda, realizar a busca pelo pagamento que deseja alterar, com as opções de busca por número de baixa, por crédito tributário, data de pagamento, data de crédito, convênio bancário utilizado para baixa de pagamento, contribuinte, data de vencimento e ano de lançamento.
254	Permitir a consulta de contribuintes por nome (ou parte do nome), inscrição cadastral (imobiliária e econômica), CPF, CNPJ, endereço.

255	Permitir realizar a classificação do risco das atividades econômicas, de forma a apoiar o processo de análise para emissão de licenças ou autorizações para funcionamento.
256	Possibilitar classificar o tributo entre Imposto, Taxa ou Contribuição de Melhoria.
257	Permitir ao funcionário do setor imobiliário da entidade realizar o controle de propostas efetuadas para valores e formas de pagamento de uma contribuição de melhoria, podendo realizar o comparativo entre as propostas inicial e final, visualizando por proposta o valor máximo de parcelas, período de vencimento, percentual de juros de financiamento, valor mínimo de amortização por parcela e percentual de participação da entidade.
258	Permitir a emissão de extrato de débitos com layout totalmente configurável, de forma geral ou individual por módulo, emitindo opcionalmente os valores com ou sem desconto, possibilitando além da seleção por contribuinte, a subseleção pela informação de interesse do módulo pesquisado: IPTU: cadastro imobiliário; ISS: cadastro econômico; Contribuição de Melhoria: número da obra e cadastro imobiliário; Fiscalização de Obras e Posturas: cadastro imobiliário.
259	Permitir ao fisco municipal determinar critérios de validação para que sejam aplicados aos cadastros do sistema, como por exemplo obrigatoriedade em determinado campo.
260	Possibilitar realização de recálculos de lançamentos sempre que necessário.
261	Permitir o cadastro de projetos de obras para imóveis urbanos ou rurais, inclusive de obras realizados nos imóveis do município.
262	Permitir ao usuário consultar todos os bancos nacionais, conforme lista da FEBRABAN, independente de ser um banco associado a ela ou não, detalhando o número, a sua descrição, sigla, CNPJ, site e informações de associação ou não FEBRABAN.
263	Permitir a consulta das notas fiscais avulsas cadastradas, visualizando as informações de número e série, data de emissão, nomes do prestador e do tomador, consulta dos serviços vinculados a nota, valor total da nota, valor de ISSQN, visualizar se o imposto foi lançado ou não e verificar a situação da nota.
264	Permitir realizar o cancelamento de uma Notificação de Lançamentos emitida, de forma a anular sua validade perante o ente público.
265	Permitir desfazer ações realizadas em um requerimento a partir do deferimento ou indeferimento de benefício ou manutenção de cálculo, onde ao desfazer a última ação, o requerimento volta a ficar em aberto para novo parecer.
266	Permitir realizar a homologação de uma movimentação realizada em Dívida Ativa, com a possibilidade de conferir as informações da dívida bem como os valores. Onde a movimentação apenas será efetivada após a conferência e confirmação da operação.
267	Possibilitar que o contribuinte solicite isenção para um crédito tributário via portal, onde que o contribuinte será isento do pagamento das taxas de expediente para emissão do carnê, ficando a sob responsabilidade do contribuinte a emissão do boleto através do portal do cidadão.
268	Permitir determinar as alíquotas a serem aplicadas ao cálculo do crédito tributário de transferência de imóveis, podendo configurar alíquotas diferenciadas para o valor à vista, valor financiado, outros valores pertinentes a transição e benfeitorias.
269	Permitir ao funcionário do setor de cadastros, no momento de cadastrar uma pessoa jurídica, realizar o vínculo de sócios à mesma, informando o nome, sua qualificação profissional, o responsável pela sociedade e qualificação, as datas de inclusão e desligamento do sócio e o respectivo percentual de participação, verificando automaticamente os percentuais de participação, impedindo que os percentuais de sociedade ultrapassem 100%.
270	Permitir configurar a forma de efetivação dos registros recebidos do sistema de geoprocessamento, podendo optar que as alterações cadastrais sejam efetivadas automaticamente ou que passem por uma análise prévia para deferimento ou indeferimento.

271	Possuir cadastro de atividades independente do padrão nacional, para que o município possa informar os itens da sua própria lista.
272	Permitir realizar o controle dos valores das atividades econômicas, de forma a indicar os valores dos alvarás por data, do valor para cobrança de ISSQN e ISS fixo, com data e percentual a ser aplicado.
273	Permitir emissão de relatório de valores recebidos por período, agrupados por agente arrecadador e/ou receita arrecadada.
274	Permitir realizar a antecipação ou prorrogação de vencimentos de lançamentos de créditos tributários de forma individual para um contribuinte, com a possibilidade de definir o ano do lançamento, número e receita da parcela que deseja alterar o vencimento, informando manualmente uma nova data ou estabelecendo um intervalo de tempo para o novo vencimento.
275	Permitir ao responsável pela manutenção das atividades econômicas, preencher ou consultar informações adicionais configuradas para cadastro as atividades econômicas, com a possibilidade de consultar tais informações por ano, mantendo histórico destas características.
276	Permitir ao fisco municipal dos municípios pertencentes ao estado de SP realizar interações para prestação de contas ao TCE deste estado.
277	Permitir cadastramento de informações de logradouros e serviços urbanos disponíveis em cada quadra do logradouro: tipo de coleta de lixo, iluminação pública, placas de publicidades, hidrantes, rede de esgoto, transporte coletivo, etc., armazenando histórico destas informações.
278	Permitir o controle e gerenciamento das taxas de alvarás de localização e de vigilância sanitária e recolhimento de valores.
279	Permitir a configuração da tabela de cálculo das alíquotas do IRRF com base nos valores determinados pela Receita Federal, para apuração do respectivo imposto na emissão de notas fiscais avulsas.
280	Permitir a consulta de empresas onde um contribuinte é sócio.
281	Permitir realizar atualização do valor de m ² de uma planta de valores, podendo realizar acréscimo ou decréscimo no valor configurado, determinando se a atualização será em valor ou percentual, determinar o ano para qual a atualização será aplicada e ainda permitir que a atualização seja aplicada para várias plantas de valores.
282	Permitir a configuração de formas de pagamento para cobrança dos créditos tributários. Com a configuração da quantidade de parcelas e respectivos vencimentos, onde para cada crédito, pode-se criar mais de uma forma de pagamento. E ainda, determinar o ano de vigência da forma de pagamento, configurar parcelas integrais, onde o pagamento é realizado em uma única parcela e na mesma condição, criar mais de uma parcela, com vencimentos, receitas e descontos concedidos.
283	Permitir no momento da criação de campos para informações adicionais do cadastro imobiliário, determinar se a informação será territorial ou predial.
284	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, determinar um número limite de dias de vencimento de uma parcela, uma quantidade de parcelas vencidas consecutivas ou não para que o parcelamento de crédito seja automaticamente cancelado.
285	Permitir anexar arquivos ao requerimento de benefícios fiscais ou manutenção de cálculo.
286	Permitir importação do arquivo DAF 607 (Simples Nacional e Micro Empreendedor Individual) e o lançamento, baixa e contabilização das guias recebidas.
287	Permitir ao funcionário do cadastro imobiliário, por meio do cadastro de imóveis, realizar movimentações cadastrais no imóvel, permitindo alterar sua situação para ativo ou inativo, incluir uma averbação cadastral ao mesmo ou comentário mantendo histórico das movimentações neste realizadas.

288	Permitir indicar se o econômico que está sendo cadastrado se trata de uma construtora, condomínio, entidade especial ou se possui serviço declarado por conta, de forma a indicar que podem existir especificidades no momento de realizar as declarações de serviços juntamente ao município.
289	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, indicar se no momento de realizar o parcelamento de créditos, poderão ser incluídas ou removidas taxas manualmente.
290	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, determinar que o sistema revogue os descontos concedidos nas parcelas geradas pelo parcelamento, caso estas estejam vencidas.
291	Permitir que seja vinculado o tabelionato responsável pela região na qual está localizado o imóvel.
292	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, determinar se será realizadas amortização no valor de juros de financiamento e correção pré-fixada, caso o contribuinte realize o pagamento da parcela de forma antecipada ao seu vencimento.
293	Permitir que seja realizado o estorno da baixa de pagamento manual, mesmo que esteja homologado em casos onde a baixa foi realizada indevidamente.
294	Atender integralmente ao que rege a resolução IBGE/CONCLA Nº 01 de 25/06/1998 atualizada pela resolução CONCLA Nº 07 de 16/12/2002 que prevê o detalhamento do CNAE (Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas).
295	Permitir o cadastrar engenheiros e arquitetos, selecionado a pessoa previamente cadastrada, vinculando o número do CREA ou CAU e data de registro e informando os respectivos CBOs conforme função por eles desempenhadas.
296	Emitir documento de quitação de ITBI.
297	Permitir ao usuário cadastrar e consultar todos os distritos existentes em território nacional e estrangeiro.
298	Permitir ao responsável pela baixa automática de pagamentos, realizar o estorno da baixa de pagamentos realizada a partir da importação de um arquivo de retorno bancário, estornando automaticamente todos os pagamentos relacionados no arquivo.
299	Permitir ao funcionário do setor imobiliário indicar os imóveis que serão beneficiados por uma contribuição de melhoria, informando se o imóvel será aderente à contribuição de melhoria, a data de adesão, o valor de venda do imóvel e percentual de valorização, apurando automaticamente o valor de valorização, permitindo visualizar também o custo da melhoria por imóvel. Com a possibilidade de configurar número e intervalo de vencimento das parcelas de forma individual para cada imóvel aderente à contribuição de melhoria.
300	Possibilitar o registro bancário das guias de pagamento que foram emitidas: envio por arquivo "txt" (quando o Banco não tem integração via Webservice) e de forma automática por Webservice.
301	Possuir opção para verificar os históricos das alterações cadastrais (cadastro de contribuintes, cadastro imobiliário e cadastro mobiliário) efetuadas por determinados usuários, por data ou por processo de alteração. Tendo também a opção de emitir relatório do histórico;
302	Possibilitar que na validação para emissão de Certidão Negativa de débitos seja considerado os sócios quando forem empresa, os responsáveis do cadastro quando for imóvel e o corresponsável do débito quando for dívida ativa.
303	Gerenciar operações de Suspensão de Créditos Tributários ou Não Tributários.
304	Permitir por meio de consulta unificada do contribuinte, visualizar os documentos emitidos em seu nome, como Certidão Negativa de Débitos, Alvarás de localização, provisório ou sanitário, Notificações de lançamentos e Certidões de ITBI, onde para cada item citado, permitir que seja realizada uma nova emissão.
305	Possuir demonstrativo analítico dos parcelamentos e reparcelamentos num determinado período ou contribuintes.
306	Demonstrar mensagem de erro se o servidor incluir ou alterar cadastro imobiliário e cadastro de seções incompatível

	com o cadastro de logradouros.
307	Possuir integração com o sistema de contabilidade, efetuando a integração de pagamento de débitos, dívidas, dívidas parceladas e parcelas de refinanciamento, bem como da classificação da receita, de forma automática;
308	Impedir que o setor tributário possa estornar ou modificar qualquer pagamento de tributo, a partir do momento que foram feitos os devidos lançamentos de receitas no setor contábil.
309	Possuir integração com o sistema de procuradoria do município, que possibilite à integração dos dados pertinentes a emissão da petição para ajuizamento e ao acompanhamento do trâmite jurídico e a importação dos dados necessários à identificação dos ajuizamentos, sem que haja a necessidade de redigitação em ambas as operações.
310	Permitir por meio das configurações de condições de parcelamento de créditos, determinar se contribuintes que possuem algum incentivo fiscal poderão ter seus créditos parcelados.
311	Permitir realizar a transferência de imóveis, informando a data de transferência, determinando a forma de cobrança e data de vencimento do lançamento de crédito tributário que será originado por este fato gerador.
312	Permitir escolher um cadastro para replicar as informações em um novo cadastro, copiando todas as suas informações, optando entre quais informações da inscrição imobiliária deve ser replicado e a quantidade de cadastros para criação.
313	Permitir realizar a consulta dos requerimentos de benefícios fiscais ou manutenções de cálculo cadastrados na entidade, podendo verificar a data de cadastro, se individual ou geral, o nome do requerente, o número do processo administrativo, sua vigência e situação, se em análise, deferido ou indeferido, bem como consultar o histórico de movimentações aplicadas ao mesmo. E ainda, quando um benefício for geral, consultar os contribuintes e referentes que serão contemplados pelo benefício ou manutenção.
314	Permitir realizar a consulta das baixas manuais de pagamentos registradas no sistema, possibilitando diferenciar as baixas que estão disponíveis para homologar, das baixas que já constam homologadas e ainda permitir buscar por pagamentos que tenham sofrido estorno, apresentando convênio, CPF/CNPJ e nome do contribuinte, data do pagamento, data de crédito, valor do pagamento e usuário que realizou a operação.
315	Permitir efetuar a remissão da dívida, de forma a extinguir o crédito tributário, registrando que o devedor está eximido de realizar a quitação da dívida.
316	Permitir o compartilhamento de informações das movimentações dos econômicos registradas no sistema de tributação com o sistema de escrituração fiscal.
317	Permitir ao cadastrar um econômico, realizar o controle de entrega de documentos exigidos pela entidade com a possibilidade de vincular um tipo de documento previamente cadastrado, indicar a situação do documento, se faltante, entregue ou se teve sua entrega dispensada, a data de vínculo do documento e o respectivo responsável.
318	Permitir ao usuário cadastrar feriados existentes, a fim de definição das datas de vencimentos dos créditos tributários, assim como para que não haja cobrança de acréscimos quando um vencimento tenha sido configurado em um feriado.
319	Permitir realizar o envio dos lançamentos de créditos tributários ao sistema de contabilidade, selecionando a receita de crédito tributário, o período de lançamento e o tipo de lançamento com as opções de cancelamentos, remissões, créditos tributários inscrito em dívida, isenções e imunidades.
320	Permitir a inclusão de arquivos digitalizados ao remembramento de imóveis, como por exemplo a cópia do processo administrativo, as imagens do imóvel e demais documentações pertinentes a alteração.
321	Possibilitar emissão de comparativo de valores calculados entre exercícios diferentes, podendo realizar filtro por percentual de diferença através dos valores venais e algum dos tributos lançados, tendo como no mínimo os seguintes operadores para comparação igual, menor ou igual, maior, maior ou igual, entre.
322	Possuir relatório que apresente as inconsistências cadastrais dos Imóveis e Econômicos.

323	Permitir parcelamentos de dívidas ativas, dívida do exercício e dívida ajuizada em um único parcelamento, e na contabilização dos valores pagos das parcelas desse parcelamento, desmembrar o que recebeu de dívidas ativas, dívida do exercício e dívida ajuizada de cada uma das receitas parceladas, bem como as respectivas correções, multas e juros de cada uma das receitas.
324	Permitir o cadastramento e manutenção de mensagens de carnês.
325	Permitir ao usuário cadastrar atos administrativos (leis e portarias), para que sejam utilizados na regulamentação de procedimentos administrativos executados pela entidade.
326	Possibilitar ao cadastrar convênios bancários, determinar uma validade para o identificador de número de baixa de pagamento conforme prazo estabelecido para instituição financeira.
327	Possibilitar a emissão de guias para pagamento de lançamentos de créditos tributários do exercício, em dívida ativa e parcelamento de créditos.
328	Permitir ao usuário cadastrar e consultar as localidades existentes no município, a fim de que a descrição do imóvel seja a mais completa possível, informando uma descrição, o município e distrito que se encontra localizado.
329	Permitir que a emissão do documento de Notificação do Lançamento seja feita em conjunto com a Guia de Recolhimento dos Tributos, em um único documento, quando em cota única, com parametrização do conteúdo da notificação;
330	Possibilitar ao fisco municipal configurar no sistema, fórmulas de cálculo de acréscimos, incluindo correção monetária, juros e multa, de modo que atenda às especificações previstas no Código Tributário Municipal.
331	Gerenciar as operações de isenções, não incidências, imunidades, reduções de alíquota e de bases de cálculo, para qualquer tributo e/ou receitas derivadas. Além disso, deve ser possível realizar estorno destas operações.
332	Permitir ao funcionário do setor de cadastros, no momento de cadastrar uma pessoa física ou jurídica, vincular mais de um endereço ao mesmo, informando CEP, município, logradouro, número, descrição de endereço, complemento, condomínio, bloco, apartamento, loteamento, bairro, distrito e caso julgar necessário, incluir observações ao endereço. Em casos onde o contribuinte possuir mais de um endereço, permitir sinalizar qual destes será o endereço principal.
333	Permitir através de comunicação com sistemas de terceiros (junta comercial), realizar a consulta de viabilidade para abertura de empresas, obedecendo contrato de comunicação pré-estabelecido entre a entidade e a empresa terceira.
334	Permitir por meio da consulta de viabilidade para abertura de empresas, que sejam realizadas solicitações de informações ao sistema de terceiro, caso seja necessário complementar as informações da empresa que está sendo analisada, obedecendo contrato de comunicação pré-estabelecido entre a entidade e a empresa terceira.
335	Permitir registrar as diversas atividades desempenhadas pelo contribuinte, possibilitando destacar a atividade principal e as secundárias.
336	Permitir ao responsável pela baixa automática de pagamentos, a partir da homologação dos pagamentos, identificar os pagamentos que eventualmente apresentarem alguma inconsistência, podendo realizar a consulta de forma detalhada dos pagamentos realizados em parcelas canceladas, eliminadas, suspensas, já pagas ou pagamentos cujo lançamento não foi identificado.
337	Permitir ao usuário cadastrar e consultar estados do território nacional e estrangeiro, apresentando descrição, sigla e país.
338	Permitir o compartilhamento de informações dos contadores cadastrados no sistema de tributação com o sistema de escrituração fiscal.
339	Permitir indicar se determinada receita de crédito tributário poderá ser inscrita em dívida ativa.
340	Permitir o compartilhamento de informações dos incentivos fiscais cadastrados no sistema de tributação entre os sistemas de emissão de nota eletrônica e escrituração fiscal.

341	Permitir ao responsável pelo cálculo tributário conceder um parecer ao requerimento de benefício ou manutenção. Onde a alteração prevista pelo requerimento apenas será aplicada, caso o mesmo seja deferido.
342	Permitir a partir da emissão de notas avulsas, o cálculo automático dos impostos federais tais como INSS, IRRF, SEST/SENAT, CSLL, COFINS e PIS/PASEP considerando as alíquotas e tabelas vigentes.
343	Permitir ao usuário cadastrar e consultar loteamentos, apresentando o seu nome, município e bairro que se encontra localizado, área comum, área total dos lotes e área remanescente, informando ainda quantidade de lotes, quadras e lotes caucionados e por fim a data de aprovação, criação e liberação do loteamento.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

	<p>Possibilitar que o prestador do serviço realize a consulta de suas notas fiscais, oportunizando acompanhar as movimentações realizadas nas mesmas, e ainda filtrar pelas seguintes opções:</p> <ul style="list-style-type: none"> # Consultar notas fiscais de serviço tomados, informando o prestador de serviço # Tomador de serviço # Número da nota # Número do RPS # Número do lote # Emitido por # Data inicial # Data Final # Natureza da operação: <ul style="list-style-type: none"> * Tributação no Município; * Tributação fora do Município; * Isenção; * Imune; 1 * Exigibilidade suspensa por decisão judicial; * Exigibilidade suspensa por procedimento administrativo; * Não incidência; * Exportação. # Situação da nota: <ul style="list-style-type: none"> * Normal * Cancelada * Substituída, * Guia Paga * Guia emitida * Todas # Carta de Correção: # Situação tributária # Normal Retenção Substituição Tributária # Lista de serviços: # CNAE
2	Possibilitar ao prestador de serviço emitir notas fiscais com data retroativa para o fato gerador, de modo que esta data possa ser inserida manualmente no momento da emissão.
3	Disponibilizar ao fisco municipal modelo de guia padrão do sistema para uso na emissão dos boletos, possibilitando ainda, que através do modelo padrão, seja personalizado modelos específicos para a entidade.
4	Possibilitar ao fisco municipal configurar validação para emissão de notas fiscais de alíquotas para optantes pelo Simples Nacional.
5	Possibilitar ao fisco municipal emitir um relatório de notas fiscais emitidas, apresentando informações dos documentos e também da guia de pagamento relacionada a nota.
6	Possibilitar ao contribuinte emitir um relatório de notas fiscais emitidas, apresentando informações dos documentos e também da guia de pagamento

7	Possibilitar ao fisco municipal configurar e liberar a emissão da guia de pagamento para o convênio CNAB240 do Sicredi, de modo que os prestadores possam fazer as impressões dos boletos e o respectivo pagamento de acordo com o convênio do município.
8	Possibilitar que o prestador visualize o PDF da nota fiscal emitida
9	Possibilitar ao fisco municipal configurar o relacionamento da CNAE a lista de serviço da Lei Complementar 116/2003, permitindo que para cada subitem da lista ou nível do subitem, seja indicado a(s) CNAE(s) correspondentes.
10	Possibilitar ao fisco municipal configurar a disponibilização do modelo simplificado de nota fiscal.
11	<p>Possibilitar ao fisco municipal emitir relatório de maiores emitentes de notas fiscais de serviço eletrônica, de modo que possibilite ter uma visão das empresas que mais emitem nota fiscal, podendo ainda escolher a forma como os dados serão filtrados e exibidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> # Período inicial e final # Quantidade de registros (prestadores) a serem exibidos # Item da lista de serviço # Código do CNAE # Indicativo da emissão do relatório por quantidade ou por valor # Natureza de operação da nota # Situação tributária da nota # Situação da nota fiscal
12	Disponibilizar ao usuário recurso para assinar digitalmente as notas fiscais.
13	<p>Possibilitar ao fisco municipal conceder o parecer para o pedido de Autorização para Impressão de RPS, possibilitando indicar como parecer os seguintes tipos:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Em análise * Deferida * Indeferida * Anulada * Pendente com prestador
14	<p>Possibilitar que o fisco municipal realize a consulta de notas fiscais, oportunizando acompanhar as movimentações realizadas nas mesmas, e ainda filtrar pelas seguintes opções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Prestador de serviço 2. Tomador de serviço 3. Município do tomador de serviço 4. Número da nota 5. Número do RPS 6. Número do lote 7. Emitido por: <ul style="list-style-type: none"> * Data de emissão da nota * Data do fato gerador da nota 8. Período 9. Natureza da operação: <ul style="list-style-type: none"> * Tributação no Município; * Tributação fora do Município; * Isenção; * Imune; * Exigibilidade suspensa por decisão judicial; * Exigibilidade suspensa por procedimento administrativo; * Não incidência; * Exportação. 10. Situação da nota: <ul style="list-style-type: none"> * Normal

	<ul style="list-style-type: none"> * Cancelada * Substituída, * Guia Paga * Guia emitida * Todas <p>11. Carta de Correção: 12. Situação tributária 13. Normal Retenção Substituição Tributária 14. Lista de serviços: 15. CNAE 16. Local da prestação do serviço</p>
15	Possibilitar que o fisco municipal controle o cadastro dos contribuintes para uso no sistema, possibilitando registrar as pessoas como prestadores ou tomadores, que se enquadrem como pessoas físicas ou jurídicas, registrando ainda demais informações como endereço, dados para contato, lista de atividades e incentivos fiscais
16	Possibilitar que o prestador de serviço imprima no corpo da nota fiscal, os dados referentes a construção civil, tais como número da obra e número da ART, de modo que as informações sejam apresentadas em campo específico.
17	Possibilitar ao fisco municipal, consultar a nota fiscal que sofreu manutenção, apresentando a data de alteração, o que foi alterado, a informação existente antes da manutenção e como ficou após a manutenção, o número do processo que deu origem à manutenção, o motivo da manutenção e o usuário responsável pela manutenção fiscal.
18	Possibilitar efetuar validações nos dados informados na emissão da nota fiscal, impedindo a emissão do documento ou apenas alertando.
19	Possibilitar ao prestador de serviço realizar ações na nota fiscal a partir da tela de consulta de notas, de modo que permita executar as funcionalidades: visualizar a nota, reenviar por e-mail e copiar a nota.
20	Possibilitar ao fisco municipal emitir relatório de notas fiscais de serviços prestados, permitindo filtrar por: Prestador, Tomador, Período de emissão da nota, Situação da nota fiscal, Situação Tributária, Situação da guia de pagamento, Nota fiscal optante pelo Simples Nacional e Natureza da operação.
21	Possibilitar que seja emitido um relatório de pagamentos por competência, de modo que tenha como filtros e informações a serem exibidas: Período de pagamento da guia, Período vencimento da guia, Período de estorno de pagamento da guia, Tipo de pagamento.
22	Possibilitar ao fisco municipal configurar fórmula para calcular o ISS da nota fiscal, permitindo assim criar outra fórmula diferenciada da padrão do sistema.
23	Possibilitar que o fisco municipal configure mensagem padrão para demonstrar na nota fiscal emitida, de modo a descrever orientações sobre as notas fiscais emitidas no município.
24	Permitir ao usuário fiscal acompanhar o andamento e a situação dos relatórios enviados para processamento, sendo possível que os relatórios permaneçam disponíveis para exibição por 24 horas.
25	Permitir ao fisco municipal emitir um relatório que apresente a situação das guias de pagamento, dentro de um determinado período, a fim de controlar as guias abertas a vencer, abertas vencidas, canceladas, pagas, inscrita em dívida, refis, outros lançamentos.
26	Permitir ao fisco municipal, gerenciar por meio de uma consulta, a relação de recibos provisório de serviços convertidos fora do prazo, dentro de um determinado período.
27	Possibilitar ao fisco municipal emitir gráfico estatístico de acompanhamento da arrecadação, possibilitando exibir os valores acumulados por ano ou estratificados por competência.
28	Possibilitar que o prestador do serviço registre o cadastro dos seus clientes (tomadores do serviço), permitindo diferenciar as pessoas físicas, jurídicas e tomadores estrangeiros, informando como dados do cadastro:
	# Nome

	# Documento de identificação # Inscrição municipal # Inscrição estadual # Endereço # Telefone # E-mail # Natureza jurídica
29	Possibilitar que o tomador do serviço possa registrar denúncia fiscal do RPS emitido, mas não convertido em nota fiscal pelo prestador, informando ao fisco municipal sobre um serviço que foi prestado.
30	Possuir relatório que demonstre a evolução mensal das arrecadações
31	Registrar de forma automática denúncia da conversão irregular do RPS em nota fiscal de serviço eletrônica, quando via integração houver tentativa de envio de um RPS que esteja sendo convertido fora do prazo.
32	Permitir informar o nome da obra, o responsável pela obra, C.E.I da obra, Logradouro, Bairro e CEP, no momento da emissão da NFS-e.
33	Possibilitar o registro dos prestadores autorizados e desautorizados a emitir nota fiscal.
34	Oportunizar que o usuário informe a data de abertura da empresa no sistema, com a finalidade de habilitar as competências para serem declaradas no faturamento.
35	Possibilitar que o fisco municipal conceda o parecer para as solicitações de acesso, podendo manter os pedidos em análise, fazer o deferimento ou indeferimento e ainda informar o motivo do parecer.
36	Possuir mecanismo que permita o reenvio de senha.
37	Permitir o cadastro de Indexadores para cálculo da correção monetária.
38	Possibilitar ao fisco municipal, cadastrar e consultar os convênios bancários para emissão de guias de pagamento e recebimento dos impostos e taxas cobrados pela entidade, podendo parametrizar a mensagem de instruções de pagamento a ser apresentada, e definir quais informações para o pagamento devem ser apresentadas na guia de pagamento.
39	Possibilitar que o fisco municipal controle e configure as tabelas e suas respectivas faixas, alíquotas e valores de redução para enquadramento dos prestadores do Simples Nacional, podendo ainda relacionar para cada tabela, o item da lista de serviço correspondente, de modo que através destas informações, o contribuinte possa ter a alíquota efetiva do ISS com base em seu faturamento bruto.
40	Possibilitar que seja registrado para a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, um código de verificação para ser utilizado na verificação de autenticidade.
41	Possibilitar que o fisco municipal defina os agentes municipais que receberão notificações de e-mail das solicitações de substituição de notas fiscais, de modo que estes usuários possam fazer o acompanhamento e o parecer das novas solicitações realizadas com maior rapidez.
42	Possibilitar que o prestador de serviço gerencie o acesso ao sistema, possibilitando incluir novos usuários para operacionalizar as informações da sua empresa, podendo ainda parametrizar as permissões de uso dos menus do sistema para os demais usuários relacionados.
43	Possibilitar o compartilhamento de informações das tabelas de faixas e alíquotas do simples nacional cadastradas no sistema de nota fiscal eletrônica com o sistema de escrituração fiscal.
44	Possibilitar que o prestador do serviço informe o motivo para o cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica emitida.
45	Possibilitar ao fisco municipal estornar o cancelamento da nota fiscal realizado pelo prestador ou pelo fisco, de modo

	que possa ser ajustado o documento nos casos onde o cancelamento foi realizado erroneamente.
46	Possibilitar a alteração de senha de utilização do sistema a qualquer momento;
47	Possibilitar que o fisco municipal configure a quantidade de dias que o prestador de serviço estará autorizado a cancelar a NFS-e após sua emissão.
48	Possibilitar que o prestador do serviço cancele a guia de pagamento gerada para as notas fiscais com ISS devido.
49	Possibilitar que o prestador do serviço defina a natureza de operação para emissão da nota fiscal, para controle e geração do ISS conforme a natureza informada, possibilitando indicar como naturezas: tributação no município, fora do município, isenção ou imunidade, exibilidade suspensa judicialmente ou por processos administrativos, não incidência de imposto e ainda as exportações, quando se tratar de serviços prestados fora do país.
50	Possibilitar que o sistema efetue o cálculo do ISSQN de forma automática, de acordo com as informações contidas na base de cálculo e alíquota.
51	Possibilitar o compartilhamento de informações das competências cadastrados no sistema de nota fiscal eletrônica com o sistema de escrituração fiscal.
52	Possibilitar que seja enviado e-mail ao tomador do serviço informando sobre o cancelamento da nota fiscal.
53	Possibilitar o compartilhamento de informações dos contribuintes cadastrados no sistema de nota fiscal eletrônica entre os sistemas de tributação e escrituração fiscal, conforme pré-requisitos.
54	Possibilitar ao fisco municipal controlar as informações dos valores de saldo gerados pelos prestadores, podendo consultar os saldos, lançar saldos manualmente, liberar os valores de saldo bloqueado, bloquear saldos liberados, cancelar saldos gerados e ainda, restituir valores com base nos valores de saldos gerados, para que assim, as guias de pagamento possam ser geradas com os respectivos abatimentos.
55	Possibilitar que o fisco municipal ajuste a natureza de operação da nota fiscal sem necessitar cancelar ou substituir a nota, para que assim, o prestador possa manter seu documento fiscal atualizado para escrituração fiscal.
56	Possibilitar que o prestador utilize o Certificado Digital da ICP Brasil para assinar digitalmente a carta de correção, para que assim os documentos corrigidos tenham validade jurídica por certificação digital, podendo ainda utilizar os tipos de certificado A1 ou A3.
57	Possibilitar ao fisco municipal estornar a substituição da nota fiscal realizada pelo prestador, de modo que o documento fiscal possa ser atualizado, nos casos onde o prestador não possuir permissão concedida pelo fisco, para realização dos estornos de substituições.
58	Possibilitar que o fisco municipal ajuste a dedução fiscal da nota fiscal sem necessitar cancelar ou substituir a nota, para que assim, o prestador possa manter seu documento fiscal atualizado para escrituração fiscal
59	Possibilitar que o fisco municipal tenha o controle de duplicidade no registro da autorização de emissão de RPS para mesma série, de modo que o prestador não consiga fazer uma nova solicitação para mesma série, quando já existir uma em andamento (Não Analisada, Em Análise ou Pendente com o Prestador)
60	Possibilitar ao fisco municipal configurar o sistema indicando a necessidade ou não das notas fiscais serem emitidas com assinatura digital para Microempreendedores Individuais - MEI, podendo ainda parametrizar esta definição apenas para pessoas físicas enquadradas como Fixo, apenas MEI ou ambas as situações.
61	Possibilitar ao fisco municipal controlar as informações dos valores de créditos tributários gerados pelos prestadores, podendo consultar os créditos, lançar créditos manualmente, liberar os valores de créditos bloqueados, expirar créditos gerados, cancelar créditos gerados e ainda, transferir créditos para outros contribuintes.
62	Possibilitar que o fisco municipal configure mensagem para demonstrar ao prestador quando o mesmo acessar seu módulo, de modo a descrever orientações ou avisos nas emissões de notas fiscais ou qualquer outro procedimento.

63	Possibilitar que o prestador do serviço defina a situação tributária do ISS na emissão da nota fiscal (Normal, Retenção, Substituição tributária), para controle e definição do responsável pelo pagamento do ISS, quando este for de competência do prestador, do tomador ou de um substituto tributário.
64	Permitir ao fisco municipal, à consulta rápida da relação de notas fiscais emitidas, dentro de um período de meses, definindo o prestador/tomador de serviços, sendo possível à visualização da nota eletrônica em pdf, a situação da guia de pagamento pertencente à nota fiscal e a própria situação da nota, facilitando assim, o controle do fisco.
65	Permitir ao fisco municipal, emitir um relatório estatístico que apresente de forma resumida os valores do imposto sobre serviços, dentro de um determinado período e de acordo com a situação da nota fiscal, com a finalidade de gerenciar o valor do imposto sobre serviços.
66	Possibilitar ao fisco municipal configurar através de fórmula, o cálculo da correção, do juro e da multa conforme legislação municipal, para que seja possível nas funcionalidades do sistema visualizar os acréscimos calculados para a guia e ainda, permitir a emissão de 2º via da guia de pagamento atualizada.
67	Possibilitar ao fiscal municipal cadastrar incentivos fiscais para o cálculo do ISS das notas fiscais, permitindo indicar se a concessão será dada na alíquota do serviço ou na base de cálculo da nota fiscal, podendo ainda definir o período de validade, o percentual de redução, o percentual mínimo aceitável e ainda se deve ser aplicado para optantes do Simples Nacional.
68	Permitir ao fisco municipal, emitir um relatório que apresente de forma detalhada a relação de créditos tributários gerados e recebidos, por tomadores de serviços, dentro de um determinado período.
69	Permitir ao fisco municipal a emissão de gráficos referente às notas fiscais emitidas, possibilitando ter uma visão gerencial das informações por período, por prestador e por tomador.
70	Possibilitar ao fisco municipal controlar o cadastro das séries dos RPS, de modo que possibilite registrar séries manuais ou eletrônicas, indicando sua descrição e se está disponível para uso, de modo que os prestadores possam fazer a solicitação de autorização para impressão de RPS.
71	Possibilitar ao fisco municipal controlar informações cadastrais dos prestadores de serviço registrados no sistema, podendo para cada prestador informar seu enquadramento (homologado, fixo, estimado ou não enquadrado), o porte da empresa (ME, EPP, EMP EGP ou MEI), suas numerações para sequencia inicial de emissão de nota fiscal ou conversão de RPS, suas isenções e ainda sua permissão para converter RPS em nota eletrônica.
72	Permitir ao fisco municipal e ao contribuinte prestador de serviços emitir um relatório que apresente a relação das autorizações para impressão do recibo provisório de serviços, dentro de um determinado período, sendo possível identificar a situação de cada autorização, facilitando assim controlar as autorizações pendentes.
73	Possibilitar ao prestador informar a condição de pagamento na nota fiscal gerada via conversão de RPS, podendo escolher entre as opções, o pagamento: à vista, à prazo, em cartão de débito, em cartão de crédito ou a condição de apresentação. Para as condições a prazo e cartão de crédito, possibilitar ainda informar a quantidade de parcelas, as datas de vencimento e o valor de cada parcela.
74	Permitir ao contribuinte prestador de serviços, à consulta rápida da relação de notas fiscais emitidas dentro de um período de meses, parametrizando à consulta para demonstrar as notas onde o contribuinte prestador é o tomador de serviços, sendo possível à visualização da nota eletrônica em pdf de forma individual ou não, a situação da guia de pagamento pertencente à nota fiscal, a situação da nota fiscal e o reenvio da nota fiscal eletrônica por e-mail.
75	Permitir ao fisco municipal configurar emissão de boletos bancários com a modalidade de Carteira com Registro, de modo que atenda aos convênios firmados entre município e entidade arrecadadora (banco) para pagamento do boleto mediante registro feito antecipadamente.
76	Possibilitar o compartilhamento de informações dos logradouros, bairros, loteamentos, Condomínios, Municípios, Estados cadastrados no sistema de nota fiscal eletrônica entre os sistemas de tributação e escrituração fiscal, conforme pré-requisitos.
77	Permitir ao fisco municipal emitir um relatório que apresente a relação dos recibos provisórios de serviços convertidos e não liberados, dentro de um determinado período, sendo possível identificar o total de recibos provisórios de

	serviços convertidos e não liberados por prestador de serviços.
78	Possibilitar ao prestador de serviços definir o formato para emissão de nota fiscal eletrônica, podendo ser detalhada ou simplificada.
79	Permitir ao usuário cadastrar e consultar bairros, logradouros, condomínios, Loteamentos existentes no municípios, a fim de controle de localização dos prestadores
80	Permitir ao usuário cadastrar feriados existentes, a fim de definir as datas de vencimentos dos créditos tributários, assim como para que não haja cobrança de acréscimos quando um vencimento tenha sido configurado em um feriado.
81	Permitir ao fisco municipal emitir um relatório de evolução da arrecadação do imposto sobre serviços, no município, dentro de um determinado período, a fim de gerenciar quanto o município está arrecadando.
82	Possibilitar ao prestador de serviços configurar outras pessoas do tipo física como responsáveis autorizados pelo referido contribuinte a também assinarem eletronicamente as notas fiscais de serviços emitidas.
83	Permitir ao fisco municipal, emitir um relatório que apresente de forma detalhada ou simplificada a relação de prestadores de serviços que sofreram manutenção fiscal em suas notas fiscais emitidas para alterar o regime tributário das notas para optantes do Simples Nacional, dentro de um determinado período, a fim de identificar a data e horário em que ocorreu a manutenção, o usuário que realizou a manutenção e a quantidade de nota fiscais alteradas.
84	Possibilitar ao fisco municipal definir em qual formato as informações do relatório de notas fiscais devem ser exibidas, podendo indicar como formato PDF, HTML e XLS, e desta forma, realizar tratamentos e análises com as informações geradas de acordo com o formato selecionado.
85	Possibilitar ao fisco municipal configurar o envio de notificação para o prestador quando uma quantidade (em porcentagem) definida, de RPS, já tenha sido convertida em nota, permitindo assim que o prestador se programe para solicitar nova autorização para impressão de RPS.
86	Possibilitar ao fisco municipal configurar mensagem com orientações para o prestador, quando o mesmo executar o processo de solicitação de cancelamento de notas fiscais, para que assim o contribuinte possa seguir os procedimentos indicados pelo município.
87	Possibilitar que o prestador reutilize em um nova solicitação, a mesma numeração de RPS contida em outra solicitação que esteja com situação Indeferida, permitindo assim, que seja aproveitado a sequencia numérica de RPS.
88	Permitir ao fisco municipal e ao contribuinte prestador de serviços, realizar o download do arquivo extensible markup language, através da consulta de lotes de recibo provisório de serviços enviados.
89	Permitir ao fisco municipal e ao contribuinte prestador de serviços, consultar a relação de lotes de recibo provisório de serviços enviados, dentro de um determinado período, apresentando no retorno as informações, a data de envio e processamento do lote enviado, o prestador de serviços, o número do lote e a quantidade de rps contidos no lote enviado, a fim de obter um maior controle em relação aos lotes enviados.
90	Permitir ao fisco municipal, consultar a relação de notas fiscais emitidas, por ano na entidade, a fim de obter uma análise prévia da quantidade de notas emitidas por prestadores ou tomadores de serviços.
91	Permitir ao fisco municipal, emitir um relatório que apresente a relação de usuários de prestadores, detalhando o nome e o login do usuário, seu nível de acesso, ou seja, se é usuário comum ou administrador, e o endereço de e-mail de cada usuário, a fim de facilitar o controle a cerca do total de usuários do prestador de serviços.
92	Possibilitar ao contribuinte prestador de serviços, emitir um relatório que apresente os valores de créditos tributários gerados ou transferidos por ele dentro de um determinado período, e ainda, apresentar o número da nota e o valor de iss.
93	Possibilitar ao fisco municipal emitir gráfico estatístico de evolução das notas fiscais, permitindo ter uma visão entre as competências o volume de notas, detalhando ainda as informações das notas emitidas, as normais, retidas e canceladas.

94	Possibilitar que a nota fiscal eletrônica de serviço seja enviada para o sistema de escrituração fiscal, de modo que as notas sejam escrituradas automaticamente e o prestador possa cumprir com a obrigação acessória.
95	Possibilitar ao fisco municipal, emitir o relatório de bairros do município, a fim de identificar o total de bairros no município, facilitando o acerto das informações pelo setor de cadastro, corrigindo as informações duplicadas ou com erros.
96	Possibilitar que o fisco municipal ajuste o regime tributário das notas fiscais emitidas, permitindo ajustar a informação de um contribuinte que não está mais enquadrado como Simples Nacional para Optante do Simples Nacional, e assim, manter o regime tributário da nota correspondente ao regime tributário do prestador
97	Permitir ao contribuinte prestador de serviços emitir um relatório estatístico das notas fiscais emitidas, composto por gráficos resultando em uma visão geral e gerencial sobre a prestação de serviços de um determinado período.
98	Possibilitar ao fisco municipal emitir o relatório de denúncias fiscais, realizadas em determinado período, a fim de gerenciar a situação das denúncias.
99	Possibilitar que o prestador do serviço atualize suas informações de contato, como telefone fixo, fax, telefone celular e e-mail, para exibição na nota fiscal, sem necessitar da ação do fisco municipal para atualização das informações.
100	Possibilitar ao fisco municipal, emitir o relatório de acessos de usuários, a fim de gerenciar os horários de acessos de entrada e saída dos usuários ao sistema.
101	Possibilitar que o fisco municipal tenha o controle somente das autorizações para impressão de RPS que estejam pendentes de análise, podendo visualizar a listagem das solicitações não analisadas ou em análise, para que assim o parecer dado ao prestador possa ser concedido com mais rapidez.
102	Permitir ao contribuinte prestador de serviços emitir um relatório de notas fiscais emitidas, sendo possível ordenar a apresentação das informações do relatório por número da nota, data de emissão da nota, valor do serviço ou valor do imposto sobre serviços.
103	Possibilitar que o prestador do serviço informe o intermediário da prestação na nota fiscal, de modo que seja possível indicar além do tomador, o intermediário como responsável pela retenção do imposto.
104	Possibilitar ao contribuinte realizar a emissão da nota fiscal utilizando os itens da lista de serviço anexa a Lei Complementar 116/2003, contendo também as atualizações da lista disponibilizadas pela Lei Complementar 157/2016, e ainda, os subitens ou níveis criados especificamente pela legislação municipal.
105	Possibilitar que o fisco municipal configure a quantidade de dias após a emissão da nota fiscal que o prestador poderá fazer a substituição.
106	Possibilitar o compartilhamento de informações das atividades de serviços cadastrados no sistema de nota fiscal eletrônica entre os sistemas de tributação e escrituração fiscal, conforme pré-requisitos.
107	Possibilitar que o próprio prestador do serviço cancele a nota fiscal que foi emitida erroneamente, uma vez que o prazo definido pelo município para esta operação, esteja sendo atendido, e desta forma, não necessite da ação do fisco municipal para o cancelamento do documento fiscal.
108	Possibilitar que seja criado contra-senha (captcha), para os casos onde o contribuinte erre a senha do seu respectivo usuário 3 vezes seguidas, e desta forma, tenha que confirmar outros dados para garantir a segurança no acesso.
109	Possibilitar que o prestador realize simulações de emissão de notas ou conversão de RPS em ambiente de testes, permitindo ainda, que os dados cadastrais do prestador sejam os contidos no ambiente de produção, para assim, ampliar a efetividade da homologação dos processos.
110	Possibilitar que o prestador emita a nota fiscal indicando que o serviço já foi descontado pela prefeitura, quando o tomador do serviço for a prefeitura municipal.
111	Possibilitar ao fisco municipal configurar o modelo de nota fiscal utilizada no município para visualização pelos prestadores e tomadores de serviço, podendo ainda parametrizar um dos 4 modelos padrões do sistema, ou então, um

	modelo personalizado para o município.
112	Possibilitar que o fisco municipal controle a conversão de RPS manual ou eletrônico que não foram autorizados pelo município ao prestador, de modo que as notas fiscais sejam geradas por RPS homologados pelo município.
113	Possibilitar que o fisco municipal controle as liberações das autorizações para impressão de RPS, de modo que defina via configuração da quantidade e percentual, o deferimento automático das solicitações feitas para conversões de RPS manual e eletrônicas.
114	Possibilitar ao fisco municipal configurar o valor mínimo do imposto gerado para emissão das guias de pagamento, de modo que as arrecadações sejam feitas mediante valores compensatórios em relação ao tarifamento bancário, e permitindo ainda, a configuração do valor para taxa de expediente da emissão do boleto.
115	Possibilitar ao prestador do serviço informar as condições de pagamento da nota fiscal, podendo escolher entre as opções, o pagamento: à vista, à prazo, em cartão de débito, em cartão de crédito ou a condição de apresentação. Para as condições a prazo e cartão de crédito, possibilitar ainda informar a quantidade de parcelas, as datas de vencimento e o valor de cada parcela.
116	Possibilitar ao fisco municipal registrar usuários e configurar as permissões das funcionalidades do sistema, de modo que os usuários executem as operações de acordo com suas permissões concedidas, podendo o fisco ainda, configurar por usuário individualmente, ou para grupos de usuários.
117	Possibilitar que o prestador predefina e-mails como destinatários para o envio da nota fiscal, nos casos onde outras pessoas, além do tomador, devam receber a nota fiscal emitida.
118	Possibilitar que o prestador configure descrições de serviços predefinidas para que sejam utilizadas no momento da digitação da discriminação do serviço na nota fiscal.
119	Possibilitar que o fisco municipal configure no site da prefeitura acessos rápidos para as funcionalidades constantes no sistema como: solicitação de acesso, autenticidade da nota, autenticidade do RPS, pesquisa de prestadores e denúncia fiscal.
120	Possibilitar que o prestador do serviço envie a nota fiscal para o e-mail do tomador, de modo que o mesmo possa visualizar e imprimir o documento fiscal.
121	Possibilitar que cada prestador tenha um ambiente para personalizar seu perfil, podendo configurar os dados a serem apresentados na nota fiscal dos seus clientes, tais como: site, mensagem no corpo da nota, apresentação de canhoto para assinatura de recebimento e a mensagem que será enviada no e-mail para o tomador, juntamente com os demais dados da nota fiscal.
122	Possibilitar ao prestador consultar o status do Lote de RPS enviado eletronicamente para que possa saber o resultado da conversão dos RPS em notas fiscais eletrônicas, se converteram com sucesso ou ocorreu algum tipo de inconsistência por dados cadastrais.
123	Possibilitar aos usuários do sistema, verificar as melhorias acrescentadas para as funcionalidades do sistema, em cada versão lançada.
124	Possibilitar ao prestador converter manualmente o Recibo Provisório de Serviço - RPS em notas fiscais de serviço eletrônicas, para que assim o tomador possa receber a nota fiscal como documento juridicamente válido, e ainda, o prestador pagar o imposto sobre o serviço prestado.
125	Possibilitar ao fisco municipal consultar as notas fiscais de acordo com o tipo do Tomador para que assim possam ter informações das notas emitidas em seu município por: pessoas físicas e jurídicas, estas sendo do município sede ou de outros municípios.
126	Possibilitar a personalização de informações diretamente na página da prefeitura, para apresentação de dados estatísticos da nota fiscal como: contribuintes autorizados, total de notas fiscais emitidas, total de notas fiscais emitidas nos últimos meses, estimativa de ISS nos últimos meses, valores das notas fiscais nos últimos meses.

127	Possibilitar ao fisco municipal configurar no sistema restrições que validem os dados preenchidos pelo prestador na nota fiscal, de modo que atenda particularidades do município que impeçam o registro da nota fiscal, inclusive quando se tratar de conversão de RPS.
128	Possibilitar ao fiscal controlar a sequência dos números das notas fiscais emitidas, para que mantenha a ordem numérica dos documentos emitidos de acordo com a data das prestações de serviços. Permitir ainda que o município decida sobre fazer este tipo de controle da forma que achar necessário, aplicando esta permissão a qualquer momento do uso no sistema.
129	Possibilitar que o fisco municipal controle a permissão das substituições de notas fiscais realizadas pelos prestadores, indicando quais meios o prestador poderá utilizar o processo (site ou eletronicamente), permissões sobre o estorno da substituição, e ainda, definindo que o processo ficará liberado para o prestador ou se dependerá de solicitação ao fisco municipal.
130	Possibilitar que o prestador do serviço exporte o XML ou o PDF das notas fiscais, podendo ainda através dos filtros indicados (situação da nota, situação tributária, natureza de operação, data de emissão) exportar apenas uma nota, ou um lote de notas, de modo que, as notas fiscais exportadas possam ser importadas em outros sistemas conforme formato escolhido.
131	Possibilitar ao fisco municipal definir alíquota específica para o prestador nos casos onde possua uma taxa diferenciada, e com isso, permita ao contribuinte emitir a nota fiscal e recolher o imposto conforme seu enquadramento diferenciado.
132	Possibilitar que o contribuinte possa pesquisar quais prestadores de serviços do município estão autorizados a emitir Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.
133	Possibilitar que o fisco municipal ajuste o regime tributário das notas fiscais emitidas, permitindo ajustar a informação de um contribuinte que está enquadrado como Simples Nacional para não Optante do Simples Nacional, e assim, manter o regime tributário da nota correspondente ao regime tributário do prestador
134	Possibilitar que o prestador optante do Simples Nacional controle a geração do ISS através das alíquotas municipais quando ultrapassar o valor de faturamento bruto permitido por lei, de modo que as notas fiscais sejam emitidas e a tributação do imposto seja realizada conforme as alíquotas municipais.
135	Possibilitar que o fisco municipal controle a geração de taxas diversas na emissão da nota fiscal ou no processamento do RPS, permitindo configurar as taxas a serem calculadas, seus respectivos valores e ainda crie condições restringindo a quais prestadores e serviços as taxas devem ser calculadas, para que assim, atenda a legislação municipal na cobrança de valores adicionais ao ISS.
136	Possibilitar que o prestador do serviço realize a consulta de suas notas fiscais de acordo com a situação da nota (Normal, Cancelada, Guia Paga, Substituída, Guia emitida), de modo que consiga acompanhar as movimentações realizadas nas notas fiscais
137	Possibilitar ao fisco municipal configurar e liberar a emissão da guia de pagamento para o convênio CNAB400 do Sicredi, de modo que os prestadores possam fazer as impressões dos boletos e o respectivo pagamento de acordo com o convênio do município.
138	Permitir ao fisco municipal emitir um relatório que possibilite o controle das notas fiscais eletrônicas emitidas por data de emissão da nota, ou data do fato gerador, dentro de um determinado período.
139	Possibilitar que o prestador do serviço informe na nota fiscal qual o serviço foi prestado, podendo indicar qualquer serviço relacionado a sua empresa, ou ainda serviços prestados eventualmente, de acordo com a permissão concedida pelo fiscal, podendo ainda ter seu serviço incluído automaticamente no documento fiscal, quando exercer apenas uma atividade.
140	Compartilhar a data de abertura da empresa informada no sistema de nota fiscal eletrônica com o sistema de escrituração fiscal.
141	Possibilitar que os prestadores de serviços de fora do município se registrem como usuários para fazer a emissão do RANFS

142	Possibilitar que o prestador utilize o Certificado Digital da ICP Brasil para assinar digitalmente as notas fiscais emitidas via sistema, para que assim os documentos emitidos tenham validade jurídica por certificação digital, podendo ainda utilizar os tipos de certificado A1 ou A3.
143	Possibilitar ao fisco municipal gerenciar a permissão dos prestadores utilizarem serviços que não estejam relacionados ao seu cadastro de prestador, para que assim, as notas fiscais sejam emitidas utilizando apenas os serviços devidamente registrados pelo fisco no sistema Tributário.
144	Possibilitar ao fisco municipal gerenciar a obrigatoriedade da assinatura digital na nota fiscal por E-CNPJ, através de certificados da ICP-Brasil, podendo ainda, conceder permissão para os responsáveis da pessoa jurídica assinar digitalmente a nota fiscal utilizando seu E-CPF.
145	Possibilitar ao fisco municipal emitir gráfico estatístico de crescimento das notas fiscais, de modo que exiba o percentual de crescimento das notas fiscais por competência.
146	Possibilitar que o prestador faça a geração das guias de pagamento das notas fiscais que geraram o ISS, podendo ainda gerar guias de taxas diversas contidas na nota fiscal, guias de ISS retido e ainda guias do RANFs
147	Possibilitar ao contribuinte verificar dados da nota fiscal emitida por meio da leitura do QR-Code, de modo que permita identificar se é um documento válido, visualizando e validando os principais dados, e ainda, validando a autenticidade da nota.
148	Permitir ao fisco municipal emitir um relatório que tenha como finalidade identificar a classificação nacional de atividades econômicas vinculadas aos itens de serviços, sendo ele padrão da legislação federal ou criados de forma específica pela legislação municipal.
149	Possibilitar a indicação da tarja "Substituída" para as notas que sofreram o processo de substituição, para que o prestador, tomador ou o fisco municipal, ao visualizar esta nota, possa saber do status atual da nota.
150	Possibilitar que o prestador do serviço importe no sistema da Nota Fiscal Eletrônica o arquivo XML contendo um RPS ou um lote de RPS, gerados a partir do sistema próprio do prestador.
151	Possibilitar que o fiscal municipal cancele guia de pagamento gerada pelo contribuinte, atendendo assim, os casos onde o prestador não consegue fazer o cancelamento devido parametrização do sistema.
152	Possibilitar que o prestador solicite ao fisco municipal o cancelamento da nota fiscal para os casos onde o documento foi emitido erroneamente, e o prazo estipulado pelo município para cancelamento pelo próprio prestador já tenha sido ultrapassado.
153	Possibilitar que o fisco municipal exporte as notas fiscais emitidas pelos prestadores do município, permitindo exportar o XML ou o PDF das notas fiscais, podendo ainda através dos filtros indicados (situação da nota, situação tributária, natureza de operação, data de emissão) exportar apenas uma nota, ou um lote de notas, de modo que, as notas fiscais exportadas possam ser importadas em outros sistemas conforme formato escolhido.
154	Possibilitar que o fisco municipal controle e configure as informações que serão permitidas serem ajustadas pelo prestador na Carta de Correção, e ainda definindo a necessidade de assinatura digital para confirmar e validar juridicamente os ajustes da nota fiscal.
155	Possibilitar que o fisco municipal personalize seus próprios cadastros em funcionalidades predefinidas, criando através das mesmas, novos campos ou telas para uso em seu ambiente de atuação no sistema.
156	Possibilitar ao prestador enviar o XML contendo as informações da nota fiscal gerada, juntamente ao e-mail enviado para tomador do serviço, inclusive no processo de conversão de RPS em nota.
157	Possibilitar que o prestador de serviço possa personalizar sua nota fiscal para que apresente a logomarca da sua empresa, facilitando ainda mais a identificação do prestador do serviço no documento fiscal.
158	Possibilitar ao prestador enviar eletronicamente e conforme layout o cancelamento da nota fiscal gerada pela conversão do RPS, para que assim o prestador possa realizar os respectivos ajustes utilizando seu próprio sistema de

	gestão.
159	Possibilitar que o fisco municipal tenha o controle somente das solicitações de acesso que estejam pendentes de análise, podendo visualizar a listagem das solicitações não analisadas ou em análise, agilizando as liberações de acesso.
160	Possibilitar ao contribuinte prestador gerenciar os valores dos créditos tributários através de consultas, podendo visualizar os valores gerados ou recebidos, que estejam liberados ou bloqueados, identificando assim o saldo de crédito que poderá utilizar para abatimento de impostos municipais.
161	Possibilitar que o prestador altere informações cadastrais do tomador do serviço a partir da tela de emissão de nota fiscal, de modo que agilize a emissão da nota fiscal.
162	Possibilitar que o fisco municipal configure a quantidade de dias que o prestador de serviço estará autorizado para converter manualmente ou eletronicamente o RPS em nota fiscal de serviço
163	Possibilitar ao fisco municipal parametrizar a permissão para que os prestadores do município possam emitir notas fiscais com data retroativa do fato gerador, e ainda, possa indicar na configuração uma data base para indicar até quando poderá ser a retroatividade das notas.
164	Possibilitar ao fisco municipal configurar no sistema restrições que validem os dados preenchidos pelo prestador, de modo que atenda particularidades do município que impeçam a substituição da nota fiscal, inclusive quando se tratar de conversão de RPS.
165	Possibilitar que o prestador seja informado por e-mail quando ele for desautorizado da emissão eletrônica de notas fiscais de serviços, para que possa realizar o acompanhamento das suas permissões como emissor de nota fiscal no município.
166	Possibilitar ao contribuinte visualizar na nota fiscal a carga tributária aplicada nos serviços prestados, possibilitando conferir além do imposto municipal, os valores calculados para os tributos federais, como: PIS, COFINS, INSS, IR, CSLL
167	Possibilitar ao fisco municipal parametrizar a relação de tomadores que estará disponível para uso do prestador na emissão da nota fiscal, definindo a utilização apenas dos tomadores relacionados ao seu próprio cadastro ou os tomadores relacionados aos demais prestadores da entidade.
168	Possibilitar que o fisco municipal renumere o número das notas fiscais já emitidas, de modo que possibilite ajustar a sequência de cadastro conforme emissões realizadas pelo prestador. Permitir efetuar o procedimento apenas de uma nota ou de um lote de notas, e ainda, apresentar uma prévia de como ficará as novas numerações antes de efetivar o processo.
169	Possibilitar ao fisco municipal consultar as informações dos créditos tributários gerados individualmente por tomador de serviço
170	Possibilitar ao fisco municipal controlar a obrigatoriedade do uso do CNAE para emissão da nota fiscal, para que assim, os prestadores possam relacionar seu CNAE aos seus serviços prestados na nota fiscal.
171	Possibilitar que o prestador do serviço através da tela de emissão de notas fiscais, consulte a relação de tomadores cadastrados.
172	Possibilitar que o prestador do serviço possa realizar a impressão das notas fiscais, indicando uma faixa de número de nota ou ainda um período de data de emissão.
173	Possibilitar que o prestador registre o cadastro do tomador a partir da tela de emissão de nota fiscal quando o mesmo não existir, de modo que agilize a emissão da nota fiscal.
174	Permitir ao contribuinte prestador de serviços copiar uma nota fiscal já emitida, para a geração de uma nova nota.
175	Possibilitar que o prestador com base na permissão concedida pelo fisco municipal, selecione as notas fiscais a serem incluídas na guia de pagamento, de modo que permita indicar as notas de um determinado tomador ou serviço, ou

	ainda de uma determinada data de emissão.
176	Possibilitar ao prestador incluir mais de um item da lista de serviço na nota fiscal, podendo estes possuírem alíquotas iguais ou diferentes, inclusive no processo de conversão de RPS.
177	Possibilitar que o sistema organize suas funcionalidades através de um ambiente para administração e outro ambiente para o prestador, ambos com acesso através de autenticação de usuários, podendo ainda disponibilizar recursos em uma área pública com acesso sem necessidade de autenticação.
178	Possibilitar ao prestador relacionar na nota fiscais de serviço o número do Recibo Provisório de Serviço - RPS convertido, seja para conversões manuais ou eletrônicas.
179	Possibilitar que o fisco municipal configure a geração da guia de pagamento com vencimentos diferentes dos indicados para a competência, para que possa atender a questões específicas da legislação municipal ou de prestadores.
180	Possibilitar que o fisco municipal atualize em qualquer momento o status da permissão de acesso do prestador para emissão de notas fiscais, liberando ou cancelando a autorização.
181	Possibilitar que o prestador de serviço enquadrado no regime de Simples Nacional, registre as informações do Faturamento Bruto, de modo que seja possível com base nessas informações, encontrar a alíquota efetiva do ISS a ser aplicada na nota fiscal.
182	Possibilitar que o fisco municipal exporte as notas fiscais emitidas dos candidatos e partidos políticos, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, permitindo ainda selecionar o pleito eleitoral, a competência e um período de emissão para listagem dos documentos.
183	Possibilitar ao fisco municipal personalizar o modelo de documento, utilizado para o prestador solicitar permissão de acesso para emissão de notas fiscais, possibilitando criar seu próprio Layout para impressão das solicitações
184	Permitir ao fisco municipal emitir um relatório que apresente a relação de pagamentos realizados por parte dos contribuintes, dentro de um determinado período.
185	Possibilitar ao fisco municipal cancelar a nota fiscal que foi emitida erroneamente, de modo que o prestador não precise registrar uma solicitação ao fisco para atualização do documento
186	Possibilitar que o prestador seja informado por e-mail quando a sua autorização de impressão de RPS sofrer alguma alteração, para que possa ser realizado o acompanhamento do parecer dado pelo fisco municipal.
187	Possibilitar que o prestador seja informado por e-mail quando sua autorização para emissão de notas fiscais for movimentada pelo fisco municipal, para que possa realizar o acompanhamento das suas permissões como emissor de nota fiscal no município.
188	Possibilitar que o fisco municipal gerencie e configure a forma de geração das guias de pagamento, possibilitando configurar a geração automática da guia quando haver notas disponíveis, o valor mínimo do imposto para que o prestador possa fazer a emissão do boleto e ainda, o valor de taxa de expediente a ser cobrada no boleto.
189	Possibilitar ao fisco municipal realizar pesquisa de funcionalidade utilizando palavra chave, possibilitando assim que seja listado todos os menus encontrados com a determinada palavra, e ainda, permitir que a tela do sistema seja acessada através do resultado da busca.
190	Permitir ao fisco municipal, emitir um relatório de evolução da emissão de notas na entidade, a fim de identificar o valor total em notas emitidas por exercício e por valor de ISS.
191	Possibilitar ao fisco municipal emitir gráfico estatístico de emissão de notas por atividade, para que possa ter uma visão das atividades que estão sendo prestado serviços.
192	Permitir ao fisco municipal, emitir um relatório que apresente de forma resumida a situação dos créditos tributários gerados e recebidos, por tomador de serviços dentro de um determinado período, sendo possível visualizar o valor

	total de crédito liberado, cancelado, expirado e bloqueado.
193	Possibilitar a comunicação do prestador com o fisco municipal ou entre usuários fiscais de uma determinada entidade, por meio de mensagens eletrônicas para troca de informações, podendo ainda através de gerenciamento das mensagens, responder ou encaminhar as mensagens, saber as mensagens recebidas, as mensagens enviadas, as mensagens lidas e não lidas, e ainda as que foram excluídas.
194	Possibilitar ao fisco municipal, gerenciar os prestadores de serviços que tiveram suas notas fiscais de serviços renumeradas, através de uma consulta, apresentando o número atual da nota e número anterior à renumeração, usuário que realizou o procedimento de renumeração, a data da alteração, o número do processo que deu origem à renumeração.
195	Possibilitar ao fisco municipal, definir nos convênios bancários, a data de validade para o identificador de número de baixa de pagamento conforme prazo estabelecido para a instituição financeira.
196	Permitir ao fisco municipal, emitir um relatório que apresente de forma resumida a quantidade de notas emitidas na entidade, por ano e mês, por serviço da nota, seu valor total de serviços, imposto sobre serviços e total da base de cálculo, a fim de facilitar o controle de notas emitidas.
197	Possibilitar que o prestador visualize as informações da nota fiscal antes de ser efetivado seu registro, demonstrando uma prévia com os dados do prestador, tomador, valores do serviço, alíquota, base de cálculo, valor do imposto, valores calculados para impostos federais, como também, informações gerais da nota fiscal, e desta forma, possa revisar e confirmar a emissão da nota fiscal.
198	Possibilitar que o fisco municipal gere a multa de auto de infração para os prestadores que converteram RPS fora do prazo, aplicando assim as penalidades previstas na legislação municipal, podendo ainda, indicar na geração do auto de infração, a nota fiscal, o RPS, a infração aplicada e os valores para cálculo da multa.
199	Possibilitar que o prestador do serviço utilize Carta de Correção para ajustar os dados da nota fiscal após a sua emissão, e de acordo com as permissões dadas pelo fisco municipal, consiga fazer ajustes em informações como: dados do tomador, informações da obra, condição de pagamento e discriminação do serviço.
200	Possibilitar ao contribuinte validar a autenticidade do Recibo Provisório de Serviço - RPS emitido pelo prestador, para que assim possa confirmar se os dados do RPS são válidos e homologados pelo município.
201	Possibilitar que o fisco municipal configure a aplicação de crédito tributário para abatimento em impostos municipais, possibilitando definir parâmetros distintos para pessoas físicas e jurídicas, optantes do Simples Nacional e não optantes do Simples Nacional, para os portes da empresa como ME, EPP, EGP ou MEI, e ainda, controlar os prazos de validade e quem será o beneficiado do crédito, sendo o prestador ou tomador do serviço.
202	Possibilitar que o fisco municipal defina os agentes municipais que receberão notificações de e-mail das autorizações de impressão de RPS solicitadas pelos prestadores, de modo que estes usuários possam fazer o acompanhamento e o parecer das novas solicitações realizadas com maior agilidade.
203	Possibilitar que o fisco municipal altere a data de vencimento da guia de pagamento gerada pelo prestador, permitindo realizar adequações nos vencimentos anteriormente definidos pela legislação municipal, de modo que atenda as particularidades do município
204	Possibilitar ao fisco municipal controlar a obrigatoriedade da assinatura digital na solicitação de acesso para prestadores enquadrados como Microempreendedor Individual - MEI, de modo que permita validar além das empresas MEI também os prestadores pessoas físicas enquadrados como fixos.
205	Possibilitar ao usuário utilizar o teclado virtual para digitação da senha de acesso, tornando o processo de login mais seguro.
206	Possibilitar que o fisco municipal controle o prazo de vencimento para as guias de pagamento dos convênios firmados com cobrança registrada, para que assim, o sistema possa fazer a geração dos registros para os boletos bancários conforme o prazo definido em cada banco e convênio, e o prestador consiga fazer o pagamento do boleto registrado.
207	Possibilitar que o fisco municipal controle a permissão de alteração manual da alíquota para prestadores enquadrados no regime tributário de optantes pelo simples nacional, para os casos onde o prestador precise emitir a nota fiscal e

	não tem todas as informações do faturamento bruto registradas para a base de cálculo.
208	Permitir ao fisco municipal emitir um relatório de notas fiscais em que seja possível visualizar a relação de notas fiscais que estão ou não assinadas digitalmente.
209	Possibilitar que o fisco municipal possa acompanhar o histórico das movimentações realizadas na liberação de acesso registrada pelo prestador, de modo que possa ser visualizado o parecer, o motivo, a data e hora da movimentação e o usuário fiscal que a fez, fazendo este tipo de controle para cada tipo de movimentação da liberação de acesso.
210	Possibilitar ao prestador enviar eletronicamente a substituição da nota fiscal gerada pela conversão do RPS, para que assim o prestador possa realizar os respectivos ajustes utilizando seu próprio sistema de gestão.
211	Possibilitar que o fisco municipal defina os agentes municipais que receberão notificações de e-mail das solicitações de cancelamento de notas fiscais, de modo que estes usuários possam fazer o acompanhamento e o parecer das novas solicitações realizadas com maior rapidez.
212	Possibilitar que o prestador do serviço possa visualizar o relatório de Notas Fiscais, mesmo quando não existir dados registrados na consulta solicitada, de modo que possa realizar algum tipo de comprovação dos dados emitidos no período.
213	Possibilitar ao prestador do serviço emitir a 2ª via da guia de pagamento, com a nova data de vencimento, e ainda, possuir os valores dos acréscimos (Correção, Juros e Multa).
214	Possibilitar que o prestador do serviço faça substituição de notas fiscais já emitidas, permitindo a substituição de notas onde os tomadores sejam os mesmos ou sejam distintos, e ainda, que a nota substituta, possa substituir uma ou várias notas, de modo que adequar os documentos fiscais do prestador para os casos onde a nota fiscal sofreu alterações nos dados do serviço.
215	Possibilitar a interação dos dados de lançamentos e pagamentos com o sistema tributário, para que as guias geradas pelo sistema de emissão de notas fiscais possam constar no sistema Tributário, mantendo ainda, em ambos os sistemas, o status atualizado do pagamento.
216	Possibilitar ao prestador consultar de forma eletrônica e no layout Abrasf, os RPS também convertidos eletronicamente em notas fiscais de serviços, para que assim, as informações das notas fiscais geradas possam ser visualizadas pelo sistema do próprio do prestador.
217	Possibilitar que o prestador do serviço configure os percentuais de cada tributo federal (IR, INSS, CSLL, PIS, CONFINS, Outras Retenções), permitindo ainda a definição do valor mínimo do serviço para o cálculo dos mesmos na tela de emissão da Nota.
218	Possibilitar que o usuário escolha a forma que deseja acessar o sistema, permitindo fazer uso do usuário registrado na Central de Usuários da empresa contratada ou um certificado digital (e-CPF).
219	Possibilitar que o fisco municipal configure os serviços e as alíquotas dos serviços de acordo com a legislação municipal, permitindo assim, fazer uso dos serviços e das alíquotas na emissão das notas fiscais para cálculo do imposto.
220	Possibilitar que o fisco municipal tenha o controle das solicitações de substituição de nota fiscal que estejam pendentes de análise, podendo visualizar a listagem das solicitações não analisadas ou em análise, para que assim, o parecer dado ao prestador possa ser concedido com maior agilidade.
221	Possibilitar que o fisco municipal possa visualizar a situação atual da nota fiscal no momento de fazer o cancelamento, possibilitando saber ainda se para a nota possui guia emitida e se a mesma está paga, e desta forma, possibilitar realizar a ação em outras funcionalidades antes de cancelar a nota fiscal, como por exemplo, o cancelamento da guia
222	Possibilitar que o fisco municipal configure as competências do ano para que estas possam ser utilizadas como base cadastral no registo das notas fiscais e também guia de pagamento, cadastrando-as manualmente, com a definição de descrição, período inicial e final, e ainda sua data de vencimento ou gerando-as de forma automática com base no ano e dia de vencimento.

223	Possibilitar que o fisco municipal acompanhe as permissões de acesso concedidas para emissão de notas fiscais, podendo obter informações analíticas ou sintéticas de quais prestadores atuam no sistema como prestadores e emissões de notas fiscais de serviços.
224	Possibilitar que o fisco municipal tenha o controle das solicitações de cancelamento de notas fiscais que estejam pendentes de análise, podendo visualizar a listagem das solicitações não analisadas ou em análise, para que assim o parecer dado ao prestador possa ser concedido com mais rapidez.
225	Possibilitar ao fisco municipal personalizar o modelo de guia de pagamento com base no modelo padrão do sistema, possibilitando criar seu próprio Layout para impressão dos boletos.
226	Possibilitar que o município controle a permissão de emissão das notas fiscais dos prestadores que não emitiram nenhuma nota fiscal em até XX dias (conforme configuração) após o deferimento da sua respectiva solicitação de acesso, para que assim não existam prestadores inativos no sistema. Este controle ainda deve possibilitar a comunicação por e-mail ao prestador, informando que teve sua permissão para emitir notas bloqueada.
227	Possibilitar configuração para que o município controle a liberação de acesso ao sistema dos prestadores que precisam emitir nota fiscal e gerar guia de pagamento pelos serviços prestados, podendo ainda definir se somente pessoas jurídicas e físicas poderão emitir nota, ou, se as pessoas físicas terão esta permissão. Permitir ainda, definir obrigatoriedade de assinatura digital das solicitações de acesso, controlando seu prazo de validade para liberações ainda não analisadas e bloqueando os prestadores de emitir nota fiscal, caso não emitam notas a partir de uma quantidade de dias, cujo sua permissão foi concedida.
228	Possibilitar que o fisco municipal controle o formato do número da nota fiscal, indicando se o ano de emissão compõe o número da nota, permitindo ainda alterar a configuração quando desejado
229	Permitir ao fisco municipal emitir um relatório de notas fiscais em que seja possível o controle de notas emitidas por tipo de atividade, utilizando a lista de serviços ou CNAE.
230	Possibilitar que os prestadores de serviços de fora do município, realizem a emissão do Recibo Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço - RANFS, possibilitando assim, que estes prestadores possam fazer a emissão deste documento fiscal para comprovação do serviço, e ainda, a geração do imposto para pagamento.
231	Possibilitar ao prestador de serviço realizar ações na nota fiscal a partir da tela de emissão de notas, de modo que permita executar as funcionalidades: Cancelar Nota, Solicitar Cancelamento da Nota, Substituir a nota, fazer a Carta de Correção da nota, e desta forma proceder de forma mais rápida com a atualização do documento fiscal.
232	Permitir ao fisco municipal emitir um relatório gerencial, dentro de um período de deferimento da solicitação de acesso, a fim de identificar a quantidade de notas emitidas por prestador.
233	Permitir o compartilhamento de informações dos incentivos fiscais cadastrados no sistema de nota fiscal eletrônica com o sistema de escrituração fiscal.
234	Possibilitar que o sistema controle o tráfego de informações e dados utilizando protocolo de comunicação seguro, denominado HTTPS.
235	Possibilitar o compartilhamento de informações do faturamento bruto da empresa cadastradas no sistema de nota fiscal eletrônica com o sistema de escrituração fiscal

MONITOR DE NOTAS FISCAL	
1	Possibilitar a importação de arquivos XMLs de CT-e
2	Possibilizar o acesso rápido ao conhecimento de transporte eletrônico pelo ambiente de notas fiscais eletrônicas

3	Possibilitar que os usuários realizem a configuração de certificado do tipo A1, a fim de que a comunicação com o Web Service da SEFAZ Nacional seja realizada, para que seja possível realizar consultas de CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico).
4	Possibilitar ao usuário a visualização da assinatura digital do registro de entrada da NF-e, onde o mesmo irá visualizar na DANF-e gerada em PDF, o nome do usuário conectado no sistema que registrou a entrada e a data e hora do mesmo.
5	Possibilitar que o usuário seja notificado no sistema referente a novidades e alterações do produto.
6	Possibilitar que o usuário tenha acesso um histórico de recebimentos registrados em cada nota fiscal eletrônica, bem como de recebimentos desfeitos, demonstrando para o mesmo o nome do usuário a data e a hora que realizou uma das duas ações descritas acima.
7	Possibilitar a visualização das últimas consultas de documentos fiscais eletrônicos, onde será apresentada na listagem dos documentos recebidos a data e a hora da última consulta realizada e a possibilidade de visualizar a quantidade de documentos, separando-os por "completo" ou "resumido".
8	Possibilitar que o usuário do sistema visualize o documento similar a DANF-e individualmente ou em lote, em formato PDF, e possa imprimi-lo.
9	Disponibilizar as Notas Fiscais eletrônicas emitidas contra o CNPJ da entidade pública, demonstrando do documento completo e o resumo e a situação das mesmas para o usuário, por meio de monitoramento automático no Webservice da SEFAZ nacional. As consultas automáticas devem ser realizadas a cada uma hora, de segunda a sábado, das 07:00 até as 20:00.
10	Possibilitar que os usuários realizem a configuração de certificado do tipo A3, a fim de que a comunicação com o Web Service da SEFAZ Nacional seja realizada, para que seja possível realizar a consulta de NF-e.
11	Possibilitar que os eventos vinculados ao CT-e (conhecimento de transporte eletrônico) estejam disponíveis ao usuário devidamente autorizado pela entidade. Estes eventos devem estar disponíveis em uma tela separada dos detalhes da CT-e, para que o usuário consiga visualizar todos os detalhes do evento da CT-e.
12	Permitir que seja realizado o upload de XML's de notas fiscais de serviços eletrônicas no ambiente de documentos fiscais, onde será realizado o armazenamento dos mesmos.
13	Permitir que seja realizado o upload de XML's de notas fiscais de serviços eletrônicas no ambiente de documentos fiscais do Monitor DF-e, onde será realizado o armazenamento dos mesmos.
14	Possibilitar que o usuário tenha acesso aos detalhes de cada documento, onde possível visualizar as seguintes informações do CT-e, como Dados Gerais, Dados do CT-e, Emitente, Tomador, Remetente, Expedidor, Recebedor, Destinatário, Totais, Carga, Transporte e Informações Adicionais.
15	Ao configurar os certificados A1 e A3, possibilitar que sistema Monitor DF-e realize a consulta de CT-e (conhecimento de transporte eletrônico) de duas formas: 1. Consulta automática duas vezes ao dia, uma de manhã e outra a tarde; 2. Consulta manual por intervenção do usuário.
16	Possibilitar no sistema Monitor DF-e a consulta de NFS-e com carta de correção emitidas contra o CNPJ do tomador da NFS-e na API do e-Nota de "carta de de correção" em até 1(uma) hora da data e hora indicada nos parâmetros.
17	Possibilitar a filtragem de CT-es (Conhecimento de Transporte de Eletrônico) por filtros rápidos possibilitando a pesquisa por: Número do CT-e, Emitente, Valor da prestação do serviço, CPF/CNPJ do emitente, Chave de Acesso, Data da emissão e pelos eventos da NF-e listados abaixo: 1. Status da Situação da Ct-e na Sefaz 1.1. Autorizado; 1.2. Cancelado; 1.3. Denegado; 2. Status de eventos do Emitente 2.1. Cancelamento; 2.2. Carta de Correção;

	<p>2.3. Registro Multimodal; 2.4. EPEC; 4. Status do tomador de serviços 4.1 Prestação de serviço em desacordo.</p>
18	1 - Possibilitar que o usuário do sistema faça o download em PDF da nota fiscal de serviço eletrônica na listagem de notas fiscais de serviço.
19	Criar fonte de dados referente informações da CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico), para que seja possível criar relatórios, críticas e possibilitar que outros sistemas consigam consumir estas informações.
20	Permitir que o Monitor DF-e possibilite ao usuário realizar consultas de documentos fiscais eletrônicos, utilizando o certificado A3, por meio da Ferramenta de Assinatura própria.
21	Possibilitar que seja disponibilizado para o usuário os STATUS da CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico) na listagem de CT-es, onde o mesmo saberá facilmente como está a situação da CT-e.
22	Possibilitar ao usuário a geração em PDF similar a DACT-e (Documento auxiliar do conhecimento de transporte eletrônico) de maneira individual em cada CT-e ou em várias ao mesmo tempo.
23	<p>Possibilitar ao usuário a ação "Prestação em serviço em desacordo" nas CT-es (Conhecimento de Transporte Eletrônico) recebidas, tanto de forma individual em cada CT-e quanto em várias ao mesmo tempo. Após o usuário realizar este procedimento o sistema deve dar opção de preencher uma observação de até 255 caracteres. Ao final do processamento, em caso de sucesso, o STATUS do destinatário será atualizado para "Prestação em serviço em desacordo" e o evento será atualizado na tela de eventos, por fim, emitir uma mensagem que a ação foi realizada com sucesso. Caso houver alguma rejeição em relação a prestação de serviço em desacordo o sistema deverá emitir na notificação o motivo da rejeição.</p> <p>- Só pode ser possível realizar a "Prestação em serviço em desacordo" na CT-e, quando a Relação com a carga do tomador do CT-e for o destinatário. - Caso o usuário realizar a ação "Prestação em serviço em desacordo" e a relação da carga for diferente de "DESTINATÁRIO" o sistema deve emitir uma mensagem orientando o usuário que é só possível realizar esta ação quando for destinatário.</p>
24	Possibilitar no sistema Monitor DF-e a consulta de NFS-e canceladas contra o CNPJ do tomador da NFS-e na API do e-Nota de "Cancelamento" em até 1(uma) hora da data e hora indicada nos parâmetros
25	Possibilitar que o usuário devidamente cadastrado no sistema tenha a opção de registrar o recebimento da mercadoria nas notas fiscais eletrônicas na listagem de NF-e Recebidas, de forma individual ou em lote. Ao ser realizada a ação de registrar o recebimento deverá ser gravado o nome do usuário do sistema e a data e a hora que a nota fiscal eletrônica teve o recebimento. O usuário deverá ter a opção de desfazer o recebimento anteriormente realizado.
26	<p>Ao realizar a consulta de notas fiscais de serviço no e-nota, conforme característica MNT-1711, o sistema Monitor DF-e deverá estar preparado para receber os seguintes dados:</p> <p>1 - *Dados do cancelamento*</p> <p>1.1 - Número da nota 1.2 - Situação 1.3 - Inscrição do tomador 1.4 - Inscrição do prestador 1.5 - Data da emissão 1.6 - Data do cancelamento 1.7 - Motivo 1.8 - Link do PDF</p>
27	<p>Possibilitar que o usuário tenha acesso na listagem de NFS-e os detalhes de cada NFS-e, contendo as seguintes informações:</p> <p>*1. Cabeçalho*</p> <p>1.1 - Código de verificação</p>

	1.2 - Número 1.3 - Status 1.4 - Download do XML *2. Dados da NFS-e* 2.1 - Natureza da operação 2.2 - Situação tributária do ISSQN 2.3 - Data da emissão 2.4 - Valor total *3. Prestador do serviço* 3.1 - CPF/CNPJ 3.2 - Nome/Razão social 3.3 - Município 3.4 - CEP *4. Intermediário do serviço* 4.1 - CPF/CNPJ 4.2 - Nome/Razão social *5. Dados do serviço* 5.1 - CNAE 5.2 - Valor total 5.3 - Quantidade 5.4 - Valor do ISS 5.5 - Município 5.6 - Discriminação
28	Possibilitar ao usuário do sistema a consulta manual pelo Monitor DF-e no ambiente de "NFS-e recebidas".
29	Possibilitar ao usuário que o sistema disponibilize fonte de dados, referente aos campos da nota fiscal de serviço eletrônica, para que seja possível criar relatórios, scripts e possibilitar a utilização destas informações por outros sistemas.
30	Possibilitar ao usuário devidamente autorizado pela entidade realizar a exportação (download) do XML da CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico), podendo ser de forma individual, ou seja, em cada CT-e ou em várias CT-es ao mesmo tempo.
31	Possibilitar o gerenciamento dos scripts disponíveis para execução
32	Possibilitar que na listagem de notas fiscais eletrônicas recebidas, seja possível filtrar pelos eventos da nota fiscal eletrônica, tais como: - Eventos da SEFAZ: -- Sem eventos -- Uso autorizado -- Uso denegado -- Cancelado - Eventos do XML: -- Não solicitado -- Válido -- Aguardando arquivo - Emitente: -- Sem eventos -- Carta de correção eletrônica -- Evento prévio de emissão de contingência -- Registro de saída -- Cancelado - Transportador: -- Sem eventos -- CT-e autorizado para a NF-e -- MDF-e autorizado com NF-e

	<ul style="list-style-type: none"> - Destinatário: -- Sem eventos -- Ciência da emissão -- Confirmação da operação -- Operação não realizada -- Desconhecimento de operação
33	Possibilitar a consulta de NFS-e substituídas
34	<p>Ao realizar a consulta de notas fiscais de serviço no e-nota , conforme característica MNT-1706, o sistema Monitor DF-e deverá estar preparado para receber os seguintes dados:</p> <p>*1 - Dados da substituição de NFS-e:*</p> <ul style="list-style-type: none"> 1.1 - Número da nota 1.2 - Situação da NFS-e 1.3 - Inscrição Tomador 1.4 - Inscrição Prestador 1.5 - Data de emissão 1.6 - Data de substituição 1.7 - Número da NFS-e substituída 1.8 - Motivo 1.9 - Link do PDF
35	Possibilitar a consulta de NFS-e com manutenção fiscal
36	Possibilitar que o usuário tenha acesso na listagem as seguintes informações da NFS-e: Número da NFS-e, Código de verificação, Prestador, Município do Prestador de serviço, Valor líquido da NFS-e, Data de emissão e Status, que pode ser "Normal", "Cancelado" e "Substituída".
37	<p>Criar fonte de dados referente informações da NF-e</p> <ul style="list-style-type: none"> 1. Dados da NF-e <ul style="list-style-type: none"> a. Modelo b. Série c. Número d. Data/hora da emissão e. Data/hora da saída ou da entrada f. Valor total da nota fiscal 2. Emitente <ul style="list-style-type: none"> a. CNPJ b. Nome/Razão social c. Inscrição estadual d. UF 3. Destinatário <ul style="list-style-type: none"> a. CNPJ b. Nome/Razão social c. Inscrição estadual d. UF e. Destino da operação f. Consumidor final g. Presença do comprador 4. Dados do emitente <ul style="list-style-type: none"> a. Nome/Razão social b. Nome fantasia c. CNPJ d. Endereço e. Bairro/Distrito

- f. CEP
- g. Município
- h. UF
- i. País
- j. Telefone
- k. Inscrição municipal
- m. Município de ocorrência do fato gerador do ICMS
- n. Inscrição estadual
- o. Inscrição estadual do substituto tributário
- p. CNAE fiscal
- q. Código de regime tributário

5. Dados do destinatário

- a. Nome/Razão social
- b. CNPJ
- c. Endereço
- d. Bairro/Distrito
- e. CEP
- f. Município
- g. UF
- h. País
- i. Telefone
- j. E-mail
- k. Inscrição estadual
- l. Inscrição SUFRAMA
- o. IM
- p. Indicador IE

6. Dados dos produtos e serviços

- a. Código do produto
- b. Código NCM
- c. Código CEST
- d. Indicador de escala relevante
- e. CNPJ do fabricante da mercadoria
- f. Código de benefício fiscal na UF
- g. Código EX da TIPI
- h. CFOP
- i. Outras despesas acessórias
- j. Valor do desconto
- k. Valor total do frete
- l. Valor do seguro

7. Produto - ICMS normal e ST

- a. Origem da mercadoria
- b. Tributação do ICMS
- c. Modalidade definição de BC ICMS normal
- d. Base de cálculo do ICMS normal
- e. Alíquota do ICMS normal
- f. Valor do ICMS normal
- g. Percentual do fundo de combate à pobreza FCP
- h. Valor do fundo de combate à pobreza FCP
- i. Valor da Base de Cálculo do FCP retido anteriormente
- j. Percentual do FCP retido anteriormente por Substituição Tributária
- k. Valor do FCP retido por Substituição Tributária

8. Produto - ICMS para a UF de destino

- a. Valor BC ICMS na UF destino

- b. Valor BC FCP na UF destino
- c. Percentual ICMS FCP na UF destino
- d. Alíquota interna UF destino
- e. Alíquota interestadual das UFs
- f. Percentual provisório de partilha
- g. Valor do ICMS FCP
- h. Valor ICMS interestadual UF destino
- f. Valor ICMS interestadual UF remetente

9. Produto - PIS

- a. CST
- b. Base de cálculo
- c. Alíquota
- d. Valor

10. Produto - COFINS

- a. CST
- b. Base de cálculo
- c. Alíquota
- d. Valor

11. Produto - ISSQN

- a. Código de tributação do ISSQN
- b. Base de cálculo
- c. Alíquota
- d. Valor
- e. Município
- f. Serviço
- g. Valor dedução para redução da BC
- h. Valor outras retenções
- i. Valor desconto incondicionado
- j. Valor desconto condicionado
- k. Valor retenção ISS
- l. Indicador da exigibilidade do ISS
- m. Código serviço prestado
- n. Código município imposto
- o. Código país imposto
- p. Número processo administrativo suspensão
- q. Indicador de incentivo fiscal
- r. Informações adicionais do produto

12. TOTAIS - ICMS

- a. Base de cálculo ICMS
- b. Valor do ICMS
- c. Valor do ICMS desonerado
- d. Valor total do FCP
- e. Valor total ICMS FCP
- f. Valor total ICMS interestadual UF destino
- g. Valor total ICMS interestadual UF remetente
- h. Base de cálculo ICMS ST
- i. Valor ICMS substituição
- j. Valor total do FCP retido por ST
- k. Valor total do FCP retido anteriormente por ST
- l. Valor total dos produtos
- m. Valor do frete
- n. Valor do seguro
- o. Valor total dos descontos
- p. Valor total do II
- q. Valor total do IPI
- r. Valor total do IPI devolvido
- s. Valor do PIS

- t. Valor da COFINS
- u. Outras despesas acessórias
- v. Valor total da NF-e
- x. Valor aproximado dos tributos

13. Totais - ISSQN

- a. Valor total dos serviços não tributados p/ ICMS
- b. Base de cálculo do ISS
- c. Valor total do ISS
- d. Valor do PIS sobre serviços
- e. Valor da COFINS sobre serviços
- f. Data da prestação de serviço
- g. Valor dedução para redução da BC
- h. Valor outras retenções
- i. Valor desconto incondicionado
- j. Valor desconto condicionado
- k. Valor total retenção ISS
- l. Código regime tributação

14 - Dados do transporte

- a. Modalidade do frete

15. Transportador

- a. CNPJ
- b. Nome/Razão social
- c. Inscrição estadual
- d. Endereço completo
- e. Município
- f. UF

16. Volumes

- a. Quantidade
- b. Espécie
- c. Marca dos Volumes
- d. Numeração
- e. Peso Líquido
- f. Peso Bruto

17. Duplicatas/Parcelas

- a. Número
- b. Vencimento
- c. Valor

18. Formas de pagamento

- a. Forma de pagamento
- b. Valor do pagamento
- c. Tipo de integração pagamento
- d. CNPJ da credenciadora
- e. Bandeira da operadora
- f. Troco

19. Fatura

- Número
- Valor original
- Valor de desconto
- Valor líquido

20. Informações adicionais

- a. Formato de impressão DANF-e

21. Informações complementares de interesse do contribuinte

a. Descrição

22. Eventos

a. Eventos

23. Identificação do Local de Retirada

a. CNPJ

b. CPF

c. Razão Social ou Nome do Expedidor

d. Logradouro

e. Número

f. Complemento

g. Bairro

h. Código do município

i. Nome do município

j. Sigla da UF

k. Código do CEP

l. Código do País

m. Nome do País

n. Telefone

o. Endereço de e-mail do Expedidor

p. Inscrição Estadual do Estabelecimento
Expedidor

24. Identificação do Local de Entrega

a. CNPJ

b. CPF

c. Razão Social ou Nome do Recebedor

d. Logradouro

e. Número

f. Complemento

g. Bairro

h. Código do município

i. Nome do município

j. Sigla da UF

k. Código do CEP

l. Código do País

m. Nome do País

n. Telefone

o. Endereço de e-mail do Recebedor

p. Inscrição Estadual do Estabelecimento
Recebedor

25. Emissão

a. Processo

b. Versão do Processo

c. Tipo de emissão

d. Finalidade

e. Natureza da Operação

f. Tipo da Operação

g. Forma de Pagamento

h. Digest Value da NF-e

26. Informações do Responsável Técnico

a. Informações do Responsável Técnico

b. CNPJ

c. Contato

d. email

e. fone

f. Sequência XML

g. idCSRT

	<p>h. hashCSRT</p> <p>27. Registro de entrada:</p> <p>a. Nome completo do usuário da central do usuário.</p> <p>b. Data e hora da entrada da NF-e.</p> <p>c. Situação do recebimento - Recebido ou desfeito.</p> <p>25. Atualização da NF-e:</p> <p>a. Data e hora do momento em que a NF-e se tornou completa</p>
38	<p>Ao realizar a consulta de notas fiscais de serviço no e-nota , conforme característica MNT-1715, o sistema Monitor DF-e deverá estar preparado para receber os seguintes dados:</p> <p>*1.1 - Dados gerais*:</p> <p>1.2 - Nome</p> <p>1.3 - Nome fantasia</p> <p>1.4 - CPF/CNPJ</p> <p>1.5 - Inscrição municipal</p> <p>1.6 - nscrição estadual</p> <p>1.7 - Optante do simples nacional</p> <p>1.8 - E-mail</p> <p>1.9 - CEP</p> <p>1.10 - Município</p> <p>1.11 - Estado</p> <p>1.12 - Logradouro</p> <p>1.13 - Número</p> <p>1.14 - Bairro</p> <p>1.15 - Complemento</p> <p>1.16 - Telefone</p> <p>1.17 - Celular</p> <p>1.18 - Site</p> <p>*2 - Dados da Obra*</p> <p>2.1 - Código da ART</p> <p>2.2 - Código da Obra</p> <p>*3 - Outras Informações*</p> <p>3.1 - Outras Informações</p> <p>*4 - Condição de pagamento*</p> <p>4.1 - Condição de pagamento</p> <p>4.1.2 - Dados do Serviço</p> <p>4.1.2.1 - Sequencia</p> <p>4.1.2.2 - descrição</p> <p>4.2 - Dados da Parcela</p> <p>4.2.1 - Parcela</p> <p>4.2.1.1 - Valor</p> <p>4.2.1.2 - Tipo</p> <p>*5 - Discriminação do Serviço*</p> <p>5.1 - Discriminação do serviço</p> <p>*6. Link do PDF com carta de correção*</p> <p>6.1 - Link do PDF com carta de correção</p>
39	<p>Permitir gerar manualmente a Manifestação de Recusa de operação, com o objetivo de realizar as seguintes manifestações: Desconhecimento de Operação e Operação não Realizada.</p>
40	<p>Possibilitar visualizar um listagem das notas fiscais eletrônicas armazenadas no sistema, contendo as seguintes informações: Número da NF-e, emitente, CPF/CNPJ, Data e Hora de emissão, Valor total e os STATUS do emitente,</p>

	destinatário, XML, SEFAZ e Transportador.
41	Possibilitar a gestão de permissões de acessos, funcionalidades e ações por usuários e grupos de usuários, a partir de uma ferramenta de acessos
42	Demonstrar ao usuário um histórico de manifestações de destinatário (ciência de emissão, confirmação da operação, operação não realizada e desconhecimento da operação) realizadas pelo mesmo, onde será listado o que ocorreu com cada NF-e manifestada, apresentando quem realizou a manifestação, nome do emitente, número da NF-e, série da NF-e e a descrição do retorno do evento.
43	Manter o contexto da entidade selecionado pelo cliente ao atualizar navegador.
44	Possibilitar ao usuário que ao visualizar a NF-e completa e voltar para a listagem de NF-e recebidas, o sistema apresente ao usuário a mesma página acessada anteriormente ou o mesmo filtro selecionado anteriormente.
45	Possibilitar ao usuário que ao visualizar a NFS-e completa e voltar para a listagem de NFS-e recebidas, o sistema apresente ao usuário a mesma página acessada anteriormente ou o mesmo filtro selecionado anteriormente.
46	Possibilitar que o usuário tenha acesso aos detalhes de uma Nota Fiscal eletrônica, tendo acesso a todos os campos definidos no layout mais atual das notas técnicas da SEFAZ, após pesquisa da nota desejada.
47	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade criar relatórios personalizados para a entidade.
48	Possibilitar que o usuário do sistema realize a consulta, manualmente a cada sessenta minutos, das notas fiscais eletrônicas emitidas para o CNPJ da entidade configurada, tempo este que compreende o mínimo de processamento da secretaria da fazenda, e ainda notificá-lo, caso o mesmo não seja respeitado.
49	Possibilitar ao usuário acesso as páginas da Central de Ajuda em cada funcionalidade do sistema.
50	Possibilitar que os usuários do sistema realizem a pesquisa de satisfação do produto Monitor DF-e, com o objetivo de ser avaliado o que precisamos melhorar no produto.
51	Possibilitar que o usuário visualize, na consulta da Nota Fiscal eletrônica, os eventos realizados entre o emitente, destinatário, SEFAZ, e transportador.
52	Possibilitar a sinalização do STATUS do WebService da SEFAZ
53	Possibilitar que o usuário do sistema indique manualmente as manifestações de ciência e confirmação da operação, das notas fiscais eletrônicas emitidas para o CNPJ da entidade configurada.
54	Demonstrar para o usuário quando a Nota Fiscal eletrônica for cancelada na SEFAZ Nacional, afim de evitar pagamentos desnecessários quando do cancelamento da nota, pelo emitente.
55	Possibilitar a utilização de ferramenta de certificados digitais para assinar documentos (PDF, XML e CSV)
56	Possibilitar a tramitação em massa de várias NF-e ao mesmo tempo, onde será possível realizar as seguintes ações: Ciência de Emissão, Confirmação de Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento de Operação.
57	Possibilitar o gerenciamento dos relatórios disponíveis para execução
58	Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade recursos para geração de arquivos para outros sistemas e/ou órgãos externos.
59	Possibilitar que os usuários realizem a configuração de certificado do tipo A3, a fim de que a comunicação com o Web Service da SEFAZ Nacional seja realizada, para que seja possível realizar a consulta de CT-e.
60	Possibilitar que o retorno das consultas de NF-e realizadas manualmente pelo usuário ou consultas automáticas realizadas pelo sistema sejam demonstradas em um <code>_loading_</code> , onde será possível ver simultaneamente a quantidade de notas que o sistema está recebendo e a porcentagem para o término da consulta.

61	Possibilitar que o retorno das consultas de CT-e_(Conhecimento de Transporte Eletrônico)_ realizadas manualmente pelo usuário ou consultas automáticas realizadas pelo sistema sejam demonstradas em um loading, onde será possível ver simultaneamente a quantidade de documentos que o sistema está recebendo e a porcentagem para o término da consulta.
62	Possibilitar que os usuários devidamente autorizados pela entidade possuam acesso a uma tela de listagem de informações resumidas do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e). Nessa tela é possível visualizar informações do CT-e, como Número e série da CT-e, Chave de acesso, Valor total do serviço, Emitente, Data e Hora da emissão.
63	Possibilitar que todos dados de documentos fiscais eletrônicos (NF-e, CT-e e NFS-e) disponibilizados pela fonte de dados do Monitor estejam disponíveis a todos os sistemas que estiverem interessados. A cada documento fiscal eletrônico (NF-e, CT-e e NFS-e) recebido no sistema, o Monitor DF-e disparara um evento para avisar os sistemas interessados do mesmo.
64	Possibilitar a criação de scripts personalizados a partir de uma ferramenta de scripts
65	Possibilitar que o usuário realize consultas dos fatos vinculados a Nota Fiscal eletrônica emitida, conforme eventos usuais da SEFAZ: Ciência da Operação, Confirmação da Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento da Operação.
66	Disponibilizar os dados da nota fiscal eletrônica para o sistema contábil, conforme pré-requisitos.
67	Notificar o usuário o número de notas fiscais eletrônicas recebidas, tanto na busca automática que é feita diariamente quanto na busca manual.
68	Possibilitar que seja apresentado para o usuário um STATUS de cada NF-e, onde será possível visualizar os eventos realizados pelo emitente, destinatário, transportador, XML e a SEFAZ.
69	Possibilitar a criação de relatórios personalizados a partir de uma ferramenta de relatórios
70	Possibilitar que usuário realize pesquisa pelas Notas Fiscais eletrônicas que desejar, podendo informar o número da nota, chave de acesso, a empresa responsável por sua emissão ou o seu CPF ou CNPJ, a data de emissão da nota, o valor total, o produto e serviço da NF-e ou realizar um filtro para buscar notas associadas a determinada situação.
71	Possibilitar ações em cada NF-e recebida, tais como: Visualizar, onde será possível ver os detalhes da NF-e. Download, onde será possível realizar o download do XML do documento fiscal. Manifestações de destinatário, onde será possível realizar a ciência da emissão, confirmação da operação, operação não realizada e desconhecimento de operação. Visualizar a DANF-e, onde será possível visualizar um documento em PDF similar a DANF-e.

ISS ELETRÔNICO	
1	Possibilitar no ambiente fiscal, consultar as guias que ocorreram alguma falha no momento do registro bancário. Possibilitando ao usuário enviar novamente esses registros que apresentaram inconsistências.
2	Possibilitar que o recebimento dos documentos fiscais de serviços prestados emitidos eletronicamente sejam escriturados automaticamente no sistema de escrituração fiscal após sua emissão. Possibilitando através da configuração do sistema a permissão para a escrituração automática, inclusive definindo o tipo da pessoa física e/ou jurídica.
3	O sistema deve possibilitar ao usuário selecionar um vencimento diferenciado para declaração de serviços tomados.
4	Possibilitar a interação dos dados de lançamentos e pagamentos com o sistema tributário, para que as guias geradas pelo sistema de escrituração fiscal possam constar no sistema Tributário, mantendo ainda, em ambos os sistemas, o status atualizado do pagamento.

5	Permitir o compartilhamento de informações do cadastro de indexadores cadastrados no sistema de escrituração fiscal entre os sistemas de tributação, conforme pré-requisitos.
6	Possibilitar escriturar nota fiscal avulsa eletrônica emitida pelo sistema de Escrituração Fiscal, nas declarações de serviços tomados. O sistema deve apresentar como tipo de documento: *Nota avulsa*;
7	Permitir o compartilhamento de informações de pessoas cadastrados no sistema de escrituração fiscal entre os sistemas de emissão de nota eletrônica e tributação, conforme pré-requisitos. O processo de integração de pessoas entre Tributos e Livro Eletrônico, deve possibilitar registrar a pessoa em que seus endereços não possuir cadastro no Livro Eletrônico. 1 - O sistema deve criar os dados dos endereços que estão vinculados a pessoa que não existir no cadastro de endereços do Livro Eletrônico. 2 - Registrar a pessoa de acordo com os dados enviados pelo sistema Tributos . Situação é necessária devido aos dados padrões existentes no Tributos , não permite ser alterado.
8	- Possibilitar ao fisco municipal cadastrar e consultar os convênios bancários para emissão de guias de pagamento e recebimento dos impostos e taxas cobrados pela entidade, podendo parametrizar a mensagem de instruções de pagamento a ser apresentada, e ainda definir quais informações para o pagamento devem ser apresentadas na guia de recolhimento do tributo. - Possibilitar ao fisco municipal configurar e liberar a emissão da guia de pagamento para o convênio CNAB240 do Sicredi, de modo que os prestadores possam fazer as impressões dos boletos e o respectivo pagamento de acordo com o convênio do município. - Permitir que o convênio da CEF SIGCB seja registrado de forma automática no sistema bancário. - Permitir que o convênio da instituição Financeira Bradesco, seja registrado de forma automática no sistema bancário.
9	Permitir ao Fisco configurar um valor mínimo para geração de lançamentos de ISS,ISS retido, do valor da taxa de expediente, e também da geração do lançamento com diferença mínima entre a declaração simplificada com a escrituração detalhadas. Permitir ao fisco informar os contribuintes que não serão considerados os valores mínimos ao gerar o lançamento do ISS.
10	Proporcionar ao fisco municipal o acompanhamento da escrituração de documentos fiscais que por motivos alheios não foram gerados a contrapartida. Possibilitando ao fiscal identificar os documentos fiscais não escriturados por uma das partes e aplicar a solução cabível para os documentos escriturados pelos tomadores ou prestadores de fora do município, para o tomador pessoa física entre outras situações. Permitir onfigurar a data inicial para checar essas pendências dos documentos fiscais.
11	Possibilitar ao contribuinte a emissão da nota avulsa demonstrando assim o serviço prestado. Proporcionando a emissão, o cancelamento, a anulação da nota e a emissão do boleto para efetuar o pagamento do imposto. Com o sistema configurado, é possível demonstrar o valor do IRRF, da CSLL, da COFINS, do PIS, do limite do INSS, do SEST/SENAT. Ainda conforme configuração, o contribuinte não conseguirá emitir a nota avulsa acima do valor máximo do serviço por nota, como também a quantidade de notas por dia, semana, mês ou ano. Permitir a retenção do ISS no pagamento do serviço quando for tomado pela Prefeitura.
12	Permitir a criação de critérios de validação para serem aplicados na escrituração dos documentos fiscais conforme determinado pela Prefeitura. Possibilitando validar os serviços prestados dentro ou fora do município, identificar a cidade do prestador e/ou do tomador, validar critérios para optantes do Simples Nacional, controlar a retenção do ISS de acordo com o serviço prestado ou tomado, entre outras validações conforme a necessidade de cada fisco municipal.
13	Possibilitar aos contribuintes realizar a escrituração dos serviços prestados através da importação de arquivo. Permitindo importar o arquivo selecionando a competência e a declaração de serviço, podendo ainda validar as informações do arquivo antes da importá-lo.
14	Permitir a geração do valor do ISS na modalidade Fixo de acordo com os critérios adotados pelo fisco e ou pela legislação municipal.
15	Permitir ao fisco definir os contribuintes que irão utilizar o Script de ISS diferenciado ao encerrar declaração de serviços tomados.

	Para os contribuintes habilitados, ao encerrar a declaração de serviços tomados, o sistema deve considerar afim da apuração do cálculo do imposto, a formula configurada do ISS diferenciado.
16	Permitir a geração do valor do Auto de Infração de acordo com os critérios adotados pelo fisco e/ou pela legislação municipal. Possibilitando determinar o valor do auto de infração conforme o tipo de pessoa física ou jurídica, o regime tributário do contribuinte, inclusive MEI, diferenciando a infração para serviço prestado e/ou tomado, para a modalidade de ISS fixo, homologado e ou estimado, atendendo as necessidades adotadas pela Prefeitura. O sistema deve notificar aos contribuintes que serão gerados autos de infrações automaticamente da seguinte forma: 1 - Notificação via e-mail. 2 - Notificação via mensagem de texto (SMS).
17	Possibilitar ao fisco municipal, encerrar as declarações de serviços prestados e tomados dos contribuintes, de acordo com os seguintes filtros: 1 - Selecionar todos os contribuintes, ou específico. 2 - Selecionar o exercício e a sua competência desejada. 3 - Tipo da declaração: Prestadora ou Tomadora 4 - Situação da declaração: 4.1 - Não possui declarações; 4.2 - Possui declarações em aberto. 4.2.1 - Quando habilitar essa opção, o sistema deve disponibilizar o recurso para filtrar somente as declarações que possuem valor de imposto previsto. 4.2.1.1 - Considere-se valor de imposto previsto, valores maior que 0,00 (zero). 5 - Tipo de contribuinte: - Normal, Construtora, Serviços declarados por conta, Entidades especiais e Condomínios 6 - Modalidade de ISS: - Homologado, Fixo, Estimado e Não enquadrado 7 - Tipo de movimentação do contribuinte: - Início, baixado, reinício, suspenso, cancelado, provisório, regular e irregular.
18	Possibilitar aos contribuintes, anexar imagens do documento fiscal que será escriturado de forma manual pelo usuário.
19	Possibilitar ao fisco acompanhar os maiores contribuintes tomadores que possuem arrecadação do ISS do município de acordo com período desejado. 1. O sistema deve exibir as seguintes informações ao realizar a emissão da relação: 1.1 - Código do contribuinte. 1.2 - Nome do contribuinte. 1.3 - CPF/CNPJ. 1.4 - Valor arrecadado de ISS por contribuinte de acordo com o período. 1.6 - Totalizador do valor de Serviço por contribuinte de acordo com o período. 1.7 - Totalizador do valor do ISS por contribuinte de acordo com o período. 1.8 - Totalizador do valor do ISS pago por contribuinte de acordo com o período. 1.9 - Total geral do valor de serviço. 1.10 - Total geral do valor do ISS por lista de serviço e competência. 1.11 - Total geral do valor pago do ISS. 2 - O sistema deve exibir os seguintes filtros: 1.1 - Por exercício. 1.1.1 - Intervalos de competência de acordo com o exercício informado. 1.1.2 - Permitir filtrar entre às 12 competências do exercício selecionado. 1.2 - Limite de contribuintes. 1.3 - Maiores contribuintes: 1.3.1 - Pagadores; 1.3.2 - Devedores; 1.4 - Considerar maior contribuintes por: 1.4.1 - Valor do imposto; 1.4.2 - Valor do serviço;
20	Retirar
21	Possibilitar ao fisco acompanhar a movimentação do valor arrecadado comparado com o valor apurado do ISS no município, e as informações serão exibidas por competência no(s) respectivo(s) exercício(s) selecionado(s). 1. O sistema deverá exibir as seguintes informações: 1.1 O valor arrecadado de ISS por competência no respectivo exercício. 1.2 O valor apurado de ISS por competência no respectivo exercício. 1.3 O totalizador do valor arrecadado no exercício. 1.4 O totalizador do valor apurado do ISS no exercício.

	<p>1.5 A Média do valor arrecadado no exercício.</p> <p>1.6 A Média do valor apurado no exercício.</p> <p>1.7 O comparativo da evolução da arrecadação do exercício atual com os anteriores.</p> <p>1.8 O comparativo da evolução da apuração do exercício atual com os anteriores.</p> <p>1.9 O sistema deverá exibir o valor arrecadado e apurado por competência no respectivo exercício em formato de gráficos.</p>
22	<p>Permitir ao contribuinte a reabertura da declaração de serviços tomados. Nesse processo, deve ser realizado o cancelamento do valor do ISS, o estorno do valor gerado de incentivo fiscal e do abatimento de saldos (quando houver), para utilização em competências futuras.</p> <p>Ao solicitar a reabertura, o sistema deve exibir um aviso ao contribuinte, informando que qualquer guia gerada anteriormente será cancelada no sistema.</p>
23	<p>Permitir ao contribuinte retificar os documentos fiscais de serviço tomado que estão escriturados. Possibilitando a alteração de qualquer informação do documento fiscal, inclusive os emitidos pelo sistema de nota fiscal eletrônica.</p> <p>Gerando o novo valor do ISS de acordo com as novas informações, podendo ainda, ocorrer diferença no valor gerado, nesse caso, será tratada conforme definido na configuração do sistema, que pode ser, a geração de saldo para abatimento em competência futura ou o novo lançamento. O saldo liberado também poderá ser utilizado na retificação da declaração de serviços.</p>
24	<p>Permitir ao contribuinte emitir a guia de recolhimento referente ao ISS, o auto de infração e ISS da nota avulsa. A emissão da guia será emitida no modelo padrão do sistema ou personalizado conforme a necessidade do município.</p>
25	<p>Possibilidade de configurar se uma determinada despesa será de preenchimento obrigatório ou não.</p>
26	<p>Permitir a interação dos dados cadastrais entre os sistemas de escrituração fiscal, tributação e nota fiscal eletrônica.</p> <p>1 - Os cadastros a serem disponibilizados para interação devem ser:</p> <p>1.1 - Estados</p> <p>1.2 - Municípios</p> <p>1.3 - Bairros</p> <p>1.4 - Loteamentos</p> <p>1.5 - Logradouros</p> <p>1.6 - Condomínios</p> <p>1.7 - Feriados</p> <p>1.8 - Pessoas - Jurídicas</p> <p>1.9 - Pessoas - Físicas</p> <p>1.10 - Pessoas - Outras</p> <p>1.11 - Econômicos</p> <p>1.12 - Competências</p> <p>1.13 - Indexadores</p> <p>1.14 - Lista de Serviços</p>
27	<p>Permitir ao contribuinte emitir o relatório da escrituração dos documentos fiscais de serviços prestados. Possibilitando identificar as informações por competências e a visualização da data de emissão, número, o serviço prestado, o local da prestação do serviço, o valor do serviço, as deduções e o valor do imposto. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.</p>
28	<p>Possibilitar a solicitação da AIDF nos casos em que a empresa necessita confeccionar documentos fiscais. O pedido é feito pelo contribuinte e/ou pela gráfica, conforme parametrizado, e a autorização será concedida pelo fiscal da prefeitura. Podendo ainda gerar taxa de liberação da AIDF em nome do contribuinte ou da gráfica, como também fazer a emissão do comprovante de impressão dos documentos fiscais.</p>
29	<p>Permitir o compartilhamento de informações do cadastro da lista de serviço cadastrados no sistema de escrituração fiscal e emissão de Nota fiscal Eletrônica.</p>
30	<p>Permitir ao fiscal a emissão de relatório que apresentem as informações das declarações de serviços, permitindo identificar as informações incoerentes e assim tomar providências sobre as ocorrências indevidas. O fisco poderá gerar as informações de acordo com a sua necessidade, selecionando os contribuintes que não possuem escrituração dos documentos em determinada competência, as declarações que ainda não foram encerradas, buscar somente as declarações que não possuem documentos fiscais escriturados, e ainda declarações com ou sem o pagamento do</p>

	imposto. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
31	Permitir ao fiscal a emissão do relatório dos serviços prestados por município, considerando os serviços prestados de contribuintes estabelecidos e os não estabelecidos no município. Possibilitando a seleção do Prestador pela cidade em que o serviço foi realizado. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
32	Permite ao fiscal a analisar a solicitação das alterações cadastrais dos contribuintes permitindo deferir ou indeferir.
33	Permitir ao fiscal a emissão de relatórios da situação das guias de pagamento. Existem situações que a guia sofre movimentações e por isso possibilitam ao fisco municipal ter o controle sobre elas, obtendo informações sobre a situação de cada uma, podendo selecionar as que estão em abertas, pagas, canceladas, inscritas em dívida ativa, entre outras. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
34	Permitir ao fisco municipal analisar as solicitações de acesso, possibilitando ao contribuinte que após o seu deferimento ele tenha acesso ao sistema de escrituração de documentos fiscais.
35	Possibilitar aos contribuintes consultar a situação dos arquivos importados da declaração de serviços. Permitindo a identificação dos arquivos e das informações inconsistentes. Possibilitando o estorno dos arquivos, o registro da data do processamento do arquivo e a quantidade de documentos escriturados para realizar a conferência. Ainda é possível fazer download a qualquer tempo do arquivo importado.
36	Permitir aos contribuintes estabelecidos e os não estabelecidos a escriturarem os documentos fiscais de serviços prestados e Tomados de acordo com a legislação municipal e as exigências adotadas pelo fiscal municipal. Permitindo a escrituração de todos os tipos de documentos, sendo eles, cupom fiscal, nota conjugada, recibo, nota fiscal, entre outros adotados pelo fisco. E ainda registrar o número, data de emissão, série, a situação da nota, a situação tributária, bem como a natureza da operação.
37	<p>Possibilitar ao fisco acompanhar a movimentação do valor arrecadado do ISS do município e as informações deverá ser exibida por competência no(s) respectivo(s) exercício(s) selecionado(s).</p> <p>1. O sistema deverá exibir as seguintes informações:</p> <p>1.1 O valor arrecadado de ISS por competência no respectivo exercício.</p> <p>1.2 O totalizador do valor arrecadado no exercício.</p> <p>1.3 A Média do valor arrecadado no exercício.</p> <p>1.4 O comparativo da evolução da arrecadação do exercício atual com os anteriores.</p> <p>1.5 O sistema deverá exibir os valores arrecadados por competência no respectivo exercício em formato de gráficos.</p> <p>2. O sistema deverá disponibilizar a seguinte seleção:</p> <p>2.1 Por exercício.</p> <p>2.2 Regime Tributário: que pode ser optante ou não do Simples Nacional.</p>
38	<p>Possibilitar ao fisco acompanhar a movimentação do valor apurado do ISS do município e as informações deverá ser exibida por competência no(s) respectivo(s) exercício(s) selecionado(s).</p> <p>1. O sistema deverá exibir as seguintes informações:</p> <p>1.1 O valor apurado de ISS por competência no respectivo exercício.</p> <p>1.2 O totalizador do valor apurado no exercício.</p> <p>1.3 A Média do valor apurado no exercício.</p> <p>1.4 O comparativo da evolução do valor apurado do ISS do exercício atual com os exercícios anteriores.</p> <p>1.5 O sistema deverá exibir os valores apurados por competência no respectivo exercício em formato de gráficos.</p> <p>2. O sistema deverá disponibilizar a seguinte seleção:</p> <p>2.1 Por exercício.</p> <p>2.2 Regime Tributário: que pode ser optante ou não do Simples Nacional.</p>
39	Permitir ao fiscal a análise dos pedidos de reabertura da declaração de serviço tomado solicitada pelo contribuinte, possibilitando assim efetuar alterações nos documentos fiscais escriturados. Com permissão ao fisco municipal de deferir ou indeferir a solicitação, bem como configurar para que a reabertura seja efetuada automaticamente.

40	Possibilitar ao contribuinte consultar o valor do saldo gerado na reabertura da declaração de serviços prestados e tomados. Permitindo identificar o valor do saldo bloqueado, valor liberado e o valor disponível. Ainda, armazenando o histórico da movimentação, com a identificação da declaração de serviço e a competência que o saldo foi movimentado.
41	Possibilitar aos usuários do sistema verificarem todas as importantes melhorias acrescentadas em cada versão lançada.
42	Permitir aos contribuintes escriturar de modo simplificado os serviços tomados de acordo com a legislação municipal no que trata do cumprimento das obrigações acessórias e também nas exigências adotadas pelo fisco municipal. Permitindo a escrituração através do item da lista de serviço conforme a legislação em vigor, informando o valor total do serviço prestado. Ainda é possível visualizar a situação da declaração que pode ser aberta, encerrada e sem movimento, demonstrando o valor do serviço e o valor do imposto.
43	Possibilitar que o fisco faça a configuração do encerramento da declaração de serviço, exigindo que seja informado valores recebidos em cartão de crédito e débito, para que se faça o cruzamento de informações entre o valor recebido nessa modalidade de pagamento com o valor do serviço escriturado.
44	Permitir ao contribuinte retificar os documentos fiscais de serviço prestado que estão escriturados. Possibilitando a alteração de qualquer informação do documento fiscal, inclusive os emitidos pelo sistema de nota fiscal eletrônica. Gerando o novo valor do ISS de acordo com as novas informações, podendo ainda, ocorrer diferença no valor gerado, nesse caso, será tratada conforme definido na configuração do sistema, que pode ser, a geração de saldo para abatimento em competência futura ou o novo lançamento. Os saldo liberados também podem ser utilizados na retificação da declaração de serviços.
45	Possibilitar ao fiscal liberar ou bloquear o uso de determinadas funcionalidades do sistema pelo contribuinte.
46	Permitir o compartilhamento de informações de Logradouros, Bairros, Loteamentos, Condomínios, Municípios, Distritos e Estados cadastrados no sistema de escrituração fiscal entre os sistemas de emissão de nota eletrônica e tributação, conforme pré-requisitos.
47	Permitir ao fisco municipal acompanhar a movimentação dos documentos fiscais, apresentando no relatório os documentos fiscais liberados através do deferimento da AIDF e não escriturados. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
48	Permitir que o contribuinte pessoa física ou jurídica, solicite ao município permissão de acesso para escrituração de documentos fiscais de serviços prestados e tomados, como também a geração da guia de pagamento do imposto calculado. O prestador deve poder ainda emitir um documento contendo os dados da solicitação de acesso, para fins de comprovação do pedido de acesso ao sistema de escrituração fiscal. Permitindo informar o domicílio do contribuinte, mesmo que esteja estabelecido fora do município.
49	Oportunizar ao Contador determinar a cada colaborador do escritório contábil a responsabilidade da escrituração de documentos fiscais de determinados contribuintes e ainda conceder ou bloquear a permissão de acesso em determinadas funcionalidades.
50	Permitir o compartilhamento de informações de faturamento bruto cadastrados no sistema de escrituração fiscal entre os sistemas de emissão de nota eletrônica.
51	Possibilitar ao fisco municipal configurar o controle de saldos gerados no encerramento da declaração de serviços para que sejam liberados automaticamente e sejam utilizados na escrituração de documentos fiscais nas competências futuras.
52	Possibilitando ao fiscal configurar a emissão da nota avulsa para prestadores de serviços que precisam demonstrar o serviço prestado. Configurando o valor do IRRF, da CSLL, da COFINS, do PIS, do limite do INSS, do SEST/SENAT. Podendo ainda o controle no valor máximo do serviço por nota, na quantidade de notas emitidas que pode ser: diária, semanal, mensal ou anual. Configurar a data de vencimento do ISS de Nota Avulsa.
53	Permitir que o fisco faça a configuração do encerramento da declaração de serviços prestados, possibilitando o encerramento, a reabertura da declaração, a retificação dos documentos fiscais e a geração do lançamento de ISS para os contribuintes optantes pelo Simples Nacional, desta forma, impedindo que essas ações sejam executadas

	através do sistema de emissão de nota fiscal eletrônica.
54	Permitir ao fiscal identificar os contribuintes que possuem permissão para deduzir da base de cálculo do ISS a quantia determinada na legislação municipal.
55	Possibilitar aos contribuintes registrar no momento da escrituração dos documentos fiscais de serviços tomados o local em que o serviço foi prestado. Permitindo que seja informado o local de incidência do ISS e também impedir a escrituração quando o local de incidência for diferente do domicílio do Prestador para os itens da lista de serviço previsto nas exceções da Lei Complementar 116/2003.
56	Permitir ao Contador a fazer a emissão do documento de Termo de Inutilização de documentos fiscais depois que a solicitação do encerramento da empresa estiver deferida.
57	Permitir que o fisco faça a configuração do encerramento da declaração de serviços prestados, impedindo o encerramento se a declaração de informações da empresa, como gastos e despesas, estiver na situação de aberta e a quantia informada esteja abaixo do valor mínimo configurado.
58	Permitir ao contribuinte a emissão do Livro de ISS que contem a escrituração dos documentos fiscais de serviços prestados e tomados de determinado período. Possibilitando a verificação separadas das informações de cada documento fiscal. Permitindo ainda, a identificação da natureza do serviço, do Tomador e do Prestador, e os valores gerados, como o do serviço, o do imposto, inclusive os anulados, cancelados e o valor das retenções.
59	Permitir ao contribuinte a reabertura da declaração de serviços prestados. Nesse processo, é realizado o cancelamento do valor do ISS, o estorno do valor gerado de incentivo fiscal e do abatimento de saldos, para utilização em competências futuras. Através desse processo o lançamento das taxas, do auto de infração e do ISS serão cancelados e enviados para o sistema de arrecadação tributária.
60	Permitir a conferência da escrituração dos documentos fiscais de serviços prestados e tomados de determinado período. Possibilitando ao fisco a verificação separada das informações de cada documento fiscal. Permitindo ainda, a identificação da natureza do serviço, do Tomador e do Prestador, bem como os valores gerados do serviço, do imposto, os anulados, cancelados e os valores das retenções. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
61	Permitir a emissão do relatório com informações das declarações de taxas especiais. Possibilitando a seleção pela situação que pode ser aberta, em fiscalização e paga. Proporcionando através das configurações do sistema, definir as taxas, a data de início e valor. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
62	Permitir a emissão de boletos bancários com a modalidade de Carteira com Registro.
63	Permitir ao contribuinte declarar o faturamento bruto da empresa. Informando assim o valor do serviço, o valor de vendas e o valor gasto com a folha de pagamento. Exibindo a receita bruta dos últimos doze meses e o percentual gasto com a folha de pagamento. Essas informações são necessárias para aplicar automaticamente a alíquota do ISS para os optantes do Simples Nacional. Podendo ainda o fisco municipal exigir essa declaração para os contribuintes não optantes, proporcionando a retificação das informações declaradas de qualquer competência e a qualquer tempo.
64	Proporcionar ao fiscal o acompanhamento das solicitações feitas pelos contribuintes e contadores que aguardam a análise e o deferimento pela Prefeitura. Permitindo o acesso com agilidade nas funcionalidades de liberação de acesso, reabertura da declaração de serviços e despesas, da transferência e desvinculo de Contador e a divergência de documentos fiscais escriturados.
65	Possibilitar aos contribuintes registrar no momento da escrituração dos documentos fiscais de serviços prestados o valor das deduções, do desconto condicionado e incondicionado, a identificação do prestador ou tomador, o valor do serviço, a base de cálculo e o valor do imposto. Permitindo ainda, registrar os materiais utilizados para os serviços de construção civil a assinar digitalmente a escrituração dos serviços.
66	Permitir ao fiscal a emissão do relatório que apresentem as informações da escrituração dos documentos fiscais e da conta de serviço. Para isso será permitido buscar as informações escrituradas através do tipo de contribuinte que pode ser: 'Normal', Construtoras, Instituições Financeiras, Condomínios entre outras, e também pela modalidade de lançamento do ISS que o contribuinte estiver enquadrado: ISS Fixo, Homologado ou Estimado.

67	Permitir ao fiscal a emissão do relatório que demonstre o plano de contas utilizado pela instituição financeira. Neste relatório será exibido a conta e a descrição especificada pelo Banco, o vínculo nas contas COSIF, as contas ativas e as desativadas, bem como a alíquota de cada conta. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
68	Permitir ao fiscal, ao Contribuinte ou qualquer cidadão validar os recibos da AIDF, possibilitando assim, avaliar a autenticidade do recibo.
69	Possibilitar aos contribuintes registrar no momento da escrituração dos documentos fiscais de serviços tomados o valor das deduções, do desconto condicionado e incondicionado, a identificação do prestador ou tomador, o valor do serviço, a base de cálculo e o valor do imposto. Permitindo ainda, registrar os materiais utilizados para os serviços de construção civil a assinar digitalmente a escrituração dos serviços.
70	Permitir que as instituições financeiras escrevem os serviços prestados através do plano de contas específicos e assim cumprir a legislação municipal e as exigências do fisco municipal. Possibilitando o vínculo das contas de serviço ao COSIF, escriturando o valor do serviço e indicando a incidência do imposto em cada conta declarada, possibilitando também a consulta dos valores declarados, visualizar a declaração que está em processo de fiscalização, as que possuem auto de infração e as com assinatura digital.
71	Permitir ao contribuinte cadastrar os tomadores e prestadores estabelecidos em outros municípios, possibilitando ainda o cadastro automático no momento da escrituração dos documentos fiscais de serviços prestados e tomados.
72	Permitir a geração do valor dos acréscimos para o ISS de acordo com os critérios adotados pela legislação municipal. Possibilitando o fisco configurar através da fórmula os valores segregados da correção monetária, juros e multa.
73	Permitir que o fisco faça a configuração da escrituração dos documentos fiscais, definindo se será utilizado o código CNAE ou a lista de serviço da Lei Complementar 116/2003 no momento da escrituração manual ou na importação de arquivo.
74	Possibilitar ao contribuinte informar a dedução por competência para a declaração de serviço tomado. Possibilitando o rateio do valor de dedução para todos os documentos fiscais escriturados na referida competência.
75	Permitir ao fisco municipal impedir a movimentação da declaração de serviço pelo contribuinte durante o processo de fiscalização. Ficando impedido de escriturar novos documentos e/ou modificar qualquer informação já escriturada, como também, estará impedido de encerrar a declaração de serviço. Durante a fiscalização o fiscal poderá liberar a declaração de serviço para quaisquer alterações pelo contribuinte e ainda, encerrar o período de fiscalização.
76	Possibilitar o gerenciamento de permissões através das configurações de usuários e grupos de usuários.
77	Possibilitar que o fisco faça a configuração do sistema, para que seja permitido o usuário inserir mais de uma declaração de serviço por competência.
78	Permitir ao contador a fazer a escrituração de documentos fiscais de serviços tomados e prestados de clientes vinculado ao seu escritório de contabilidade, de acordo com a legislação municipal e as exigências adotadas pelo fisco municipal. Possibilitando ainda a identificação do usuário que efetuou os registros.
79	Proporcionar ao contribuinte a possibilidade de encerrar a declaração de serviços tomados ou prestados como sem movimento, quando não houver nenhum documento fiscal escriturado.
80	Permitir a personalização dos menus do sistema, podendo bloquear cadastros, processos e relatórios que não serão utilizados, como também configurar o posicionamento de cada funcionalidade conforme a necessidade da Prefeitura e ainda possibilita renomear o nome da rotina conforme desejado pelo usuário.
81	Permitir ao contribuinte a emissão da guia de recolhimento dos tributos com data futura de vencimento. Possibilitando a emissão da guia com o valor acrescidos da correção, multa e juros até a data prevista para o recolhimento dos tributos.
82	Possibilitar ao fisco municipal lançar taxas diversas para os contribuintes. Estas taxas, após a configuração, poderão ser cobradas juntamente com a emissão/declaração do documentos fiscais.

83	Permitir o compartilhamento de informações de Tabelas das Alíquotas do Simples Nacional cadastrados no sistema de escrituração fiscal entre os sistemas de emissão de nota eletrônica, conforme pré-requisitos.
84	Possibilitar aos contribuintes registrar no momento da escrituração dos documentos fiscais de serviços o Tomados ou Prestados de origem estrangeira. Possibilitando a identificação no documento fiscal que trata de estrangeiro o prestador ou tomador do serviço.
85	Proporcionar aos contribuintes a consulta da declaração de serviços prestados, visualizando a situação, que pode ser: aberta, encerrada e sem movimento, demonstrando a quantidade de documentos escriturados, o valor do serviço, a base de cálculo e o valor do imposto. E ainda oportunizar aos contribuintes a identificação das declarações de serviços prestados que estão em processo de fiscalização, as que possuem auto de infração, as encerradas pelo contador e visualizar a declaração assinada digitalmente.
86	Possibilitar aos usuários compartilhar sugestões a respeito do sistema. Permitindo o registro de suas sugestões e também possibilitando informar os dados de contato para receberem o feedback sobre propostas enviadas.
87	Proporcionar ao contador que o mesmo encerre a declaração de serviço tomados e prestados dos contribuintes a ele vinculado. Possibilitando ainda encerrar as declarações sem escrituração de documentos. No que trata do encerramento da declaração retificadora de serviço com diferença no valor do imposto, é permitido ao Contador gerar saldo ou novo lançamento que será compensado futuramente.
88	Permitir a criação de critérios de validação da emissão da nota avulsa conforme determinado pelo fisco e/ou pela legislação municipal. Possibilitando validar as informações conforme o tipo de pessoa física ou jurídica, o regime tributário do contribuinte, inclusive MEI, para a modalidade de ISS fixo, homologado e/ou estimado, para determinados itens da lista de serviço, atendendo as necessidades adotadas pela Prefeitura.
89	Permitir a geração do ISS para profissionais liberais e autônomos de acordo com os critérios adotados pelo fisco ou pela legislação municipal. Possibilitando o cálculo do imposto conforme a declaração das informações estipuladas pelo fisco, determinando o tipo de contribuinte, o regime tributário, pessoa física ou jurídica, e também a possibilidade de informações sobre gastos, despesas e outros dados da atividade da empresa.
90	Permitir o cadastro dos itens do ISS conforme critérios adotados pelo fisco para exigir dos profissionais liberais e autônomos a declaração de informações sobre gastos e despesas gerais da empresa. Os itens podem ser cadastrados no sistema de arrecadação tributária e indicados a utilização no sistema de escrituração de documentos fiscais, bem como nas declarações das informações gerais da empresa.
91	Permitir ao usuário fiscal identificar os contribuintes do município, manter o controle das informações a respeito dele, informar as atividades que o contribuinte esta autorizado a exercer, informando assim a movimentação do Simples Nacional, incentivos fiscais e suas movimentações. Ainda é possível autorizar a escrituração de outros tipos de documentos fiscais, como: cupum fiscal, recibos e notas conjugadas.
92	Permitir ao fiscal a emissão de relatório que demonstre a situação das declarações de serviços em formato resumido. Proporcionando a visualização da situação da declaração de serviço, que pode ser: encerrada, em aberta, sem movimento e entre outros, e também o valor do serviço, do imposto, as deduções e descontos entre outras informações.
93	Permitir ao fiscal a definição das competências em determinado exercício, informando a data inicial e a data final, bem como a data de vencimento do ISS. Permitir ainda, a geração automática das competências de exercícios futuros.
94	Permitir ao fiscal o cadastramento das gráficas que podem possuir o credenciamento para a impressão das notas fiscais manuais, possibilitando assim que a AIDF seja feita em nome da gráfica, bem como a emissão da guia em seu nome.
95	Possibilitar que o fisco faça a configuração no sistema para reabrir automaticamente a declaração de serviço prestado e ou tomado sem a intervenção do fiscal.
96	Possibilitar ao contribuinte utilizar o assinador de documentos na escrituração dos documentos fiscais. Permitindo baixar o assinador de acordo com o sistema operacional utilizado no computador do contribuinte, podendo ser o Windows, Linux e Mac - OS X.

97	Permitir ao fiscal a análise dos pedidos de reabertura da declaração de despesas solicitada pelo contribuinte, possibilitando assim efetuar alterações nas despesas declaradas. Com permissão ao fisco municipal de deferir ou indeferir a solicitação de reabertura.
98	Permitir aos contribuintes optantes do Simples Nacional, inclusive o MEI, escriturarem os documentos fiscais de acordo com a legislação específica desse regime tributário. Possibilitando que a alíquota do ISS do Simples Nacional seja aplicada de acordo com os anexos previstos na Lei e conforme a receita bruta dos últimos doze meses anterior ao mês de apuração. Para as empresas de pequeno porte será aplicada a alíquota do município se estiverem na faixa de faturamento determinada pela lei, como também será permitido a emissão da guia de recolhimento de acordo com a configuração do sistema.
99	Permitir a emissão do relatório de contribuintes vinculados ao Contador, possibilitando a identificação através do nome, CPF/CNPJ e o CRC. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
100	Permitir ao fisco municipal disponibilizar para o sistema de arrecadação tributária a situação da escrituração dos documentos, com o intuito de verificar pendências de Declarações na emissão da certidão negativa de débitos. Permitindo configurar o sistema para que verifique as declarações de serviço de acordo com a modalidade do ISS fixo e homologado, a pessoa física ou jurídica, o tipo de declaração que pode ser serviço prestado e/ou tomado, com a possibilidade da definição da data inicial de checagem da situação e a verificação dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional.
101	Possibilitar ao fisco municipal configurar nos convênios bancários a data de validade para o identificador de número de baixa de pagamento conforme prazo estabelecido para a instituição financeira.
102	Permitir ao contribuinte emitir o relatório da escrituração dos documentos fiscais de serviços tomados. Possibilitando identificar as informações por competências e a visualização da data de emissão, número, o serviço tomado, o local em que o serviço foi tomado, o valor, as deduções e o valor do imposto. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
103	Permitir ao usuário cadastrar materiais, para posterior vínculo a escrituração de documentos fiscais de construção civil, com o objetivo de identificar os materiais utilizados durante a construção realizada.
104	Proporcionar ao contribuinte acesso rápido as funcionalidades com elevado número de acessos. Permitindo acessar as funcionalidades de escrituração de documentos fiscais de serviços prestados, de serviços tomados, a declaração de informações da empresa, a emissão da guia de pagamento e a declaração de faturamento.
105	Possibilitar que o fisco faça a configuração da escrituração dos documentos de serviço tomados, permitindo aos tomadores a alteração das informações do documento que foi escriturado automaticamente pela emissão eletrônica de nota fiscal.
106	Permitir a emissão da relação das transferências de Contadores realizadas em determinado período e ainda possibilitar a seleção das que estão pendentes para análise, bem como as deferidas e indeferidas. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
107	Permitir ao fisco municipal efetuar o encerramento das declarações com escrituração de serviços prestados e tomados, como também as sem movimento. Possibilitando ainda controlar o valor do imposto pago a maior ou menor, gerando saldo da diferença ou lançamento do novo valor do imposto.
108	Permitir forma de envio e recebimento de mensagens entre o fisco municipal e o contribuinte por meio eletrônico, estando disponível dentro do sistema. A visualização da mensagem é identificada conforme o status, podendo ser: enviada, recebida ou ainda excluída.
109	Permitir ao fiscal ou o Contribuinte validar os recibos da declaração de ISS, podendo avaliar a autenticidade do recibo a qualquer momento. Exibindo as informações como o nome, CNPJ/CPF do contribuinte, a data e hora do encerramento da declaração de serviço e o código de controle do recibo de declaração de ISS.
110	Permitir ao fiscal o cadastramento da faixa do imposto de renda. Permitindo informar a faixa de renda, o percentual, o valor de dedução e o valor de desconto por dependente. Todas essas informações são guardadas por data de vigência. Com isso, será calculado o imposto de renda na emissão da nota avulsa.

111	Permitir a emissão de relatório comparativo entre a movimentação de cartão com a escrituração de serviços. Permitindo identificar diferenças entre os valores das declarações de serviços prestados e as movimentações com cartão de crédito. Possibilitando ainda a emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, com a ferramenta Excel.
112	Permitir que o fisco municipal disponibilize comunicados aos contribuintes. Possibilitando configurar o destinatário da mensagem, podendo ser: para todos os contribuintes, apenas os selecionados, ou ainda pelo ramo da atividade, por exemplo: os contadores, as Instituições Financeiras, as Construtoras, como também enviar para os optantes do Simples Nacional, definindo o período em que a mensagem será exibida.
113	Permitir que o fiscal faça a configuração da escrituração dos documentos fiscais, possibilitando que seja escriturado com a alíquota zerada para os profissionais liberais enquadrados no ISS Fixo.
114	Permitir o cadastramento das despesas determinadas pelo fisco ou pela legislação municipal para serem declaradas pelos contribuintes. Possibilitando assim, que o fiscal analise essas informações e faça o lançamento arbitrado e ou estimado do ISS.
115	Permitir ao fiscal o cadastramento de incentivos fiscais sobre o ISS. Permitindo dentro do período definido a configurar o percentual de redução sobre a alíquota do ISS, a alíquota mínima permitida, concedendo o incentivo no valor do ISS.
116	Permitir ao fisco analisar a solicitação de Desvínculo do Contador de determinadas empresas, sem a necessidade de deslocar-se até a Prefeitura. Possibilitando ao fiscal avaliar o pedido e tramitar o parecer.
117	Permitir ao fiscal a emissão do relatório dos contribuintes que estão impedidos de escriturar os documentos fiscais devido um processo em andamento de fiscalização. O relatório deve possibilitar a seleção dos contribuintes pela situação atual da fiscalização ou o histórico de toda a movimentação de impedimento da escrituração.
118	Permitir o cadastro das infrações de acordo com a legislação do município.
119	Possibilitar a utilização do teclado virtual para digitação da senha de acesso, tornando o processo de login mais seguro.
120	Oportunizar ao Fiscal, personalizar a Certidão de Baixa de Atividade conforme modelo desejado pelo Fisco Municipal
121	Possibilitar ao fisco municipal configurar a baixa da atividade econômica automaticamente pelo Contador. Permitindo verificar a pendência financeira do contribuinte e a definição da quantidade de dias que será permitido para efetivar a baixa da atividade no sistema.
122	Possibilitar ao contribuinte a emissão do recibo de retenção de ISS dos documentos fiscais escrituradas na situação de retidos. O relatório deve proporcionar a identificação do contribuinte tomador, do prestador, os documentos fiscais retidos, além da data de encerramento e o número do recibo.
123	Permitir que o Contador faça a emissão da certidão de desligamento do contador. Certificando que o contador cessa sua responsabilidade contábil em relação ao contribuinte a partir da data do pedido de desligamento.
124	Permitir ao fisco analisar a solicitação de transferência da responsabilidade contábil de determinadas empresas, sem a necessidade de deslocar-se até a Prefeitura. Possibilitando ao fiscal conceder ou indeferir o pedido de transferência.
125	Possibilitar ao fisco municipal a emissão da nota avulsa para prestadores de serviços que precisam demonstrar o serviço prestado. Proporcionando a emissão, o cancelamento, a anulação da nota e a emissão do boleto para efetuar o pagamento do imposto. Permitindo ainda a retenção ou o desconto do ISS no pagamento do serviço tomado pela Prefeitura.
126	Permitir que o fisco faça a configuração da escrituração dos documentos fiscais para os contribuintes optantes do Simples Nacional que não registraram a receita bruta dos últimos doze meses, possibilitando informar a alíquota do ISS calculada na competência anterior ao da apuração.
127	Permitir a conferência da escrituração das contas de serviços prestados de determinado período. Possibilitando ao fisco a verificação separada das informações de cada conta de serviço. Permitindo identificar os valores gerados do

	serviço, a alíquota de cada conta, o valor do imposto e ainda os valores cancelados e as retenções. Possibilitar ainda emissão do relatório em formato HTML, PDF e em planilha eletrônica, tipo Excel.
128	Possibilitar que o fisco faça a configuração do encerramento da declaração retificadora de serviço, possibilitando ao contribuinte escolher a forma de gerar o lançamento se o imposto for a menor, permitindo, gerar o saldo da diferença ou gerar novo lançamento caso o anterior ainda esteja em aberto.
129	Permitir ao fisco municipal determinar a quantidade de dias de validade da solicitação de acesso. Depois desse prazo, o acesso será possível somente com nova solicitação.
130	Possibilitar ao fisco municipal, através do ambiente do fiscal, acessar o ambiente do contribuinte e permitir a visualização das informações registradas.
131	Possibilitar ao contribuinte informar a dedução por competência para a declaração de serviço prestado. Possibilitando o rateio do valor de dedução para todos os documentos fiscais escriturados na referida competência. Possibilitando ainda definir os contribuintes que terão permissão para informar a dedução por competência.
132	Permitir ao fisco municipal configurar o sistema para exigir a assinatura digital na escrituração dos documentos fiscais. Possibilitando a assinatura dos documentos fiscais de serviços prestados ou tomados conforme configurado pela Prefeitura, permitindo que o Contador faça a assinatura da declaração de seus clientes/contribuintes, como também permitir aos sócios assinarem através de seu e-CPF.
133	Permitir ao fiscal a análise dos pedidos de reabertura da declaração de serviço prestado e tomado solicitada pelo contribuinte. Com permissão ao fisco municipal de deferir ou indeferir a solicitação, bem como configurar para que a reabertura seja efetuada automaticamente.
134	Possibilitar que o fisco faça a configuração do encerramento da declaração de serviço prestado, permitindo a geração do lançamento do ISS dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, inclusive o MEI. Posteriormente, o lançamento deve ser enviado para o sistema de arrecadação tributária, com o intuito de controlar os inadimplentes e a verificar os débitos pendentes na emissão da certidão negativa de débitos.
135	Proporcionar ao contribuinte estabelecido e os não estabelecidos a possibilidade de consultar a guia de recolhimento do ISS. Exibindo as informações de determinada competência, como a data de vencimento, valor do imposto, saldo utilizado, o valor dos acréscimos, situação da guia: aberta, paga e abaixo do limite e a data de pagamento.
136	Permitir ao fisco municipal personalizar o Recibo de Declaração de ISS Retido/Substituição Tributária no formato desejado. Podendo definir o uso do modelo padrão, ou o modelo personalizado.
137	Oportunizar ao fiscal mecanismos de pesquisa das rotinas do sistema, possibilitando o acesso a respectiva funcionalidade.
138	Possibilitar o cadastro de série das notas fiscais manuais. Considerar o número de série para controlar a escrituração e possibilitar o cruzamento de documentos fiscais verificando o número da série e também o controle da autorização de impressão dos documentos fiscais.
139	Permitir a personalização de novos campos em vários cadastros do sistema, como o de bairros, logradouros e pessoas. Possibilitando definir o tipo do campo que pode ser: texto, número inteiro e decimal, percentual, seleção múltipla, seleção simples e data. Atendendo assim as necessidades cadastrais adotadas pela Prefeitura.
140	Possibilitar que o fisco municipal personalize a nota avulsa no formato desejado. Podendo definir o uso do modelo padrão, disponibilizado pelo sistema, ou o modelo personalizado.
141	Possibilitar a escrituração de documentos fiscais de serviços prestados conforme o enquadramento do contribuinte, que pode ser: escrituração normal, escrituração para as construtoras, escrituração para outras entidades e escrituração para condomínios.
142	Permite ao fisco municipal personalizar o Comprovante de validação de Recibos de ISS no formato desejado. Podendo definir o uso do modelo padrão, disponibilizado pelo sistema, ou o modelo personalizado.

143	Permitir ao usuário cadastrar feriados variáveis, definindo as datas e abrangência que pode ser municipal e estadual. Os feriados federais, sábados e domingos devem ser controlados automaticamente pelo sistema. Este cadastro possibilita a cobrança de acréscimos somente para o período definido como dias úteis.
144	Permitir ao contribuinte a emissão da guia de recolhimento do auto de infração com desconto até a data de vencimento. Depois dessa data, possibilitar a emissão com o valor original sem o desconto.
145	Permitir ao contribuinte declarar taxas diversas conforme exigido pela legislação e pelo fiscal municipal. Permitindo a geração do valor de taxas diversas através dos dados do contribuinte, do documento fiscal, para com isso gerar o valor da taxa para efetuar o pagamento.
146	Permitir ao Contador emitir a relação das transferências de Contadores realizadas em determinado período, possibilitando a seleção das que estão pendentes para análise, bem como as deferidas e indeferidas.
147	Disponibilizar o controle de saldos que serão restituídos em competências futuras. Os saldos podem ser inseridos manualmente ou gerados automaticamente na reabertura da declaração de serviço. No método automático será permitido através das configurações. A restituição deve permitir ao contribuinte que abata o valor do saldo no encerramento da declaração de serviço. Possibilitar ainda, que o fiscal faça a consulta dos saldos, inclusive os bloqueados e liberados.
148	Possibilitar ao fisco municipal a configurar o sistema para que os prestadores de serviço façam a emissão da nota avulsa somente após efetuado o recolhimento da guia pagamento.
149	Permitir o compartilhamento do parâmetro que indica que o contribuinte EPP e optante do simples nacional irá aplicar a alíquota do município conforme indicado no sistema de escrituração fiscal entre os sistemas de emissão de nota eletrônica;
150	Permitir o compartilhamento de informações de incentivo fiscal cadastrados no sistema de escrituração fiscal entre os sistemas de emissão de nota eletrônica e tributação;
151	Permitir o enquadramento dos itens da lista de serviço nos anexos III, IV, V para calcular a alíquota do ISS dos contribuintes optantes do Simples Nacional, possibilitando vincular ao anexo que será tributado.
152	Proporcionar aos contribuintes a consulta da declaração de serviços tomados, visualizando a situação, que pode ser: aberta, encerrada e sem movimento, demonstrando a quantidade de documentos escriturados, o valor do serviço, a base de cálculo e o valor do imposto. E ainda oportunizar aos contribuintes a identificação das declarações de serviços tomados que estão em processo de fiscalização, as que possuem auto de infração, as encerradas pelo contador e visualizar a declaração assinada digitalmente.
153	Possibilitar aos contribuintes registrar no momento da escrituração dos documentos fiscais de serviços prestados e tomados os itens da lista de serviço conforme a legislação em vigor, o valor e a alíquota. Permitindo ainda, que informe vários serviços distintos e o respectivo valor e a alíquota para o mesmo documento fiscal.
154	Possibilitar ao fisco municipal configurar o encerramento automático das declarações de serviços prestados e tomados. O processo deve encerrar todas as declarações, que estiverem com a situação 'Aberta' ou 'Não iniciada'. 1 - Permitir ao fiscal parametrizar qual o tipo da declaração o processo irá executar o encerramento automático: 1.1 - Serviços prestados; 1.2 - Serviços tomados; 1.3 - Serviços prestados e tomados; 2 - Permitir Informar o dia da competência subsequente que o encerramento será executado. - Disponibilizar um indicativo na declaração, informando que a declaração foi encerrada pelo processo automático do sistema.
155	Permitir que o fiscal realize a manutenção na lista de serviço da Lei Complementar 116/2003. Possibilitando informar a alíquota de cada serviço, bem como a dedução na base de cálculo de determinado serviço, definir os serviços que incidem ISS no local da prestação. Permitindo ainda, vincular a cada item da lista de serviço, o código do CNAE e armazenando do histórico de alterações da alíquota.
156	Possibilitar ao fisco municipal informar o valor do preço público que deve ser cobrado do contribuinte para realizar a

	emissão da nota fiscal avulsa eletrônica.
157	Proporcionar ao contribuinte visualizar as informações cadastrais registradas na Prefeitura. Demonstrando o endereço, os dados jurídicos, como CNPJ, porte da empresa, informações da junta comercial, como também a modalidade do ISS, a identificação do ramo de atividade conforme a legislação em vigor, a opção pelo Simples Nacional, as datas de início e baixa de atividade, entre outras.

PORTAL DO CIDADÃO	
1	Permitir ao usuário administrador, consultar os arquivos que foram anexados nas solicitações cadastrais realizadas pelo contribuinte.
2	Permitir que o usuário administrador realize o cadastro e a alteração cadastral das informações da entidade que utiliza o sistema.
3	Possibilitar que o contribuinte realize a emissão de faturas de água através da web, disponibilizando modos de autenticação distintos (por CPF, CNPJ, código do imóvel e código da ligação).
4	Permitir que o contribuinte possa realizar upload de uma foto em seu cadastro de contribuinte.
5	Permitir ao administrador realizar o cadastro de convênios bancários com base em informações provenientes de compartilhamento de dados junto ao sistema de geração de faturas de água.
6	Possibilitar cadastrar e alterar fórmulas de correção, juros e multa para aplicação de cálculos de acréscimos para emissão de faturas de água.
7	Possibilitar que o usuário administrador possa configurar as formas de emissão de guias de pagamento de faturas de água. Podendo configurar os modos de autenticação à funcionalidade, bem como as informações que devem ser verificadas no momento da emissão da guia.
8	Possibilitar que o usuário administrador possa configurar quais campos serão obrigatórios para cadastro de contribuintes (apartamento, bairro, bloco, celular, CEP, distrito, logradouro, número do endereço, cidade, senha e telefone).
9	Possibilitar que o usuário administrador possa personalizar o modelo de guia de pagamento para emissão de faturas de água.
10	Permitir ao administrador da entidade configurar parâmetros para emissão de faturas de água.
11	Permitir configurações do sistema web, tais como parâmetros de compartilhamento de dados e gerenciamento de permissões de usuários.
12	Possibilitar que o usuário administrador possa configurar parâmetros de novo cadastro e alteração cadastral através do portal do contribuinte.
13	Possibilitar ao usuário administrador, configurar a forma de liberação de cadastros e alterações cadastrais de informações de contribuintes.
14	Possuir mecanismo de sessão automática no portal do contribuinte, de forma que ao recarregar a página, o contexto da entidade selecionada não seja perdido, evitando o redirecionamento do usuário novamente para a seleção de entidade.
15	Disponibilizar recursos que possibilitem ao usuário administrador realizar a parametrização do vencimento das guias de pagamento com base em indexadores de referencia.
16	Possibilitar ao administrador da entidade realizar configuração de fórmulas para cálculo de acréscimos moratórios para emissão de guias de pagamento.

17	Possibilitar configuração de modelo de relatório para emissão das guias de pagamento.
18	Possibilitar ao administrador da entidade, configurar valores de taxa de expediente para emissão de guias de pagamento.
19	Disponibilizar recursos ao administrador da entidade para configuração de perfis de emissão de guias de pagamento.
20	Disponibilizar recursos para que o contribuinte possa anexar documentos e arquivos digitais em seu cadastro, sem limitação de quantidade.
21	Possibilitar que o usuário administrador possa configurar o tipo de lançamento e o crédito tributário em perfis de guia de pagamento cadastrado pelo usuário administrador.
22	Permitir disponibilizar informações sobre licitações, possibilitando configurar quais informações serão exibidas no serviço como: edital, anexos, pareceres, impugnação, ata de abertura envelope, proposta, ata do pregão, ata de registro de preço, termo de homologação, termo de adjudicação, contrato, certidões, documentos exigidos, quadro comparativo preços, vencedores e ordem de compra.
23	Disponibilizar recursos ao administrador da entidade, para configuração de agrupamento de parcelas para emissão de guias de pagamento.
24	Possibilitar que o contribuinte possa cadastrar/editar seus dados pessoais (CPF/CNPJ, Nome Completo, Telefone, Celular, E-mail, Senha, Confirmação de senha) e dados de seu endereço (Cidade, Logradouro, Número, Bloco, Apartamento, CEP, Bairro, Distrito) junto à prefeitura.

PROCURADORIA	
1	Possibilitar ao usuário do sistema copiar a fórmula de correção, juros e multa da dívida ativa cadastrada no Tributos e utilizá-la no Procuradoria sem a necessidade de realizar ajustes na fórmula.
2	Possibilitar a busca das movimentações dos processos judiciais através da tela de gerenciamento de processos judiciais.
3	Possibilitar ao usuário do sistema, ao emitir uma petição, que as informações do número e do ano de emissão das cdas sejam apresentadas na petição.
4	Ao realizar a consulta de movimentações dos processos judiciais, o sistema deve considerar os códigos das execuções fiscais por entidade para controlar as consulta realizadas.
5	O sistema deve possibilitar a sistema terceiros o recebimento dos dados dos documentos emitidos no sistema, bem como o recebimento dos arquivos dos documentos emitidos no sistema.
6	Possibilitar ao usuário realizar a utilização dos modelos de documentos criados através do editor de textos web no sistema para geração de petições intermediárias de maneira individual ou em lote em todas as rotinas que possibilitem a geração de petições intermediárias. O usuário poderá ainda editar as informações do modelo de documento na tela de emissão da petição intermediária e realizar a emissão das petições intermediárias já com as alterações realizadas.
7	Permitir apresentar as informações de sócios\corresponsáveis nas CDAs emitidas no sistema.
8	Possibilitar ao usuário realizar o cancelamento de documentos existentes no sistema, mesmo que os documentos não possuam um arquivo em formato PDF vinculados a eles.
9	Permitir ao usuário realizar emissão de guias de pagamento para as dívidas ativas e certidões de dívida ativa, após realizado os agrupamento e filtros desejados, informando a data base e selecionando o modelo de guia e o convênio.
10	Possibilitar ao usuário visualizar a informação de todas as os títulos que estão com a situação Em Protesto de maneira separada no sistema.

11	<p>Possibilitar apresentar as informações dos corresponsáveis nas CDAs emitidas no sistema.</p> <p>A fonte de dados deverá conter no mínimo as informações do nome do corresponsável, documento (CPF\CNPJ) e endereço e cota de participação.</p>
12	<p>Possibilitar ao usuário o envio de documentos pdf anexos à Petição Inicial e a Petição Intermediária na integração com o Tribunal de Justiça.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário visualizar separadamente as informações das petições iniciais e das petições intermediárias para a inclusão dos anexos.</p> <p>Podem ser anexados um ou mais documentos PDF a petição intermediária.</p> <p>O usuário deve definir o tipo de documento digital do documento que está anexando à petição intermediária.</p> <p>Ao realizar o anexo de uma documento a uma petição intermediária o documento deve ser anexado automaticamente ao cadastro do processo existente. Devem constar no anexo do documento as informações da petição intermediária que ele está vinculado.</p> <p>Ao excluir um documento anexo a uma petição deve aparecer a opção para que o documento seja excluído também da aba anexo no cadastro do processo.</p>
13	<p>Permitir Consultar todos os protestos que estão com a situação Enviado ao Cartório e Em Protesto e que todas as dívidas que compõem o protesto estão com a situação Quitada ou Quitadas e\ou Canceladas.</p> <p>O sistema deve possibilitar ainda que o usuário realize o pedido de desistência\cancelamento do Protesto emitindo os documentos necessários e realizando a integração com o cartório de protestos.</p>
14	<p>Permitir consultar todos os protestos que estão com a situação Enviado ao Cartório e Em Protesto e que todas as dívidas que compõem o protesto estão com a situação Parceladas, Parceladas e Canceladas, Parceladas e Suspensas e Parceladas e Canceladas e\ou Suspensas.</p> <p>O sistema deve possibilitar ainda que o usuário realize o pedido de desistência\cancelamento do Protesto emitindo os documentos necessários e realizando a integração com o cartório de protestos.</p>
15	<p>Permitir ao usuário informar partes processuais no cadastro do processo judicial, mantendo um controle de todas as partes que fazem parte do processo judicial direta ou indiretamente.</p>
16	<p>Disponibilizar na Consulta de dívidas ativas, as seguintes informações dos valores das dividas vinculadas a execução fiscal:</p> <p>Valor Inscrito; Saldo do Valor Inscrito; Acréscimos; Total(Saldo+Acréscimos)</p>
17	<p>O sistema deve possibilitar ao usuário realizar o cadastro de um novo grupo de trabalho informando uma descrição para o grupo de trabalho, se o grupo está em atividade, a data que o grupo entrou em atividade, o tipo de distribuição de processos que será aplicada ao grupo, quais as áreas que o grupo irá atender e quais são os procuradores que irão fazer parte do grupo de trabalho.</p>
18	<p>Possibilitar aos usuários do sistema a utilização de fontes de dados dinâmicas na confecção dos relatórios e demais modelos de documentos disponíveis no sistema.</p>
19	<p>Possibilitar ao usuário do sistema realizar o gerenciamento das permissões de utilização das rotinas do sistema.</p>
20	<p>Permitir ao usuário cadastrar e consultar cartórios que são responsáveis por efetuar o protestos de títulos, informando o nome e a que tipo ele pertence.</p>
21	<p>Permitir ao usuário consultar e selecionar as Certidões de Dívida Ativa do município organizadas por anos, possibilitando o agrupamento por tipos de créditos tributários, mês de inscrição ou faixas de valor e possibilitando ainda filtrar pelo contribuinte, CPF ou CNPJ do contribuinte que será encaminhado para emissão da petição inicial.</p>
22	<p>Possibilitar ao usuário realizar o cadastro dos status das tarefas que serão apresentados na agenda.</p>

23	Possibilitar que o usuário possa vincular o endereço do site do tribunal de justiça ao cadastro do tribunal no sistema, permitindo que ao clicar sobre um processo no sistema o usuário seja remetido ao site do tribunal;
24	Possibilitar que os procuradores cadastrados no sistema recebam um e-mail sempre que uma nova tarefa for disponibilizada para eles no sistema.
25	Apresentar ao usuário, a informação do cartório onde a CDA enviada para o protesto foi efetivamente protestada.
26	Possibilitar ao usuário do sistema realizar o filtro da tarefas existentes da agenda;
27	Permitir ao usuário o cadastro de locais de tramitação informando o código do Tribunal de Justiça, a descrição do Tribunal, o grau de jurisdição do Tribunal, o município do Tribunal, a UF do Tribunal, o código da comarca, a descrição da comarca, o município da comarca, a UF da comarca, o código da vara, a descrição da vara, o e-mail da vara, o telefone da vara e a competência eletrônica da vara, e posteriormente utilizar essas informações em filtros no sistema, no cadastro de processos judiciais e no peticionamento eletrônico.
28	Permitir consultar os processos de execução fiscal que ainda estão ativos mesmo com dívidas quitadas e/ou canceladas, a fim de evitar a tramitação de processos de dívidas pagas e/ou canceladas.
29	Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema, possibilitando utilizar certificados digitais do Tipo A1 e A3 e a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos.
30	Permitir a interação do sistema de procuradoria com o sistema de arrecadação tributária do município, possibilitando que as informações das dívidas ativas sejam compartilhadas entre os sistemas, diminuindo erros de digitação e aumentando o controle sobre o histórico da dívida ativa desde a sua criação.
31	Permitir ao usuário consultar e selecionar os processo judiciais que serão encaminhadas para emissão da petição intermediária, possibilitando ao usuário filtrar os processos judiciais por número do processo ou por contribuinte e selecionar um modelo de documento criado no sistema.
32	Permitir ao usuário cadastrar escritórios de advocacia, que atuarão nas ações judiciais do município, informando o nome do escritório, o registro na OAB do advogado responsável pelo escritório, a seccional da inscrição na OAB e se se trata de primeira, segunda ou terceira inscrição ou superior.
33	Permitir ao usuário o cadastramento de pessoas físicas e jurídicas as quais serão consideradas como contribuintes, possibilitando informar, tipo de pessoa se física ou jurídica, nome do contribuinte, seu CPF/CNPJ, nome social em caso de pessoas físicas ou nome fantasia em caso de pessoas jurídicas.
34	Permitir ao usuário realizar o cancelamento de documentos emitidos no sistema possibilitando selecionar os documentos para cancelamento com base no modelo do documento utilizado, data de emissão, número do documento e contribuinte.
35	Permitir ao usuário a criação de modelos de certidões de dívida ativa, petições iniciais e petições intermediárias através de editor de modelos de documentos.
36	Possibilitar ao usuário visualizar todas as execução fiscal que estão em aberto, mas que todas as dívidas que compõem o processo estão suspensas e também todos os processos que estão suspensos mas que as dívidas que os compõem estão em aberto.
37	Permitir ao usuário consultar as dívidas ativas inscritas no município organizadas por anos, possibilitando filtrar por dívidas sem certidão, com certidão emitida, com petições emitidas ou que as dívidas já tenham sido executadas, objetivando a centralização das informações.
38	Permitir a interação com o Web Service do Tribunal de Justiça para realização do ajuizamento eletrônico, possibilitando informar a URL, o local de tramitação para onde será enviada a petição, a área, o assunto e classe da petição que será enviada ao Tribunal via Web Service.
39	Permitir ao usuário o cadastro e consulta dos tipos de petições intermediárias que podem ser utilizadas no peticionamento intermediário eletrônico, informando a descrição da petição intermediária e o código utilizado pelo

	Tribunal de Justiça, auxiliando a manter a padronização das informações que serão lançadas no sistema.
40	Permitir anexar arquivos ao cadastro de contribuintes, com tamanho máximo de 10mb e extensões PDF, DOC, DOCX, TXT, HTML, XLS, XLSX, JPG, PNG, possibilitando consultar todos os arquivos anexados ao cadastro, bem como remover arquivos eventualmente incluídos indevidamente ao registro do contribuinte.
41	Permitir o envio de certidão de dívida ativa para cobrança em cartórios de maneira automática através de WebService padrão.
42	Permitir a emissão de segunda via das Certidões de Dívida Ativa, Petições Iniciais e Petições Intermediária geradas no sistema, possibilitando visualizar os documentos que já foram emitidos no sistema a qualquer momento.
43	Permitir ao usuário vincular as dívidas ativas ao cadastro de processo judicial de execução fiscal, objetivando a cobrança judicial dos débitos informados.
44	Permitir ao usuário consultar as dívidas ativas inscritas no município organizadas por anos, possibilitando, após filtro e agrupamentos a visualização dos contribuintes devedores com as especificações da dívida ativa.
45	Permitir a vinculação de documentos ao processo, possibilitando, quando for o caso, a importação de documentos gerados a partir do sistema de gestão das receitas;
46	Gerenciar as operações referentes aos trâmites dos processos de ajuizamento de débitos, permitindo a vinculação da certidão e da petição a um procurador responsável, registrado no cadastro de procuradores.
47	Permitir inserir os trâmites de um processo anexando os documentos do fórum a cada trâmite.
48	Permitir a parametrização dos documentos envolvidos no processo de protesto.
49	Permitir cadastrar os tipos de custas processuais que podem ser lançadas no processo judicial.
50	Permitir o cadastro dos tipos de documentos digitais conforme padrão disponibilizado pelo Tribunal de Justiça informando o código do tipo de documentos digital e a descrição do tipo de documento digital, possibilitando posteriormente a utilização dessas informações no peticionamento eletrônico.
51	Permitir que certidão as Certidões de Dívida possa ser assinadas digitalmente.
52	Permitir ao usuário registrar os convênios bancários, possibilitando informar uma descrição, a numeração, as informações bancárias, definir quais créditos tributários podem ser utilizados, quais métodos de cálculo e quais modelos de carnê podem ser selecionados para geração das guias de pagamento com código de barras.
53	Permitir ao usuário a emissão da Certidão de Dívida Ativa, da Petição Inicial, realizar a Assinatura Eletrônica dos Documentos, a Comunicação com o Tribunal de Justiça e criação do Cadastro do Processo Judicial através de uma única rotina, de maneira individual ou em lote.
54	Permitir, no momento de cadastrar uma pessoa física ou jurídica, vincular mais de um endereço ao mesmo, informando CEP, município, logradouro, número, descrição de endereço, complemento, condomínio, bloco, apartamento, loteamento, bairro, distrito e caso julgar necessário, incluir observações ao endereço. E ainda, em casos onde o contribuinte possuir mais de um endereço, permitir sinalizar qual destes será o endereço principal.
55	Permitir realizar movimentações nos cadastros de contribuintes, podendo alterar sua situação para ativo ou inativo e incluir averbações cadastrais informando o processo e devidas observações, incluindo comentários e possibilitando a consulta do histórico de alterações realizadas.
56	Permitir o cadastramento dos processos judiciais.
57	Permitir ao usuário cadastrar e consultar os motivos padrões ou específicos para que sejam utilizados nas operações administrativas realizadas na entidade.
58	Permitir ao usuário anexar arquivos digitais nos formatos PDF, DOC, JPEG, GIF, PNG, BITMAP, TIFF, DOCX, TXT, ZIP, XLS, XLSX, RAR, JPG, ODT, BMP, CSV, com tamanho máximo de 10 megabytes, no cadastro do processo

	judicial auxiliando o usuário a possuir uma cópia digital dos documentos relevantes do processo judicial.
59	Possibilitar a geração de petições para mais de um processo de dívida ativa.
60	Permitir o armazenamento de diferentes arquivos relacionados ao processo: arquivos gerados por meio do sistema, arquivos recebidos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e arquivos resultantes da digitalização de documentos físicos.
61	Permitir ao usuário do sistema realizar o apensamento de processos no sistema, possibilitando vincular todos os processos relacionados entre si e assegurando que o usuário tenha acesso rápido aos dados dos demais processos que possam impactar no processo selecionado.
62	Permitir ao usuário controlar a execução dos créditos inscritos em dívidas ativas, para que uma dívida ativa não seja vinculada a mais de uma Certidão de Dívida Ativa ou a mais de uma Execução Fiscal, visando a agilidade e segurança nas informações.
63	Possibilitar ao usuário consultar os processos judiciais e recursos cadastrados no sistema, permitindo que sejam localizados processos com base no número judicial, no nome das partes ou na área e assunto do processo.
64	Permitir ao usuário informar o valor e o tipos das custas processuais no cadastro do processo judicial, auxiliando o usuário a manter um controle de custas de cada processo judicial existente no sistema.
65	Permitir ao usuário consultar as dívidas ativas inscritas no município organizadas por anos, permitindo o agrupamento por tipos de créditos tributários, mês de inscrição ou faixas de valor, objetivando a centralização das informações.
66	Permitir ao usuário consultar e selecionar as certidões de dívida ativa emitidas no município organizadas por anos, permitindo o agrupamento por tipos de créditos tributários, mês de inscrição ou faixas de valor e possibilitando ainda, filtrar por contribuinte, data de inscrição e número de inscrição da CDA as certidões de dívida ativa que serão encaminhadas para protesto.
67	Permitir ao usuário cadastrar e consultar as informações dos referentes que compõem a dívida ativa, informando os dados do imóvel como inscrição imobiliária, quadra lote e endereços do imóvel, informações do contribuinte pessoa física e jurídica como nome do contribuinte, informações de endereço do contribuinte e informações das atividades econômicas quando o contribuinte for pessoa jurídica.
68	Permitir ao usuário cadastrar os tipos de movimentações que serão utilizadas no cadastro de processo judicial, possibilitando informar a descrição da movimentação, se altera a situação do processo judicial e auxiliando a manter a padronização das informações que serão lançadas no sistema.
69	Possibilitar que a certidão de um débito de dívida seja possível ser gerada para cobrança Judicial e Cartório, não perdendo ambas as referências.
70	Possibilitar administração de honorários e custas judiciais no momento da abertura da ação judicial.
71	Permitir ao usuário controlar a sequencia dos documentos emitidos no sistema, com base na numeração do documento, ano da emissão, tipo e nos dados padrões utilizados.
72	Permitir que ao realizar a emissão de uma petição intermediária, o sistema verifique qual sistema de tramitação de processo pertence o processo que gerou a petição intermediária e ai verificar qual tipo de assinatura eletrônica deve ser aplicada na petição intermediária. Ex: Quando emitirmos a petição intermediária para um ajuizamento que tramita no EPROC, deverá ser verificado o formato de assinatura PADRÃO da execução fiscal. Quando emitirmos a petição intermediária para um ajuizamento que tramita no ESAJ, deverá ser verificado o formado de assinatura ADICIONAL da execução fiscal
73	Possibilitar que tipos de distribuição dos processos disponíveis na rotina sejam manual ou automática.

74	Possibilitar que sejam emitidas petições intermediária que atualizem o valor das dívidas ativas vinculadas a execução fiscal, para execuções fiscais que não possuem uma petição inicial vinculada a execução fiscal no sistema.
75	<p>O sistema deve possuir uma configuração que possibilite ao usuário definir em qual praça de protesto deseja protestar o título, se na praça de protesto da entidade do sistema ou se na praça de protesto do endereço do devedor.</p> <p>Ao selecionar a opção na praça de protesto do devedor o sistema deverá encaminhar os títulos para as praças de protesto baseadas no endereço do devedor constante na CDA.</p> <p>Caso o endereço do devedor seja de um Estado diferente da entidade o protesto será realizado na praça de protesto da entidade.</p> <p>Caso o endereço do devedor seja no mesmo Estado da entidade, mas não exista praça de protesto para o município constante no endereço do devedor o título deverá ser protestado na praça de protesto da Entidade.</p> <p>O sistema deve possibilitar ao usuário realizar a vinculação de municípios com praças de protestos de outros municípios. Nem todos os municípios possuem praças de protesto, dessa maneira ao enviar para protesto um título com endereço que não possui praça de protesto ele pode ser encaminhado para a praça correta.</p>
76	<p>Ao realizar o envio de uma CDA sem assinatura para protesto, a rotina de protesto deve possibilitar ao usuário realizar um dos comportamentos abaixo:</p> <p>Fornecer opção para o usuário assinar todas as CDA's que estão sendo enviadas para protesto; Fornecer opção para o usuário assinar apenas as CDA's que estão sendo enviadas para protesto e que não possuem assinatura;</p>
77	<p>Possibilitar ao usuário que ao realizar o envio de uma CDA para protesto, as configurações necessárias para o protesto do título sejam aplicadas no momento da integração com o cartório;</p> <p>Havendo a necessidade de re-enviar uma CDA para protesto as configurações de protesto da CDA deverão ser atualizadas de acordo com a configuração de protesto existente no momento do re-envio.</p>
78	<p>Permitir definir qual será a data de vencimento atribuída a CDA protestada. O sistema deve possuir uma configuração que possibilite ao usuário definir uma das opções abaixo:</p> <p>Data de emissão da Certidão de Dívida Ativa Data de vencimento da Dívida Ativa que compõem a CDA A Vista</p>

RECURSOS HUMANOS	
1	Possuir função de gravar os filtros utilizados em determinada emissão de relatório, para usar em futuras emissões do mesmo tipo de relatório.
2	Permitir a inclusão do benefício de plano de saúde para as matrículas de funcionário, estagiário, aposentado e pensionista
3	Permitir o cadastramento das empresas que fornecem o vale-transporte, operadora de plano de saúde, sindicatos, instituições de ensino e empresas em geral.
4	Permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo.
5	Possuir um ambiente de controle de informações referente ao período aquisitivo de licença prêmio, com possibilidade de acionar a remodelagem do período.
6	Permitir remodelagem de período aquisitivo do adicional de tempos de serviço, alterados devidos à afastamentos, suspensões ou cancelamentos.

7	Permitir a inserção de benefícios de vale transporte e plano de saúde, empréstimos e convênios com a entidade para o servidor.
8	Permitir o lançamento das licenças por motivo de doença do servidor, acidente de trabalho e atestado de horas, sem prejuízo na frequência diária do servidor.
9	Permitir parametrização para abatimentos em tempo de serviço com afastamentos, selecionando por tipo de afastamento.
10	Permitir o cadastro dos afastamentos por motivo de doença do servidor, acidente de trabalho, cessão e atestado de horas, sem prejuízo na frequência diária do servidor.
11	Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos, possibilitando o registro da licença prêmio dos servidores, desde a admissão até a exoneração.
12	Permitir o lançamento automático de afastamento do servidor nos períodos de férias e licença prêmio.
13	Possibilitar que o processamento de remodelagem do período de licença prêmio seja executada em segundo plano e que o usuário seja notificado quando do término do processamento.
14	Possibilitar que por meio do ambiente de gestão do período aquisitivo de licença prêmio, seja acionada a tela para o registro período de gozo e/ou abono da licença prêmio.
15	Permitir o registro da quantidade de vales-transportes diários ou mensal utilizados pelo servidor no percurso de ida e volta ao local de trabalho.
16	Permitir o cadastro de todos os cargos do quadro de pessoal.
17	Vincular o curso no cadastro de área de atuação.
18	Possibilitar o registro de tempo de serviço cumprido em outras entidades e/ou empresas.
19	Permitir que no cadastro de matrículas dos servidores, ao informar o cargo, seja disponibilizado apenas os níveis salariais configurados para o cargo e o campo salário seja preenchido de acordo com o nível/classe/referência selecionado.
20	Permitir informar valores de previdência ou base de cálculo de previdência já apurados em outras empresas.
21	Possibilitar que o processamento de remodelagem do período de licença prêmio seja executada em segundo plano e que o usuário seja notificado quando do término do processamento.
22	Informar se o vale-transporte deverá ser descontado do servidor.
23	Permitir o registro das áreas de atuação do servidor.
24	Permitir ao usuário trocar de entidade sem sair do sistema.
25	Permitir visualizar a movimentação de pessoal ocorrida no período de permanência do servidor na entidade.
26	Permitir alteração e exclusão apenas para o registro histórico mais atual.
27	Permitir ao usuário criar relatórios personalizados para a entidade.
28	Possibilitar o controle de histórico dos contratos.
29	Possibilitar que o usuário acesse as informações da pessoa física, a partir do cadastro de matrículas.
30	Possibilitar ao usuário, alternar entre as demais matrículas existentes para a mesma pessoa, na entidade logada.

31	Possibilitar o registro de informações adicionais no cadastro de matrículas.
32	Permitir cadastrar em ambiente centralizado os endereços do sistema, possibilitando o registro de Países, Estados, Municípios, Bairros e Logradouros, para ser utilizado pelo sistema.
33	Possibilitar o registro das rotas de transporte e seus respectivos valores unitários, afim de posteriormente definir os valores do benefício de vale-transporte. Ao definir as rotas, deve-se permitir informar a empresa de transporte, meio de transporte, perímetro, linha, valor e vigência.
34	Disponibilizar ambiente que possibilite realizar o cálculo das despesas de vales transportes para os funcionários de forma individual ou coletiva.
35	Permitir o registro dos vencimentos ao processo de aposentadorias e pensões.
36	Possibilitar registrar o processo de aposentadorias e pensões, onde seja possível documentar os trâmites legais dos processos, colocando desde o início da análise até o deferimento da causa.
37	Permitir registrar as ocorrências disciplinares do tipo suspensão, elogio ou advertência, que pode ser aplicada aos funcionários e estagiários.
38	Permitir o registro das funções, para controle do pagamento de funções gratificadas.
39	Possibilitar o registro de informações adicionais no cadastro de cargos.
40	Permitir registrar a divisão hierárquica dos setores na entidade, informando onde os servidores desempenham suas atividades laborais considerando os fatores de riscos.
41	Permitir registrar todas as configurações das estruturas de níveis das lotações físicas utilizadas para determinar o local de trabalho do servidor na entidade.
42	Permitir registrar todas as configurações das estruturas de níveis dos organogramas utilizados na entidade, definindo a quantidade de níveis, dígitos e separador da máscara dos organogramas.
43	Possibilitar a configuração dos afastamentos que cancelam os períodos aquisitivos de adicionais.
44	Possibilitar a vinculação de atestados médicos com afastamentos.
45	Possibilitar o registro de afastamentos para funcionários e estagiários, ativos no sistema.
46	Permitir o cadastro de cursos, definindo o tipo, a área de atuação, a instituição de ensino, duração, carga horária e outras informações. Os tipos de cursos podem ser Curso, seminários, congressos, simpósios, conferências, treinamentos, entre outros.
47	Permitir a vinculação da configuração de licença prêmio disponível para o cargo do funcionário e a matrícula do funcionário.
48	Possibilitar a inclusão e edição de novos vínculos empregatícios.
49	Permitir registrar as jornadas de trabalho e vincular os horários de cada dia trabalhado estabelecido pela entidade para os servidores, podendo ser por jornada semanal ou clico de revezamento, com a possibilidade de compensação diária ou semanal, gerando históricos com das alterações.
50	Permitir o registro dos horários de trabalho realizado pelo trabalhador.
51	Permitir o registro de pessoas físicas, informando os dados pessoais, dados referente a contato, documentos, dependentes, anexos e campos adicionais, se necessário.
52	Permitir o registro de um afastamento automático de suspensão através da ocorrência disciplinar.

53	Permitir a gestão de ocorrências disciplinares, possibilitando a consulta e o cadastro de elogios, advertência e suspensão de funcionário.
54	Permitir a vinculação de um afastamento com outro afastamento do funcionário, que deu origem ao afastamento.
55	Possibilitar a vinculação de atestados médicos nos afastamentos decorrentes de acidentes de trabalho ou doença do trabalhador.
56	Permitir o registro de uma matrícula do tipo autônomo.
57	Ao preencher a matrícula do servidor, é permitido ao usuário vincular o preenchimento ao tipo pensionista, possibilitando o preenchimento de dados de identificação e de informações gerais do pensionista.
58	Permitir o registro de uma matrícula do tipo estagiário, será possibilitado o registro de informações importantes relacionado ao contrato do estágio.
59	Permitir o registro de uma matrícula do tipo Aposentado, possibilitando o preenchimento de dados de "Identificação" e "Informações Gerais".
60	Permitir o gerenciamento dos valores de custos para a entidade e para o servidor, sobre os benefícios de plano de saúde.
61	Permitir o lançamento e a manutenção das despesas de procedimentos e mensalidades de planos de saúde de forma manual.
62	Permitir cadastrar os procedimentos médicos do plano de saúde, permitindo inserir o valor do procedimento.
63	Permitir a configuração da tabela de valores dos planos de saúde de acordo com a faixa etária dos servidores e dependentes.
64	Permitir ao usuário escolher a melhor forma de aplicação de subsídios para os servidores e dependentes, podendo ser pelo salário contratual, tempo de serviço, idade e data de admissão.
65	Permitir cadastrar os planos de saúde por abrangência, disponibilizados pela operadora de plano de saúde.
66	Possibilitar a consulta dos descontos dos planos de saúde do servidor.
67	Permitir o cadastramento de planos de saúde, informando a tabela de valores dos planos por faixa etária, tabelas de subsídios dos servidores e dependentes, além dos valores de adesão ao plano.
68	Permitir o cadastro dos tipos de afastamentos.
69	Permitir cadastrar verbas para realizar os descontos de empréstimos na folha de pagamento dos funcionários de forma automática.
70	Possibilitar a realização da gestão de baixas das parcelas do benefício de empréstimos, possibilitando a quitação antecipada do empréstimo.
71	Permitir o gerenciamento dos períodos aquisitivos de licença prêmio.
72	Permitir a consulta e alteração de informações do cadastro da entidade.
73	Nos atestados médicos é possível inserir um ou mais CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) no afastamento. Também, pode informar o médico responsável, local de atendimento, tipo de atestados e motivo de consulta.
74	Permitir inserir para a pessoa física mais de uma previdência para a mesma experiência anterior.
75	Permitir cadastrar as experiências anteriores com suas contribuições previdenciárias.

76	Permitir copiar os salários de contribuições da pessoa física para outros meses da experiência anterior.
77	Configurar os adicional de tempo de serviço, podendo configurar a progressão e o limite máximo do percentual recebido.
78	Infomar os cursos realizados pela pessoa física do servidor.
79	Permitir escolher qual a configuração de lotação física será utilizada pela entidade.
80	Permitir o cadastro da configuração da estrutura de níveis de Lotação física e padrão de máscara do código, possibilitando quantos níveis forem necessários para entidade.
81	Permitir o cadastro de atos legais da entidade, tais como leis, portarias, decretos, requisições estabelecidas pelo órgão.
82	Permitir o registro de níveis salariais com controle de histórico, possibilitando compor suas variações de classe e referência dentro do nível.
83	Permitir a disponibilização de vagas para o cargo em questão, possibilitando sub-dividir a quantidade de vagas entre as Áreas de atuação e Lotação física.
84	Permitir o registro de cargos, com controle histórico das alterações.
85	Permitir o registro do quadro de cargos da entidade, informando a descrição, o percentual mínimo, o ato de criação e do percentual mínimo e também o ato de revogação.
86	Possuir cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e que possibilite, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41 de 28/03/2007, além de permitir a inserção de novos campos para cadastramento de informações adicionais.
87	Possibilitar montar as estruturas dos ambientes de trabalho onde estão estabelecidas as lotações dos funcionários.
88	Permitir registrar todas as configurações das estruturas de níveis dos organogramas utilizadas na entidade, definindo a quantidade de níveis, dígitos e separador da máscara dos organogramas, possibilitando ainda informar em qual nível do organograma será realizado o controle de vagas dos cargos. Somente poderá ser utilizada uma configuração por vez.
89	Permitir cadastrar grupos funcionais que serão vinculados posteriormente nas matrículas, afim de atuar como um agrupador de matrículas dentro do sistema.
90	Permitir informar um período de carência para executar o cancelamento do adicional ou licença prêmio.
91	Possibilitar cadastrar os afastamentos que irão cancelar os períodos aquisitivos de licença prêmio. Deverão ser informados além do tipo de afastamento, o número de dias para cancelar, quando deverá executar o cancelamento, permitindo, ainda, a parametrização se o cancelamento será executado de acordo com o resultado da soma de todos os afastamentos ou aplicado para cada afastamento.
92	Possibilitar cadastrar diárias de várias naturezas e valores.
93	Possibilitar averbar as experiências anteriores e os contratos de trabalho da pessoa para a utilização em adicionais, licença prêmio, tempo de serviço e tempo de carreira.
94	Disponibilizar a gestão de afastamentos dos funcionários de forma centralizada, possibilitando o acompanhamento de todo o histórico de afastamento de uma matrícula. Para os afastamentos decorrentes de Férias, Rescisão ou Ocorrência disciplinar, será permitido apenas a consulta neste ambiente, isso porque o registro destes afastamentos é permitido respectivamente no ambiente de concessão de férias, de rescisão e de registro de ocorrências disciplinares.
95	Inserir o benefício de empréstimos para as matrículas de funcionário, estagiário, aposentado e pensionista.
96	Permitir o cadastro da configuração das regras que definem a aquisição do adicional de tempo de serviço.

97	Vincular o curso no cadastro de cargos
98	Permitir cadastrar a configuração de licença prêmio como: * Criar as faixas de períodos para a geração de aquisição de licença prêmio; * Informar os tipos de afastamentos que poderão ser prorrogadas as licenças através das suspensões; * Informar um ou mais formas de cancelamentos da licença prêmio; * Informar as movimentações que serão geradas na aquisição ou concessão da licença prêmio; * Informar o tipo de afastamento que será gerado o afastamento de licença prêmio de forma automática;
99	Permitir o controle de funcionários substituídos em um ambiente específico, oferecendo a facilidade de listar todos os funcionários substituídos, com seus substitutos, acompanhado do período de substituição. Permitindo também, fazer uma seleção avançada dos funcionários substituídos.

FOLHA DE PAGAMENTO	
1	Possibilitar definição das regras locais de validação para inclusão, alteração ou exclusão de cadastros.
2	Possibilitar a inclusão de novos eventos para cálculo da folha de pagamento de provento ou desconto, bem como a edição dos cadastros existentes, customizando conforme a legislação vigente.
3	Manter a nomenclatura do cargo efetivo no cadastro funcional de servidor efetivo que exerça cargo em comissão ou função comissionada, incluindo o registro do cargo/função.
4	Permitir a parametrização de rescisão automática para vínculos temporários.
5	Permitir a alteração ou mesmo reformulação total da estrutura organizacional de uma competência para outra.
6	Possibilitar a exclusão da simulação de reajuste salarial lançado para o nível salarial ou matrículas dos funcionários. Qualquer geração de alterações de reajustes na tabela salarial deve manter o histórico da alteração.
7	Possibilitar a consulta de detalhes vinculados a baixa do período aquisitivos de 13º salário, como a competência da baixa do saldo. Ainda, permitir a consulta de informações referente ao período aquisitivo de 13º salário, como, quantidade de avos de direito, avos adquitidos, avos perdidos, competência de baixa do saldo, o valor pago, motivo do pagamento.
8	Permitir alteração e exclusão apenas para o registro histórico mais atual.
9	Permitir exportação de arquivos para o TCEs e outros órgãos e instituições interessadas.
10	Possuir cadastro Integrado de Imagem vinculado a WEBCAN.
11	Permitir a configuração de vantagens, possibilitando a inclusão dos eventos utilizados na composição da média de férias vencidas e proporcionais, 13º salário, aviso prévio.
12	Permitir o registro das informações de pagamentos realizados sobre a bolsa de estudos e recessos dos estagiários.
13	Possibilitar o registro de informações adicionais nos cadastros.
14	Possibilitar a consulta de variáveis lançadas para cálculo, com filtro por evento; podendo selecionar a busca por, matrículas individuais ou por seleção avançada;
15	Permitir o registro do quadro de cargos, possibilitando informar a descrição, percentual mínimo, ato de criação, ato do percentual mínimo, ato de revogação.
16	Permitir o lançamento de mais que um período de gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo de férias, controlando o saldo restante dos dias de férias.

17	Permitir que a configuração de férias seja informada no cargo.
18	Permitir o registro de todos os planos de previdência municipal, estadual e federal e planos de assistência utilizados na entidade e vincular aos servidores.
19	Permitir a consulta das movimentações de pessoal ocorridas no período de permanência do servidor na entidade, possibilitando a consulta cronológica destes dados.
20	Efetuar consulta de afastamentos de um ou mais funcionários em tela. Permitindo ainda o cadastro do afastamento, possibilitando identificar o motivo do afastamento, o período do afastamento de acidente/doença, licenças, faltas e transferências de funcionários a outros órgãos.
21	Permitir vincular os afastamentos de acidente/doença com outros afastamentos que deram origem ao segundo afastamento.
22	Permitir geração de remessas bancárias conforme o layout do arquivo bancário utilizado pela entidade.
23	Permitir o cálculo de adiantamentos salariais, cálculos complementares, cálculo de 13º salário integral, e o adiantamento do 13º salário, cálculo de férias. Possibilitando ainda o recálculo da folha de pagamento por matrícula e processamentos.
24	Permitir o registro das deficiências da pessoa, possibilitando classificação de Tipo e Grau de invalidez.
25	Possibilitar integração com os sistemas de Recursos Humanos, Ponto Eletrônico, e de Transparência.
26	Permitir que o usuário consulte os dados de manutenções de estabelecimentos, e faça as edições cadastrais necessárias.
27	Possibilitar a inclusão e edição de novos vínculos empregatícios.
28	Permitir configurar o período aquisitivo de férias dos servidores afastados para prorrogar a data final ou cancelar o direito a férias.
29	Permitir o registro dos horários utilizados pelos servidores.
30	Permitir o registro das funções.
31	Permitir gerenciar as permissões por grupo de usuário ou de cada usuário individualmente.
32	Possuir cadastro de abono de faltas, permitindo informar à competência que será realizada o efetivo ressarcimento de forma automática em folha de pagamento.
33	Permitir a consulta de todos os períodos de férias detalhadamente, saldo disponível, abonado e gozado, com seus respectivos períodos de lançamento.
34	Disponibilizar a gestão de afastamentos dos funcionários de forma centralizada, possibilitando o acompanhamento de todos os registros de afastamento de uma ou mais matrícula.
35	Permitir o registro de serviços para autônomos, com possibilidade de consulta dos serviços já cadastrados, informando matrícula ou período.
36	Permitir a parametrização do pagamento de 1/3 de férias integral em cálculo de férias fracionadas.
37	Permitir que o usuário controle mais de uma previdência para cada servidor.
38	Permitir a distribuição de vagas dos cargos por áreas de atuação e organogramas.
39	Possibilitar que usuários autorizados possam realizar o fechamento da folha.

40	Permitir a consulta em tela de todas as portarias do servidor.
41	Permitir o cálculo de rescisões de forma individual, coletiva e por data de término de contrato, com cálculos de férias indenizadas, proporcionais e 13º salário automaticamente.
42	Possibilitar a visualização de todos os registros de histórico do funcionário.
43	Permitir a parametrização de pagamento de abono de férias, sem período de gozo.
44	Permitir o controle das funções em caráter de confiança exercida e averbada, que o servidor tenha desempenhado, dentro ou fora do órgão, para pagamento de quintos ou décimos de acordo com a legislação.
45	Permitir o registro do grau de instrução, escolaridade mínima e distribuição de vagas do cargo, vínculos, além de gravar todas as informações históricas do cargo.
46	Permitir calcular os dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias.
47	Possui ambiente que realize o controle dos contratos temporários, com possibilidade de realizar alteração da data do término dos contratos, bem como o registro de prorrogação de maneira coletiva ou individual.
48	Permitir registrar os afastamentos definitivos por iniciativa do empregador ou empregado ou por aposentadoria.
49	Permitir o registro da máscara a ser utilizada nas classes e referências e as regras de progressão salarial.
50	Permitir o cadastro de todos os cargos efetivos, comissionados, temporários, agentes políticos, existentes no quadro de cargos.
51	Encerrar automaticamente a função gratificada dos funcionários, ao calcular rescisão.
52	Permitir a alteração da configuração de férias, diretamente na matrícula do funcionário e estagiário
53	Permitir o registro do CID, data inicial e final da moléstia grave.
54	Permitir o cadastro de Grupos Funcionais.
55	Possibilitar que para todos os processamentos de cálculo de folha, as ações de lançamentos de variáveis de cálculo, consulta e fechamento sejam executadas em um ambiente centralizado.
56	Permitir a prorrogação da data final do período aquisitivo devido à afastamento do servidor durante o período aquisitivo, respeitando o período de carência para suspender.
57	Permitir a utilização de campos adicionais no cadastro de funcionário, com itens do tipo alfanumérico, numérico e data.
58	Permitir o cadastro de atos legais da entidade, como leis, portarias, decretos, requisições estabelecidas pelo órgão.
59	Possibilitar que a consulta de funcionários seja em um ambiente, onde é permitido consultar os históricos e alterar o histórico mais recente, e permitir também editar os campos que não são armazenados em histórico.
60	Controlar os dependentes de servidores para fins de salário família, imposto de renda e pensão judicial.
61	Permitir o registro das áreas de atuação
62	Permitir a configuração de média de horas, possibilitando a inclusão dos eventos utilizados na composição da média de férias vencidas e proporcionais, 13º salário, aviso prévio.
63	Demonstrar a situação do funcionário (Trabalhando/Demitido).
64	Permitir a inclusão e exclusão de serviços cadastrados para autônomos.

65	Permitir a categorização dos motivos de rescisão.
66	Possibilitar todos os processamentos de cálculo da folha, sejam executadas em segundo plano, deixando o sistema liberado para o usuário operar normalmente. Ao término do processamento do cálculo o usuário deverá ser notificado.
67	Permitir que por meio de uma rotina do sistema que o subsídio dos cargos seja reajustado de forma parcial ou global, por percentual ou por valores fixos estipulados, e ainda que seja possível reajustar por nível da tabela salarial.
68	Permitir o registro de empresas como fornecedor de transporte, instituição de ensino, sindicatos, operadoras de planos de saúde e pessoas jurídicas em geral.
69	Permitir o registro das jornadas de trabalho, vinculando os horários de cada dia trabalhado estabelecido para os servidores.
70	Permitir parametrização para abatimentos em tempo de serviço com afastamentos, selecionando por tipo de afastamento.
71	Permitir a organização de datas dos períodos, acionados pela remodelagem de período aquisitivo de férias, alterados devidos à afastamentos, suspensões ou cancelamentos.
72	Permitir a configuração de média de valor, possibilitando a inclusão dos eventos utilizados na composição da média de férias vencidas e proporcionais, 13º salário, aviso prévio.
73	Possibilitar o registro de valores recebidos por outras fontes pagadoras que irão compor base de IRRF e INSS como base de outras empresas.
74	Permitir a emissão do resumo dos valores líquidos da folha por banco.
75	Permitir o registro das informações do funcionário exigidas pelo MTE, dispensando o livro registro conforme determinação da Portaria nº 41 de 28/03/2007.
76	Permitir que a configuração determine se o evento de cálculo de média será exibido na folha.
77	Permitir o registro de todos os locais de trabalho do servidor.
78	Possuir uma tela para o cadastro dos contatos, contendo nome, telefone, e-mail
79	Permitir registrar todos os elogios e advertências aplicadas para os servidores.
80	Permitir o registro de agências bancárias
81	Controlar o tempo de serviço no período aquisitivo para fins de férias no período de concessão.
82	Possuir consulta de cálculos que permita visualizar o contracheque dos servidores, sem a necessidade de impressão de relatório.
83	Permitir o registro de todas as configurações das estruturas de níveis dos organogramas utilizados na entidade, definindo a quantidade de níveis, dígitos e separador da máscara dos organogramas
84	Permitir o registro da divisão dos setores na entidade, informando onde os servidores desempenham suas atividades laborais considerando os fatores de riscos.
85	Permitir o cadastro de servidores em diversos regimes jurídicos, tais como: celetistas, estatutários, contratos temporários, emprego público, estagiário e cargos comissionados.
86	Permitir o registro da criação, alteração e extinção dos cargos, juntamente com a fundamentação legal de cada um destes registros.
87	Possuir um ambiente onde seja possível acompanhar o progresso do cálculo, permitindo visualizar a situação do processamento do cálculo da folha (concluído, em execução, em espera, agendado e cancelado), a data/hora/minuto

	de início e término do cálculo, o usuário que disparou o cálculo. E ainda, que seja possível interromper o processamento de um cálculo que está em execução.
88	Possibilitar a criação de simulação e aplicação de reajustes salariais por matrícula ou nível salarial, permitindo que o que na rotina de reajuste salarial, seja possível decidir pelo resultado truncado ou arredondado.
89	Permitir a gestão de avisos prévio.
90	Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos de férias dos servidores, desde a admissão até a exoneração, possibilitando a configuração do período aquisitivo indicando dias de direito, dias de perda e dias de prorrogação, verificando os afastamentos dentro do período aquisitivo e dar baixa nesses períodos.
91	Controlar a transferência de servidores para outros órgãos, indicando o destino, período, motivo e ônus sobre os pagamentos.
92	Permitir a consulta em tela do comparativo de valores líquidos, brutos, de proventos e descontos e de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.
93	Permitir o cadastro das lotações físicas utilizadas para determinar o local/ambiente de trabalho do servidor na entidade.
94	Permitir registrar a estrutura organizacional conforme legislação, por meio de organogramas podendo conter diferentes níveis conforme a configuração vigente, utilizada pela entidade na admissão dos servidores, possibilitando ainda informar o número do organograma conforme a máscara, descrição e o responsável do organograma.
95	Permitir a emissão do comprovante de rendimentos.
96	Permitir o disparo de remodelagem de forma automática e manual, por meio do ambiente de gestão de período aquisitivo de férias e 13º salário, registrando a data e hora da última atualização. A remodelagem de período aquisitivo realiza a organização de datas do período de férias ou 13º salário, que devem ser alterados devido a afastamentos dos funcionários.
97	Permitir calcular as médias horas, médias de valores e vantagens, gerando na folha de pagamento de forma resumida ou detalhada.
98	Permitir o cadastro de diferentes configurações de férias, possibilitando indicar o número de dias de direito de gozo de férias para o número de meses trabalhado.
99	Permitir o lançamento de falta justificada e falta injustificada, com a informação da data da ocorrência, permitindo informar a competência que será realizado o efetivo desconto.
100	Permitir que no cálculo de folha sejam utilizadas seleções por faixa de matrícula, individual de matrícula, ou ainda seleção customizada de funcionários.
101	Permitir ao usuário trocar de entidade sem sair do sistema.
102	Permitir o cadastro da tabela salarial instituída pela legislação municipal, contemplando progressões horizontais e verticais, viabilizando a vinculação da faixa salarial dos cargos.
103	Permitir a gestão de médias e vantagens identificando a origem dos valores que compuseram estes pagamentos em Férias, 13º Salário, Rescisão.
104	Permitir o cálculo para pagamento do pessoal inativo e pensionistas, tratando adequadamente os diversos regimes jurídicos, adiantamentos, pensões e benefícios, permitindo recálculos gerais, parciais ou individuais.
105	Permitir que o usuário acesse as informações do cadastro da pessoa, a partir do cadastro de matrículas.
106	Possibilitar o autocompletar do nome do servidor no registro de matrículas, com dados já existentes no sistema.
107	Permitir configurar os eventos para provisionar ou dar as baixas no provisionamento.

108	Possibilitar a criação da estrutura de lotação física, em conformidade com a configuração estrutural já definida
109	Permitir o reajuste parcial ou global do valor ou referência dos proventos e descontos fixos.
110	Permitir a emissão de todas os atos legais cadastrados, em layout configurável.
111	Permitir que no cadastro de matrículas dos servidores, ao informar o cargo, seja disponibilizado apenas os níveis salariais configurados para o cargo e o campo salário seja preenchido de acordo com o nível/classe/referência selecionado.
112	Possibilitar que a configuração de férias seja informada diretamente no cadastro de matrícula de funcionário e estagiário.
113	Permitir o registro de feriados fixos, variáveis e pontos facultativos com abrangência nacional, estadual e municipal.
114	Permitir a consulta e alteração de informações da entidade.
115	Permitir a parametrização para descontar faltas sobre férias, inclusive na rescisão.
116	Possibilitar a consulta do desdobramento dos valores de média e vantagens pago no processamento de férias, 13º Salário e rescisão, em decorrência das configurações de médias e vantagens registradas.
117	Impedir o registro do cadastro do funcionário, quando existir campos não preenchidos que a entidade definir como obrigatório.
118	Permitir o registro de níveis salariais com controle de histórico, possibilitando compor suas variações de classe e referência dentro do nível.
119	Possibilitar que os usuários trabalhem em competências diferentes.
120	Permitir cadastrar em ambiente centralizado os endereços do sistema, possibilitando o registro de Países, Estados, Municípios, Bairros e Logradouros, para ser utilizado pelo sistema.
121	Possibilitar o controle de histórico dos contratos, para informações que podem ser modificadas com o passar do tempo, como cargo, salário, organograma e campos adicionais.
122	Possibilitar visualização de inconsistências no cálculo de folha via log e status na consulta
123	Permitir a anulação do período aquisitivo do servidor devido a um ou mais afastamentos ocorridos no período aquisitivo.
124	Possuir função de favorito para relatórios.
125	Permitir o controle de diversos regimes jurídicos, bem como contratos de duplo vínculo, quanto ao acúmulo de bases para IRRF, INSS e FGTS;
126	Calcular e processar os valores relativos à contribuição individual e patronal para previdência.
127	Permitir a vinculação do cargo com a tabela salarial, estabelecendo as grades de valores máximos e mínimos para cada cargo.
128	Possibilitar o registro de afastamentos para funcionários e estagiários, a partir do cadastro de matrículas.
129	Permitir o lançamento automático de afastamento de férias para os servidores que estão usufruindo as férias.
130	Permitir o lançamento de proventos/descontos para determinado período, permitindo o lançamento coletivo ou individual por servidor.
131	Possibilitar a configuração dos tipos de afastamentos para incidir na folha de pagamento e tempo de contribuição do

	servidor.
132	Permitir calcular médias para os eventos de rescisão, férias e 13º salário.
133	Possibilitar que a consulta de funcionários seja um ambiente, onde é permitido trocar a matrícula e alternar com as demais matrículas da pessoa.
134	Permitir Informar dados de matrículas de pessoas recebidas por transferência
135	Permitir a configuração de média de percentuais para outros tipos de cálculo, possibilitando a inclusão dos eventos utilizados na composição da média.
136	Permitir o registro do plano salarial.
137	Possuir ambiente que possibilite o desenvolvimento de novos relatórios e arquivos (scripts) para atender a necessidade da entidade.

e-SOCIAL	
1	Possibilitar a entrada de dados por meio de domínios integrados que deverão ser configurados e mantidos pela mantenedora do sistema. Os domínios integrados, são os registros feito nos sistemas originais, que são gerados no sistema eSocial, para criação dos eventos.
2	Possibilitar a entrada de dados por domínio registrando históricos das informações
3	Possibilitar a visualização de eventos pendentes de envio em sua data limite no formato de calendário.
4	Possibilitar a aplicação da primeira camada de validação sobre os domínios integrados, de forma automática logo que o registro é inserido no sistema.
5	Permitir a configuração da transformação dos registros de domínio, no formato de arquivos do eSocial.
6	Possibilitar que para as inconsistências de "Erro" e "Alerta", sejam demonstradas na forma de mensagem de orientação ao usuário.
7	Possibilitar que as validações sejam destacadas na forma de listagem, nos registros de domínios integrados. Sendo neste momento realizada validação da estrutura do registro recebido pelo sistema.
8	Criar serviço de notificações: Email e Push (Apenas no navegador Google Chrome). As notificações podem ser para alertar sobre erro em domínios, eventos ou lotes de envio. * Integração entre os domínios * Lotes que aguardam assinatura * e Retorno do lote pelo eSocial.
9	Possibilitar envio dos arquivos para o eSocial via Web Service
10	Deverá possibilitar em uma listagem de eventos aguardando envio, selecionar um ou vários itens e executar o envio ao eSocial Governo.
11	Possibilitar a consulta dos resultados da integração com o módulo de validação do eSocial .
12	Possibilitar a assinatura da conexão com o serviço do eSocial.
13	Possibilitar a inserção de feriados na agenda. Feriados deverão ser considerados na geração do prazo limite de envio, antecipando os eventos para o dia útil imediatamente anterior ao feriado.
14	Possibilitar a consolidação de domínios em eventos.

15	Sistema deve possuir rotina para elaboração de relatórios e scripts pelo usuário.
16	Possibilitar envio dos lotes de informações para o eSocial. * Deverá permitir o envio de lotes podendo selecionar um ou vários eventos para assinatura e envio. * Deverá permitir o filtro rápido pelo tipo de evento (Iniciais, tabelas, periódicos e não periódicos) e pela situação do evento. * Deverá permitir consultar os erros, quando houver, do retorno do governo.
17	Disponibilizar indicativos no dashboard das seguintes rotinas: * Domínios integrados * Eventos gerados * Lotes eSocial * Próximos envios
18	Possibilitar verificar dados referentes aos prazos de início do eSocial e alterar tipo de ambiente. * Data inicial para eventos Iniciais e de Tabela; * Data inicial para eventos Não Periódicos; * Data inicial para eventos Periódicos; * Tipo de ambiente : Produção restrita / Produção
19	Refatorar ambiente de domínios para apresentar informações agrupadas por domínios históricos.
20	O sistema deve realizar o envio de eventos verificando a existência de pendência em eventos relacionados
21	Possibilitar a visualização e download do XML do evento gerado

PLANEJAMENTO	
1	Permitir ao usuário a inclusão da configuração de assinaturas. A partir desta configuração é informado um grupo pré-definido, sendo possível vincular um ou mais assinantes a este grupo. Desta forma, os assinantes aparecerão em impressões de relatório, notas e qualquer documento passível de impressão.
2	Permitir a pesquisa de assinaturas previamente cadastradas ao informar o descrição do grupo de assinantes, nome do assinante e CPF do assinante, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
3	Permitir o registro de grupos de assinaturas ao informar a descrição que identificará um conjunto de assinantes, conforme necessidade do município.
4	Permitir o registro de atos conforme a necessidade do município, informando qual o tipo de lei que o respectivo ato representa, a natureza de texto jurídico, a data da sanção, publicação, vigor e revogação, destacando ainda a ementa e a fonte de divulgação
5	Permitir a definição de quais colunas serão exibidas na listagem para visualização e ordenação das informações referentes ao cadastro de atos, como o tipo de lei que o respectivo ato representa, a natureza do texto jurídico, a data da publicação e início do vigor e situação do ato, indicando quais dados o usuário deseja visualizar.
6	Permitir a pesquisa de atos cadastrados ao informar o respectivo número e/ou a ementa, visualizando-os e ordenando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
7	Permitir a pesquisa de fontes de divulgação cadastradas ao informar o nome e/ou o meio de comunicação utilizado na sua publicação, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
8	Permitir o registro de fontes de divulgação onde serão publicados os atos legais de necessidade do município, ao informar o nome da fonte e o meio de comunicação utilizado, como por exemplo, o jornal com circulação nacional, estadual, regional ou municipal, o diário oficial da união, do estado ou do município, o diário da justiça ou da assembleia, o mural público, a internet ou mesmo uma editora.

9	Permitir o registro da natureza de texto jurídico conforme a necessidade do município, ao informar uma descrição, e salienta-se a restrição quando a existência na duplicidade da descrição de naturezas do texto jurídico.
10	Permitir a pesquisa da natureza de texto jurídico cadastrada ao informar a sua descrição, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
11	Possibilitar ao usuário cadastrar os Tipos de atos que são utilizados nos cadastros de atos propriamente ditos. O cadastro consiste em informar sua Descrição e Classificação.
12	Permitir o registro das audiências realizadas para elaboração do orçamento e/ou sugestões da sociedade, ao informar o tema, o Ato autorizativo, a data e hora, primeira convocação, a equipe de planejamento, a situação, o endereço, o tipo de audiência, o(s) endereço(s) da(s) audiência(s), o assunto, bem como, anexar documentos da audiência registrada.
13	Permitir a pesquisa das audiências previamente cadastradas ao informar o respectivo tema, o tipo de audiência e/ou assunto, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade
14	Permitir a pesquisa das equipes de planejamento previamente cadastrados ao informar a descrição e/ou seus os membros pertencentes, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
15	Permitir o registro de equipes de planejamento da base estratégica conforme necessidade do município, ao informar alguma descrição, o ato de nomeação, o período inicial e final, as atribuições e os membros pertencentes.
16	Permitir a pesquisa das orientações estratégicas de governo previamente cadastradas ao informar a denominação, a justificativa e/ou orientações, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
17	Permitir a pesquisa das sugestões realizadas para a elaboração do orçamento previamente cadastradas ao informar o seu assunto, a sugestão apresentada, a categoria, tipo, período e origem, visualizando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
18	Permitir o registro de dedução da receita conforme a necessidade do município, ao informar uma descrição, o tipo, ou seja, se é um desconto concedido, uma retituição, renúncia, retificação ou compensação ou mesmo se representa uma dedução ao FUNDEB. Esse registro da dedução tem a possibilidade de ser ativado para que fique disponível para utilização em um novo exercício.
19	Permitir a pesquisa de dedução da receita ao informar sua descrição e/ou tipo por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.
20	Permitir o registro de endereços conforme o tipo, ou seja, se é logradouro, condomínio, loteamento, bairro, distrito, estado ou mesmo um município. Os domicílios disponíveis também podem provir dos endereços padrões previamente disponibilizados pelos Correios.
21	Possibilitar a realização de pesquisas de endereços, visualizando e ordenando as informações por meio da listagem.
22	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nos registros de receitas e despesas das pelas orçamentárias PPA, LDO e LOA, em naturezas da despesa e receita, bem como, em recursos. Esses organizadores são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
23	Permitir registrar organizadores (marcadores) no sistema.
24	Permitir o registro das origens de crédito orçamentário para utilização no cadastro alterações orçamentárias da despesa, identificando qual o crédito vinculado à necessidade do ente ou estado.
25	Permitir o registro dos tipos de alterações da receita, conforme a necessidade do município e utilizá-los na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) nos registros de alterações orçamentárias da receita.
26	Permitir o registro dos tipos de renúncias fiscais, conforme a necessidade do município e utilizá-los na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nos registros de renúncias fiscais.

27	Permitir o registro dos tipos de responsáveis de acordo com a necessidade do cadastrante para utilização nos cadastros de responsáveis.
28	Permitir a pesquisa dos tipos de responsáveis cadastrados ao informar a respectiva descrição, visualizando-os e ordenando-os por meio de listagem,
29	Permitir o registro dos tipos de resultado nominal, conforme a necessidade do município e utilizá-los na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nos registros de resultados nominais.
30	Permitir os registros das unidades de medida por meio de uma abreviatura e descrição, conforme a necessidade do município, interagindo com outras funcionalidades cadastrais as quais os mesmos são informados.
31	Permitir a pesquisa de unidades de medida cadastradas ao informar a respectiva abreviatura e descrição, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
32	Permitir o registro de função e subfunção no qual pertencem a uma configuração previamente criada, informando seu código e descrição em atendimento a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e alterações posteriores.
33	Permitir o registro da configuração de função e subfunção conforme a necessidade do município, indicando que está em uso uma determinada configuração e validando as funções e subfunções para utilizá-las no exercício, bem como, informar alguma descrição.
34	Permitir a pesquisa das funções e subfunções ao informar o respectivo número e/ou ementa, visualizando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
35	Permitir o registro de subfunção no qual pertencem a uma configuração previamente criada, informando seu código e descrição em atendimento a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e alterações posteriores.
36	Permitir a pesquisa das subfunções ao informar o respectivo número e/ou ementa, visualizando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
37	Permitir os registros de localizadores por meio de uma descrição, conforme a necessidade do município, interagindo com outras funcionalidades cadastrais as quais os mesmos são informados.
38	Permitir a pesquisa de localizadores cadastrados ao informar a respectiva descrição, visualizando-os e ordenando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
39	Permitir o registro das fontes de recursos, tipos ordinário e vinculado, conforme a configuração dos mesmos previamente cadastrada e necessidade do município, informando o número (este respeita a formatação previamente na configuração de recursos), a descrição, ou até mesmo, se é um recurso de superávit financeiro, informação habilitada quando a configuração designar uma enumeração de forma distinta para aqueles que são caracterizados como tal.
40	Permitir ao usuário a criação de uma configuração de recursos personalizada para que o registro desses seja realizado conforme a organização da entidade pública. Tal configuração realiza-se ao informar uma descrição, bem como, a máscara que o recurso terá, definindo níveis e quantidade de dígitos de cada nível, limitados em 6 e 30 dígitos, respectivamente. Além disso, permite-se a escolha de enumerar de forma distinta os recursos de superávit financeiro, cuja a opção desta seleção relaciona-se com os casos onde o Tribunal de Contas define o rol de recursos específicos para tal. Caso contrário, serão criados automaticamente recursos de superávit financeiro na mesma estrutura do recurso principal no momento do seu cadastro, ou seja, com o mesmo número para futura utilização na execução orçamentária, sem a necessidade de criação por parte dos usuários.
41	Permitir a definição de quais colunas serão exibidas na listagem para visualização e ordenação das informações referentes ao cadastro de fontes de recursos, como a descrição e o tipo que o recurso representa, indicando quais dados o usuário deseja visualizar.
42	Permitir a pesquisa das fontes de recursos ao informar o número, descrição, tipo e/ou marcador, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.

43	Possibilitar ao usuário o cadastro de entidades que são a representação jurídica da corporação que possui a licença do software, além da representação jurídica e legal da entidade em si. A efetivação da entidade proprietária depende de uma licença de uso do software, e seu registro consiste nas informações como a imagem do brasão, o nome, CNPJ, município, sigla, qual a natureza jurídica, endereço (número, complemento, bairro, CEP), e-mail, site, telefone, fax, horário de funcionamento, a esfera de governo, o identificador de entidade RPPS, bem como, o fuso horário.
44	Possibilitar ao usuário o cadastro de organogramas que visa atender a organização estrutural da entidade, ao informar o número do organograma, a descrição e o tipo de administração.
45	Permitir ao usuário a criação de uma configuração de organogramas personalizada para que o registro seja realizado conforme a organização estrutural da entidade pública. Tal configuração realiza-se ao informar uma descrição, bem como, a máscara que esse terá na configuração, definindo níveis e quantidade de dígitos de cada nível, limitados em 6 e 16 dígitos, respectivamente, tal qual, colocar em uso uma configuração, tornando os organogramas válidos para utilização no exercício.
46	Permitir a pesquisa de organogramas cadastrados ao informar o respectivo número, descrição e/ou tipo de administração a qual pertence, visualizando-os por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
47	Permitir o cadastramento das ações de governo, operações especiais, projetos, atividades e reserva de contingência, informando dados como o número da ação, o tipo, a descrição e a finalidade.
48	Permitir a pesquisa das ações de governo ao informar o número, descrição e/ou finalidade, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.
49	<p>O cadastro de programas é válido para um quadriênio e deve ter as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número: campo obrigatório e deve permitir o registro de um número inteiro contendo 4 (quatro) 2. Descrição: campo obrigatório. 3. Macro-objetivos 4. Público-alvo: A funcionalidade deve permitir o cadastramento do público-alvo com uma descrição que deve comportar caracteres alfanuméricos. Esta informação deve seguir o requisito 'Busca de informações cadastrais (RFC452476579907)'. 5. Justificativa: A funcionalidade deve possibilitar o registro de um texto. 6. Diretrizes: A funcionalidade deve possibilitar o registro de um texto. 7. Objetivos: A funcionalidade deve possibilitar o registro de um texto. 8. Início : Esse campo fica habilitado para preenchimento somente quando o campo Horizonte temporal estiver preenchido com a opção "Temporário". 9. Término: Esse campo fica habilitado para preenchimento somente quando o campo Horizonte temporal estiver preenchido com a opção "Temporário". 10. Quando de um novo programa é sugerido no campo horizonte temporal a opção "Contínuo".
50	Permitir a definição de quais colunas serão exibidas na listagem para visualização e ordenação das informações referentes ao cadastro de programas de governo, como o público-alvo e objetivos, indicando quais dados o usuário deseja visualizar.
51	Permitir a pesquisa dos programas de governos cadastrados ao informar o número, a descrição, o público alvo e os objetivos por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.
52	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) na natureza da receita.
53	Permitir o registro da natureza de despesa conforme necessidade do município, informando um determinado número (este respeita a formatação prévia da respectiva configuração), o tipo sintético ou analítico, a descrição e marcadores. Esta funcionalidade possibilita identificar a finalidade dos gastos públicos nos registros que foram utilizadas.
54	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nos cadastros de naturezas da despesa utilizadas na elaboração das peças orçamentárias.
55	Permitir a pesquisa de naturezas das despesas cadastradas, ao informar total ou parcial a máscara ou o texto da descrição da natureza, visualizando-as por meio de listagem.

56	Permitir o registro da configuração de natureza de despesa conforme necessidade do município, possibilitando informar uma descrição, os níveis limitados em 30 níveis e total de 30 dígitos, bem como, indicar que está em uso uma determinada configuração e validando as naturezas de despesa para utilizá-las no exercício. É possível também copiar a configuração e suas respectivas naturezas.
57	Permitir o registro da natureza de receita conforme necessidade do município, informando um determinado número (este respeita a formatação prévia da respectiva configuração), o tipo sintético ou analítico, a descrição e marcadores. Esta funcionalidade possibilita identificar a origem das receitas públicas nos registros que foram utilizadas.
58	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas naturezas da receita utilizadas na elaboração das peças orçamentárias.
59	Permitir a pesquisa de naturezas das receitas cadastradas, ao informar total ou parcial a máscara ou o texto da descrição da natureza, visualizando-as por meio de listagem.
60	Permitir o registro da configuração de natureza de receita conforme necessidade do município, possibilitando informar uma descrição, os níveis limitados em 30 níveis e total de 30 dígitos, bem como, indicar que está em uso uma determinada configuração e validando as naturezas de receita para utilizá-las no exercício. É possível também copiar a configuração e suas respectivas naturezas.
61	Permitir o registro de assinantes conforme necessidade do município ao informar um nome, ou seja, inseri-lo após a possibilidade de realizar consultas das pessoas previamente cadastradas por meio dos dados pessoais; o CPF, a função e algum dado complementar que desejar o registro.
62	Permitir a pesquisa de pessoas previamente cadastradas como assinantes ao informar o respectivo nome, CPF e função, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.
63	Possibilitar a sugestão do endereço caso o CPF ou CNPJ do mesmo já estiver cadastrado no banco de dados. Desta forma, ao ser informado CPF ou CNPJ é sugerido de forma automática o endereço já registrado anteriormente.
64	Permitir o registro de atuário conforme a necessidade do município ao informar dados como o nome, CPF ou CNPJ, o registro do IBA e endereço(s).
65	Possibilitar o cadastro de responsáveis, pessoas que podem assumir algum tipo de responsabilidade perante a Administração Pública ou fora dela, respondendo sobre as informações de sua responsabilidade na entidade. Permite-se informar o período de responsabilidade mantida sob seu domínio, bem como os dados para cadastro como seus dados pessoais (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e descrição do cargo que ocupa.
66	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nos recursos
67	Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
68	Permitir realizar as alterações legais na LDO
69	Permitir realizar as alterações legais no PPA
70	Permitir as alterações nas parametrizações da LDO quando a peça estiver em elaboração ou alteração, ou mesmo, conter nos registros de despesas ou receitas a existência de dados das informações já parametrizadas, ou seja, os recursos, o organograma, bem como, a função e subfunção, e caso ocorra várias alterações nos parâmetros, essas informações são armazenadas não ocorrendo sua perda, mas sim, seu retorno, conforme necessidade do cliente e novas alterações.
71	Permitir as alterações nas parametrizações da LOA quando a peça estiver em elaboração ou alteração, ou mesmo, conter nos registros de despesas ou receitas a existência de dado da informação já parametrizada, ou seja, o organograma, e caso ocorra várias alterações nos parâmetros, essa informação é armazenada não ocorrendo sua perda, mas sim, seu retorno, conforme necessidade do cliente e novas alterações.
72	Permitir as alterações nas parametrizações do PPA quando a peça estiver em elaboração ou alteração, ou mesmo, conter nos registros de despesas ou receitas a existência de dados das informações já parametrizadas, ou seja, os

	recursos, as metas anuais, o organograma, a função e subfunção, bem como, a natureza da despesa, e caso ocorra várias alterações nos parâmetros, essas informações são armazenadas não ocorrendo sua perda, mas sim, seu retorno, conforme necessidade do cliente e novas alterações.
73	<p>Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios da Lei 4.320/64:</p> <p>Anexo 1 - demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas Anexo 2 - receita por categoria econômica Anexo 2 - natureza da despesa por categoria econômica Anexo 5 - funções e subfunções de governo Anexo 6 - programa de trabalho do governo Anexo 7 - programa de trabalho do governo (consolidação) Anexo 8 - demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme vínculo com os demais recursos Anexo 9 - demonstrativo da despesa por órgão e funções Quadro das Dotações por Órgão do Governo e da Administração Demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais</p>
74	Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios legais da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF
75	Permitir emitir relatório de acompanhamento e comparação da execução financeira (PPA/LDO e LOA)
76	<p>Permitir auditoria nos seguintes campos do cadastro da despesa da LOA:</p> <p>despesa.acao.id despesa.acao.numero despesa.entidade.id despesa.funcao.id despesa.funcao.numero despesa.id despesa.loa.envioLegislativo.data despesa.loa.exercicio.ano despesa.loa.id despesa.loa.lido.envioLegislativo.data despesa.loa.lido.exercicio.ano despesa.loa.lido.id despesa.loa.lido.ppa.envioLegislativo.data despesa.loa.lido.ppa.id despesa.loa.lido.ppa.parametrizacaoDespesa.nivel despesa.loa.lido.ppa.quadrienio.fim despesa.loa.lido.ppa.quadrienio.inicio despesa.loa.lido.ppa.situacao despesa.loa.lido.situacao despesa.loa.ppa.envioLegislativo.data despesa.loa.ppa.id despesa.loa.ppa.parametrizacaoDespesa.nivel despesa.loa.ppa.quadrienio.fim despesa.loa.ppa.quadrienio.inicio despesa.loa.ppa.situacao despesa.loa.situacao despesa.natureza.configuracao.id despesa.natureza.id despesa.natureza.nivel despesa.natureza.numero despesa.natureza.tipo despesa.numero despesa.organograma.configuracao.id despesa.organograma.id despesa.organograma.nivel despesa.organograma.numero despesa.organograma.tipoAdministracao.id despesa.organograma.tipoAdministracao.natureza.id</p>

	<p> despesa.organograma.tipoAdministracao.natureza.nivel despesa.parametroOrcamentario.configFuncional.id despesa.parametroOrcamentario.configNaturezaDespesa.id despesa.parametroOrcamentario.configNaturezaReceita.id despesa.parametroOrcamentario.configOrganograma.id despesa.parametroOrcamentario.configRecurso.id despesa.parametroOrcamentario.configRecurso.nivelMinimo despesa.parametroOrcamentario.estagioEfetivacaoRetencao despesa.parametroOrcamentario.exercicio.ano despesa.parametroOrcamentario.id despesa.programa.dataInicio despesa.programa.dataTermino despesa.programa.id despesa.programa.numero despesa.programa.ppa.envioLegislativo.data despesa.programa.ppa.id despesa.programa.ppa.parametrizacaoDespesa.nivel despesa.programa.ppa.quadriennio.fim despesa.programa.ppa.quadriennio.inicio despesa.programa.ppa.situacao despesa.programa.responsavel.dataInativacao despesa.programa.responsavel.id despesa.programa.responsavel.pessoaFisica.dataEmissaoRg despesa.programa.responsavel.pessoaFisica.dataNascimento despesa.programa.responsavel.pessoaFisica.municipioNascimento.codigoIBGE despesa.programa.responsavel.pessoaFisica.municipioNascimento.codigoSIAFI despesa.programa.responsavel.pessoaFisica.municipioNascimento.id despesa.programa.responsavel.tipo.id despesa.programa.situacao despesa.situacao despesa.subfuncao.id despesa.subfuncao.numero despesa.tipo detalhe.recurso.configuracao.id detalhe.recurso.configuracao.nivelMinimo detalhe.recurso.id detalhe.recurso.nivel detalhe.recurso.numero detalhe.recurso.tipo exercicio.ano id </p> <p>Os campos filtráveis são :</p> <p>número do programa número da ação exercício</p> <p>O identificador do registro na auditoria é : número do programa + número da ação + exercício</p>
77	Permitir auditoria nos seguintes campos do cadastro da receita da LOA: receita.id receita.exercicio receita.situacao receita.numero receita.metaFinanceira receita.redutora receita.tipo receita.loa.id

receita.loa.exercicio
receita.loa.ppa.envioLegislativo.data
receita.loa.ppa.id
receita.loa.ppa.parametrizacaoDespesa.nivel
receita.loa.ppa.quadrenio.fim
receita.loa.ppa.quadrenio.inicio
receita.loa.ppa.situacao
receita.loa.lido.envioLegislativo.data
receita.loa.lido.exercicio.ano
receita.loa.lido.id
receita.loa.lido.ppa.envioLegislativo.data
receita.loa.lido.ppa.id
receita.loa.lido.ppa.parametrizacaoDespesa.nivel
receita.loa.lido.ppa.quadrenio.fim
receita.loa.lido.ppa.quadrenio.inicio
receita.loa.lido.ppa.situacao
receita.loa.lido.situacao
receita.loa.situacao
receita.loa.envioLegislativo.data
receita.parametroOrcamentario.configFuncional.id
receita.parametroOrcamentario.configNaturezaDespesa.id
receita.parametroOrcamentario.configNaturezaReceita.id
receita.parametroOrcamentario.configOrganograma.id
receita.parametroOrcamentario.configRecurso.id
receita.parametroOrcamentario.configRecurso.nivelMinimo
receita.parametroOrcamentario.estagioEfetivacaoRetencao
receita.parametroOrcamentario.exercicio.ano
receita.parametroOrcamentario.id
receita.entidade.id
receita.organograma.configuracao.id
receita.organograma.id
receita.organograma.nivel
receita.organograma.numero
receita.organograma.tipoAdministracao.id
receita.organograma.tipoAdministracao.natureza.id
receita.organograma.tipoAdministracao.natureza.nivel
receita.natureza.configuracao.id
receita.natureza.id
receita.natureza.numero
receita.recursos.valor
receita.recursos.recurso.id
receita.recursos.recurso.numero
receita.recursos.recurso.descricao
receita.recursos.recurso.tipo
receita.recursos.recurso.remanescente
receita.recursos.recurso.configuracao.id
receita.recursos.recurso.configuracao.nivelMinimo
receita.deducoes.valor
receita.deducoes.deducao.id
receita.deducoes.deducao.descricao
receita.deducoes.deducao.tipo
receita.deducoes.recursos.valor
receita.deducoes.recursos.recurso.id
receita.deducoes.recursos.recurso.numero
receita.deducoes.recursos.recurso.descricao
receita.deducoes.recursos.recurso.tipo
receita.deducoes.recursos.recurso.remanescente
receita.deducoes.recursos.recurso.configuracao.id
receita.deducoes.recursos.recurso.configuracao.nivelMinimo

Os campos filtráveis são :

	<p>numero da natureza da receita exercício da LOA</p> <p>O identificador do registro na auditoria é : numero da natureza da receita + exercício da LOA</p>
78	<p>Permitir informar projeção atuarial do plano financeiro contendo os seguintes dados: Nome do cadastro: Projeções Atuariais Plano Financeiro</p> <p>Atuário: conforme cadastro de atuários Registro do IBA Data base de cálculo Saldo financeiro em XXXX: onde XXXX deve-se apresentar o ano -2 em relação ao ano logado. Campo valor</p> <p>Possibilita informar a projeção nos seguintes campos com Exercício: Campo desabilitado com exercício -2 em relação ao ano logado no qual possibilita projeção para 75 anos.</p> <p>Receitas previdenciárias: Campo valor Despesas Previdenciárias: Campo Valor Déficit RPPS</p>
79	Permitir informar projeção atuarial do plano financeiro.
80	<p>Permitir efetuar a reabertura da LOA para manutenções de necessidade do ente. Além disso, durante a manutenção são identificados os registros incluídos/excluídos ou alterados na listagem. Ao concluir a manutenção da LOA as receitas e despesas não são renumeradas conforme parâmetro, somente são incrementadas os números na sequência (último +1)</p>
81	Permitir ao usuário selecionar outra entidade e/ou exercício sem a necessidade de logout do sistema.
82	Permitir o registro da peça Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município, ao informar o respectivo exercício, a parametrização com a composição de receita e despesa, indicando se no orçamento conterà o recurso, informar se a composição da receita serão detalhadas pelo organograma, e se das despesas, por função e subfunção, bem como, indicar se todas as naturezas de despesas registradas são apresentadas, ou apenas um nível específico para a respectiva elaboração do orçamento, como exemplo, o nível de modalidade.
83	Permitir o registro da peça Lei Orçamentária Anual (LOA) do município, ao informar o respectivo exercício, a parametrização com a composição da receita, o organograma, indicando se as receitas serão detalhadas por esse, o nível da natureza da despesa, indicando se todas as naturezas de despesas registradas são apresentadas, ou apenas um nível específico para a respectiva elaboração do orçamento, como exemplo, o nível de modalidade; bem como, informar a geração de número reduzido para receitas e despesas, indicando como serão gerados tais números sequenciais para ordenação, a reinicialização da numeração sequencial de receitas e despesas (números), indicando se serão gerados por entidade ou mesmo se a numeração de receitas e despesas serão informadas manualmente.
84	Permitir ao usuário o acesso a outros sistemas sem a necessidade de logout do sistema e refazer login em outro.
85	Permitir o registro da peça Plano Plurianual (PPA) do município, ao informar a respectiva vigência do quadriênio, a parametrização da composição da receita e da despesa, se as mesmas conterà o recurso, e se serão detalhadas por metas anuais. Em relação a composição da receita, se a mesma será detalhada por organograma, a composição da despesa, detalhada por função e subfunção, a natureza da despesa, detalhada por natureza e até mesmo informar o nível do detalhamento, podendo optar livremente, ou seja, onde todas as naturezas de despesa registradas são apresentadas ou determinar um nível específico para elaboração do orçamento, como por exemplo em nível de modalidade .
86	Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade, selecionando o tipo de dado que pode ser Área de Texto, CNPJ,CPF, Data, Data/Hora, E-Mail, Hora, Inteiro, Lista de seleção, Múltipla Seleção, Telefone, Texto e Valor(Fracionário), descrição, tamanho, dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não. Deve possibilitar também o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.
87	Possibilitar o usuário incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado como sendo área de texto, CNPJ,CPF, data, data/hora, e-mail, hora, inteiro, lista de seleção, múltipla seleção, telefone,

	<p>texto e valor (fracionário), descrição, tamanho, dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda, indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não, ou mesmo possibilitar o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.</p>
<p>88</p>	<p>Respeitar a configuração de permissões definidas pelo administrador de acessos da entidade, identificando se o usuário possui autorização para acesso, criação, edição ou exclusão de dados da funcionalidade.</p> <p>*O gerenciamento de acesso abrange as funcionalidades relacionadas a seguir:*</p> <p>Alteração LOA - Despesa Ambiente/listagem: Ambiente de tramitação da alteração da LOA despesa Itens: Cadastro de Alteração Orçamentária da LOA (Despesa) Atualizar despesa da LDO/PPA pela alteração orçamentária</p> <p>Alteração LOA - Receita Ambiente/listagem: Ambiente de Tramitação da Alteração Orçamentária da Receita Itens: Cadastro da Alteração Orçamentária da Receita</p> <p>Atos Ambiente/listagem: Listagem de Atos Itens: Tipos de atos Naturezas de textos jurídicos Cadastro de Atos</p> <p>Configuração de pacotes Ambiente/listagem: Ambiente de Configurações de Pacotes Ambiente de Consumo das Configurações Itens: Cadastro de Pacotes de Configuração</p> <p>Configurações - Parâmetros - Planejamento e execução Ambiente/listagem: Ambiente de configuração de parâmetros de planejamento e execução Itens: cadastro-de-configuracoes-parametros</p> <p>Dados adicionais Ambiente/listagem: Listagem dos Dados Adicionais Itens: Cadastro dos Dados Adicionais</p> <p>Eventos Ambiente/listagem: Listagem dos eventos</p> <p>Item: Cadastro de eventos</p> <p>Dedução da receita</p>

Ambiente/listagem:
Listagem de dedução da receita
Itens:
Cadastro de Deduções da Receita

Gerenciador de acessos
Ambiente/listagem:
Listagem - Gerenciador de acessos
Itens:
Gerenciador de Acessos do Planejamento- Permissionamento

Natureza da despesa
Ambiente/listagem:
Ambiente de Naturezas de Despesas
Itens:
cadastro-de-naturezas-de-despesas
cadastro-de-configuracoes-de-naturezas-de-despesa

Natureza da receita
Ambiente/listagem:
Ambiente de Naturezas de Receitas
Itens:
cadastro-de-naturezas-de-receita
cadastro-de-configuracoes-de-naturezas-de-receita

Função/Subfunção
Ambiente/listagem:
Listagem de função/subfunção
Itens:
Cadastro de configurações de Funcional
Função
Subfunção

Endereços
Ambiente/listagem:
Listagem de Estados
Listagem de Municípios
Listagem de Bairros
Listagem de Logradouros
Listagem de Distritos
Listagem de Loteamentos
Listagem de Condomínios

Itens:
Cadastro de Estados
Cadastro de Municípios
Cadastro de Bairros
Cadastro de Logradouros
Cadastro de Distritos
Cadastro de Loteamentos
Cadastro de Condomínios

Renúncia Fiscal
Ambiente/listagem:
cadastro-de-renuncia-fiscal

ambiente-de-renuncia-fiscal

Tipos de Renúncia Fiscal

Ambiente/listagem:

cadastro-de-renuncia-fiscal

Listagem de Tipos de Renúncia Fiscal

Tipos de compensação

Ambiente/listagem:

cadastro-de-tipo-de-compensação-de-expansão-ou-renuncia-fiscal

listagem-de-tipos-de-compensação-de-expansão-ou-renúncia-fiscal

Risco Fiscal

Ambiente/listagem:

cadastro-de-riscos-fiscais

ambiente-de-risco-fiscal

Tipos de Responsáveis

Itens:

Cadastro de Tipo de Responsáveis

Tipos de Riscos Fiscais

Ambiente/listagem:

cadastro-de-tipos-de-riscos-fiscais

ambiente-de-tipos-de-riscos-fiscais

Expansão da Despesa

Ambiente/listagem:

cadastro-de-expansão-da-despesa

ambiente-de-expansão-da-despesa

Tipos de Expansão da Despesa

Ambiente/listagem:

cadastro-de-tipos-de-expansão-da-despesa

ambiente-de-tipos-de-expansão-da-despesa

Cenário Macroeconômico LDO

Ambiente/listagem:

cadastro-de-cenario-macroeconomico

ambiente-de-cenario-macroeconomico

Cenário Macroeconômico PPA

Ambiente/listagem:

cadastro-de-cenario-macroeconomico-ppa

listagem-de-cenario-macroeconomico-ppa

Resultado Nominal

Ambiente/listagem:

cadastro-de-resultado-nominal

ambiente-de-resultado-nominal

Tipo de Resultado Nominal

Ambiente/listagem:

cadastro-de-tipo-de-resultado-nominal

ambiente-de-tipo-de-resultado-nominal

Projeção Atuarial

Ambiente/listagem:

cadastro-de-atuario

ambiente-de-atuario

Cadastro de Atuário

Ambiente/listagem:

cadastro-de-projeções-atuariais

ambiente-de-projeção-atuarial

Base Estratégica

Ambiente/listagem:

Cadastro de Equipe de Planejamento

Listagem da Equipe de Planejamento

Listagem do cadastro de Orientações Estratégicas de Governo

Cadastro de Orientações Estratégicas de Governo

Listagem de Cadastro de Audiências

Cadastro de Audiências

Cadastro de Macro-objetivos

Listagem de Cadastro de Macro-objetivos

Cadastro de Sugestões

Cadastro - conclusão da Sugestões

Ambiente de tramitação de Sugestão

Metas Fiscais

Ambiente/listagem:

ambiente-de-metas-fiscais-da-despesa

ambiente-de-metas-fiscais-da-receita

PPA/LDO/LOA

Ambiente/listagem:

PPA:

Ambiente de elaboração do PPA

LDO:

Ambiente de elaboração da LDO

LOA:

Ambiente de elaboração da LOA

Manutenção da LOA

Itens (entre estes módulos abaixo, os cadastros possuem permissionamento compartilhado):

PPA:

cadastro-de-ppa

Gerenciar PPAs (RFC283664530741 do

Cadastro de receitas do PPA

cadastro de despesas do PPA

Processo de cópia de PPA

cadastro-de-programas

cadastro-de-acoas

cadastro-de-organograma

cadastro-de-configuracoes-de-organogramas

Recurso

cadastro-de-localizadores

Enviar ao Legislativo: quando o usuário ter permissão neste cadastro são concedidas também as permissões de retornar ao executivo, sancionar, desfazer , alterar PPA e desfazer alterações.

LDO:

cadastro-da-ldo(ERP341122133351)

Priorização da LDO

Cadastro de receitas da LDO

Cadastro de despesas da LDO

Transferências Financeiras da LDO

Processo de cópia de LDO

cadastro-de-programas
cadastro-de-acoas
cadastro-de-organograma
cadastro-de-configuracoes-de-organogramas
Recurso
cadastro-de-localizadores
Ambiente de Tramitação de Limites - LDO e LOA
Cadastro de Limites
Enviar ao Legislativo: quando o usuário ter permissão neste cadastro são concedidas também as permissões de retornar ao executivo, sancionar, desfazer , alterar LDO e desfazer alterações.
LOA:
cadastro-da-loa
Cadastro de despesas da LOA
Cadastro de Receitas da LOA
cadastro-de-transferencias
Copiar transferências da LDO (RFC152416513370)
Comparativo LDO x LOA
cadastro-de-programas
cadastro-de-acoas
cadastro-de-organograma
cadastro-de-configuracoes-de-organogramas
Recurso
cadastro-de-localizadores
Ambiente de Tramitação de Limites - LDO e LOA
Cadastro de Limites
Enviar ao Legislativo: quando o usuário ter permissão neste cadastro são concedidas também as permissões de retornar ao executivo, sancionar, desfazer.

Programação financeira da despesa
Ambiente/listagem:
Ambiente programação financeira da despesa
Itens:
Tela “programando despesa” onde são informados os valores mês a mês (RFC876654352004 de

Programação financeira da receita
Ambiente/listagem:
Ambiente de programação financeira da receita
Itens:
Tela “programando receita” onde são informados os valores mês a mês (RFC516876510585 de

Recursos
Ambiente/listagem:
Ambiente de gestão de recursos
Itens:
cadastro-de-recursos
cadastro-de-configuracoes-de-recursos

Tipo de administração
Ambiente/listagem:
listagem-tipo-administracao
Itens:
cadastro-tipo-de-administracao

Tipo de alteração orçamentária da receita
Ambiente/listagem:
Listagem do Tipo de Alteração Orçamentária de Receita
Itens:
Cadastro de Tipo de Alteração Orçamentária da Receita

	<p>Unidade de medida Ambiente/listagem: Listagem de unidade de medida. Itens: cadastro-de-unidades-de-medida</p> <p>Origens de alterações de despesa Ambiente/listagem: Listagem de alterações de despesa Itens: Cadastro de de alterações de despesa</p>
89	Permitir a elaboração ou construção de relatórios personalizados com base nos registros das funcionalidades, possibilitando sua configuração com a divisão dos dados em grupos, bem como a realização de cálculos e totalizadores.
90	Permitir, na LDO, o registro de expansões das despesas e as suas respectivas compensações, uma descrição, o Ato regulamentar, o valor para o ano atual e para as projeções dos dois anos subsequentes, bem como, a(s) compensação(ões), informando o tipo, ou seja, se é uma elevação de alíquota etc., a receita, o Ato regulamentador, a localização, o valor para o o ano atual e para as projeções dos dois anos subsequentes e uma descrição. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 1º: _V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado._
91	Permitir o registro dos tipos de compensação conforme a necessidade do cadastrante para utilização nos cadastros de expansão da despesa.
92	Permitir o registro das metas fiscais da despesa, ao informar os valores dessas para os dois próximos exercícios das despesas da LDO. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 1º: _§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes._
93	Permitir a pesquisa das metas fiscais da despesa previamente cadastrados por meio da possibilidade de informar a descrição e número do programa, a descrição e número da ação, a descrição e número do organograma, bem como, o nome da entidade e o número da natureza da despesa, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Essa, possibilita a visualização do total de registros do exercício atual e dos próximos dois, e o total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.
94	Permitir o registro das metas fiscais da receita, ao informar os valores dessas para os dois próximos exercícios das receitas da LDO e das suas respectivas deduções. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 1º:
95	Permitir a pesquisa de metas fiscais da receita previamente cadastradas ao informar a natureza da receita ou organograma, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Essa, possibilita a visualização do total geral dos registros referente ao exercício atual e dos próximos dois exercícios, o total de resultados por página e quantidade de páginas do registro. É demonstrado de forma resumida e individualmente por receita um “status rápido” de sua tramitação. Status estes que possuem as seguintes divisões e comportamentos: * *A programar:* representa as receitas da LDO onde o valor da meta financeira (Ano 1) ou as projeções (Ano 2 e Ano 3) da receita em questão não tiverem preenchimento no campo.

	<p>* *Programado*[*]: representa as receitas da LDO onde o valor da meta financeira da receita em questão possuir todos os campos (Ano 1, Ano 2 e Ano 3) preenchidos com valor maior ou igual a zero.</p> <p>No ambiente deve possuir um filtro rápido para consulta do status da meta fiscal de cada receita. Os status existentes para pesquisa são:</p> <p>* Todos: Apresenta todas as receitas na listagem</p> <p>* A programar: quando o status da receita for "A programar".</p> <p>* Programado: quando o status da receita for "Programado".</p>
96	Permitir o registro das projeções atuariais no qual projeta-se o fluxo anual de receitas, despesas e saldo do regime próprio de previdência social dos servidores públicos para um período de 75 anos. Este registro é realizado para atendimento do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
97	Permitir o registro das renúncias fiscais, ao informar a receita da LDO renunciada, o tipo, ou seja, se é uma redução, isenção etc., a localização, o Ato regulamentador, uma descrição e os valores para o exercício atual e os dois subsequentes. Permite ainda registrar a(s) compensação(ões) informando as mesmas informações citadas, bem como, o setor beneficiário. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 2º inciso V.
98	Permitir a visualização mediante pesquisa dos resultados nominais previamente cadastrados ao informar o tipo do resultado, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem.
99	Permitir a visualização mediante pesquisa dos resultados nominais previamente cadastrados ao informar o tipo do resultado, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem.
100	Permitir o registros dos riscos fiscais ao informar o tipo de risco, a entidade pública, o organograma, o detalhamento e a providência, bem como, o exercício atual e os próximos dois. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 3º.
101	Permitir a pesquisa de riscos fiscais previamente cadastrados ao informar o tipo, a entidade ou detalhamento, visualizando-os e ordenando-os por meio de listagem
102	Permitir a pesquisa das transferências da LDO previamente cadastradas por meio da possibilidade de informar a descrição da entidade de origem e/ou destino, a descrição do organograma de origem e/ou destino, bem como, o recurso e a finalidade, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem
103	Possibilitar ao usuário cadastrar alterações orçamentárias da despesa que objetivam a intervenção da administração pública, sempre via ato legal (ex.: Lei e/ou Decreto) com alterações no orçamento previamente estipulados. Alterações estas, que devem ser fundamentadas via Fontes de recurso para créditos adicionais (ex.: Anulação de outras despesas (com saldo), Superávit financeiro do exercício anterior, Excesso de arrecadação no exercício, etc), ou seja, todo crédito orçamentário a ser concedido deve ser devidamente fundamentado e com recurso disponível para tal ação.
104	Possibilitar a pesquisa das alterações orçamentárias da despesa ao informar o número ou a descrição do organograma da despesa, o número da despesa creditada, o número ou a descrição da natureza da despesa, a finalidade, a descrição da ação da despesa, o motivo do crédito não informado ou da origem não informada, visualizando-as e ordenando-as por meio da despesa, organograma, natureza da despesa, origens, valor do crédito, data de conclusão da proposta, do envio ao legislativo ou da sanção, bem como, pela finalidade.
105	Possibilitar a interação dos cadastros de alterações orçamentárias das despesas realizadas por meio de listagem interativa, ou seja, o usuário realiza navegação entre as etapas da alteração orçamentárias, ou seja, proposta em elaboração, proposta concluída, se está no legislativo, ou mesmo, sancionada. Tal interação, possibilita avançar etapas do respectivo registro, bem como, regressar a mesma. Todavia, ao realizar a etapa da sanção de uma proposta, deverá-se informar o ato autorizativo, o ato de abertura e a data da sanção realizada.
106	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros da alterações orçamentárias de receitas. Através do ambiente da listagem, podendo realizar a edição e exclusão de uma alteração orçamentária desde que esta, não esteja sancionada. Também tem a possibilidade de realizar a sanção da alteração orçamentária da receita, informando a data da sanção e seu respectivo ato, realizar a reabertura de uma alteração orçamentária da receita já sancionada, bem como, aplicar filtros das alterações conforme as situações que se encontrarem, ou seja, se estão a sancionar, sancionado ou todas

	essas situações.
107	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de alterações orçamentárias da receita que objetiva alterar o valor previsto da receita ou até mesmo criá-las, quando não previstas na LOA antecipadamente. E por meio de algum ato autorizativo, essas alterações podem ocorrer ou não conforme a necessidade do município, informando assim, o tipo de alteração, sua finalidade, a respectiva receita e seu recurso, a dedução e seu valor, o impacto da alteração, ou seja, se é aumentativo ou diminutivo, e o seu respectivo valor.
108	Possibilitar ao usuário pesquisar as alterações orçamentárias da receita, ao informar o número da natureza da receita, a descrição da natureza da receita, a finalidade ou o Ato autorizativo, visualizando todas essas informações por meio de listagem, bem como o tipo de alteração, o recurso da receita, situação que se encontra, ou seja, a sancionar ou sancionado, impacto da alteração e data da sanção. Também é possível visualizar o totalizador dos valores exibidos na listagem.
109	Permitir a criação/alteração das Despesas da LOA de forma incremental durante a elaboração ou alteração do orçamento, solicitando somente informações obrigatórias, mas possibilitando que as demais sejam informadas em momento posterior. Permanece assim com a situação em elaboração, notificando ao usuário de que estão pendentes algumas informações, e logo preenchidas, é possibilitado o envio ao legislativo e sanção da referida peça orçamentária.
110	Permitir a pesquisa das transferências da LOA cadastradas ao informar sua respectiva descrição da entidade de origem (transferente) e/ou destino (transferido), descrição do organograma origem e/ou destino, bem como, o recurso e finalidade, visualizando-as por meio de listagem. Essa, apresenta um totalizador referente aos registros demonstrada ao usuário.
111	<p>Permitir a criação/alteração das Despesas do PPA de forma incremental durante a elaboração ou alteração do orçamento, solicitando somente informações obrigatórias, mas possibilitando que as demais sejam informadas em momento posterior. Permanece assim com a situação em elaboração, notificando ao usuário de que estão pendentes algumas informações, e logo preenchidas, é possibilitado o envio ao legislativo e sanção da referida peça orçamentária.</p> <p>Uma despesa está em (processo de elaboração) quando conter pelo menos uma das discrepâncias abaixo: *Dados ausentes na despesa:*</p> <p>Entidade Organograma: somente é verificado este item se organograma compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) Programa Ação Natureza da despesa: no mínimo um detalhamento de natureza. Somente se a natureza com a chave (vide RFC382417262244 do ERP304227968820) Detalhamento da despesa por recurso (no mínimo um). Somente é verificado este item se recurso compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) Unidade de medida do detalhamento da despesa por meta(s) física(s) Produto do detalhamento da despesa por meta(s) física(s)</p> <p>*Despesa com dados incompatíveis com a parametrização:*</p> <p>Os itens abaixo respeitam a regra RFC129412418757 se existe recurso informado cujo sua configuração não seja a configuração em uso para o exercício inicial do PPA em questão. Somente é verificado este item se recurso compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) se existe função/subfunção informada cuja sua configuração não seja a configuração de função/subfunção (ERP288516154181) em uso. se existe natureza da despesa informada cujo sua configuração não seja a configuração em uso para o exercício inicial do PPA em questão. Somente é verificado este item se a natureza da despesa compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820)</p> <p>*Valores iguais a zero:*</p> <p>Meta financeira quadrienal da despesa {color:red} quando despesa estiver em modo alteração {color} Meta quadrienal da natureza da despesa {color:red} quando despesa estiver em modo alteração {color}. Somente é verificado este item se a natureza da despesa compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) Meta quadrienal do recurso {color:red} quando despesa estiver em modo alteração {color}: Somente é verificado este</p>

	<p>item se recurso compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) Quantidade da meta física para o detalhamento da despesa por meta(s) física(s) existente.</p> <p>*Valores desequilibrados:* se a meta financeira quadrienal não for igual ao somatório das metas financeiras anuais se as metas anuais compuserem a despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) para o PPA em questão; se a meta financeira quadrienal não for igual ao somatório dos valores dos recursos quadrienais. Somente é verificado este item se recurso compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) e a natureza da despesa não compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820); se a meta financeira quadrienal não for igual ao somatório da meta financeira quadrienal da natureza da despesa. Somente é verificado este item se a natureza da despesa compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) e o recurso não compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) se o somatório das metas financeiras quadrienais da natureza da despesa não for igual ao somatório dos valores dos recursos quadrienais da natureza da despesa. Somente é verificado este item se a natureza da despesa compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) e se recurso compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) se a meta financeira anual de um exercício não for igual ao somatório dos valores dos dos recursos daquele exercício se as metas anuais compuserem a despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) para o PPA em questão. Somente é verificado este item se recurso compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) se o valor do recurso quadrienal não for igual ao somatório de seus dos recursos anuais se as metas anuais compuserem a despesa ((RFC382417262244 do ERP304227968820)) para o PPA em questão e o recurso compor chave da despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820). se a quantidade da meta física quadrienal não for igual ao somatório das quantidades metas físicas anuais se as metas anuais compuserem a despesa ((RFC382417262244 do ERP304227968820) para o PPA em questão; se a meta financeira da natureza da despesa, for igual ao somatório dos valores dos recursos e a soma dos percentuais dos recursos for diferente de 100%. Somente é verificado este item se a natureza da despesa e o recurso compor a despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820) se a meta financeira da despesa, for igual ao somatório dos valores dos recursos e a soma dos percentuais dos recursos for diferente de 100%. Somente é verificado este item se a natureza da despesa não compor a despesa e o recurso compor a despesa (RFC382417262244 do ERP304227968820)</p>
112	Permitir a emissão de relatório de indicadores de programas
113	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) na ação
114	Possuir integração entre os módulos PPA, LDO e LOA, com cadastro único das peças de planejamento como organograma, programa, ação, função, subfunção, naturezas da receita e despesa e recursos.
115	Realizar a reserva de dotação por meio da alteração orçamentária da despesa
116	Permitir atualizar o PPA/ LDO pelas alterações orçamentárias da despesa
117	Permitir registrar a evolução do patrimônio líquido
118	Permitir registrar a origem e aplicação de recursos de alienação de ativos
119	Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema com certificados do Tipo A1 e A3 e possibilitando a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos.
120	Possibilitar ao usuário a Configuração de assinaturas, sendo possível selecionar quem assinará determinado documento ou relatório. Grupo: conforme grupos de configuração de assinaturas e Assinantes: conforme registros de assinantes.
121	Possibilitar ao usuário cadastrar atos conforme a necessidade da entidade, informando qual o tipo de lei que o respectivo ato representa, a natureza de texto jurídico, a data da sanção criação, publicação, vigor e revogação, destacando ainda a ementa e a fonte de divulgação. A funcionalidade possibilita o controle e facilidade na identificação das alterações e revogações dos atos.
122	Permitir visualizar e pesquisar Avaliação do Plano Plurianual

123	
124	Permitir cadastrar avaliação do Plano Plurianual, possibilitando avaliar a gestão do plano e seus macro-objetivos.
125	Possibilitar a criação de relatórios personalizados a partir de uma ferramenta de relatórios
126	Possibilitar a gestão de permissões de acessos, funcionalidades e ações por usuários e grupos de usuários, a partir de uma ferramenta de acessos
127	Possibilitar a utilização dos cadastros gerenciada por uma ferramenta de cadastro único, onde o usuário personaliza a forma como seus cadastros devem ser unificados, podendo ser geral ou por campo
128	Permitir consultar o saldo das despesa no ambiente de alteração orçamentária da despesa.
129	Quando da criação de um novo Plano Plurianual é possibilitado copiar Plano Plurianual (PPA) já existente, onde no decorrer do processo o usuário deve informar as opções a serem copiadas para novo PPA: Do PPA a ser copiado o ente deve definir as opções a serem copiadas: Parametrização, Receitas, Despesas. Quando executado processo de cópia de PPA e for selecionado para realizar a cópia: ● Da 'Parametrização do PPA', e já existir no PPA os parâmetros criados, é copiado de acordo com a configuração do PPA copiado; ● De receitas: todos os campos são copiados ● Despesas: todos os seus dados são copiados para novo PPA e são replicados todos os programas e ações
130	Demonstrar diferenças entre orçamento elaborado no PPA x LDO
131	Permitir registrar receitas e despesas tendo controle de níveis das naturezas na mesma peça orçamentária por entidade
132	Permitir registrar despesas do PPA tendo controle de níveis das naturezas na mesma peça orçamentária por entidade
133	O usuário deve ter a possibilidade de reenviar a LOA para escrituração e caso seja efetuada alguma alteração no orçamento elaborado, é possível reenviar os documentos alterados para escrituração.
134	Possibilitar a realização do envio de dados para o portal da transparência, visando o disponibilização em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos municípios.
135	Permitir registrar execução de metas físicas e realizar a avaliação, informando: Ação, Programa, Entidade, Produto, Unidade de medida, Localizador, Meta física estimada, Meta física executada, Observações, Situação (A executar, Em execução, Executada). Além disso, na listagem é possível realizar uma pesquisa pelas registros do ambiente, sendo possível filtrar por: Ação: número e descrição Programa: número e descrição, Situação, Produto, Unidade de medida; ,Localizador.
136	Permitir nos parâmetros da LDO escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado
137	Permitir personalizar Macro objetivos com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
138	O usuário deve ter a possibilidade de replicar os marcadores de receitas e despesa do PPA para LDO por meio da priorização da LDO.
139	Permitir o envio de dados do Planejamento ao e-Sfinge (TCE-SC)
140	Os cadastros Renúncias fiscais e tipos de renúncias fiscais devem possuir campos adicionais
141	Permitir registrar os resultados nominais possibilitando informar: Descrição, Valor do exercício atual: permite informar valores detalhados mensalmente e Valores de anos anteriores (4 anos anteriores e dois anos posteriores).
142	Permitir registrar os resultados nominais possibilitando informar: Descrição, Valor do exercício atual: permite informar valores detalhados mensalmente e Valores de anos anteriores (4 anos anteriores e dois anos posteriores). Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art .30º, § 1º item IV: IV - metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.

143	Permitir após a sanção da LOA disponibilizar as receitas e despesas para execução orçamentária.
144	Permitir o controle de alteração dos dados do plano plurianual para que, depois de aprovado, os dados não possam ser alterados;
145	Possibilitar ao usuário o cadastro dos tipos de administração que serão utilizados para definir a classificação dos organogramas da entidade. O cadastro consiste em informar os seguintes dados: Descrição, Natureza jurídica, Tipos de administração e Poder.
146	Permite o registro de envio ao legislativo quando o orçamento estiver elaborado, possibilitando informar: Data de envio ao legislativo, Observações Após o envio permite retorno ao executivo para alterações ou sancionar. Além disso quando estiver como enviado ao legislativo não é permitido que a peça orçamentária seja alterada garantindo a integridade dos registros.
147	Permitir identificar os registros de receitas e despesas da LDO com pendências cadastrais no envio ao legislativo, permitindo filtrar e visualizar no ambiente somente os registros com inconsistências.
148	Permitir o envio dos registros de receitas e despesas da LDO para escrituração contábil após a peça orçamentária ser sancionada, possibilitando a visualização de quais documentos já foram enviados para escrituração, e se efetuada alguma alteração no orçamento elaborado, reenviá-los novamente.
149	Permitir registrar cenários macroeconômicos na LDO para aplicação nas receitas e despesas, informando: Variável, Método de cálculo (percentual ou valor) e Percentual ou valor para o ano Atual e para os próximos anos. Além disso possibilita informar texto, para detalhar as premissas utilizadas.
150	Permite desfazer a sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), retornando o status da peça para elaboração, possibilitando efetuar alterações necessárias no orçamento.
151	<p>Permitir a visualização de todas as despesas elaboradas no PPA, conforme quadriênio selecionado, possibilitando de um forma rápida inserir de forma individual ou em lote, registros de despesas na LDO, para atendimento do Art. 165 da Constituição Federal 1988. O recurso do saldo à priorizar disponível é da meta financeira conforme saldo orçamentário da despesa (previsto no PPA menos o priorizado na despesa da LDO do referido quadriênio.</p> <p>Abaixo segue detalhes no qual a rotina possibilita:</p> <p>Ao adicionar uma despesa por meio da tela de priorização, quando não ter valor informado na priorização e a meta financeira não estiver detalhada anualmente, todos os campos devem ser preenchidos a partir do PPA, com exceção a meta financeira, valor da natureza de despesa (se o PPA estiver detalhado por naturezas da despesa, valor dos recursos (se o PPA estiver detalhado por recursos) e quantidade da meta física.</p> <p>Quando a despesa do PPA for detalhada por meta financeira anual, todos os dados da despesa são replicados para a despesa da LDO com os valores do respectivo exercício, juntamente com os dados dados da meta física (quantidade anual, unidade medida, produto e localizador).</p> <p>Caso o valor da priorização for diferente da respectiva meta financeira anual na priorização da LDO ou a meta financeira for quadrianual no PPA, efetua-se o cálculo do valor informado na priorização e registra-se a despesa na LDO com valores abaixo:</p> <p>Meta financeira: com valor informado na priorização; Natureza da despesa: caso a configuração da natureza da despesa seja diferente do ano da LDO priorizada, o sistema identifica se existe uma mesma natureza de mesmo número e seta a mesma na despesa, do contrário mantém a natureza do PPA; Valor da natureza de despesa: calcula-se a porcentagem do valor da natureza cfe. abaixo: $\text{valor da meta financeira} / \text{valor da natureza da despesa} * 100 = \text{'\%'}.$ Com resultado (%) aplica-se a porcentagem no valor informado na priorização, o resultado é setado no valor da respectiva natureza de despesa. Aplica-se esta regra se o PPA estiver detalhado por naturezas da despesa;</p> <p>Valor do recurso da meta financeira: Aplica-se a porcentagem do respectivo recurso no valor informado na priorização, e o valor do resultado é setado. Caso a despesa do PPA estiver detalhada por natureza de despesa a porcentagem é aplicada no valor da sua respectiva natureza de despesa.</p>

	<p>Meta física: Quantidade: valor zerado Unidade medida: sugere-se a unidade informada na respectiva meta física Produto: sugere-se o produto informado na respectiva meta física Localizador: sugere-se o produto informado na respectiva meta física</p>
152	Permitir o registro das despesas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, o organograma, a função e subfunção a qual pertence, o programa e ação de governo, a meta financeira anual e as metas físicas, o(s) recurso(s), a natureza da despesa, bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros.
153	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas despesas da LDO. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
154	Permitir a pesquisa das despesas previamente cadastradas ao informar a entidade pública, o organograma, o programa, a ação, a função, a subfunção, o recurso, a natureza da despesa ou seu respectivo valor, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, e realizando a expansão quando o registro se apresentar informações agrupadas, e assim detalhando-as.
155	Permitir o registro dos limites da LDO, ao informar qual o tipo de crédito, o tipo do valor em monetário ou percentual, o valor ou percentual autorizado, a base de cálculo da receita ou despesa, a origem do crédito orçamentário e a classificação em limite ou exclusão. Este registro é realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 Art. 99º, § 5.
156	Permitir a pesquisa dos limites da LDO previamente cadastrados por meio da possibilidade de informar o valor, o tipo de crédito, a base de cálculo, a origem do crédito orçamentário e a classificação, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Essa, possibilita a visualização do total de resultados por página e quantidade de páginas do registro.
157	Permitir a visualização de todas as receitas elaboradas no PPA, conforme quadriênio selecionado, possibilitando de um forma rápida inserir de forma individual ou em lote os registros de receitas na LDO, para atendimento do Art. 165 da Constituição Federal 1988. O recurso do saldo à priorizar disponível é da meta financeira conforme saldo orçamentário da receita (previsto no PPA menos o priorizado na receita da LDO do referido quadriênio).
158	Permite a visualização do total de receitas e despesas elaboradas, bem como, os saldos provenientes da diferença entre essas, objetivando o acompanhamento orçamentário e a dispensa de possíveis emissões de relatórios para se conhecer o total planejado.
159	Permitir o registro das receitas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, a natureza da receita, o organograma a qual pertence, a meta financeira para o respectivo exercício, o(s) recurso(s) e a(s) dedução(ões), bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros. O organograma e recurso são informados mediante parametrização, conforme necessidade do cliente, sendo que as deduções podem ser informadas na receita, no mesmo registro da natureza da receita principal, demonstrando o saldo líquido da receita no registro.
160	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas receitas da LDO. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
161	Permitir a criação/alteração das receitas da LDO de forma incremental durante a elaboração ou alteração do orçamento, solicitando somente informações obrigatórias, mas possibilitando que as demais sejam informadas em momento posterior. Permanece assim com a situação em elaboração, notificando ao usuário de que estão pendentes algumas informações, e logo preenchidas, é possibilitado o envio ao legislativo e sanção da referida peça orçamentária.
162	Permitir a pesquisa das receitas previamente cadastradas ao informar a entidade pública, o organograma, o recurso, a natureza da receita (por nível sintético ou analítico) ou o seu respectivo valor, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, e realizando a expansão quando o registro se apresentar informações agrupadas, e assim detalhando-as.
163	Permitir a realização de filtros rápidos dos recursos das peças orçamentárias, por meio de painéis interativos, selecionando diretamente o recurso conforme a necessidade do usuário, listando-as somente as receitas ou despesas

	relacionadas a esse.
164	Permite o registro da sanção da peça orçamentária após seu envio ao legislativo, ao informar a respectiva data de envio ao legislativo, o Ato autorizativo, possíveis observações, bem como, não permitir que a peça orçamentária seja alterada quando a mesma estiver sancionada, garantindo a integridade dos registros.
165	Permitir o registro das transferências financeiras na LDO, ao informar os dados de origem como a entidade pública e o organograma a qual pertence, e os dados de destino como a entidade pública, o organograma a qual pertence, o recurso, finalidade e valor. Este registro é realizado para atendimento do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4o A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição.
166	Permitir o registro das despesas da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, o organograma, a função e subfunção a qual pertence, o programa e ação de governo, a meta financeira anual e as metas físicas, o(s) recurso(s), a natureza da despesa, bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros.
167	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas despesas da LOA. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
168	Permitir a pesquisa das despesas previamente cadastradas ao informar a entidade pública, o organograma, o programa, a ação, a função, a subfunção, o recurso, a natureza da despesa, o marcador, o valor ou seu respectivo número, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem, e realizando a expansão quando o registro se apresentar informações agrupadas, e assim detalhando-as.
169	Permite o registro do envio ao legislativo da peça orçamentária após sua elaboração, ao informar a respectiva data de envio ao legislativo, possíveis observações, bem como, permitir o retorno ao executivo para alterações e nova sanção, assim como, não permitir que a peça orçamentária seja alterada quando a mesma estiver sido enviada ao legislativo, garantindo a integridade dos registros.
170	Permitir identificar os registros de receitas e despesas da LOA com pendências cadastrais no envio ao legislativo, permitindo filtrar e visualizar no ambiente somente os registros com inconsistências.
171	Permitir o envio dos registros de receitas e despesas da LOA para escrituração contábil após a peça orçamentária ser sancionada, possibilitando a visualização de quais documentos já foram enviados para escrituração, e se efetuada alguma alteração no orçamento elaborado, reenviá-los novamente.
172	Permitir ao usuário o registro de limites da LOA, ao informar o tipo de crédito, o tipo do valor como monetário ou percentual, o valor ou percentual autorizado, a base de cálculo da receita ou despesa, a origem do crédito orçamentário, bem como, a classificação como limite ou exclusão. Este registro é realizado em atendimento a CF/1988 Art .99º, §.
173	Permitir a pesquisa dos limites da LOA previamente cadastrados por meio da possibilidade de informar o valor, o tipo de crédito, a base de cálculo, a origem do crédito orçamentário e a classificação, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem.
174	Permitir o registro de receitas da Lei Orçamentária Anual (LOA) de necessidade do município, ao informar a entidade pública, a natureza da receita, o organograma a qual pertence, a meta financeira para o respectivo exercício, o(s) recurso(s) e a(s) dedução(ões), bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros
175	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas receitas da LOA. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
176	Permitir a criação/alteração das receitas da LOA de forma incremental durante a elaboração ou alteração do orçamento, solicitando somente informações obrigatórias, mas possibilitando que as demais sejam informadas em momento posterior. Permanece assim com a situação em elaboração, notificando ao usuário de que estão pendentes algumas informações, e logo preenchidas, é possibilitado o envio ao legislativo e sanção da referida peça orçamentária.
177	Permitir a pesquisa das receitas previamente cadastradas ao informar a entidade pública, o organograma, o recurso, a natureza da receita (por nível sintético ou analítico), o marcador, o valor ou seu respectivo número, visualizando-as e

	ordenando-as por meio de listagem, e realizando a expansão quando o registro se apresentar informações agrupadas, e assim detalhando-as.
178	Permitir o registro de transferências financeiras na LOA, ao informar os dados da origem da transferência, bem como, os dados do destino ou destinatário. O primeiro citado é contemplado com informações como a entidade e organograma, e o segundo, contempla as informações como a entidade, o organograma, o recurso, a finalidade e o valor.
179	Permite que o usuário receba mensagens ou notificações de todas as interações que o sistema realizar, facilitando a percepção do término de qualquer processo inicializado, ou seja, seu status.
180	Permite desfazer a sanção do Plano Plurianual (PPA) retornando o status da peça para elaboração, possibilitando efetuar alterações necessárias no orçamento.
181	Permitir a pesquisa das despesas previamente cadastradas ao informar a entidade pública, o organograma, o programa, a ação, a função, a subfunção, o recurso ou a natureza da receita, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem. Por meio da pesquisa, as informações demonstradas poderão ser ordenadas pelos itens da listagem por programa, organograma e recurso, apresentando registros agrupados na listagem
182	Permitir o registro das despesas do Plano Plurianual (PPA), conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, o organograma, a função e subfunção a qual pertence, o programa e ação de governo, a meta financeira anual ou quadrienal e as metas físicas, o(s) recurso(s), a natureza da despesa, bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros. A meta financeira anual, a função e subfunção, a natureza da despesa e os recursos, são informados mediante parametrização, conforme necessidade do cliente.
183	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas despesas do PPA. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
184	Permitir a criação/alteração das despesas do PPA, LDO e LOA de forma incremental durante a elaboração ou alteração do orçamento, solicitando somente informações obrigatórias, mas possibilitando que as demais sejam informadas em momento posterior. Permanece assim com a situação em elaboração, notificando ao usuário de que estão pendentes algumas informações, e logo preenchidas, é possibilitado o envio ao legislativo e sanção da referida peça orçamentária.
185	Permite o registro do envio ao legislativo da peça orçamentária após sua elaboração, ao informar a respectiva data de envio ao legislativo, possíveis observações, bem como, permitir o retorno ao executivo para alterações e nova sanção, assim como, não permitir que a peça orçamentária seja alterada quando a mesma estiver sido enviada ao legislativo, garantindo a integridade dos registros.
186	Permitir o envio dos registros de receitas e despesas do PPA para escrituração após a peça orçamentária ser sancionada, visualizando quando os documentos já foram enviados para escrituração, e caso se efetue alguma alteração no orçamento elaborado, permite-se reenviar os documentos alterados para escrituração.
187	Permitir identificar os registros de receitas e despesas do PPA com pendências cadastrais no envio ao legislativo, permitindo filtrar e visualizar no ambiente somente os registros com inconsistências.
188	Permitir a identificação nos registros de receitas e despesas a ausência de informação ou informação indevida, onde o usuário receberá a orientação devida referente a qual informação deverá ser complementada ou ajustada.
189	Permite a visualização do total de receitas e despesas elaboradas, bem como, os saldos provenientes da diferença entre essas, objetivando o acompanhamento orçamentário e a dispensa de possíveis emissões de relatórios para se conhecer o total planejado. A visualização de valores no PPA também é possibilitada por meio do total geral e do detalhamento dos valores de receitas e despesas para os quatro exercícios, ou seja, detalhamento anual.
190	Permitir a identificação nos registros de receitas e despesas a ausência de informação ou informação indevida, onde o usuário receberá a orientação devida referente a qual informação deverá ser complementada ou ajustada.
191	Permitir após a aprovação orçamentária do PPA ou da LDO, efetuar alteração quando as peças estiver com situação de sancionada para em alteração, pois durante o processo de alteração de um registro já gravado, o sistema possibilita de forma individual, visualizar tais alterações comparando com a versão anterior aprovada do orçamento.

192	Permitir o registro das receitas do Plano Plurianual (PPA), conforme necessidade do município, ao informar a entidade pública, a natureza da receita, o organograma a qual pertence, as metas financeiras anuais ou quadrienais, o(s) recurso(s) e a(s) dedução(ões), bem como, os marcadores que facilitam a pesquisa e identificação desses registros.
193	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nas receitas do PPA. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento, abrindo um leque de possibilidades para emissão de relatórios, consultas ou geração de arquivos personalizados.
194	<p>Permitir a criação/alteração das receitas do PPA de forma incremental durante a elaboração ou alteração do orçamento, solicitando somente informações obrigatórias, mas possibilitando que as demais sejam informadas em momento posterior. Permanece assim com a situação em elaboração, notificando ao usuário de que estão pendentes algumas informações, e logo preenchidas, é possibilitado o envio ao legislativo e sanção da referida peça orçamentária.</p> <p>*Uma receita está em (processo de elaboração) quando conter pelo menos uma das discrepâncias abaixo:*</p> <p>*Dados ausentes na receita:*</p> <p>Entidade Organograma Detalhamento da receita por recurso(s) (vide RNG612788249093 do ERP833737129734). Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) Detalhamento da dedução por recursos (vide RNG612788249093 do ERP833737129734). Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) Dados incompatíveis com a parametrização: Os itens abaixo respeitam a regra RFC158178848290. se existe recurso (da receita e/ou dedução) informado cujo sua configuração em uso não seja a configuração em uso para o exercício inicial do PPA em questão. Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820)</p> <p>*Valores iguais a zero:*</p> <p>Meta financeira quadrienal {color:red} somente quando despesa estiver em modo elaboração {color} Valor quadrienal dos recursos{color:red} somente quando despesa estiver em modo elaboração {color} (vide RNG612788249093 do ERP833737129734). Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) Valor quadrienal da dedução {color:red} somente quando despesa estiver em modo elaboração {color} (se a dedução estiver informada) Valor quadrienal dos recursos da deduções {color:red} somente quando despesa estiver em modo elaboração {color} (vide RNG612788249093 do ERP833737129734). Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820)</p> <p>*Valores desequilibrados:*</p> <p>se a meta financeira quadrienal não é igual ao somatório das metas financeiras anuais se a referida receita conter rateio por ano; se a meta financeira quadrienal não é igual ao somatório das meta financeira quadrienal do recursos. Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) se a meta financeira quadrienal do recurso não é igual ao somatório das metas financeiras anuais dos recursos se a referida receita conter rateio por ano. Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) se a meta financeira anual de um exercício não for igual ao somatório dos valores dos recursos anuais daquele exercício se as metas anuais compuserem a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) para o PPA em questão. Somente é verificado este item se recurso compor chave da receita (RFC382417262244 do ERP304227968820). Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820); se a meta financeira quadrienal é menor que o somatório dos valores das deduções quadrienais; se a meta financeira anual de um exercício é menor que o somatório dos valores das deduções anuais para aquele exercício se a referida receita conter rateio por ano; se o valor da dedução de um exercício não for igual ao somatório dos valores dos recursos anuais da dedução daquele exercício se as metas anuais compuserem a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) para o PPA em questão. Somente é verificado este item se recurso compor chave da receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) se o valor da dedução quadrienal por recursos não é igual ao somatório do valor de deduções quadrienal por recurso se a referida dedução conter rateio por ano. Somente é verificado este item se recurso compor a receita</p>

	<p>(RFC382417262244 do ERP304227968820); se o valor da dedução quadrienal não é igual ao somatório deduções anuais se a referida receita conter rateio por ano; se o valor do recurso da receita é menor que o somatório dos valores daquele recurso alocado nas deduções. Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820); se o valor anual do recurso da receita é menor que o somatório dos valores anuais daqueles recursos alocados nas deduções. Somente é verificado este item se as metas anuais compuserem a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) e se o recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) para o PPA em questão. se a meta financeira for igual ao somatório dos valores dos recursos e a soma dos percentuais dos recursos for diferente de 100%. Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820) se o valor da dedução for igual ao somatório do valor de deduções detalhados por recursos e a soma dos percentuais dos recursos da dedução for diferente de 100%. Somente é verificado este item se recurso compor a receita (RFC382417262244 do ERP304227968820);</p>
195	Permitir a pesquisa das receitas previamente cadastradas ao informar a entidade pública, o organograma, o recurso, a natureza da receita (por nível sintético ou analítico) ou o valor, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem.
196	Possibilitar ao usuário o registro dos recursos que representam as fontes financeiras, que sustentarão e assegurarão o desenvolvimento do plano de ação e atingimento do objetivo do governo. Tal registro é possível por meio de informações como o número, conforme a formatação configurada dos recursos, o tipo ordinário ou vinculado, uma descrição, bem como, se é um recurso de superávit financeiro, também conforme a configuração.
197	<p>Permitir emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas das peças orçamentárias:</p> <p>Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Despesas por Órgão conforme Vínculo e Recursos Despesas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas Projeto de Lei da LDO Discriminação das Despesas Discriminação das Receitas Planejamento das despesas Receitas e Despesas por Fontes de Recursos Receitas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas Relatório de Transferências Financeiras Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conserv. do Patrimônio Público</p> <p>*Demonstrativos complementares:*</p> <p>Demonstrativo das receitas e prioridades das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE Demonstrativo das receitas de impostos e das prioridades das despesas próprias com saúde Demonstrativo das prioridades das despesas com pessoal</p>
198	<p>Permitir emitir relatórios gerenciais das receitas e despesas das peças orçamentárias:</p> <p>Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Despesas por Órgão conforme Vínculo e Recursos Despesas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas Discriminação das Despesas Discriminação das Receitas Planejamento das despesas Receitas e Despesas por Fontes de Recursos Receitas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas Relatório de Transferências Financeiras</p> <p>Demonstrativos complementares:</p> <p>Demonstrativo das receitas e prioridades das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE Demonstrativo das receitas de impostos e das prioridades das despesas próprias com saúde Demonstrativo das prioridades das despesas com pessoal</p>
199	Permitir emitir relatórios gerenciais:

<p>Anexo II - Modelo da Planilha de Despesa por Programa e Ações</p> <p>Anexo III - Compatibilização das origens com as destinações dos recursos</p> <p>Anexo III Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas</p> <p>Planejamento das despesas do PPA</p> <p>Projeto de Lei do PPA</p> <p>Programação das Receitas</p> <p>Relatório Resumo de Ações por Organograma</p> <p>Resumo da Receitas e Despesas por Fonte de Recurs</p> <p>Resumo das Despesas por Fonte de Recurso</p> <p>Resumo das Receitas por Fonte de Recurso</p>

CONTABILIDADE	
1	Possuir consulta/demonstrativo de excesso de arrecadação por conta de receita e por fonte de recursos. Permitir a ordenação pelos campos natureza da receita, recurso, data, conta bancária, transação e especificação.
2	Possibilitar ao usuário escriturar alterações contratuais.
3	Possibilitar ao usuário interagir com os tipos de objetos nas interações advindas do compras "AQUISICAO_BENS" e "PRESTACAO_SERVICOS".
4	Permitir o recebimento de informações do Credor do Contrato/Convenio referente a arrecadações (orçamentárias/extra-orçamentárias) onde a receita da arrecadação esteja vinculada a Contrato/Convenio..
5	Realizar manutenção Matriz de Saldos Contábeis 2020.
6	Possibilitar realizar a programação financeira da despesa por destinação de recurso
7	Permitir vincular Marcadores nos cadastros de dívidas, a fim de classificar, identificar e organizar registros com características comuns entre si.
8	Possibilitar a emissão do relatório de empenhos da interação da folha de pagamento. O relatório deve listar os empenhos na fase preparatória e também após realmente empenhados.
9	Possibilitar ao usuário anexar arquivos no cadastro de atos.
10	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar Assinaturas. Na listagem, a pesquisa de Assinaturas pode ser feita por Descrição do grupo de assinatura, Nome do assinante ou ainda pelo CPF do assinante.
11	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Assinaturas através da listagem, sendo possível a edição, exclusão e até mesmo realizar a cópia das Assinaturas.
12	Possibilitar ao usuário a Configuração de assinaturas, sendo possível selecionar quem assinará determinado documento ou relatório. Grupo: conforme grupos de configuração de assinaturas e Assinantes: conforme registros de assinantes.
13	Possibilitar ao usuário cadastrar atos conforme a necessidade da entidade, informando qual o tipo de lei que o respectivo ato representa, a natureza de texto jurídico, a data da -sanção- criação, publicação, vigor e revogação, a ementa e a fonte de divulgação.
14	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Atos, realizando operações de edição e exclusão de atos, bem como ter a possibilidade de visualizar documentos em anexo aos atos e fazer o download dos mesmos, por meio da listagem.
15	Possibilitar ao usuário efetuar a pesquisa de atos, podendo ser feita pelo número e ementa. Na listagem, as informações: Código sequencial, número, tipo, natureza do texto jurídico, publicação, a vigorar e situação estão

	visíveis e são passíveis de ordenação pelos usuários.
16	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de fontes de divulgação, realizando operações de edição e exclusão por meio da listagem.
17	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as fontes de divulgação. A pesquisa se dá por meio do Nome da fonte e por Meio de comunicação. Na listagem, as informações do nome e meio de comunicação são disponibilizadas aos usuários e são passíveis de ordenação.
18	Possibilitar ao usuário cadastrar fontes de divulgação, que são os meios de comunicação por onde serão divulgados com transparência as publicações dos atos da Administração Pública. O cadastro consiste em informar o Nome da fonte de divulgação e seu respectivo Meio de comunicação.
19	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as naturezas dos textos jurídicos. A pesquisa pelas naturezas dos textos, se dá pela descrição. Na listagem, a informação da descrição é visível ao usuário e passível de ordenação.
20	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Naturezas de texto jurídico, realizando operações de edição e exclusão de naturezas, por meio da listagem.
21	Possibilitar ao usuário cadastrar naturezas de texto jurídico, cujo objetivo é determinar a essência do texto do ato. O cadastro consiste somente em informar sua Descrição.
22	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de atos pela listagem. A pesquisa pelos tipos de atos pode ser realizada pela descrição e pela classificação. Na listagem as informações da descrição e classificação são visíveis ao usuário e passíveis de ordenação.
23	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Tipos de atos, realizando operações de edição e exclusão por meio da listagem.
24	Possibilitar ao usuário cadastrar os Tipos de atos que são utilizados nos cadastros de atos propriamente ditos. O cadastro consiste em informar sua Descrição e Classificação.
25	Possibilitar aos usuários interagir com os cadastros de Agências bancárias, realizando operações de edição e exclusão de agências por meio da listagem.
26	Possibilitar ao usuário realizar pesquisas das agências bancárias previamente cadastradas, possibilitando filtrar por nome, número-dígito e bancos.
27	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as agências bancárias através da listagem. A pesquisa por agências bancárias na listagem pode ser feita pelo nome, número da agência e banco. Na listagem a informação do nome, número da agência bancária e banco, são visíveis e passíveis de ordenação.
28	Possibilitar ao usuário cadastrar Agências bancárias com informações referentes ao seu Banco, seu Nome, seu número e dígito além do endereço (conforme base de dados dos correios).
29	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de contas bancárias, realizando operações de edição e exclusão de contas bancárias por meio da listagem.
30	Possibilitar ao usuário cadastrar as contas bancárias pertencentes à entidade. O cadastro consiste em informar seu Banco (conforme tabela FEBRABAN), sua Agência, seu Número e Dígito, sua Descrição, seu Organograma, seu Tipo de conta bancária, a Classificação da conta bancária, seu Responsável, além de efetuar o controle de vigência da conta, onde deve constar a Data Inicial e Final além dos seus motivos. Também é possível realizar pesquisa pelos principais campos do cadastro (banco, agencia, numero e dígito da conta, Descrição, tipo de contas bancarias, Classificação da conta bancária, Tipo de aplicação e Vigência). É permitido vincular Marcadores para personalizar o cadastro.
31	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de deduções de receitas podendo realizar, através da listagem, operações de edição e exclusão de deduções, bem como realizar a ativação de determinada dedução de receita.

32	Possibilitar ao usuário cadastrar deduções das receitas que representam os descontos oferecidos e abatimentos de impostos que incidem diretamente sobre a receita orçamentária da entidade. O cadastro de dedução consiste em informar a Descrição da dedução e seu respectivo Tipo (Descontos Concedidos, FUNDEB, Restituições, Renúncia, Retificações, Compensações e Outras Deduções).
33	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as deduções da receita através da listagem. A pesquisa pelas deduções de receitas cadastradas pode ser realizada pela descrição e pelo tipo. Na listagem, a informação da descrição e o tipo de dedução são visualizáveis pelo usuário e passíveis de ordenação.
34	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de despesas não previstas na LOA (Lei Orçamentária Anual), podendo realizar através da listagem, operações de edição e exclusão.
35	Possibilitar ao usuário cadastrar Despesas não prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) que objetiva registrar despesas que não tiveram seus gastos previstos na elaboração da LOA e que receberão recursos financeiros através de operações de alterações orçamentárias (Suplementações).
36	Possibilitar visualizar e pesquisar as despesas não prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) por meio da listagem. A pesquisa pode ser realizada por: Número de Organograma, Descrição do organograma, Número do Programa, Descrição do Programa, Descrição do localizador, Número da Função, Descrição da Função, Número da Subfunção, Descrição da Subfunção, Número da Ação, Descrição da Ação, Número da natureza da despesa e Descrição da natureza da despesa.
37	Possibilitar ao usuário cadastrar endereços previamente, que serão utilizados em diversas funcionalidades do sistema como por exemplo: Cadastro de credores e Cadastro de responsáveis. O cadastro consiste no preenchimento dos dados de Logradouros Condomínios, Loteamentos, Bairros, Distritos, Estados e Municípios.
38	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os endereços através da listagem. Na listagem as informações são visíveis e passíveis de ordenação pelo usuário.
39	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de endereços, realizando operações de edição e exclusão, através da listagem.
40	Possibilitar ao usuário cadastrar as origens de alterações de despesa objetivando determinar o enquadramento legal para as operações de alterações orçamentárias da despesa. O preenchimento do cadastro consiste em informar sua Descrição e respectivo Enquadramento legal.
41	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as origens de alterações de despesa através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela descrição da origem e pelo enquadramento. Na listagem a informação da descrição e do enquadramento legal são disponibilizadas ao usuário e são passíveis de ordenação.
42	Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de origens de alterações da despesa, podendo realizar através da listagem, operações de edição e exclusão de origens, bem como realizar a ativação de determinadas origens.
43	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Receitas não previstas na LOA, podendo realizar através da listagem, operações de edição e exclusão.
44	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar o cadastro de Receitas não prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) através da listagem. A pesquisa pode ser realizada através do: Número de Organograma, Descrição do organograma, Número da natureza da receita e Descrição da natureza da receita. Na listagem as informações do número da receita, organograma e natureza da receita são visíveis ao usuário.
45	Possibilitar o usuário de cadastrar Receitas não prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) que objetiva cadastrar receitas que não foram previstas na LOA e que recebem recursos financeiros através da alteração orçamentária da receita podendo ser por meio de reestimativa ou atualização monetária. O cadastro consiste em informar uma Natureza da receita e seu organograma.
46	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de administração, realizando operações de edição e exclusão por meio da listagem.
47	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de administração através da listagem. A pesquisa pode ser

	realizada pela descrição. Na listagem a informação da descrição é visível ao usuário e passível de ordenação.
48	Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de administração que serão utilizados para definir a classificação dos organogramas da entidade. O cadastro consiste em preencher uma Descrição, a Natureza jurídica, o Tipos de administração vinculada assim como seu respectivo Poder.
49	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de alterações de receita através da listagem. A pesquisa dos tipos de alterações pode ser realizada pela descrição e pelo tipo. Na listagem, a descrição e o tipo de alteração são visíveis ao usuário e passíveis de ordenação.
50	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de alterações de receitas podendo realizar, através da listagem, operações de edição e exclusão, bem como realizar a ativação de determinado tipo de alteração de receita.
51	Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de alterações da receita, utilizados nas alterações orçamentárias das receitas propriamente ditas. O cadastro consiste em informar uma Descrição, e seu Tipo (Reestimativa ou Atualização Monetária), objetivando alterar o valor previsto da Receita.
52	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de bloqueios através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela descrição. Na listagem a informação da descrição é visível e passível de ordenação pelo usuário.
53	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de bloqueios, podendo realizar através da listagem, operações de edição e exclusão, bem como realizar a ativação de determinados tipos de bloqueios.
54	Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de bloqueios, que objetivam classificar bloqueios orçamentários propriamente ditos utilizados pela entidade. O cadastro consiste em informar somente sua Descrição.
55	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de dívidas através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela descrição, pelo tipo e pelo complemento do tipo. Na listagem, as informações da descrição, tipo e complemento do tipo são visíveis e passíveis de ordenação pelo usuário.
56	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastro de tipos de dívidas, realizando operações de edição e exclusão de tipos de dívidas, através da listagem.
57	Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de dívidas, que serão utilizadas nos cadastros de dívidas como forma de classificar a mesma. O cadastro consiste em informar uma Descrição, seu Tipo (Empréstimo, Financiamento, Dívida mobiliária, Recebimento antecipado de valores, Arrendamento mercantil (leasing), ARO - Antecipação de Receita Orçamentária e Confissão de dívida) e Complemento do tipo podendo ser Interno ou Externo.
58	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de precatórios, realizando operações de edição e exclusão de tipos de precatórios através da listagem.
59	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de precatórios através da listagem. A pesquisa pelos tipos de precatórios podem ser realizados através da descrição e pelo tipo. Na listagem as informações da descrição e tipo são visíveis e passíveis de ordenação pelo usuário.
60	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de responsáveis. A pesquisa dos tipos de responsáveis pode ser realizada pela descrição. Na listagem a informação da descrição é visível ao usuário e passível de ordenação.
61	Possibilitar ao usuário cadastrar os tipos de responsáveis que complementa o cadastro de responsáveis propriamente ditos. O cadastro consiste basicamente em informar sua Descrição.
62	Possibilitar visualizar e pesquisar as transações financeiras através das listagens. A pesquisa pode ser realizada pela descrição e pelo tipo. Na listagem, a descrição e o tipo são visíveis e passíveis de ordenação pelos usuários.
63	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de transações financeiras podendo realizar, através da listagem, operações de edição e exclusão, bem como realizar a ativação de determinadas transações financeiras.
64	Possibilitar ao usuário cadastrar transações financeiras, utilizadas para classificar as operações que envolvem as transações financeiras da entidade. Seu cadastro consiste em informar a Descrição e seu Tipo (Crédito Bancário,

	Débito automático, Ordem Bancária, Cheque, Dinheiro, Transferência, Bem Patrimonial, Obrigação e Inexistente).
65	Possibilitar ao usuário a visualização e pesquisa das unidades de medidas através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela abreviação ou pela descrição. Na listagem, as informações da abreviatura e descrição são disponibilizadas para o usuário, e são passíveis de ordenação.
66	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de unidades de medidas, realizando operações de edição e exclusão, através da listagem.
67	Possibilitar ao usuário cadastrar unidades de medidas que serão utilizadas em outras funcionalidades cadastrais do sistema. As informações necessárias ao preenchimento do cadastro são sua Abreviatura e Descrição.
68	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de tipos de responsáveis, realizando operações de edição e exclusão por meio da listagem
69	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar Comprovantes através da listagem. A pesquisa pelos comprovantes pode ser por Credor, Tipo e Número. Na listagem, as informações do Credor, Tipo, Número, Data e Valor Líquido são visíveis e passíveis de ordenação pelos usuários.
70	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Comprovantes, podendo serem realizadas operações de edição e exclusão de Comprovantes através da listagem.
71	Possibilitar ao usuário cadastrar Comprovantes que poderão ser vinculados a diversos cadastros dos sistema tais como: Liquidações, Prestações de contas de adiantamentos e diárias e Despesas extras. O cadastro do comprovante consiste em informar sua Classificação(Compras e Serviços ou Prestação de contas), seu Tipo de comprovantes, seu Nº comprovante, sua Data de emissão, sua Série do comprovante, seu Código de validação do comprovante, seu link de acesso a NF-e, seu Credor, Valor, Finalidade e a possibilidade de anexar arquivos.
72	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de comprovante através da listagem. A pesquisa dos tipos de comprovantes pode ser realizada pela descrição e pelo tipo. Na listagem as informações da descrição e do tipo de comprovante são visíveis ao usuário e passíveis de ordenação.
73	Possibilitar ao usuário cadastrar os tipos de comprovantes que serão utilizados no cadastro de comprovantes para identificar o tipo de documento fiscal (Nota fiscal, Sentença Judicial, Guia de recolhimento, Outros, Recibo, Fatura, Bilhete de passagem, Cupom fiscal, Conhecimento). O preenchimento do cadastro consiste em informar sua Descrição e respectivo Tipo (NF-Nota fiscal, SJ-Sentença Judicial, GR-Guia de recolhimento, OU-Outros, RE-Recibo, FA-Fatura, BP-Bilhete de passagem, CF-Cupom fiscal e CN-Conhecimento).
74	Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de tipos de comprovantes, realizando operações de edição e exclusão, através da listagem.
75	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Diárias através da listagem, realizando operações de edição, exclusão e visualização de diárias.
76	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar Diárias através da listagem. A pesquisa das diárias pode ser realizada pelo Número, Credor, CPF, Finalidade ou ainda pelo Organograma, além de poder pesquisar por intervalo de datas de emissão das diárias e período de partida. Na listagem, as informações visíveis aos usuários são: Número, Credor, CPF, Data, Destino e finalidade. A ordenação da listagem pode ser feita por: Número, Credor, CPF, Data e Finalidade.
77	Possibilitar ao usuário cadastrar Solicitação de diárias, que visam objetivar a gestão de diárias a serem concedidas, para os servidores eletivos, efetivos e eventuais, além de prestar informações acerca de dados vinculados às despesas efetuadas com diárias e dos dispositivos formais que as autorizam. Seu cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Credor, seu Organograma, seu Ato de Concessão, sua Finalidade, seu Destino, Origem, Datas e Horários de partida e retorno, Natureza da diária, seu Valor unitário e Quantidade.
78	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de localizadores por meio da listagem, podendo realizar operações de edição e exclusão de localizadores.
79	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os localizadores por meio da listagem. A pesquisa pode ser feita pela Descrição do localizador. A informação da descrição é visível e passível de ordenação pelo usuário na listagem.

80	Possibilitar ao usuário cadastrar Localizadores por meio de uma descrição, conforme a necessidade da entidade, interagindo com outras funcionalidades cadastrais as quais os mesmos são informados.
81	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as Receitas extraorçamentárias através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela Descrição. Na listagem, as informações visíveis e passíveis de ordenação são: Descrição e Tipo.
82	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Receitas extraorçamentárias através da listagem. Através da listagem, o usuário poderá realizar ações de: edição e exclusão, além de poder ativar determinadas Receitas extraorçamentárias para determinado exercício.
83	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Recursos, realizando operações de edição e exclusão de recursos por meio da listagem.
84	Possibilitar ao usuário cadastrar as Configurações para os Recursos. O cadastro da configuração consiste em informar a Descrição da configuração, Enumerar de forma distinta os recursos de superávit financeiro, e definir os Níveis (limite de 6 níveis e com limite total de 30 dígitos). É possível colocar em uso uma configuração, tornando recursos válidos para para utilização no exercício.
85	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os Recursos por meio da listagem. A pesquisa por Recursos pode ser efetuada pelo seu número, sua descrição, seu marcador vinculado e pelo tipo. Na listagem as informações do número, descrição e tipo ficam visíveis aos usuários.
86	Possibilitar ao usuário cadastrar Recursos que representam as fontes financeiras que deverão sustentar e assegurar o desenvolvimento do plano de ação e atingir o objetivo do governo. O cadastro consiste em informar seu Número (Respeitando a formatação prévia da configuração de recursos), seu Tipo (Ordinário e Vinculado), sua Descrição e se trata de um Recurso de superávit financeiro (somente habilitado se na configuração de recursos estiver marcada a opção "Enumerar de forma distinta os recursos de superávit").
87	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Retenções podendo realizar, através da listagem, operações de edição e exclusão de retenções, bem como realizar a ativação de determinada retenção.
88	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as Retenções. É possível pesquisar as retenções pela Descrição e pelo Tipo. Na listagem as informações da Descrição e Tipo ficam visíveis e passíveis de ordenação pelos usuários.
89	Possibilitar ao usuário cadastrar Retenções extraorçamentárias que objetivam criar e armazenar cadastralmente as Receitas extraorçamentárias que futuramente incidirão na execução extraorçamentária das arrecadações e pagamentos extras. Seu cadastro consiste em informar sua Descrição, seu Tipo e Recursos vinculados.
90	Possibilitar ao usuário cadastrar Retenções que incidirão na execução orçamentária da despesa. O cadastro de Retenções consiste em informar sua Descrição e seu Tipo podendo ser Orçamentária (Vincula-se a uma receita previamente cadastrada no sistema) ou Extraorçamentária. Pode ser marcado também se o pagamento é antecipado ou não.
91	Possibilitar ao usuário cadastrar entidades que são a representação jurídica da corporação que possui a licença do software, além da representação jurídica e legal da entidade em si. A efetivação da entidade proprietária depende de uma licença de uso do software. O cadastro consiste em informar a Imagem(brasão) da entidade, seu Nome, seu CNPJ, seu Município, sua Sigla, sua Natureza jurídica, seu Endereço, seu Número, Complemento, Bairro, CEP, E-mail, Site, Telefone, Fax, Horário de Funcionamento, Esfera de governo, Identificador de entidade, RPPS e Fuso horário.
92	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de organogramas, realizando operações de edição e exclusão de organogramas por meio da listagem.
93	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os organogramas através da listagem. A pesquisa de organogramas pode ser realizada pelo Número, Descrição e Tipo de administração. Na listagem essas informações são visíveis aos usuários.
94	Possibilitar ao usuário configurar organogramas, visando atender às necessidades de organização estrutural da entidade. O cadastro consiste em informar a Descrição da configuração, seu Nível (limitado até 6 níveis), sua Descrição, a Quantidade de dígitos (limitada até 16 dígitos) o Separador (ponto, hífen ou barra). Em um exercício, é

	possível colocar em uso uma configuração, tornando organogramas válidos para para utilização no exercício.
95	Possibilitar ao usuário cadastrar organogramas que visam atender a organização estrutural da entidade. O cadastro consiste em informar o Número, a Descrição e seu Tipo de administração.
96	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Ações por meio da listagem, podendo o usuário editar e excluir o registro de uma Ação. Além disso o usuário poderá visualizar as alterações da Ação, bem como desfazer essas alterações.
97	Possibilitar ao usuário visualizar, ordenar e pesquisar as Ações por meio do Número, Descrição e/ou Finalidade por meio de listagem. A pesquisa pode ser realizada por Descrição, Tipo e Finalidade. Na listagem as informações da Descrição e Tipo são visíveis ao usuário. É possível ordenar as Ações pela descrição.
98	Possibilitar ao usuário cadastrar as Ações de governo conforme necessidade da entidade, consistindo em informar seu Número, seu Tipo, sua Descrição e Finalidade.
99	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar Funções/Subfunções por meio de listagem. A pesquisa pode ser realizada pelo Número da ação ou pela Descrição. Na listagem as informações do Número e Descrição são visíveis ao usuário.
100	Possibilitar ao usuário registrar Função e Subfunção, informando seu Código e Descrição em atendimento a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e alterações posteriores.
101	Possibilitar ao usuário cadastrar a configuração de Função e Subfunção conforme a necessidade do município, indicando que está em uso uma determinada configuração e validando as Funções e Subfunções para utilizá-las no exercício, bem como, informar alguma descrição.
102	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Programas através da listagem, podendo o usuário realizar a edição ou a exclusão do cadastro de um programa.
103	Possibilitar ao usuário visualizar, ordenar e pesquisar os Programas de governo por meio do Número, Descrição, Público alvo e Objetivos por meio de listagem. Na listagem as informações Número, Público alvo e Objetivos são visíveis e passíveis de ordenação.
104	Possibilitar ao usuário cadastrar Programas de governo conforme necessidade da entidade. O cadastro consiste em informar seu Número e descrição, seu Público alvo, seus Objetivos, Justificativa, Diretrizes, Responsável, e Horizonte temporal.
105	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Naturezas de despesas, sendo possível realizar a edição, exclusão e o desdobramento de Natureza da despesa através da listagem.
106	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as Naturezas de despesas. A pesquisa por Naturezas de despesas pode ser realizada tanto pelo Número quanto pela Descrição. Na listagem, as informações do Número e da Descrição são facilmente identificadas.
107	Possibilitar ao usuário cadastrar Naturezas de despesas conforme necessidade da entidade. O cadastro consiste em informar sua Descrição e seus Níveis (com limite de 30 níveis e com limite total de 30 dígitos). Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando Naturezas da despesa válidas para utilização no exercício.
108	Possibilitar ao usuário configurar Naturezas de despesas informando sua Descrição, seus Níveis (com limite de 30 níveis e com limite total de 30 dígitos). Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando Naturezas de despesas válidas para utilização no exercício.
109	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as Naturezas das Receitas por meio da listagem. A pesquisa do cadastro de Naturezas de receitas pode ser realizada tanto pelo Número da natureza quanto por qualquer palavra que compõe sua Descrição. A listagem permite visualizar o Número e a Descrição da natureza de receita.
110	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Naturezas de receita, sendo possível realizar a edição, exclusão e o desdobramento das Naturezas de receitas através da listagem.

111	Possibilitar ao usuário cadastrar Naturezas das receitas com suas respectivas características específicas e segundo o fato gerador, ou seja, acontecimento real que ocasiona o ingresso da receita no cofre público. O cadastro consiste em informar seu Número: respeitando a formatação previa na configuração de natureza de receita, seu Tipo (sintético ou analítico), sua Descrição e Marcadores vinculados.
112	Possibilitar ao usuário configurar Naturezas de receitas informando sua Descrição, Níveis: com limite de 30 níveis e com limite total de 30 dígitos. Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando Naturezas de Receitas válidas para utilização no exercício.
113	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de assinantes através da listagem, podendo o usuário realizar a edição e exclusão de um assinante.
114	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar assinantes. A pesquisa pode ser feita por: Nome, CPF ou função do assinante. Na listagem, as informações: Nome, CPF e Função do assinante são visíveis e passíveis de ordenação.
115	Possibilitar ao usuário cadastrar os assinantes dos diversos documentos e relatórios do sistema. O cadastro consiste em informar o Nome do assinante, seu CPF, sua Função e Complemento. É possível realizar consulta por pessoas previamente registradas buscando pelos documentos de identificação pessoal tais como o CPF, RG, PIS, etc.
116	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os credores. A pesquisa de credores pode ser realizada pelo nome, CPF se pessoa física ou CNPJ se pessoa jurídica. Na listagem as informações visíveis aos usuários são: Nome, Tipo de Pessoa, CPF/CNPJ, Data de inclusão e Situação. As informações: Nome, Tipo de Pessoa e Data de inclusão são passíveis de ordenação.
117	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de credores, podendo realizar a edição ou exclusão de um registro de credor.
118	Possibilitar ao usuário cadastrar os Credores da entidade. O Cadastro consiste em informar seu Nome, seu CPF/CNPJ, sua Data de inclusão, seu Endereço, seu Telefone, seu e-mail e sua Profissão. Permite também, de forma parametrizada, cadastrar credores sem informar CPF/CNPJ.
119	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os ordenadores da despesa. A pesquisa pode ser realizada pelo nome, CPF, número do organograma ou descrição do organograma. A listagem dos ordenadores, é destacada pelo Nome, CPF e Organograma do ordenador.
120	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de ordenadores da despesa através da listagem, sendo possível realizar a edição e exclusão do registro de ordenadores de despesa.
121	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de responsáveis através da listagem, realizando a edição e exclusão do registro de responsáveis.
122	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os responsáveis. A pesquisa pode ser realizada por: Nome, CPF, Cargo, Tipo de responsável e Situação. Na listagem, as informações disponíveis são: Nome, Descrição do cargo, Tipo de responsável, Período da responsabilidade e a Situação do responsável.
123	Possibilitar ao usuário cadastrar responsáveis, pessoas que podem assumir algum tipo de responsabilidade perante a Administração Pública ou fora dela, respondendo sobre as informações de sua responsabilidade na entidade. O cadastro consiste em informar o período de responsabilidade mantida sob seu domínio, bem como os dados para cadastro como seus dados pessoais (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e descrição do cargo que ocupa.
124	Possibilitar ao usuário emitir e utilizar relatórios legais da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal. Relatório Resumido da Execução Orçamentárias: Anexo 1 - Balanço Orçamentário Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

	<p>Anexo 13 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas</p> <p>Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária</p> <p>Relatório de Gestão Fiscal:</p> <p>Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios</p> <p>Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL</p> <p>Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores</p> <p>Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito</p> <p>Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal</p>
125	Possibilitar ao usuário emitir notas e relatórios a partir dos próprios ambientes do sistema
126	Possibilitar ao usuário criar e configurar as Classificações contábeis no intuito de contribuir na construção de relatórios e demais artefatos.
127	Possibilitar ao usuário realizar a configuração do momento que irá realizar as retenções da entidade, que pode ser: na liquidação, no pagamento ou individual por retenção.
128	Possibilita aos usuários de forma facilitada o reaproveitamento de informações já digitadas na especificação do subempenho e do empenho ao efetuar a liquidação.
129	Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade, selecionando o tipo de dado que pode ser Área de Texto, CNPJ, CPF, Data, Data/Hora, E-Mail, Hora, Inteiro, Lista de seleção, Múltipla Seleção, Telefone, Texto e Valor (Fracionário), Descrição, Tamanho, Dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não. Deve possibilitar também o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.
130	<p>Possibilitar ao usuário utilizar relatórios nos layout's de notas: Ordem de pagamento, Situação da despesa por credor e Despesa extra.</p> <p>- Possibilita a emissão da nota de Ordem de Pagamento pelo seu Número ou ainda por sua Data de Emissão</p> <p>- Possibilita a emissão da nota de Liquidação pelo seu Número ou ainda por sua Data de Emissão</p>
131	Possibilitar ao usuário emitir o Balancete Dinâmico sendo possível controlar através de filtros a consulta aos lançamentos e movimentações das contas contábeis. Os filtros possíveis para emissão do balancete dinâmico são por Período: Anual, Mensal e Diário; Grupo, Conta, Visão, Apenas saldo atual, Conta corrente, Componente, Registro contábil, Totalizador por dia, Saldos iniciais, abertura, diários, encerramento e documentos escriturados.
132	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os componentes através da listagem. A pesquisa pode ser realizada pela descrição do componente. Na listagem as informações visíveis ao usuário são sua Descrição, sua configuração e seus documentos.
133	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de componentes através da listagem. O usuário poderá realizar operações de edição e exclusão de componentes.
134	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de contas correntes contábeis através da listagem. O usuário poderá realizar operações de edição e exclusão de conta corrente, adição, edição e exclusão de conta contábil.
135	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os Contas correntes contábeis. A pesquisa pode ser realizada por: Lote, Máscara da conta contábil, Descrição da conta corrente e sua composição. Na listagem, as informações visíveis são: Descrição, Lote, Componente e Conta contábil.
136	Possibilitar ao usuário cadastrar Contas correntes contábeis que têm como objetivo criar toda a configuração de Contas correntes, desde seu lote, seus componentes, como também suas configurações. O cadastro consiste em informar sua Descrição, seu Lote, sua Vigência e os componentes que o integram.
137	Permitir ao usuário interagir com os registros de interação através do ambiente de escrituração com as mesmas características de um documento interno. Os documentos passíveis desta interação são: Inscrição de Dívida Ativa, Cancelamento de Dívida Ativa, Prescrição de Dívida Ativa, Desconto de adiantamento de férias, Desconto de adiantamento de décimo terceiro salário, Desconto de adiantamento de remunerações. Apropriação de férias, Apropriação de décimo terceiro salário, Apropriações diversas, Baixa de apropriação de férias, Baixa de apropriação

	de décimo terceiro salário e Baixa de apropriações diversas.
138	Não permitir a exclusão de lançamentos contábeis automáticos da execução orçamentaria.
139	Efetuar os lançamentos automáticos das variações patrimoniais no momento da liquidação de empenho e arrecadação da receita.
140	Possibilitar ao usuário realizar diversos filtros no ambiente de escrituração contábil, tais como: Mês e dia, por documento escriturado e por status(descartado, atrasado, não escriturado, inconsistente e escriturado).
141	Possibilitar ao usuário escriturar contratações com as informações do tipo e descrição do "tipo de objeto".
142	Possibilitar ao usuário recepcionar/armazenar os documentos enviados pelos departamentos competentes para proceder com a escrituração contábil. O ambiente de escrituração é responsável pela escrituração contábil de todas as rotinas do sistema. Todas as operações passíveis de escrituração, serão abrangidas e registradas no ambiente. O ambiente recepcionará tanto documentos do próprio sistema Contábil como documentos advindos de outros sistemas, como é o caso do sistema de Patrimônio. A materialização do registro contábil no ambiente de escrituração, se dá através do estímulo de cada documento. Por exemplo, ao salvar um empenho, o registro contábil já deverá imediatamente, estar no ambiente de escrituração, o mesmo acontece com a liquidação, pagamento, subempenho e etc.
143	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro dos saldos contábeis iniciais. Através do ambiente de escrituração de documentos, é possível realizar os lançamentos de inscrição de saldos nas contas contábeis. O cadastro consiste em informar a conta contábil, o tipo de lançamento, valor, Fase e histórico do lançamento.
144	Possibilitar ao usuário interagir com a escrituração contábil através do ambiente de escrituração. Através do ambiente de escrituração é possível que o usuário interaja com os filtros do ambiente, podendo selecionar os documentos por: "Todos", "Escrituráveis", "Descartado", "Atrasado", "Não escriturado", "Inconsistente" ou "Escriturado". Também é possível realizar a interação com o calendário, podendo realizar filtros e pesquisas por mês ou por dia selecionado. O usuário ainda poderá realizar operações de escriturar, reescrever, descartar, apagar ou editar documentos, além de poder realizar fechamentos e abertura de períodos.
145	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar a escrituração de documentos através da listagem. A pesquisa por escrituração contábil pode ser feita pela descrição ou ainda por documento escriturável. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Documento escriturado e seus detalhamentos, descrição, data da escrituração, valor, e status do documento.
146	Possibilitar ao usuário estornar um lançamento contábil, que consiste em reverter a escrituração de lançamentos contábeis já existentes. Seu cadastro consiste em informar o Lançamento contábil desejado, sua data de estorno, seu histórico e valor.
147	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de Lançamentos de Abertura que dentre outros, são os lançamentos dos resultados acumulados de exercícios anteriores e inscrição de restos a pagar.
148	Possibilitar ao usuário utilizar alterações contratuais do tipo "aditivo" ou "apostilamento" via interação do compras na emissão de empenhos.
149	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de Lançamento Contábil de forma manual. Através do ambiente de escrituração contábil, há a possibilidade de realizar os lançamentos contábeis que não são contemplados por rotinas do sistema, seja por motivos de ajustes ou por razões legais. O cadastro consiste em informar o Número do lançamento, sua data, seu histórico, suas contas contábeis, seu tipo, valor e par. Nessa funcionalidade, o usuário também tem a possibilidade de informar um roteiro contábil pré-definido utilizando os eventos contábeis.
150	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de Lançamento Contábil de Encerramento de forma manual. Através do ambiente de escrituração contábil, há a possibilidade de realizar os lançamentos contábeis de Encerramento que não são contemplados por rotinas do sistema, seja por motivos de ajustes ou por razões legais. Estes lançamentos realizam o fechamento do exercício contábil. O cadastro consiste em informar o Número do lançamento, seu histórico, sua fase, suas contas contábeis, seu tipo, valor e par. Possibilita também informar contas correntes de cada conta contábil conforme configuração do cadastro de Contas Correntes.

151	Possibilitar ao usuário realizar o encerramento do período contábil. Através dessa funcionalidade, pelo ambiente de escrituração de documentos contábeis, é possível realizar o encerramento do período contábil, onde uma vez encerrado, este período ficará restrito para escriturações contábeis. O encerramento de período consiste em informar a data para o encerramento.
152	Possibilitar ao usuário reabrir o período contábil após encerrado. Através do próprio ambiente de escrituração contábil, o usuário poderá reabrir o período contábil, onde uma vez reaberto o período não ficará mais restrito para escrituração.
153	Possibilitar ao usuário cadastrar Eventos contábeis objetivando configurar roteiros pré-definidos para a realização da escrituração contábil conforme particularidade de cada documento escriturável. O cadastro de Eventos consiste em informar o Número do evento, seu Título, sua Vigência, o respectivo Documento escriturável, sua Abrangência, sua Aplicabilidade, sua Condição que é a definição de um script para reconhecimento da escrituração, a descrição de seu Histórico, o Histórico de Estorno. No Roteiro Contábil devem ser informadas as Contas contábeis integrantes do Roteiro, seu Tipo (Débito ou Crédito), seu Par e Desdobramento caso possua.
154	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar contas contábeis do plano de contas através da listagem. A pesquisa por contas contábeis do plano de contas pode ser realizada pela Descrição e pela Máscara. Na listagem as informações disponíveis ao usuário são a Máscara da conta e sua Descrição.
155	Possibilitar ao usuário interagir com as Contas contábeis do Plano de contas através da listagem. O usuário poderá realizar operações de edição, exclusão e de desdobramento de contas.
156	Possibilitar ao usuário cadastrar contas contábeis no Plano de Contas conforme determina sua Legislação aplicada, seja ela Federal ou Estadual. O cadastro de contas contábeis consiste em informar a Máscara da conta, seu Tipo (Sintético ou Analítico), seu Período de vigência, sua Descrição e descrever sua Função.
157	Possibilitar ao usuário configurar o plano de contas conforme determina a legislação Federal ou de seu Estado. Consiste em informar a Descrição da sua configuração, seu Nível (limitado até 30 níveis), uma Descrição, a Quantidade de dígitos (limitado até 10 dígitos), o Separador podendo ser ponto, hífen ou barra. Em um exercício, é possível colocar em uso uma configuração, tornando o plano de contas válido para utilização no exercício.
158	Possibilitar ao usuário cadastrar regras de documentos. O cadastro consiste em informar sua Descrição, seu Status, o Documento escriturável e sua Condição.
159	Possibilitar ao usuário interagir com os adiantamentos concedidos de suprimentos de fundos e de diárias através da listagem. O usuário poderá filtrar os adiantamentos pelas etapas: "Concedido" e "Comprovado". Também poderá realizar filtros dos adiantamentos "a prestar contas", "encerrados" ou "todos".
160	Possibilitar ao usuário efetuar a prestação de contas de adiantamento de suprimentos de fundos e de diárias. Após o pagamento de um empenho de adiantamento ou de diária, esse adiantamento ficará disponível para prestação de contas no ambiente de adiantamentos. A prestação de contas do adiantamento é realizada pela interação do usuário com o ambiente de listagem, sendo que na efetiva prestação de contas deverão ser informados o respectivo Número e Data da prestação, os comprovantes das despesas vinculadas e seus respectivos valores.
161	Possibilitar ao usuário realizar a devolução de valores não utilizados no adiantamento, atendendo a necessidade da devolução dos valores de adiantamento ou de diárias que não foram utilizados. O usuário pode executar a devolução do saldo, o que desencadeia a anulação dos documentos de pagamento, liquidação, em liquidação (se existir) e empenho com o valor devolvido.
162	Possibilitar ao usuário efetuar a anulação da prestação de contas de adiantamento. O preenchimento do cadastro consiste em informar o Número, sua Data, seu Valor; seus Comprovantes vinculados assim como o respectivo Valor a anular.
163	Possibilitar o usuário cadastrar incorporação de encargos na dívida, que consiste em acrescentar o valor dos encargos nas parcelas da dívida já cadastrada. O cadastro consiste em informar a Data da incorporação, seu Valor e sua Especificação (podendo pesquisar as últimas utilizadas).
164	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar o cadastro de Dívidas. A pesquisa pode ser realizada pelo: Número da dívida, Descrição do credor, Especificação, Número do ato, Data do reconhecimento, Data da apresentação, Tipo da dívida. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Número da dívida, Credor, CPF ou CNPJ, Especificação,

	Data do reconhecimento, Valor e identificador de dívida (se é dívida ou precatório).
165	Possibilitar ao usuário cadastrar acréscimos no valor principal da dívida, que consiste em adicionar um acréscimo no montante da dívida já cadastrada. O cadastro consiste em informar a Data de acréscimo, seu Valor e sua Especificação (podendo pesquisar as ultimas utilizadas).
166	Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de dívidas/precatórios, realizando operações de edição e exclusão de dívidas/precatórios, através da listagem. É possível interagir com a visualização do histórico, que é toda a tramitação temporal da dívida/precatório, além de possibilitar a interação com filtros que possibilitam listar apenas as "Dívidas", "Precatórios", "Todos", ou apenas "Com saldo".
167	Possibilitar ao usuário cadastrar incorporações de juros na dívida já cadastrada, que consiste em acrescentar o valor dos juros nas parcelas da dívida. O cadastro de Incorporação de juros é individual por dívida e consiste em informar a Data da Incorporação, seu Valor e sua Especificação (podendo pesquisar as ultimas utilizadas).
168	Possibilitar ao usuário cancelar valores das parcelas da dívida já cadastrada. O cadastro consiste em informar a Data de cancelamento, seu Principal, Juros, Encargos e o Motivo (sendo possível informar os últimos motivos utilizados).
169	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os cadastros de Precatórios. A pesquisa por precatórios se dá por: Número, Descrição do credor, Especificação, Número do ato, Data do precatório e Tipo de precatório. Na listagem, as informações visíveis ao usuário são: Número do precatório, Credor, CPF ou CNPJ, Especificação, Data do precatório, Valor e Identificador do precatório.
170	Possibilitar ao usuário cadastrar tipos de precatórios que serão utilizados para classificar os precatórios propriamente ditos. O cadastro consiste em informar a Descrição, e seu Tipo, podendo o mesmo ser Ordinário ou Especial.
171	Possibilitar Ao usuário realizar o cadastro de Dívidas, que corresponde ao montante total, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de Leis, Contratos, Convênios e da realização de Operações de crédito. O cadastro consiste em informar a Data de reconhecimento da Dívida, o Valor do principal; seu Número, o Tipo da dívida, seu Credor, seu Ato, sua Especificação (sendo possível inclusive pesquisar as mais recentes); as Parcelas que compõem a Dívida, com seus respectivos Vencimentos, Principal, Juros, Encargos e Marcadores vinculados caso possuam.
172	Possibilitar ao usuário visualizar a descrição, o tipo e complemento do tipo, do cadastro de tipo de dívida ao realizar o cadastro da dívida propriamente dita.
173	Possibilitar ao usuário o cadastro de precatórios que são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. O cadastro consiste em informar as Datas do Precatório e de sua Apresentação, seu Valor, Número de identificação, Tipo de precatório, a identificação do seu Credor, o ato relacionado ao precatório, sua especificação, a(s) parcela(s) que o compõe(m) com seu(s) respectivo(s) valor(es) e data(s) de vencimento.
174	Possibilitar a interação do cadastro de alterações orçamentárias da despesa através da listagem. Através da listagem o usuário poderá interagir com as etapas da alteração orçamentárias que podem ser: Proposta em elaboração, Proposta Concluída, No Legislativo e Sancionada.
175	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as alterações orçamentárias da despesa através da listagem. A pesquisa das alterações orçamentárias da despesa pode ser realizada por: Número do organograma da despesa, Descrição do organograma da despesa, Número da despesa creditada, Número da natureza da despesa, Finalidade, Descrição da ação da despesa, Descrição da natureza da despesa, Motivo do crédito não informado, Motivo da origem não informada. Na listagem, as informações visíveis para o usuário são: Despesa, Organograma, Natureza da despesa, Origens, Valor do crédito, Data de conclusão da proposta, Data do envio ao legislativo, Data da sanção, Finalidade.
176	Possibilitar ao usuário cadastrar alterações orçamentárias da despesa que objetivam a intervenção da administração pública, via ato legal (ex.: Lei e/ou Decreto) com alterações no orçamento previamente estipulados. As alterações devem ser fundamentadas via Fontes de recurso para créditos adicionais (ex.: Anulação de outras despesas, Superávit financeiro do exercício anterior, Excesso de arrecadação no exercício, etc), ou seja, todo crédito orçamentário a ser concedido deve ser devidamente fundamentado e com recurso disponível para tal ação. O cadastro consiste em informar o Crédito, a respectiva Despesa que será alterada, o Valor do crédito, a Fonte de recurso e seu

	Valor, o Tipo de crédito da alteração da despesa, sua Finalidade. Também deve informar a Origem que irá suprir o crédito e sua respectiva Despesa, seu Valor, sua Fonte de recurso e Valor, e um Motivo quando sua origem for não identificada.
177	Possibilitar ao usuário a visualização e pesquisa dos bloqueios/desbloqueios através da listagem. A pesquisa para os bloqueios e desbloqueios pode ser realizada por: Natureza da despesa, Número da natureza da despesa, Descrição da natureza da despesa, Descrição da ação da despesa e Finalidade do bloqueio. Na listagem, as informações visíveis aos usuários são: Número da despesa, Descrição da despesa, Natureza da despesa, Data do bloqueio, Número da solicitação de compras, Valor do bloqueio, Status do bloqueio e Total dos bloqueios pelos filtros realizados.
178	Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de bloqueios e desbloqueios através da listagem. Através da listagem o usuário poderá interagir com o filtros dos bloqueios, selecionando os registros por: "Todos", "Desbloqueados" ou a "Desbloquear". Poderá realizar operações como: Desbloquear, editar ou excluir bloqueios,*porém, para o tipo _desbloqueado_ não deverá permitir a exclusão pela listagem do ambiente*. Poderá interagir com o histórico do bloqueio, que além de visualizar toda movimentação do registro (bloqueios e desbloqueios), poderá, pelo histórico, editar ou excluir um registro.
179	Possibilitar ao usuário desbloquear despesas já bloqueadas para a realização da execução orçamentária. Seu cadastro consiste em informar a Data, seu Valor, sua Finalidade e sua Fonte de recurso.
180	Possibilitar ao usuário cadastrar bloqueios de despesas que é o procedimento feito pelo executivo com objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, equilibrar a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos. O cadastro consiste em informar a Despesa bloqueada, a Solicitação de compras, o Processo administrativo, a Data do bloqueio, o Tipo de bloqueio, seu Valor, sua Finalidade e respectiva Fonte de recurso.
181	Permitir ao usuário interagir através de um painel com os registros oriundos do serviço de interação do compras, possibilitando a efetivação do bloqueio e desbloqueio orçamentário.
182	Possibilitar ao usuário realizar a baixa das despesas extras, cujo objetivo é efetivar o pagamento da despesa extra. O preenchimento do cadastro consiste em informar sua Data, sua Transação financeira, seu Número do documento, sua Conta bancária, seu Recurso e seu Valor.
183	Possibilitar o controle dos saldos das despesas extras por: classificação e fonte de recursos vinculadas a liquidações ou ordens de pagamentos, bem como a realização de seu cadastro de forma dinâmica.
184	Possibilitar ao usuário cadastrar despesas extras que são despesas cujo pagamento depende de autorização legislativa, ou seja, não integra o orçamento público. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Credor, sua Especificação, sua Classificação, seu Valor, a Vinculação de suas origens, seu Vencimento, suas Retenções, seus Comprovantes. Na baixa da Despesa extra deve ser informada a Transação financeira vinculada, o Número do documento, o Valor da baixa, sua Conta bancária, sua Fonte de recurso e o respectivo Valor da própria baixa
185	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar despesas extras por meio da listagem. A pesquisa por despesas extras pode ser realizada pelo: Número da despesa extra, Credor, CPF ou CNPJ, Especificação, Classificação, por data de emissão ou ainda por valor emitido. Na listagem, as informações visíveis aos usuários são: Credor, CPF ou CNPJ, Especificação, Data de Emissão, Valor, Status e o Totalizador dos valores das despesas extras por filtro.
186	Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de Despesas extras através da listagem. O usuário poderá realizar operações de pagar, editar, anular, excluir, emitir relatório e emitir nota. Também poderá interagir com o histórico da despesa extra, onde além de visualizar todas as tramitações da despesa extra, poderá interagir com as mesmas, editando-as, excluindo-as ou anulando-as. Existe a possibilidade de interação com os filtros das despesa extras na listagem, onde o usuário poderá selecionar quais despesas extras deseja visualizar, se "todas", "a pagar", ou "pagas".
187	Permitir ao usuário realizar a anulação parcial de uma despesa extra, que envolve a informação dos valores para cada *item* abaixo: - Valor para cada classificação e cada recurso da classificação. - Valor para cada origem vinculada a cada classificação (caso houver). - Valor para cada retenção (caso houver). - Valor para cada recurso de cada retenção (se houver retenção). - Valor para cada comprovante (se houver). - Valor para cada recurso da baixa.

	<p>Uma anulação de despesa extra é permitida desde que todos os quesitos abaixo sejam verdadeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Deve existir saldo disponível "a anular" na data do trâmite; -Deve existir saldo disponível "a anular" no exercício; <p>O montante do trâmite não pode resultar em um valor negativo de saldo "a anular" apurando-se individualmente todos os trâmites já realizados no exercício para a despesa extra, considerando que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saldo a anular da despesa extra <p>Uma anulação de pagamento de despesa extra é permitida quando há saldo disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> (+) Soma da baixa da despesa extra (-) Soma de todas as baixas anuladas <ul style="list-style-type: none"> - Saldo a anular do recurso da baixa da despesa extra <p>Uma anulação de recurso de baixa de despesa extra é permitida quando há saldo disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> (+) Valor do recurso da baixa despesa extra (-) Soma de todas as baixas anuladas <ul style="list-style-type: none"> - Saldo a anular do item citado acima (classificação, recurso da classificação, origem, retenção, recurso da retenção e comprovante): <p>Uma anulação de classificação, recurso da classificação, origem, retenção, recurso da retenção e comprovante é permitida quando há saldo disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> (+) Valor do item. (-) Soma de anulação do item.
188	Possibilitar ao usuário realizar a anulação total da despesa extra. O preenchimento do cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor (sendo que o mesmo já é sugerido) e seu Motivo.
189	Possibilitar ao usuário cadastrar a anulação de Em liquidação. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor a anular e respectivo Motivo.
190	Possibilitar ao usuário cadastrar a anulação de empenhos. O cadastro consiste em informar seu Número, Data, Valor a anular e Motivo.
191	Possibilitar ao usuário cadastrar uma anulação de empenho complementar. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor a anular e Motivo.
192	Possibilitar ao usuário cadastrar a Anulação de liquidação. O cadastro consiste em informar o Número, sua Data, seu Valor a anular e o respectivo motivo.
193	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de "Em liquidação" que busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador, não do empenho. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor, seus Comprovantes vinculados e suas Retenções caso possuam.
194	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os empenhos através da listagem. A pesquisa por empenho pode ser realizada por: Nome do credor, CPF ou CNPJ do credor, Especificação do empenho, Número do empenho, número do em liquidação, número da liquidação, número do pagamento, número do comprovante, número da anulação de empenho, número da anulação do em liquidação, número da anulação da liquidação, número da anulação do pagamento, número da despesa, número do convênio, número da diária, número da dívida, número do precatório, Organogramas, Programas, Ações, Função, Subfunção, Conta bancária, Retenções, Identificador, Tipo, Por data de emissão, valores emitidos e *Natureza da despesa*. A pesquisa pode ser salva pelo usuário para utilização posterior. As informações da listagem visíveis ao usuário são: Credor, CPF ou CNPJ, Data do empenho, Valor, Especificação e estágio do empenho e total empenhado no rodapé da página.
195	<p>Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de empenhos através da listagem. Por meio da listagem, o usuário poderá editar e excluir empenhos, além de poder realizar cópias de empenho, adicionar subempenho, adicionar liquidação, adicionar pagamento, adicionar anulação, emitir relatório e emitir nota. Poderá ainda realizar filtros por empenhos ou restos e empenhos a comprovar.</p> <p>Através do botão tramitar, o usuário poderá efetivar as etapas do "em liquidação", "liquidação" e "pagamento", além de poder gerar um empenho complementar.</p>

	<p>Através do botão saldo do empenho e subempenho, o usuário poderá verificar o saldo individualizado do empenho e do subempenho, total empenhado e subempenhado, liquidado, pago, comprovado em liquidação, a comprovar e apagar, com projeção "infinita" ou até o fim do exercício financeiro.</p> <p>Através do botão histórico, o usuário poderá verificar todos os tramites do empenho e do subempenho, anulações de empenho e subempenho, em liquidações e anulações, liquidações e anulações, pagamentos e anulações, comprovantes vinculados, retenções, contas bancárias utilizadas nos pagamentos e forma de pagamento. Além disso, através do histórico poderá, anular, editar ou excluir determinada etapa do empenho. Quando</p> <p>Através da listagem, o usuário poderá interagir com as etapas do empenho, filtrando os empenhos por: Emitido, Em liquidação, Liquidado, Pago.</p> <p>Através da interação com o botão resumo geral, localizado no rodapé da pagina, o usuário tem uma visão ampla da situação dos empenhos da entidade, sendo possível identificar o total de valores Inscritos em restos a pagar: Não processado, Processado, Não processado em liquidação; Empenhado, Liquidado, Pago, Emitidos, Comprovados, A pagar não liquidado, Anulados, Cancelados de restos, a pagar liquidado, Em liquidação, A Comprovar e A pagar.</p>
196	Possibilitar ao usuário uma melhor visualização e manipulação a respeito dos subempenhos, como por exemplo, visualizar o subempenho apenas a partir do exercício de sua criação e manipulá-los apenas no exercício de sua criação. Possibilitar inclusão de subempenho sem a checagem de ordem cronológica.
197	Possibilitar ao usuário realizar a interação entre os sistemas Contábil e Compras, sendo possível interagir com registros de empenhos, anulação de empenhos, em liquidação, anulação de em liquidação, liquidação e anulação de liquidação.
198	Possibilitar ao usuário cadastrar a anulação de um subempenho. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data, seu Valor a Anular e o Motivo da anulação.
199	<p>Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de empenhos objetivando atender o fluxo operacional proporcionado pela Lei nº 4.320/64, onde em seu art. 60 prevê que "é vedada a realização de despesa sem prévio empenho". O cadastro consiste em informar seu Número, a Data, Despesa, seu Desdobramento, seu Recurso, detalhamento do recurso, Marcadores, Tipo do empenho, Valor; Especificação. No momento do registro do empenho também é possível vinculá-lo a um identificador que corresponde a um processo específico do sistema tais como:</p> <p>Identificador Adiantamento/Credor: Credor; Identificador Contrato: Contrato; Obras Identificador Convênio: Convênio. Credor Identificador Diária: Diária Identificador Dívida: Dívida; Amortização. Identificador Precatório: Precatório Identificador Processo Administrativo: Processo Administrativo; Participante; Contratos;</p> <p>Também a partir do cadastro do empenho, no momento de salvar, o usuário tem a possibilidade de iniciar imediatamente a fase de ""Em liquidação"" ou ainda iniciar diretamente a fase da ""Liquidação""."</p>
200	Possibilitar ao usuário efetuar a interação de Empenhos do sistema Contábil com o Compras dispensando-o de informar um processo administrativo.
201	Possibilitar ao usuário cadastrar a anulação de pagamento. O cadastro consiste em informar seu Número, sua Data,

	seu Valor total a anular, seu respectivo Motivo e sua Baixa.
202	Possibilitar ao usuário cadastrar um empenho complementar que objetiva complementar o valor da diferença do empenho do tipo estimativo, quando esta diferença for a maior.
203	Possibilitar ao usuário cadastrar adiantamentos concedidos de suprimento de fundos e de diárias. Essa funcionalidade registra todos os adiantamentos concedidos através do pagamento de empenhos que possuam identificadores de "Adiantamento" ou "Diária".
204	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os adiantamentos concedidos de suprimentos de fundos e de diárias através da listagem. A pesquisa dos adiantamentos se dá pelo: Nome do credor, CPF, CNPJ e pela Especificação do empenho. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Credor, CPF ou CNPJ, Número do adiantamento, Número do empenho, especificação do empenho, data do adiantamento, valor, data limite para utilização, data limite para prestação de contas e status do adiantamento.
205	Possibilitar ao usuário cadastrar empenhos utilizando como identificador, processos administrativos de exercícios anteriores.
206	Possibilitar ao usuário cadastrar um empenho de contrato sem a existência de um processo administrativo.
207	Possibilitar ao usuário a opção de sugerir o texto da especificação do empenho no cadastro da liquidação, sem a necessidade de digitação.
208	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de liquidação. Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. O cadastro consiste em informar o Número, Data, Valor, Especificação; Comprovantes vinculados, respectivos Vencimentos, Retenções e Responsável caso possua.
209	Possibilitar ao usuário a sugestão do histórico do empenho para a liquidação, sem haver a necessidade de digitação.
210	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de pagamento de empenho. O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa. O cadastro consiste em informar o seu Número, sua Data, o Valor total do pagamento. As informações constantes na baixa são sua Transação financeira e respectivo Número do documento, Valor da baixa, Conta bancária, tipo da conta bancária, tipo de aplicação, Recurso e Valor.
211	Possibilitar ao usuário cadastrar subempenhos. A funcionalidade objetiva atender o cenário de resguardo de saldo não utilizado do empenho, objetivando ao atendimento de realização de despesas executadas de forma fracionada. Assim, utiliza-se a figura do subempenho para que não se destine saldo do empenho para outra finalidade que não seja da despesa que está por se realizar. Este ato portanto ocorre antes da realização da despesa (liquidação do empenho). Seu cadastro consiste em informar o número do empenho de referência, a sequência do subempenho, caso não queira a geração automática, a Data, o Valor, sua Conta bancária e Especificação.
212	Possibilitar ao usuário cadastrar uma Solicitação de Diária com Identificador no empenho, com isso, no momento de realizar um Empenho utilizando o identificador "Diária", esse empenho ficará associado à solicitação da diária.
213	Permitir ao usuário interagir através de um painel com os registros oriundos do serviço de interação de empenhos, possibilitando a efetivação do empenho, anulação de empenho, em liquidação, anulação de em liquidação, liquidação e anulação de em liquidação.
214	Possibilitar ao usuário realizar a interação entre os sistemas Contábil e Folha de Pagamento, tornando possível a interação com o cadastro de empenhos da folha sem a necessidade de digitação. Permitir a geração prévia dos empenhos possibilitando manutenções dos registros antes da efetivação.
215	Possibilitar ao usuário realizar a Programação financeira da despesa, objetivando especificar e visualizar a Programação financeira mensal para cada Receita aprovada na LOA (Lei Orçamentária Anual).
216	Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de Programação da despesa através da listagem. O usuário poderá realizar filtros da Programação financeira da despesa por: "A programar", "Programado" ou "Todos". Além disso, poderá realizar a programação financeira mensal da Meta financeira estipulada na LOA (Lei Orçamentária Anual),

	tendo como opção, o rateio do valor por 12 meses.
217	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar a Programação financeira da despesa através da listagem. A pesquisa da Programação da despesa pode ser realizada por: Número da despesa, Número da ação, Descrição da ação, Natureza da despesa, Número da natureza da despesa, Descrição do organograma e Número do organograma. Na listagem, as informações visíveis ao usuário são: Número da despesa, Natureza da despesa, Descrição da natureza da despesa, Descrição do organograma, Número do organograma, Valor da despesa na LOA (Lei Orçamentária Anual), Valor programado, Status da despesa, Total programado e Detalhe por mês da programação pelo filtro realizado.
218	Possibilitar ao usuário realizar a Programação financeira da receita, objetivando especificar e visualizar a Programação financeira mensal para cada receita aprovada na LOA (Lei orçamentária Anual).
219	Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de Programação da receita através da listagem. O usuário poderá realizar filtros da Programação financeira da receita por: "A programar", "Programado" ou "Todos". Além disso, poderá realizar a Programação financeira mensal da Meta financeira estipulada na LOA (Lei Orçamentária Anual), tendo como opção, o rateio do valor por 12 meses.
220	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar a Programação financeira da receita através da listagem. A pesquisa da Programação da receita pode ser realizada por: Descrição da natureza da receita, Número da natureza da receita, Descrição do organograma e Número do organograma. Na listagem, as informações visíveis ao usuário são: Natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Descrição do organograma e Número do organograma, valor da receita na LOA (Lei Orçamentária Anual), Valor programado, Status da receita, Total programado e Detalhe por mês da programação pelo filtro realizado.
221	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as alterações orçamentária da receita. A pesquisa pode ser realizada por: Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Finalidade e Ato. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Tipo de alteração, Finalidade, Número da natureza de receita, Descrição da natureza da receita, Recurso da receita, status, impacto da alteração e data da sanção. Também é possível visualizar no rodapé da página o totalizador dos valores exibidos na listagem.
222	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros da alterações orçamentárias de receitas. No ambiente da listagem, poderá realizar a edição e exclusão de uma alteração orçamentária desde que esta, não esteja sancionada. Também tem a possibilidade de realizar a sanção da alteração orçamentária da receita, informando a data da sanção e seu respectivo ato. Pode também interagir com a reabertura de uma alteração orçamentária da receita já sancionada. Também é possível realizar o filtro das alterações por: "Todos", "A sancionar" e "Sancionado".
223	Possibilitar ao usuário o cadastro de alterações orçamentárias da receita que objetiva alterar o valor previsto da Receita ou até mesmo criar Receitas que por algum motivo não foram previstas na LOA. Esta alteração pode ocorrer ou não por opção do usuário por meio de algum ato autorizativo (Lei, Decreto, etc.). O cadastro consiste em informar o tipo de alteração, sua finalidade, a respectiva Receita, o Recurso da Receita, a Dedução, o Valor da dedução, seu Impacto da alteração(se aumenta ou diminui), e o respectivo Valor.
224	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar as arrecadações orçamentárias através da listagem. A pesquisa das arrecadações pode ser feita por: Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Número da conta bancária, Número da agência bancária, Número do documento, Especificação, Descrição da dedução da receita, Banco, período de arrecadação e identificador da receita. Na listagem, as informações visíveis ao usuário são: Transação, Tipo de conta, Data da arrecadação, Valor líquido da arrecadação, Natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Valor bruto da arrecadação, Especificação, informação do tipo de arrecadação: se orçamentária ou extra, status da arrecadação (se anulada total ou parcial), informação do estágio da arrecadação (se está em elaboração) e a informação do Total arrecadado conforme aplicação dos filtros (rodapé da página).
225	Possibilitar ao usuário interagir com as arrecadações através da listagem. O usuário poderá realizar filtros de arrecadações: "Todas", "Orçamentárias" e "Extraorçamentárias", "Em elaboração" e "Anuladas". É possível realizar operações de edição, exclusão, emissão de nota de arrecadação e emitir relatório de arrecadação. Ainda na listagem, o usuário poderá interagir com o histórico da arrecadação, onde, além de visualizar todo a movimentação da arrecadação, poderá efetuar operações de anulação, edição e exclusão a partir do histórico.
226	Possibilitar ao usuário cadastrar arrecadações extraorçamentária das receitas que não fazem parte do orçamento de modo que não serão consideradas quando da fixação das despesas públicas. Seu cadastro consiste em informar a Data da arrecadação, sua Transação financeira identificando a forma de recebimento dos recursos, o Número do documento, seu Valor, a Conta bancária vinculada em conformidade com a Transação financeira previamente

	selecionada, o Tipo de conta quando informado uma conta bancária, sua Especificação, sua Receita extraorçamentária, o Valor da receita extraorçamentária, sua Fonte de recurso. Caso à arrecadação possua vínculo com outros processos/funcionalidades poderá ser vinculada pelo usuário por meio de um identificador com um Contrato, Convênio ou Dívida.
227	Possibilitar ao usuário anular uma arrecadação extraorçamentária. Seu cadastro consiste em informar a Data da anulação, o Valor a anular (total ou parcial), o Motivo da anulação, Valor da receita e recurso a anular.
228	Possibilitar ao usuário anular uma arrecadação orçamentária. Seu cadastro consiste em informar a Data da anulação, o Valor a anular (total ou parcial), o Motivo da anulação, Valor da receita e recurso a anular.
229	Permitir ao usuário interagir através de um painel com os registros oriundos do serviço de interação da arrecadação, possibilitando a sua efetivação.
230	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar o cadastro de devoluções de receitas através da listagem. A pesquisa pelas devoluções de receita pode ser realizada por: Credor, CPF, CNPJ, Finalidade, Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Número da conta bancária da entidade, Número da agência bancária da entidade, banco e por períodos de pagamento. Na listagem as informações visíveis para o usuários são: Credor, Finalidade, Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita, Data da devolução, Data da baixa, Valor da devolução e Status da devolução.
231	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de Devoluções de receitas, podendo realizar através da listagem, a edição, exclusão e o pagamento de uma devolução de receita. O usuário ainda poderá interagir com os filtros da listagem, podendo selecionar quais devoluções deseja visualizar, se "todas", "pagas" ou "a pagar".
232	Possibilitar ao usuário realizar a baixa da devolução de receitas, que consiste em determinar a efetivação da devolução da receita. Os dados necessários ao preenchimento do registro são sua Data, sua respectiva transação financeira, seu Número do documento e sua Conta bancária, tipo de conta bancária e tipo de aplicação.
233	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro de devolução de receitas, com a possibilidade de seleção de transação financeira flexível e possibilidade de descrição da finalidade bem como *detalhamento de credor, e sua respectiva conta bancária*, bem como receitas que foram fato gerador da devolução. Deve ainda permitir um controle de baixa permitindo assim que devolução possa ser registrada para posterior efetivação. Seu objetivo consiste na devolução total ou parcial de receitas orçamentárias que foram recolhidas a maior ou indevidamente, as quais, em observância aos princípios constitucionais da capacidade contributiva e da vedação ao confisco, devem ser devolvidas.
234	Possibilitar ao usuário interagir com o cadastro de Lançamento de receitas, podendo realizar através da listagem, a edição, exclusão, a anulação parcial ou total do Lançamento da receita, bem como, consultar o histórico com a movimentação temporal dos acontecimentos dos lançamentos.
235	Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os lançamentos de receitas através da listagem. A pesquisa pode ser feita pelo: Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita e Descrição do Lançamento. Na listagem as informações visíveis para o usuário são: Número e Natureza da receita, Descrição do lançamento, Valor, Data, status (Anulada parcial e Anulada Total). Também é possível visualizar o no rodapé da página, o total dos valores da listagem exibida.
236	Possibilitar ao usuário cadastrar o lançamento de receitas consistindo no registro de valores a receber de determinadas receitas da entidade. Conforme Art. 53 da Lei nº 4.320/64: "O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta." Seu cadastro consiste em informar a data, sua receita vinculada, o valor e descrição.
237	Possibilitar ao usuário cadastrar arrecadações orçamentárias das receitas que foram previstas no orçamento de modo que serão consideradas quando da fixação das despesas públicas. Seu cadastro consiste em informar a Data da arrecadação, sua Transação financeira identificando a forma de recebimento dos recursos, o Número do documento, seu Valor Líquido, a Conta bancária vinculada em conformidade com a Transação financeira previamente selecionada, o Tipo de conta quando informado uma conta bancária, sua Especificação, sua Receita orçamentária, o Valor bruto da receita, sua Fonte de recurso. Caso possua Dedução vinculada também deverá ser informada, seu Valor e Fonte de recurso. Caso à arrecadação possua vínculo com outros processos/funcionalidades poderá ser vinculada pelo usuário por meio de um identificador com um Contrato, Convênio, Dívida e se a receita foi lançada previamente ou não.

238	Possibilitar ao usuário gerar informações do sistema Contábil para o SIOPE
239	Possibilitar ao usuário gerar informações do sistema Contábil para o SIOPS.
240	Permitir ao usuário trocar de Entidade e/ou Exercício sem sair do sistema.
241	Permitir que o cliente seja mantido no mesmo exercício ao alternar a entidade logada no sistema.
242	Permitir acessar outros sistemas de forma dinâmica partindo do atual logado pelo usuário por meio de uma janela de contexto que exiba outros sistemas.
243	Possibilitar ao usuário a possibilidade de poder alterar a entidade logada no sistema rapidamente.
244	Possibilitar ao usuário a geração de contas contábeis automáticas e suas respectivas equivalências para realização da escrituração contábil (de x para).
245	Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
246	Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
247	Anexos da Lei 4.320: Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Lei 4320/64).
248	Anexos da Lei 4.320: Anexo 12 - Balanço Orçamentário (Lei 4320/64).
249	Anexos da Lei 4.320: Anexo 18 - Demonstrativo de Fluxos de Caixa
250	Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios anuais obrigatórios - Lei 4.320/86: AN-01 - Demonstrativo Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas AN-02 - Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas AN-02 - Receita segundo as Categorias Econômicas AN-06 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária AN-08 - Dem. Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme Vínculo AN-09 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções AN-15 - Demonstração das Variações Patrimoniais AN-16 - Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa
251	Anexos da Lei 4.320: Anexo 14 - Balanço Patrimonial (Lei4320/64 art.105).
252	Anexos da Lei 4.320: Anexo 19 - Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido.
253	Possibilitar filtrar por "natureza de despesas" no relatório Relação de Restos a pagar.
254	Possibilitar ao usuário emitir Relatórios Gerenciais, tais como: - Relatório de Arrecadações orçamentárias; - Relatório de Arrecadações extraorçamentárias; - Relatório do comparativo da Receita orçada e arrecadada. - Relatório de empenhos à pagar.
255	Permitir um controle de custos dos gastos por item, tais como: despesas com energia elétrica, gasolina, papel, telefone, etc., conforme determina o artigo 50 Parágrafo 3º da LRF.
256	Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios mensais
257	Permitir configuração da despesa e da receita para controles, como de gastos com educação (Lei 9424/1996), FUNDEB (Lei 9394/1996), saúde, pessoal e renúncia de receitas

258	Permitir a geração de relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no software antes de gerar os arquivos para o Tribunal de Contas do Estado.
259	Permitir gerar comparativo por fonte de recurso, demonstrando as receitas e despesas.
260	Possibilitar a geração do arquivo PublicidadeRelatorioFiscal para o e-Sfinge.
261	Anexos da Lei 4.320: Anexo 13 - Balanço Financeiro (Lei 4320/64art.103).
262	Emitir relatório gerencial de execução de créditos adicionais abertos por Excesso de Arrecadação por Destinação de Recursos, evidenciando possíveis divergências.
263	Emitir relatório das notas extra orçamentárias emitidas, estornadas e pagas, consolidando por entidade.
264	Permitir a emissão de relatórios de restos a pagar inscritos, processados e pagos separado por ano, em processados e não processados , agrupado por função, subfunção, elemento totalizando cada agrupamento e consolidando por entidade.
265	Emitir Livro Razão e Livro Diário com termo de abertura e encerramento.
266	Permitir a emissão de relatórios de empenhos emitidos, liquidados e pagos consolidando por entidade.
267	Permitir a geração automática do(s) arquivo(s) para envio do SIOPS do Ministério da Saúde, conforme leiaute disponibilizado pelo Ministério da Saúde
268	Permitir a emissão de extratos por: Empenho (nos modos: EMPENHADO, LIQUIDADO, A PAGAR, A LIQUIDAR E PAGO); Fornecedor; Dotação; Restos a pagar processado; Restos a pagar não processado.
269	Permitir a emissão de anexos em atendimento a Resolução do Tribunal de Contas.
270	Anexos da Lei 4.320: Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Lei 4320/64).
271	Emitir relatório gerencial de execução de créditos adicionais abertos por Superávit Financeiro por Destinação de Recursos, evidenciando possíveis divergências.
272	Possuir um validador de dados possibilitando gerar relatórios para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para TCE, de forma a indicar os campos a serem preenchidos e /ou corrigidos.
273	Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação (Lei 9424/1996), FUNDEB (Lei 9394/1996), Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.
274	Possibilitar ao usuário a realização da prestação de contas para o Tribunal de Contas, através do envio de arquivos via web.
275	Permitir a emissão de relatórios para controle de bloqueios: Emissão da nota de bloqueios/desbloqueio; Relação de bloqueios de Dotação com Saldo.
276	Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema com certificados do Tipo A1 e A3 e possibilitando a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos.
277	Permitir o bloqueio e desbloqueio de dotações, inclusive objetivando atender ao artigo 9 da Lei Complementar 101/2000 (LRF).
278	Permitir personalizar o registro de bloqueio com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
279	Controlar os saldos das dotações orçamentárias em tempo real não permitindo bloquear ou empenhar sem que exista saldo disponível.

280	Permitir personalizar o registro do desbloqueio com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
281	Possibilitar o bloqueio e desbloqueio de dotações de forma automática oriundas das solicitações de compras.
282	Permitir o controle do excesso de arrecadação apurado e utilizado em créditos adicionais
283	Realizar a reserva de dotação por meio da alteração orçamentária da despesa
284	Possibilitar escriturar os identificadores das devoluções de receitas
285	Não permitir o cadastro de fornecedores duplicados com o mesmo CNPJ ou CPF.
286	Possibilita a aplicação de críticas de usuários nas informações do cadastro do credor.
287	Possibilitar ao usuário realizar o Desmembramento de receitas, visando flexibilizar as sugestões de Desmembramento de recursos e Deduções de receitas.
288	Permitir o gerenciamento das notas de despesa extra orçamentárias e dos seus estornos totais ou parciais e o cancelamento da sua anulação.
289	Possibilitar reaproveitar o histórico das últimas despesas extras cadastradas por classificação
290	Permitir o vínculo de uma ou mais retenções no pagamento de despesa extra, desde que haja apenas uma classificação vinculada a despesa extra sendo paga.
291	Possibilitar copiar despesas extras
292	Possibilitar o sistema contábil enviar notificações para o sistema de contratos acerca das interações de: Empenhos, Anulações de Empenhos, Liquidações, Anulações de Liquidações.
293	Controlar os saldos das dotações orçamentárias não permitindo realizar movimentações sem que exista saldo disponível. Atualmente o sistema possui duas verificações de saldo, checagem de saldo por dia e o saldo atual. O saldo das dotações orçamentárias por dia deve ser controlado independente da ordem cronológica.
294	Permitir a partir da ação do usuário criar desbloqueio automático na interação de empenhos oriundos do Compras/Contratos, antes mesmo de criar o empenho em questão.
295	Permitir a informação de vencimentos no cadastro de subempenhos
296	Possibilitar ao usuário informar o contrato em empenhos que possuem identificador "Credor"
297	Permitir a alteração das datas de vencimento dos empenhos visualizando a data atual e a nova data de vencimento sem a necessidade de efetuar o estorno das liquidações do empenho.
298	Possibilitar a recepção do tipo de empenho via interação de sistemas
299	Possibilitar ao usuário a sugestão nos empenhos, dos mesmos marcadores da Despesa da LOA e Despesa não prevista na LOA.
300	Possibilitar ao usuário a sugestão dos mesmos marcadores vinculados ao Recurso da Despesa da LOA, no empenho.
301	Permitir a informação de vencimentos no cadastro de empenhos
302	Possibilitar que na interação de Empenhos do sistema Contábil com o Convênios seja sugerido o credor do convênio
303	Controlar os restos a pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando necessário.
304	Possibilitar a sugestão do recurso na baixa do pagamento do empenho extra com o mesmo recurso informado no

	empenho. Se o recurso do empenho estiver desdobrado, considera-se o desdobramento.
305	Enviar pagamentos para serem reconhecidos pelo Tesouraria
306	Permitir o vínculo de uma ou mais retenções no pagamento de empenho, desde que o parâmetro "Efetivar retenção" esteja como no pagamento ou individual por retenção.
307	Possibilitar ao usuário a utilização de validações de escrituração visando armazenar e gerir as integridades contábeis dos registros contábeis mantidos no ambiente de escrituração de documentos.
308	Possibilitar a gestão de permissões de acessos, funcionalidades e ações por usuários e grupos de usuários, a partir de uma ferramenta de acessos
309	Possibilitar a utilização dos cadastros gerenciada por uma ferramenta de cadastro único, onde o usuário personaliza a forma como seus cadastros devem ser unificados, podendo ser geral ou por campo
310	Possibilitar o gerenciamento dos scripts disponíveis para execução
311	Possibilitar a criação de relatórios personalizados a partir de uma ferramenta de relatórios
312	Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade, selecionando o tipo de dado que pode ser Área de Texto, CNPJ, CPF, Data, Data/Hora, E-Mail, Hora, Inteiro, Lista de seleção, Múltipla Seleção, Telefone, Texto e Valor (Fracionário), Descrição, Tamanho, Dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não. Deve possibilitar também o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades.
313	Possibilitar ao usuário a geração de arquivos para a DIRF.
314	Permitir a transferência dos saldos de balanço para o exercício seguinte, no encerramento do exercício.
315	Permitir a anulação de empenhos estimativos para que os mesmos não sejam inscritos em restos a pagar.
316	Efetuar o encerramento do exercício em etapas, permitindo ao usuário o acompanhamento e a conferência dos valores a cada etapa.
317	Disponibilizar a data de cadastro da despesa extra na escrituração de documentos
318	Possibilitar ao usuário descartar registros de interações nos serviços de empenhos, bloqueios/desbloqueios, arrecadações e escrituração.
319	Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos.
320	Assegurar que as contas só recebam lançamentos contábeis no último nível de desdobramento do Plano de Contas.
321	Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência e de demais normas legais.
322	Possuir consulta dos saldos das contas contábeis e dos saldos por vínculo de recursos de cada conta, demonstrando os valores mês a mês.
323	Possibilita a criação de relatórios e scripts por meio de acesso externo as informações dos registros da escrituração de documentos. Permite o acesso as informações de identificação do documento de origem do registro escriturado, bem como o evento Contábil estimulador.
324	Possibilitar a emissão do relatório de Lançamentos de receita e suas anulações
325	Possibilitar a emissão do relatório de Alterações Orçamentárias
326	Possibilitar ao usuário efetuar a interação de empenhos do sistema contábil com o compras dispensando-o de informar

	o recurso
327	Possibilitar ao usuário efetuar a interação de Bloqueios/Desbloqueios do sistema contábil com o compras dispensando-o de informar o recurso
328	Possuir integração com o sistema de Patrimônio efetuando automaticamente na contabilidade os lançamentos de movimentação dos bens bem como os lançamentos de depreciação, exaustão, amortização Aumento por Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável conforme exigências da nova CASP .
329	Possibilitar ao usuário enviar dados do sistema contábil para o portal da transparência, visando a disponibilização em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos municípios.
330	Possibilitar a interação entre os sistemas Contábil e Tesouraria.
331	Possibilitar ao usuário utilizar marcadores nos cadastros de Contas Bancárias, Despesas extras, Despesas e Receitas não previstas na LOA, podendo, conforme o caso, classificar, identificar ou organizar os cadastros supracitados, conforme sua necessidade.
332	Permitir a geração do arquivo da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) em concordância com a Portaria nº 896, de 31 de outubro de 2017.
333	Permitir ao administrador definir as configurações de permissões para os acessos às funcionalidade do sistema da entidade, identificando se o usuário possui autorização para acesso, criação, edição ou exclusão de dados.
334	Permitir inscrever as contas contábeis automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.
335	Emitir documento final (recibo de prestação de contas) no momento da prestação de contas do recurso antecipado.
336	Possibilitar ao usuário cadastrar receitas extraorçamentárias, ou seja, não integra o orçamento público. O cadastro consiste em informar sua Descrição, Tipo e Recursos.
337	Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios do SICONFI - DCA: Anexo I-C - Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias Anexo I-D - Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias Anexo I-E - Balanço Orçamentário - Despesas por Função Anexo I-F - Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução de restos a pagar Anexo I-G - Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução de restos a pagar por função Anexo I-HI - Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial; Anexo I-AB - Balanço Patrimonial;
338	Possibilitar ao usuário a geração de arquivos para o SICONFI: Resultantes da Execução Orçamentária ANEXO 1 - Balanço Orçamentário ANEXO 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção ANEXO 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida ANEXO 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal ANEXO 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão ANEXO 13 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas Gestão Fiscal ANEXO 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal ANEXO 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores ANEXO 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL ANEXO 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito Possibilitar ao usuário a geração de arquivos para o SICONFI: DCA
339	Permitir personalizar o registro com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.

340	Permitir que o usuário visualize as situações onde há um bloqueio vinculado ao empenho a ser criado na interação de empenhos oriundos do Compras/Contratos e a partir desta visualização possa indicar se deseja ou não desbloquear automaticamente o valor sendo empenhado.
341	Possibilitar ao usuário cadastrar Recursos que representam as fontes financeiras que deverão sustentar e assegurar o desenvolvimento do plano de ação e atingir o objetivo do governo. O cadastro consiste em informar seu Número (Respeitando a formatação prévia da configuração de recursos), seu Tipo (Ordinário e Vinculado), sua Descrição e se trata de um Recurso de superávit financeiro (somente habilitado se na configuração de recursos estiver marcada a opção "Enumerar de forma distinta os recursos de superávit").
342	Possibilitar ao usuário cadastrar entidades que são a representação jurídica da corporação que possui a licença do software, além da representação jurídica e legal da entidade em si. A efetivação da entidade proprietária depende de uma licença de uso do software. O cadastro consiste em informar a Imagem(brasão) da entidade, seu Nome, seu CNPJ, seu Município, sua Sigla, sua Natureza jurídica, seu Endereço, seu Número, Complemento, Bairro, CEP, E-mail, Site, Telefone, Fax, Horário de Funcionamento, Esfera de governo, Identificador de entidade, RPPS e Fuso horário.
343	Possibilitar ao usuário realizar a devolução de valores não utilizados no adiantamento, atendendo a necessidade da devolução dos valores de adiantamento ou de diárias que não foram utilizados. O usuário pode executar a devolução do saldo, o que desencadeia a anulação dos documentos de pagamento, liquidação, em liquidação (se existir) e empenho com o valor devolvido.
344	Possibilitar ao usuário realizar a Prestação de contas para as Diárias concedidas.
345	Possibilitar ao usuário a emissão e utilização de relatórios anuais obrigatórios - Lei 4.320/86: AN-01 - Demonstrativo Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas AN-02 - Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas AN-02 - Receita segundo as Categorias Econômicas AN-06 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária AN-08 - Dem. Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme Vínculo AN-09 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções AN-15 - Demonstração das Variações Patrimoniais AN-16 - Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa
346	Possibilitar a geração do arquivo PublicidadeRelatorioFiscal para o e-Sfinge.
347	Anexos da Lei 4.320: Anexo 13 - Balanço Financeiro (Lei 4320/64art.103).
348	Anexos da Lei 4.320: Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Lei 4320/64).
349	Permitir o vínculo de uma ou mais retenções no pagamento de despesa extra, desde que haja apenas uma classificação vinculada a despesa extra sendo paga.
350	Permitir o vínculo de uma ou mais retenções no pagamento de empenho, desde que o parâmetro "Efetivar retenção" esteja como no pagamento ou individual por retenção.

TESOURARIA	
1	Possibilitar o gerenciamento dos scripts disponíveis para execução
2	Permitir a emissão de notas de pagamento.
3	Possibilitar a gestão de permissões de acessos, funcionalidades e ações por usuários e grupos de usuários, a partir de uma ferramenta de acessos
4	Possibilitar ao usuário interagir com os registros das contas a pagar, a partir de pesquisas com dados informados como o período da data de vencimento ou de emissão, ensejando maior visibilidade das mesmas, por meio de uma

	listagem, que o usuário necessitar.
5	Permitir ao usuário interagir com os registros das movimentações em dinheiro da entidade, realizando o devido controle das mesmas ao possibilitar a inclusão do saldo inicial, indicando o respectivo valor, a finalidade e o valor por fonte de recurso, conforme necessidade.
6	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de documentos a serem vinculados no extrato conciliação bancária por meio da listagem, ativando ou desativando os respectivos registros para o exercício atual ou para posteriores conforme a necessidade da entidade.
7	Permitir ao usuário realizar a inclusão de contas bancárias, ao informar o banco, dados da agência, uma descrição, o organograma, bem como, o tipo, ou seja, se é corrente, poupança ou salário, objetivando o controle das movimentações e saldos por esse.
8	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de cheques por meio da listagem, definindo os status a partir de anulações, onde informar-se a data e o motivos das mesmas.
9	Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de documentos vinculados no extrato da conciliação bancária cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
10	Permitir a visualização das movimentações financeiras que não foram concebidas pelo tesouraria como os pagamentos de despesa extra e anulações, os pagamentos de empenhos e subempenhos e anulações. A partir desta visualização, o tesoureiro poderá realizar o reconhecimento destes documentos, Este procedimento é opcional e caso a entidade opte por não realizá-lo, as movimentações financeiras não realizadas pelo tesouraria passam a ser reconhecidas instantaneamente na sua criação.
11	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de transferências bancárias da entidade, realizando a classificação a partir da baixa das mesmas, informando a data e o número do documento, apresentando a situação ou status igual a pago e facilitando assim, sua identificação.
12	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de responsáveis por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
13	Possibilitar o cadastro de responsáveis, pessoas que podem assumir algum tipo de responsabilidade perante a Administração Pública ou fora dela, respondendo sobre as informações de sua responsabilidade na entidade. Diante das características citadas dos responsáveis, permite-se informar o período de responsabilidade mantida sob seu domínio, bem como os dados para cadastro como seus dados pessoais (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e descrição do cargo que ocupa.
14	Possibilitar ao usuário interagir com a configuração de organogramas cadastradas para utilização no exercício atual e/ou posteriores.
15	Possibilitar ao usuário cadastrar os credores da entidade, ao informar seu nome, seu CPF ou CNPJ, bem como, a data de inclusão
16	Possibilitar ao usuário realizar a visualização e ordenação das agências bancárias cadastradas por meio da listagem das mesmas, seja por nome, por número e o dígito da agência ou por banco, ensejando maior apresentação das informações que o usuário necessitar.
17	Permitir visualizar por meio de relatório a situação das contas bancárias em relação a conciliação: se ela está em elaboração, concluída ou pendente. Em relação as pendentes, também é possível identificar a conta ainda não conciliada possui movimentação no período.
18	Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de administração cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
19	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de arrecadações extraorçamentárias por meio da listagem, realizando operações de anulações parciais ou totais das mesmas.

20	Possibilitar ao usuário a visualização de totalizadores do valor a pagar e valor pago por meio da seleção ou elaboração dos documentos a pagar.
21	Permitir controle do Tesouraria por entidades (multientidade)
22	Possibilitar ao usuário inserir os dados bancários nos cadastros de credores da entidade, ao informar o banco, agência, o número da conta e o tipo dessa, bem como, a data de abertura, encerramento e status, indicando ainda qual a conta bancária principal do respectivo credor.
23	Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a possibilidade de selecionar valores da movimentação financeira e itens do extrato bancário, conciliando-os parcialmente, mantendo assim, o valor restante para posterior processos conciliatórios futuros. Itens de pendências (originados em conciliações posteriores) também podem ser conciliados parcialmente.
24	O sistema permite a realização de filtro por tipo de aplicação no ambiente de gestão bancária.
25	Permitir a sugestão de recurso vinculado a natureza da receita informada na retenção orçamentária, facilitando a digitação. A sugestão é dada da seguinte forma: O sistema verifica se para a receita em questão há recursos informados. Caso existam são assumidos conforme o percentual indicado no cadastro de desmembramento de receita.
26	Possibilitar ao usuário o cadastros prévio das transações financeiras que complementar o cadastro de qualquer movimentação financeira da entidade, informando uma respectiva descrição, bem como, o tipo a que se refere, ou seja, se é cheque, dinheiro, débito automático, crédito bancário, bem patrimonial, ordem bancária, transferência ou uma obrigação.
27	Permitir ao usuário selecionar um ou mais itens de contas a pagar, sejam referentes a devolução de receita , despesas extras, empenhos ou subempenhos, formando um agrupamento para a realização de um único pagamento.
28	Possibilitar ao usuário interagir com os registros dos pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando operações de emissões de notas dos mesmos.
29	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de transferências bancárias da entidade, realizando o controle das mesmas a partir da visualização dos seus respectivos dados, de forma a possibilitar o filtro por situação do tipo pagas ou a pagar, bem como, apresentar todas.
30	Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos organogramas cadastrados, ao informar o número do mesmo, a descrição, bem como, o tipo de administração a qual pertence, demonstrando-os por meio de listagem as informações da pesquisa
31	Permitir a inclusão de vários tipos de dedução de receita orçamentária simultaneamente tendo como contrapartida uma única conta bancária.
32	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de contas bancárias por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
33	Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa das devoluções de receitas cadastradas, ao informar o número ou descrição da natureza da receita, o credor, CPF ou CNPJ, o número da conta bancária ou da agência da entidade, bem como, a finalidade, demonstrando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
34	Possibilitar ao usuário cadastrar os assinantes, ao informar o seu nome, CPF, função, bem como, algum complemento necessário. O assinante tem por função aparecer em relatórios, notas e qualquer documento passível de impressão.
35	Possibilitar ao usuário interagir com os registros das contas pagas, a partir de pesquisas com dados informados como o período da data de vencimento, de emissão ou de pagamento. Tal pesquisa também se permite realizar por tipo de documento, ou seja, empenho, subempenho ou despesa extra, devolução de receita , tal qual, por origem do pagamento, tesouraria ou contabilidade.

36	<p>Permitir a visualização das movimentações financeiras que não foram concebidas pelo tesouraria como arrecadações orçamentárias e anulações, as arrecadações extraorçamentárias e anulações.</p> <p>A partir desta visualização o tesoureiro poderá realizar o reconhecimento destes documentos. Este procedimento é opcional e caso a entidade opte por não realizá-lo, as movimentações financeiras não realizadas pelo tesouraria passam a ser reconhecidas instantaneamente na sua criação.</p>
37	<p>Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de administração por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.</p>
38	<p>Possibilitar ao usuário interagir com os registros de organogramas por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.</p>
39	<p>Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de assinantes por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.</p>
40	<p>Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de movimentos da conciliação bancária por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.</p>
41	<p>Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa das agências bancárias cadastradas, ao informar o nome ou o número e o dígito das mesmas, demonstrando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, bem como, por banco, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.</p>
42	<p>Permitir ao usuário realizar o registro dos tipos de movimentação da conciliação bancária, ao informar uma descrição, bem como, o tipo que se refere tal movimento, ou seja, se é uma entrada não considerada pelo banco ou pela contabilidade, bem como, uma saída não considerada pelo banco ou pela contabilidade, objetivando assim, o vínculo ao processo de conciliação bancária.</p>
43	<p>Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização dos itens do extrato que foram descartados, bem como, reabri-los, caso objetiva-se ou necessita-se realizar um novo processo conciliatório posteriormente.</p>
44	<p>Permitir um controle das operações financeiras, por período, impedindo o usuário de qualquer alteração, inclusão ou exclusão nos registros.</p>
45	<p>Possibilitar a criação de scripts personalizados a partir de uma ferramenta de scripts</p>
46	<p>Permitir a nomeação ou descrição do pacote de pagamento para melhor reconhecimento após a baixa.</p>
47	<p>Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema com certificados do Tipo A1 e A3 e possibilitando a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos.</p>
48	<p>Possibilitar ao usuário a pesquisa das deduções das receitas cadastradas, ao informar uma descrição, demonstrando-as e ordenando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, bem como, o tipo a que se refere tal dedução, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.</p>
49	<p>Possibilitar ao usuário interagir com os registros de conciliações bancárias por meio de listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.</p>
50	<p>Permitir a realização de pesquisa dos movimentos diários cadastrados, ao informar uma observação, bem como, buscá-los por meio de filtros.</p>
51	<p>Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de responsáveis cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.</p>
52	<p>Possibilitar ao usuário interagir com os registros dos pagamentos de devoluções de receitas, despesas extras, liquidações de empenhos e subempenhos por meio da listagem, realizando a visualização somente dos que foram pagos.</p>

53	Possibilitar ao usuário realizar o cadastro dos tipos de responsáveis que complementar o cadastro de responsáveis, informando uma respectiva descrição.
54	Possibilitar ao usuário interagir com os registros das transferências bancárias da entidade, a partir de pesquisas com dados informados como o número ou descrição do recurso, a finalidade, a agência ou conta bancária de destino, bem como, da origem ou mesmo, o número do documento referente a transferência, ensejando maior visibilidade das mesmas por meio de uma listagem e conforme a necessidade.
55	Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização das movimentações bancárias já conciliadas, bem como, reabri-las, caso objetiva-se ou necessita-se realizar um novo processo conciliatório posteriormente.
56	Permitir a inclusão de várias receitas orçamentárias simultaneamente em uma arrecadação, tendo como contrapartida uma única conta bancária.
57	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de cheques por meio da listagem, administrando-os ao utilizar-se de filtros definidos pelos status em disponíveis, emitidos ou anulados.
58	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações financeiras de ajustes bancários, por meio do ambiente de controle das contas bancárias da entidade, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
59	Caso o usuário opte por controlar movimentações diárias e não esteja adentrado a nenhuma movimentação: avisar ao acessar cadastros financeiros que uma movimentação diária deve ser selecionada.
60	Possibilitar que seja informado um ou mais responsáveis no cadastro de contas bancárias.
61	Permitir a construção de relatórios personalizados com base nos registros da funcionalidade, possibilitando sua configuração por meio da divisão dos dados em grupos, bem como a realização de cálculos e totalizadores, disponibilizando a informação conforme a necessidade do ente.
62	Possibilitar a utilização dos cadastros gerenciada por uma ferramenta de cadastro único, onde o usuário personaliza a forma como seus cadastros devem ser unificados, podendo ser geral ou por campo
63	Possibilitar ao usuário a pesquisa de credores cadastrados, ao informar o nome, o tipo, física ou jurídica, bem como o CPF ou CNPJ, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem as informações da pesquisa, tal qual por data da inclusão e situação, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
64	Possibilitar ao usuário inserir os documentos nos cadastros de credores da entidade, ao informar sua naturalidade e nacionalidade, RG, o PIS/PASEP/NIT, bem como, a inscrição municipal e o município da inscrição.
65	Permitir vínculo das movimentações financeiras (movimentações em dinheiro e/ou bancárias) com fontes de recursos, sendo possível realizar a gestão dos saldos das contas por fonte.
66	Permitir a visualização de todos os dados referentes a movimentações bancárias da entidade por período (anual, mensal ou diário) com o intuito da realização da gestão bancária: saldo anterior, total de entradas, total de saídas e saldo final, bem como, visualizar esses dados agrupados por tipo de conta, ou seja, aplicação ou corrente.
67	Permitir a realização de aberturas de movimentos diários cadastrados, bem como, reaberturas quando os mesmos tiverem sido fechados.
68	Permitir ao usuário a criação de uma configuração de recursos personalizada para que o registro desses seja realizado conforme a organização da entidade pública. Tal configuração realiza-se ao informar uma descrição, bem como, a máscara que o recurso terá, definindo níveis e quantidade de dígitos de cada nível, limitados em 6 e 30 dígitos, respectivamente. Além disso, permite-se a escolha de enumerar de forma distinta os recursos de superávit financeiro, cuja a opção desta seleção relaciona-se com os casos onde o Tribunal de Contas define o rol de recursos específicos para tal
69	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de arrecadações por meio da listagem, filtrando-as em orçamentárias, extraorçamentárias, bem como, visualizar todas essas.

70	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros das transações financeiras a serem vinculadas em qualquer movimentação financeira da entidade por meio da listagem, ativando ou desativando os respectivos registros para o exercício atual ou para posteriores conforme a necessidade da entidade.
71	Permitir a inclusão dos ingressos financeiros de valores que são classificados como extraorçamentários pela entidade. Estes ingressos são transferências de outras entidades ou recebimentos para futuros pagamentos extraorçamentários. Tal cadastro é possibilitado ao informar o tipo da transação, número do documento, valor, conta bancária, tipo de conta (corrente ou aplicação e o tipo de aplicação), bem como, informar uma ou mais receitas extraorçamentárias previamente cadastradas.
72	Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos recursos cadastrados, ao informar o número referente, descrição, o tipo (ordinário ou vinculado), bem como, o marcador, demonstrando-os por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
73	Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização dos itens do extrato conciliados, bem como, reabri-los, caso objetiva-se ou necessita-se realizar um novo processo conciliatório posteriormente.
74	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações financeiras de depósitos bancários, por meio do ambiente de controle das contas bancárias da entidade, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
75	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de anulações de arrecadações orçamentárias por meio da listagem, realizando operações de edição ou exclusões das mesmas, ou seja, das anulações.
76	Permitir a realização de fechamentos de movimentos diários cadastrados, bem como, reaberturas quando os mesmos tiverem sido fechados.
77	Não permitir que o usuário informar um cheque anulado ao realizar o pagamento.
78	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações das contas do ambiente de controle bancário por meio da listagem, visualizando informações detalhadas como o tipo, entrada ou saída, a data e o valor do movimento, o histórico, o valor por fonte de recurso, bem como, o saldo da conta após o respectivo movimento, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
79	Permitir ao usuário realizar o registro do tipo de administração da entidade, ao informar uma descrição, a natureza jurídica, bem como, o tipo de administração, ou seja, se é direta ou indireta e o poder.
80	Possibilitar ao usuário a pesquisa das transações financeiras cadastradas, ao informar a descrição ou o respectivo tipo, demonstrando-as e ordenando-as por meio de listagem a informação da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
81	Permitir ao usuário interagir com os registros das conciliações bancárias da entidade, realizando o devido controle das mesmas, ao possibilitar sua visualização por meio de listagem provindos de filtros que apresentam aquelas em situação de elaboração, concluídas ou todas, bem como, filtrá-las por período, banco, conta ou agência bancária, ensejando melhor visibilidade das informações conforme necessidade.
82	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamento efetuados por meio da listagem, realizando operações de exclusão de anulação dos mesmos, caso desfrute de saldo para tal processo de exclusão.
83	Proporcionar facilidades na inclusão de cheques (talão) por meio de um assistente, ao informar o número do cheque inicial do talão, bem como, o número final.
84	Possibilitar o gerenciamento dos relatórios disponíveis para execução
85	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de arrecadações orçamentária e extraorçamentárias por meio da listagem, visualizando o histórico e exibindo dados desde a sua concepção até anulações realizadas, bem como, a data e o valor da movimentação.
86	Permitir a inclusão de movimentos diários do tesouraria para que todos os registros realizados possam estar

	vinculados a ele, objetivando o controle tempestivo das informações e a organização.
87	Permitir a inserção de registros individuais de itens para serem considerados em conjunto com os dados do extrato do banco importado na conciliação bancária da entidade, possibilitando informar a data, o valor, a transação do tipo cheque, movimentação bancária, entre outras, bem como, o número do documento e a descrição, objetivando assertividade de fidedignidade do processo conciliatório.
88	Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização dos itens do extrato ainda não conciliados, ou seja, pendentes, por meio de filtros ágeis para a pesquisa dos mesmos, bem como, realizar a devida conciliação, otimizando o processo conforme a necessidade.
89	Permitir ao usuário interagir com os registros das contas bancárias da entidade, realizando o devido controle das mesmas ao possibilitar a inclusão de saques bancários, indicando o respectivo valor, a conta bancária, a descrição da finalidade e o valor por fonte de recurso, conforme necessidade.
90	Permitir ao usuário a inclusão de grupos de configurações de assinaturas. A partir deste grupo é criada a configuração de assinaturas, de forma que os assinantes aparecerão em impressões de relatórios conforme esta configuração.
91	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de movimentações financeiras de saldos iniciais bancários, por meio do ambiente de controle das contas bancárias da entidade, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
92	Permitir ao usuário realizar o registro dos tipos de aplicação, ao informar uma descrição, objetivando vinculá-los à operação de aplicação financeira para identificação da finalidade, como exemplo, cita-se títulos de emissão do Tesouro Nacional, fundos de investimentos etc.
93	Permitir a movimentação diária no Tesouraria sem necessidade de controle por abertura e fechamento de movimento. A decisão de utilização ou não controle por movimentação diária se dá por meio de parametrização realizada pelo usuário.
94	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando operação de anulação parcial ou total dos mesmos ao informar valor a anular e motivo.
95	Permitir ao usuário realizar a inclusão de cheques, ao informar o número do cheque, a conta bancária, o número inicial e final, bem como, as observações necessárias e a quantidade.
96	Possibilitar ao usuário interagir com os registros dos grupos de configurações de assinaturas por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
97	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de recursos por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
98	Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade, realizando o descarte de itens do extrato a conciliar
99	Permitir a emissão de nota de estorno de pagamento.
100	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de movimentos da conciliação bancária por meio da listagem, ativando ou desativando os respectivos registros para o exercício atual ou para posteriores conforme a necessidade da entidade.
101	Permitir ao usuário realizar transferências de valores financeiros entre contas bancárias, ao informar a data do registro, a fonte de recurso, o valor, a conta bancária de origem e de destino (e os tipos de conta e de aplicação correspondentes), bem como a finalidade e data de vencimento.
102	permitir o acesso externo aos dados das movimentações bancárias realizadas, podendo ser detalhados por tipo de conta e tipo de aplicação para as movimentações que possuem a informação.
103	Permitir ao usuário criar, *copiar* e alterar as arrecadações orçamentárias e extraorçamentárias de forma incremental, ou seja, nem todos os dados são obrigatórios e as informações pendentes de preenchimento podem ser informadas

	em momento posterior, ficando tais registros, com o status de em elaboração. Todavia, tal status não impede a gravação do registro, mas exigirá todas as informações no momento que se fizerem necessárias, onde a arrecadação será considerada como concluída.
104	Possibilitar ao usuário a pesquisa dos tipos de movimentos de conciliação bancária cadastrados, ao informar a descrição, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa.
105	Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa dos grupos de configuração de assinaturas cadastrados, ao informar a descrição do grupo, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem a informação da pesquisa,
106	Possibilitar ao usuário interagir com a configuração de recursos (que define máscaras e outras personalizações) cadastradas para utilização no exercício atual e/ou posteriores.
107	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de pagamentos já efetuados por meio da listagem, realizando operação de geração de ordem bancária a partir da seleção de um pacote de pagamento.
108	Permitir ao usuário realizar o cadastro de agências bancárias, ao informar seus dados, como o banco, conforme relação do Banco Central do Brasil, nome da agência, número, dígito e endereço.
109	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de aplicação financeira por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
110	Possibilitar a realização de pesquisas de endereços, visualizando e ordenando as informações por meio da listagem. Tais pesquisas podem ser realizadas: * Por logradouros, podendo informar o tipo, o nome, o CEP ou o município; * Por condomínios, podendo informar o nome, o logradouro, o número, o bairro ou o CEP; * Por loteamento, podendo informar o nome, o bairro, o município ou o distrito. * Por bairros, podendo informar o nome ou o município; * Por distrito, podendo informar o nome ou o Município; * Por estado, podendo informar o nome, a sigla, o código do IBGE ou o País; * Por municípios, podendo informar o nome, o estado, a sigla, o código do IBGE ou o código SIAFI.
111	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de agências bancária por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
112	Permitir que sejam visualizados os dados de pagamentos já realizados, estes por sua vez são contemplados em saber a descrição, o tipo da transação, a data do pagamento, o credor, o valor efetivamente pago, bem como, o recurso.
113	Permitir realizar o registro de endereços, que pode ser do tipo: Logradouro Condomínio Loteamento Bairro Distrito Estado Município Além dos endereços inseridos pelo usuário, também existem os endereços padrões disponibilizados pelos Correios.
114	Possibilitar ao usuário interagir com os registros das transferências bancárias da entidade por meio de listagem, possibilitando a emissão individual ou coletiva das notas de transferências a partir das respectivas visualizações.
115	Permitir ao usuário visualizar as contas bancárias cadastradas, contemplando as informações do registro, como o banco, a descrição, a agência, o número e dígito, bem como, o organograma, tipo da conta, responsáveis e a vigência.
116	Permitir ao usuário realizar a customização e utilização de critérios para a realização da conciliação bancária da entidade. Desta forma, ao possuírem mesmas características pré-definidas, os movimentos financeiros e itens do extrato bancário serão conciliados simultaneamente. Todavia, permite-se a conciliação manual, ou seja, sem a utilização destes critérios, havendo a necessidade de intervenção do usuário.
117	Permitir ao usuário interagir com os registros das contas bancárias da entidade, realizando o devido controle das mesmas ao possibilitar a inclusão de depósitos bancários, indicando o respectivo valor, a conta bancária, a descrição da finalidade e o valor por fonte de recurso, conforme necessidade.
118	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros das deduções das receitas por meio da listagem, ativando ou desativando os respectivos registros para o exercício atual ou para posteriores conforme a necessidade da entidade.

119	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de devoluções de receitas por meio de uma listagem, filtrando-os por pagas, a pagar, bem como, visualizar todas.
120	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de movimentos diários por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
121	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de responsáveis por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
122	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros das transações financeiras por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
123	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros de credores por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
124	Permitir a utilização de organizadores (marcadores) nos cadastros das contas bancárias. Os mesmos são customizáveis, podendo ter qualquer descrição e agrupar os dados em qualquer segmento
125	Possibilitar ao usuário interagir com os registros de anulações de arrecadações extraorçamentárias por meio da listagem, realizando operações de edição ou exclusões das mesmas, ou seja, das anulações.
126	Permitir ao usuário interagir com o processo de conciliação bancária da entidade com a visualização das movimentações bancárias ainda não conciliadas, ou seja, pendentes, por meio de filtros ágeis para a pesquisa das mesmas, bem como, realizar a devida conciliação, otimizando o processo conforme a necessidade.
127	Possibilitar ao usuário inserir os dados pessoais nos cadastros de credores da entidade, ao informar o endereço, telefone, e-mail, bem como, a profissão que exerce.
128	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros dos tipos de documentos a serem vinculados no extrato da conciliação bancária por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões dos mesmos.
129	Possibilitar ao usuário realizar a pesquisa das arrecadações cadastradas, ao informar o número ou descrição da natureza da receita, número da conta, da agência ou do documento, a especificação ou mesmo, a descrição da dedução da receita, demonstrando-as por meio de listagem as informações da pesquisa, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
130	Possibilitar ao usuário o cadastro de organogramas que representam a estrutura da entidade, ao informar o número, conforme a formatação da máscara pré-configurada, o tipo de administração, direta ou indireta, bem como, uma descrição.
131	Possibilitar ao usuário interagir com os cadastros das deduções das receitas por meio da listagem, realizando operações de edições e exclusões das mesmas.
132	Possibilitar ao usuário interagir com os registros das contas bancárias, realizando o controle das mesmas a partir da visualização dos seus respectivos dados, de forma apresentar os registros que tiveram ou não a conciliação bancária realizada, conforme necessidade.
133	Permitir controlar numeração de talonário de cheques na rotina de pagamento e na inclusão do cheque avulso.

COMPRAS	
1	Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar as solicitações de compra dos itens em que os departamentos necessitam que sejam adquiridos. Essas podem ser registradas pelas secretarias, pelos próprios departamentos da entidade ou pelo setor de compras e licitações, informando a unidade e/ou centro de custo solicitante, a data da solicitação, o tipo de necessidade, caso seja material de consumo, serviço ou bem permanente, o local de entrega dos itens, o objeto da solicitação, justificativa e o nome do solicitante

2	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade informar as despesas orçamentárias referentes ao processo administrativo manualmente, ou de forma automática com o vínculo da solicitação de compra de origem. Também deve permitir vincular as despesas aos seus itens do processo para constituir o valor da despesa.
3	Possibilitar ao usuário ajustar a posição dos itens do Processo Administrativo, podendo ser de individualmente ou então executando uma reordenação com possibilidade de escolha da ordem de classificação que deseja, tais como: - Alfabética pela descrição do material; (- Menor preço de referência; - Maior preço de referência; - Alfabética geral por tipo da Cota (E, L, R); - Alfabética por Cotas. Cota reservada antes da livre; - Alfabética por Cotas. Cota reservada depois da livre)
4	Permitir a um profissional autorizado pela entidade gerar um processo administrativo ou compra direta com base em uma ou mais solicitações de compras previamente aprovadas, inserindo automaticamente os itens e despesas orçamentárias ao processo administrativo ou contratação direta sem processo.
5	Possibilitar ao usuário registrar as Alterações que ocorrerem nas Atas de Registro de Preços, assim como em seus itens, incluindo os tipos: Cancelamento, Alteração de Preços e Transferência para outra Ata.
6	Possibilitar a criação de críticas e validações a serem utilizadas antes do envio dos dados das prestações de contas ao TCE do Estado, exibindo uma espécie de previsão de erros, onde o usuário seja instruído a ajustar informações necessárias antes de exportar o arquivo txt para o TCE, possibilitando instrução com a localização da tela e campo no sistema.
7	Permitir o envio de dados do Compras/Contratos ao sistema de prestação de contas do TCE.
8	Disponibilizar um recurso onde o usuário identifique o valor bloqueado da despesa do processo e o valor homologado exibindo a diferença entre esses valores, possibilitando a geração de um desbloqueio na contabilidade com esse valor.
9	Permitir ao usuário duplicar um Processo Administrativo criando um novo Processo com a próxima sequência disponível. - Possibilitar informar a nova data do processo. - Opcionalmente o usuário poderá duplicar também: (-- Os Itens do Processo -- Os Lotes quando o Processo for por Lote -- As entidades participantes)
10	Possibilitar que o usuário do sistema consiga realizar a divisão de organograma em Atas de Registro de Preços.
11	Permitir ao usuário excluir por completo um Processo, incluindo itens e demais movimentações em outros cadastros relacionados.
12	Permitir ao usuário abrir os itens/lotos para a disputa entre os fornecedores classificados para a etapa de lances do pregão, possibilitando informar um percentual ou um valor mínimo aceitável de diferença entre os lances.
13	Permitir a um usuário autorizado realizar a distribuição dos itens do processo por organograma.
14	Permitir identificar os processos administrativos que envolvem contratação para a Educação e para a Saúde.
15	Permitir inserção dos tipos de documentos específicos que serão exigidos naquele determinado processo, facilitando a busca do documento na inclusão do participante.
16	Permitir o desbloqueio das despesas do processo quando o mesmo for anulado ou revogado
17	Permitir ao usuário gerar automaticamente as Atas de Registro de Preços correspondentes ao Processo de Licitação que já está homologado.
18	Permitir que o usuário armazene no sistema, por meio de arquivo pdf ou de imagem, a proposta original do participante.
19	Permitir que o usuário armazene no sistema, por meio de arquivo pdf ou de imagem, o documento do participante da licitação.
20	Permitir ao usuário manter o cadastro das Fundamentações Legais de Contratações Diretas. Os fundamentos legais

	estão contidos na Lei de Licitações 8.666/93, Lei 11.947,2009, 12.462/2011, 13.019/2014, 13.303/2016.
21	Possibilitar a filtragem pelo melhor preço e empate entre os participantes
22	Possibilitar a classificação automática do registro do menor preço cotado entre os participantes, tendo a opção de alterá-la manualmente, caso necessário. Possuir opção de estimativa de preços, permitindo ao usuário a escolha entre o cálculo de melhor preço ou preço médio.
23	Permitir ao usuário registrar a revogação ou anulação de uma licitação, assim como registrar quando a licitação for deserta, fracassada, suspensa ou quando a licitação for cancelada havendo o descarte do número da licitação, possibilitando ainda informar o que motivou o ato.
24	Possibilitar que o sistema execute a distribuição automática da diferença entre o valor do lote proposto e o valor final do lote vencido pelo participante, permitindo ainda informar quantas casas decimais deseja utilizar no rateio. O objetivo da funcionalidade é ajustar o valor unitário dos itens de cada lote até que a soma do valor total dos itens fique com o mesmo valor do lote proposto pelo vencedor.
25	Permitir informar despesas referentes ao combate ao Coronavírus (COVID-19)
26	Permitir que o usuário transfira itens de uma ata de registro de preço para outra ata de registro de preço, ou criar uma nova ata a partir de itens da ata de origem.
27	Possibilitar ao usuário cadastrar e gerar o CRC-Certificado de Registro Cadastral do Fornecedor, permitindo numerar o CRC automaticamente e realizar o controle por meio de datas de validade do cadastro e de cada documento, assim como a data de emissão, cancelamento, situação e demais observações úteis.
28	Possibilitar que o pregoeiro possa, a partir da janela de Lances do Pregão, desclassificar um participante que foi classificado para a etapa de Lances do Pregão e refazer a classificação. Após desclassificar um participante, o sistema deve possibilitar a execução da classificação das propostas novamente, desta vez desconsiderado o participante que foi desclassificado e podendo trazer outro(s) que haviam ficado de fora anteriormente.
29	Enviar dados referentes as compras diretas relacionadas ao COVID-19 para o Portal da Transparência.
30	Possibilitar o envio de serviço para bloqueio/desbloqueio nas Despesas Orçamentárias do sistema de contabilidade, permitindo o envio desde a Solicitação de Compra e mantendo-o até a geração oficial do empenho correspondente.
31	Permitir ao usuário visualizar e remanejar a quantidade dos itens divididos entre as entidades participantes da ata de RP.
32	Possibilitar o envio de despesas para o sistema Contratos
33	Permitir registrar os materiais e serviços contratados pela entidade, contendo o nome do material, código do material, descrição da especificação do material, código da especificação do material, grupo e classe em que pertence, natureza da despesa, classificação, caso se trate de um gênero alimentício, medicamento, combustível ou lubrificante, unidade de medida, a indicação se é estocável ou não, e ainda o tipo do item caso se trate de material, bem permanente ou serviço.
34	Disponibilizar campo para inserção de link de gravação audiovisual nas sessões de julgamento
35	Enviar anexos dos textos do processo administrativo para o Transparência.
36	Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema.
37	Permitir a um profissional autorizado pela entidade inserir os itens do processo administrativo contendo o material ou serviço a ser adquirido, quantidade, preço unitário previsto, preço total e, se desejar, a indicação da solicitação de compra de origem. Permitir alterar a quantidade dos itens ou incluir novos itens, mesmo que tenham sido gerados pelo atendimento de uma ou mais Solicitações de Compra.

38	Permitir ao usuário emitir os Relatórios Legais pertinentes às Compras e Licitações, por exemplo: 1 - Nota de Solicitação de Compra; 2 - Nota de Cotação de Preços; 3 - Termo de Solicitação de abertura de processo licitatório; 4 - Termo de Autorização de abertura; de processo licitatório; 5 - Parecer Contábil; 6 - Recursos orçamentários (Dotações Utilizadas); 7 - Texto do Edital de Licitação; 8 - Parecer Jurídico; 9 - Convites para Licitação na modalidade Convite; 10 - Justificativa da Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação; 11 - Aviso de Licitação; 12 - Declaração de Publicação da Licitação; 13 - Termo de Entrega de Edital de Licitação; 14 - Termo de Homologação e Adjudicação (com as informações de unidade, quantidade, preço unitário e marca dos itens); 15 - Termo de Anulação ou Revogação do Processo; 16 - Ata da Sessão de Julgamento; 17 - Ata do Registro de Preço; 18 - Ata do Pregão Presencial; 19 - Demonstrativo das compras para Publicação (Art.16, Lei 8.666/93)
39	Permitir aos usuários da entidade realizar consulta do CNPJ do fornecedor na base da Receita Federal, possibilitando inclusão ou atualização do registro no sistema.
40	Permitir aos profissionais da entidade cadastrar os fornecedores, sejam eles pessoa física ou jurídica, contendo o nome, o CPF ou CNPJ, telefone, e-mail, site e endereço (tendo a opção de adicionar mais de um registro de telefone, e-mail e endereço, se necessário). Para os casos específicos de pessoa jurídica possibilitar inserir os dados do ato constitutivo da empresa.
41	Permitir a um profissional autorizado pela entidade a visualizar as solicitações de compra através de filtros, listando aquelas que se encontram em cada etapa de atendimento, ou ainda agrupar os registros conforme as cotações realizadas, pelo organograma ou pela entidade solicitante.
42	Permitir a um profissional autorizado realizar licitações de Pregão com julgamento pelo maior lance, como para os casos concessão de espaço público ou para qualquer licitação que seja permitida a utilização do Pregão e não gere despesa e sim receita para o órgão público.
43	Permitir ao usuário executar a classificação das propostas de forma automática, aplicando as diversas regras indicadas como forma de julgamento no cadastramento do processo licitatório, possibilitando ainda que o usuário modifique a classificação indicada pelo sistema, se necessário.
44	Possibilitar que o usuário identifique visualmente os itens fracassados e desertos na tela dos lances do pregão. Os itens desertos são os aqueles que não receberam proposta de nenhum participante, já os itens fracassados tiveram propostas mas todos os participantes foram desclassificados ou inabilitados.
45	Permitir a um profissional autorizado pela entidade a opção de realizar o cancelamento das solicitações de compras registradas, assim como obter um campo para o descritivo de observação para esta ação.
46	Permitir que o usuário possa consultar e fazer download dos documentos anexados no registro da sessão de julgamento.
47	Permitir a um profissional autorizado pela entidade visualizar o histórico das tramitações realizadas nos processo administrativos, visualizando a data e hora, usuário, tipo de tramitação e observação.
48	Permitir desativar o cadastro de um fornecedor para que essa informação não seja mais listada para vínculo em novas solicitações ou processos, onde o cadastro continue registrado no sistema, porém com situação desativado.
49	Permitir a um profissional autorizado pela entidade configurar os órgãos, unidades orçamentárias e centros de custo da entidade.
50	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade cadastrar lotes e indicar os itens que o compõe no processo administrativo, isso quando a forma de julgamento desse exigir, informando o valor máximo ou mínimo e o tipo de cota do lote, se é livre, reservada ou exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.
51	Possibilitar a criação de modelos de documentos (templates) para serem utilizados no editor de texto do sistema, sendo alguns deles as atas, pareceres e editais.
52	Permitir que o responsável pelo processo possa inserir os dados do processo administrativo em um modelo de edital previamente selecionado, possibilitando utilizar um editor de textos próprio do sistema.
53	Permitir a um profissional autorizado cadastrar órgãos públicos externos para serem informados nas contratações por adesão à ata de registro de preços realizada por outras entidades, informando a descrição do órgão, CNPJ, unidade e

	esfera de governo.
54	Possibilitar que o responsável pelo processo possa finalizá-lo e disponibilizá-lo para a geração dos contratos em cada entidade participante do processo ou conforme configuração selecionada. As contratações serão inseridas no sistema de gestão de contratos da entidade correspondente.
55	Permitir a inserção das contas bancárias no cadastro do Fornecedor, alimentando informações como banco, agência, conta, tipo de conta, status e data de abertura.
56	Permitir a um profissional autorizado indicar a realização das licitações com julgamento pelo menor adicional de acréscimo sobre uma tabela da preço.
57	Permitir a um profissional autorizado registrar os fornecedores participantes do processo de licitação, informando se o participante é um consórcio de empresas ou se é um fornecedor comum, indicar se a empresa possui um representante presente, a data e hora do seu credenciamento e seu enquadramento ou não como micro ou pequena empresa.
58	Permitir que o pregoeiro possa informar um novo lance ou declinar o participante dos lances do pregão, salvando automaticamente os lances já registrados, e possibilitar que ao retornar aos lances, caso esses tenham sido interrompidos, possa ser continuado do momento de onde parou.
59	Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar os atos administrativos da administração pública, possibilitando informar caso se trate de uma lei, decreto ou portaria, indicar o número, sua natureza jurídica, ementa, data da criação, data da publicação, data a vigorar, data da revogação, bem como os dados da publicação como o número do diário oficial e o fornecedor responsável.
60	Possibilitar que o pregoeiro visualize, em forma de listagem, os classificados para lances do pregão pela sua ordem de classificação.
61	Permitir a um profissional autorizado cadastrar as comissões de licitação, possibilitando selecionar se a comissão é permanente ou especial, suas datas de expiração, exoneração e designação, além do nome e função dos membros que farão parte da mesma, permitindo também consultar a comissão pelo seu número e nome do responsável pela comissão.
62	Permitir ao usuário do sistema registrar os documentos apresentados pelo fornecedor e correspondentes a sua habilitação para participar do processo de licitação, informando suas datas de emissão e validade, bem como sua situação, se está válida, inválida ou não apresentou.
63	Permitir ao usuário utilizar Campos Adicionais nas principais telas do sistema em uma única fonte.
64	Permitir ao usuário visualizar a lista das ocorrências registradas para uma ata de registro de preços, mostrando dados como os cancelamentos, suspensões, prorrogações ou alterações de preços.
65	Disponibilizar os dados dos registros efetuados para a criação de relatórios, scripts e validações (Fonte de Dados)
66	Permitir aos usuários do sistema trocar de entidade e/ou exercício sem ter que fechá-lo.
67	Permitir a um profissional autorizado pela entidade cadastrar processos administrativos para compra de materiais, contratação de serviços ou obras, informando o protocolo de abertura, a data, o tipo do objeto, descrição do objeto, condição de pagamento, forma de julgamento, regime de execução, prazo de entrega, local de entrega, indicar se há previsão de subcontratação e a forma que deverá ser efetuado o controle do saldo dos itens, por quantidade ou valor.
68	Permitir cadastrar os tipos de publicação das etapas do processo licitatório, possibilitando informar a descrição e a classificação a qual ela pertence, caso se trate da publicação de um edital, retificação do edital, prorrogação, cancelamento, homologação, retificação da homologação, justificativa ou ratificação.
69	Permitir ao usuário inserir uma nova ata de registro de preço com base nos itens cancelados de uma outra ata. O saldo pendente dos itens que foram cancelados deverão ser controlados automaticamente pelo sistema, de forma que na mesma tela do cancelamento possibilite realizar a geração da nova Ata, dando a opção do usuário controlar a data

	de vencimento e a empresa que passará a fornecer.
70	Possibilitar que o usuário registre as impugnações feitas ao processo informando o nome do impugnante, data, motivo, além de possibilitar o registro do resultado final após análise por parte dos responsáveis pelo processo.
71	Permitir a um profissional autorizado pela entidade a visualizar os processos administrativos através de filtros avançados, listando aqueles que se encontram em determinada etapa de seu andamento dentro da fase interna (preparatória) ou da fase externa (executória), permitindo realizar a busca por meio de variadas opções, como: Por modalidade, Formas de Contratações, Fornecedores Participantes, Fundamentos Legais, Tipos de Objetos, Comissão Julgadora, Entidades Participantes, Tipos de Impugnações, Período de Abertura dos Envelopes, entre outros.
72	Permitir a um profissional cadastrar os tipos de pareceres possíveis de serem utilizados nas etapas do processo licitatório, informando a descrição e a classificação do parecer, caso se trate de parecer contábil, jurídico, técnico ou da autoridade competente.
73	Possibilitar a exportação dos Itens da cotação de preços para serem utilizados por sistema ou aplicativo específico de digitação de proposta de preço, o qual irá gerar arquivo contendo os preços ofertados pelo fornecedor e que serão posteriormente importados para dentro do sistema.
74	Permitir ao usuário inserir os itens da ata de registro de preços com base nos itens do processo de licitação que foram vencidos pelo fornecedor que foi informado na ata de registro de preços.
75	Permitir a um profissional autorizado pela entidade, indicar a configuração da estrutura organizacional a ser utilizada no exercício, onde ainda podem ser criadas novas configurações caso exista necessidade.
76	Permitir a um profissional autorizado pela entidade tramitar as solicitações de compra dentro de um fluxo que exija autorização, cotação de preços e aprovação, ou então, aprovando-as para atendimento diretamente após o seu cadastramento.
77	Permitir a um profissional cadastrar os responsáveis pelos atos administrativos da entidade, informando além de seu nome, o CPF, telefone, e-mail, indicar se é funcionário do município, matrícula, cargo, natureza do cargo e o endereço.
78	Permitir cadastrar os tipos de objetos a serem aplicados aos processos licitatórios, informando sua descrição e a classificação para o qual pertence, caso se trate de uma alienação de bens, cessão de direitos, compras e serviços, concessão, concurso e locação. Ainda possibilitar informar se o objeto da contratação é de uso de bem público ou não, para os casos de concessão e locação.
79	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade criar relatórios personalizados para a entidade.
80	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade informar, após a indicação da forma de contratação, se as propostas dos participantes do processo administrativo deverão ou não ser desclassificadas se estiverem acima/abaixo do valor limite estabelecido para os itens ou lotes.
81	Permitir cadastrar os tipos de documentos a serem solicitados aos participantes do processo, informando a descrição, a indicação de que o documento é uma certidão e qual o tipo, caso se trate de certidão do INSS, FGTS, débitos trabalhistas, municipal, estadual ou federal, bem como a sua validade em dias.
82	Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar os itens da solicitação de compra, informando o material ou serviço que deseja, a quantidade e o preço unitário estimado, sendo possível setar informação referente a amostra, se necessário.
83	Permitir ao pregoeiro efetuar a habilitação dos participantes ao final de cada item/lote, ou então, somente após o encerramento de todos os itens/lotes. Ao registrar a inabilitação de um licitante o sistema deve possibilitar a validação da documentação do próximo classificado e assim sucessivamente.
84	Possibilitar que o pregoeiro possa desfazer o último lance e corrigir os lances já registrados, e posteriormente encerrá-los e confirmá-los e, se necessário, desfazer o encerramento e reabrir o item/lote.

85	Permitir a um profissional autorizado pela entidade reabrir uma cotação de preços após finalizada, a fim de ajustar valores ou dados da pesquisa de preço efetuada.
86	Permitir a um profissional autorizado pela entidade gerar automaticamente o item com a cota reservada à participação das MPEs-Micro e Pequenas Empresas. Isso quando o item possui uma quantidade divisível conforme determina a Lei Complementar 123/2006, informando o percentual que deseja destinar às MPEs e controlar possíveis alterações no item principal e no item com a cota reservada para manter o cálculo correto de acordo com o percentual informado.
87	Permitir que o usuário realize uma pesquisa no registro dos fornecedores, a fim de localizá-los, pelo nome ou pelo CNPJ ou CPF, devendo mostrar os dados caso já exista cadastro.
88	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade efetuar a inclusão dos itens do processo administrativo de forma automática, buscando-os nas solicitações de compras que serão vinculadas ao processo, quando for o caso.
89	Possibilitar a visualização das cotações de preços realizadas pela entidade, com a indicação do objeto, quantidade de itens, data de validade e situação.
90	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade a visualizar todos os registros de dados das solicitações de compra e processo administrativo enviados para bloqueio ou desbloqueio orçamentário na contabilidade, permitindo visualizar as informações da solicitação ou do processo, o valor total, a despesa orçamentária, a situação e ação realizada.
91	Possibilitar que o pregoeiro tenha a opção para disparar cronômetro para controle do tempo dos lances dos pregão.
92	Permitir a um profissional registrar as publicações referentes aos processos de compra, possibilitando informar o tipo de publicação, data, meio de divulgação e veículo em que foi publicado.
93	Permitir a um profissional autorizado pela entidade visualizar o histórico das tramitações realizadas na solicitação de compra, visualizando a data e hora, usuário e tipo de tramitação.
94	Permitir a um profissional autorizado pela entidade manter os dados cadastrais da entidade como endereço, telefone, e-mail, site, horário de funcionamento e a indicação se a entidade possui um regime próprio de previdência privada.
95	Possibilitar que o pregoeiro visualize o histórico dos lances já encerrados e dos em andamento, mostrando a classificação final dos itens/lotes que já tiveram seus lances encerrados.
96	Permitir aos profissionais acessar outros sistemas contratados pela entidade simultaneamente.
97	Permitir a um profissional autorizado realizar licitações com julgamento pelo maior desconto sobre uma tabela de preços.
98	Permitir a um profissional cadastrar os convidados para a licitação da modalidade Convite, informando o fornecedor, data e hora do convite, do recebimento e ainda se o mesmo mostrou interesse em participar da licitação, registrando sua auto-convocação.
99	Permitir a um profissional autorizado a indicar os documentos e/ou certidões que serão exigidos dos participantes do processo licitatório.
100	Permitir ao usuário visualizar a lista das atas de registro de preços cadastradas no sistema, mostrando algumas informações principais, tais como: o número, fornecedor, processo administrativo, data da assinatura e vencimento, valor e situação atual.
101	Disponibilizar infraestrutura para execução da aplicação web e seu banco de dados.
102	Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade, recursos para geração de arquivos para sistemas/órgãos externos.
103	Permitir a um profissional cadastrar as unidades de medida dos materiais e serviços adquiridos pela entidade, contendo campos adicionais para preenchimento conforme layout do SIM-AM.

104	Permitir a um profissional cadastrar os consórcios formados por empresas para participarem de processos licitatórios, informando se o consórcio está constituído ou em formação, sua descrição, o CNPJ caso já esteja constituída e informar as empresas que fazem parte do consórcio, indicando o seu CNPJ e o percentual de participação e qual delas é a principal.
105	Possibilitar a exportação dos itens do processo para serem utilizados por sistema ou aplicativo específico de digitação de proposta de preço, o qual irá gerar arquivo contendo os preços ofertados pelo fornecedor e que serão posteriormente importados para dentro do sistema.
106	Permitir aos profissionais da entidade registrar os sócios da empresa fornecedora, nome, as datas de inclusão e desligamento e o percentual de participação na sociedade.
107	Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar os locais de recebimento de materiais, da prestação do serviço ou da execução de uma obra, definindo uma descrição para o mesmo.
108	Permitir a um profissional cadastrar as possíveis formas de julgamento dos processos licitatórios, informando a descrição, tipo de licitação, caso se trate de menor preço, melhor técnica, técnica e preço, melhor lance ou oferta ou maior retorno econômico, o tipo de julgamento quando for por item, por lote ou preço global e formas especiais de julgamento, quando for maior desconto sobre tabela ou sobre item, menor taxa administrativa, menor adicional sobre tabela, maior lance no pregão ou ainda os credenciamentos de chamada pública com quantidade fixa, rateada ou livre.
109	Permitir ao usuário cadastrar pareceres referentes ao processo administrativo de compra, possibilitando informar o tipo do parecer se é contábil, jurídico, da autoridade competente ou parecer técnico. Além disso deve permitir informar um texto e/ou anexar arquivo correspondente ao parecer emitido pelo responsável.
110	Permitir a um profissional autorizado cadastrar processos referentes a chamada pública para credenciamento de fornecedores interessados em atender o objeto do edital, permitindo que mais de um fornecedor possa ser credenciado para um mesmo item.
111	Permitir cadastrar os fornecedores utilizados para realizar a publicidade dos atos administrativos da entidade pública, informando além do seu nome, o tipo de veículo de publicação, a informação caso ele seja contratado por licitação e se sim, possibilitar o registro do número do processo licitatório de origem e ainda a data do início das publicações.
112	Permitir ao usuário do sistema cadastrar as propostas de preços dos participantes da licitação ou opcionalmente optar pela importação da proposta digitada pelo participante por outro aplicativo.
113	Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade recursos para geração de validações específicas nas funcionalidades do sistema.
114	Possibilitar que o usuário registre as interposições de recursos realizadas pelos participantes do processo administrativo, informando o protocolo de registro, a data, a referência para qual etapa o participante interpôs o recurso, qual o participante e o motivo pelo qual o fez. Permitindo ainda que seja registrada a sua tramitação, conforme as etapas de análise do recurso, o qual poderá ser deferido ou indeferido.
115	Permitir a um profissional autorizado cadastrar os tipos de motivos da revogação ou anulação do processo, informando a descrição, a referência se é revogação ou anulação, e as possíveis classificações, caso se trate de razões de interesse público, licitação deserta, licitação fracassada ou ilegalidade.
116	Permitir a um profissional cadastrar os tipos de interposição de recurso, informando a descrição e a qual ato administrativo o recurso se refere, se é na habilitação, propostas, habilitação e propostas, anulação ou revogação.
117	Permitir a um profissional autorizado pela entidade tramitar os processos administrativos entre as diversas etapas existentes na fase interna e externa do processo, possibilitando encaminhá-lo, por exemplo: para pareceres, autorizações, aguardo de publicação, aguardo de julgamento, atos de homologação e adjudicação. Possibilita, também, que o usuário pule etapas desnecessárias e deixe o processo na situação atual sem ter que passar por todos os trâmites.
118	Permitir realizar a inclusão de diversas especificações do material ou serviço que estão relacionadas. Isso para que não haja duplicidade de registros com informações semelhantes.

119	Permitir a um profissional autorizado pela entidade configurar a aplicação dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 destinados às Micro e Pequenas Empresas.
120	Permitir a um profissional autorizado pela entidade duplicar uma solicitação de compra criando uma nova com informações semelhantes, possibilitando informar a nova data de solicitação, novo organograma solicitante, nome do solicitante e ainda duplicar também os itens da solicitação e as despesas orçamentárias.
121	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade selecionar a forma de contratação ou procedimento a ser adotado para o processo, caso se trate de uma licitação, contratação direta, adesão à ata de registro de preço ou chamada pública / credenciamento.
122	Permitir cadastrar os dados correspondentes aos endereços, possibilitando informar os logradouros, condomínios, loteamentos, bairros, distritos, estados e municípios.
123	Permitir ao usuário efetuar o cancelamento de uma ata de registro de preços, informando o responsável e a justificativa para tal, possibilitando que o saldo pendente dos itens cancelados possam ser informados em uma nova ata de registro de preços para um dos fornecedores classificados na sequência.
124	Permitir ao usuário visualizar as atas de registro de preços conforme sua situação, caso esteja vigente, vencida, suspensa ou cancelada. Possibilitando a utilização de filtros ou pesquisa rápida para mostrar apenas o que for desejado pelo usuário.
125	Permitir a um profissional registrar os grupos e classes, utilizados para categorizar os materiais e serviços.
126	Permitir cadastrar os possíveis regimes de execução das aquisições realizadas pela entidade, informando além de sua descrição, a sua classificação, caso se trate de alienação de bens, cessão de direitos, compras, concessão comum de uso e de direito real de uso, execução direta, indireta, serviços ou tarefas.
127	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não.
128	Permitir ao usuário criar validações das funcionalidades de forma personalizada, conforme a necessidade do usuário.
129	Permitir cadastrar os prazos de entrega dos materiais e/ou execução dos serviços e obras, informando a descrição, se a entrega é única ou parcelada e a quantidade de dias ou meses.
130	Permitir ao profissional cadastrar os tipos de ato administrativo que podem ser realizados pela entidade, informando sua descrição e classificação.
131	Permitir cadastrar as formas que serão efetuados os pagamentos das aquisições realizadas pela entidade.
132	Permitir a um profissional autorizado pela entidade indicar os fornecedores que participarão da cotação e, também, informar os preços que cada um dos participantes ofereceu para os itens solicitados.
133	Permitir cadastrar os cargos dos responsáveis envolvidos com os processos de compras da entidade.
134	Permitir a um profissional autorizado pela entidade selecionar as solicitações de compra que farão parte da cotação de preço que será criada para apuração do preço médio a ser estimado, devendo agrupar as quantidades dos itens da solicitação que possuam o mesmo material.
135	Permitir ao usuário informar os dados da origem do processo de adesão à ata de registro de preços, podendo informar o órgão público de origem, os dados principais do processo, número da ata e a data da ata e sua validade.
136	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade gerenciar as permissões dos usuários por grupo ou individualmente.
137	Permitir a um profissional cadastrar as modalidades de licitação, informando sua descrição, a indicação de qual a modalidade legal e os valores limites para compras e serviços especializados, bem como para obras e serviços de

	engenharia.
138	Permitir ao usuário criar e editar a ata da sessão de julgamento durante o andamento da sessão e a partir de um modelo de ata selecionado pelo usuário.
139	Permitir a um profissional autorizado pela entidade retornar a situação do trâmite anterior de atendimento das solicitações de compras, quando for necessário.
140	Possibilitar a importação automática dos preços cotados pelos fornecedores participantes da cotação de preços.
141	Permitir ao profissional cadastrar as naturezas jurídicas dos atos administrativos realizados pela entidade.
142	Permitir ao usuário informar os atos finais do processo referentes a homologação e adjudicação, informando o tipo de ato, a data e responsável pelo ato.
143	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade criar um processo de licitação atendendo a demanda de várias entidades interessadas em participar do processo, e visualizar essas entidades posteriormente que estão vinculadas no processo. São os processos multientidade, onde o sistema administra a quantidade dos itens individualmente, bem como controla o envio dos dados para empenhamento na contabilidade de cada entidade.
144	Permitir ao usuário inserir as atas de registro de preços, podendo ser a partir da homologação do processo de licitação ou então com base nos itens de uma ata de registro de preço cancelada e que possui saldo pendente.
145	Permitir ao profissional cadastrar as fontes de divulgação dos atos administrativos registrados pela entidade pública, possibilitando informar a descrição e o meio de comunicação correspondente.
146	Permitir a um profissional autorizado pela entidade, configurar a forma de numeração das licitações dentro do exercício, caso seja numerada de forma sequencial por tipo de modalidade ou com sequencial único dentro do exercício. Além de permitir numerar a licitação por exercício, deve também permitir configurar um sequencial diferenciado para "Contratação Direta".
147	Possibilitar ao usuário a emissão da Nota de Solicitação de Compra pelo gerenciador de relatórios e, também, de forma rápida pelo próprio cadastro ou listagem.
148	Permitir a um profissional autorizado pela entidade informar as despesas orçamentárias da solicitação de compra, possibilitando o envio para o devido bloqueio na contabilidade.
149	Possibilitar que o usuário devidamente liberado pela entidade tenha a possibilidade de cadastrar novos tipos de objetos, possibilitando inserir novas descrições, selecionando os tipos de objetos padrões do sistema: Compras e Serviços, Aquisição de Bens, Prestação de Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, Alienação de Bens, Cessão de Direitos, Concessão, Concurso, Permissão, Locação(obrigações), Seguros(obrigações), Contratos de rateio (Consórcios públicos), Outros direitos e Outras Obrigações.
150	Permitir o atendimento manual da solicitação de compra para que esta saia da lista de solicitações pendentes de atendimento.
151	Possibilitar ao usuário selecionar a quantidade de casas decimais que deseja adotar para Quantidade e Preço Unitário, incluindo visualização da prévia de como ficará o campo.
152	Permitir pesquisar as atas de registro de preço por fornecedor, processo licitatório, período de lançamento, material, descrição do objeto, grupos e classes.
153	Permitir ao usuário gerar informações das compras efetuadas para serem utilizadas por outros sistemas ou aplicativos, por exemplo: Portal do Gestor
154	Permitir o cadastramento dos dados do fornecedor com nome, cnpj/cpf, endereço, telefone, e-mail, além do porte da empresa, seus sócios com o percentual da sociedade e contas bancárias para pagamento.
155	Permitir a um profissional autorizado pela entidade registrar as cotações de preços necessárias para estimar o preço dos itens que deseja adquirir ou contratar, realizando a média desses preços automaticamente ao finalizar a cotação,

	informando o responsável pela cotação, condição de pagamento, prazo de entrega ou execução, validade e o objeto.
156	Permitir a um profissional autorizado cadastrar a sessão de julgamento de um processo administrativo de licitação, informando o tipo da sessão, data e hora, responsável, membros da comissão presentes e outras pessoas presentes, bem como a situação da sessão possibilitando indicar quando ocorrer o encerramento, suspensão judicial ou administrativa e cancelamento.
157	Permitir a um usuário autorizado pela entidade a dividir a quantidade dos itens do processo entre as despesas do processo para compor o valor da despesa.
158	Permitir ao usuário emitir os Relatórios Gerenciais pertinentes às Compras e Licitações, por exemplo: 1 - CRC- Certificado de Registro Cadastral do Fornecedor; 2 - Ofício de Solicitação de Documentos Vencidos; 3 - Listagem dos Itens da Licitação; 4 - Controle do Saldo dos Itens do Registro de Preços; 5 - Protocolo de Recebimento de Propostas; 6 - Mapa Comparativo de Preços da Cotação; 7 - Mapa Comparativo de Preços das Propostas; 8 - Demonstrativo de Economicidade no Pregão; 10 - Processos homologados por período;
159	Permitir que sejam anexados no registro de homologação do processo administrativo, arquivos nos formatos PDF, DOC, DOCX, TXT, HTML, XLS, XLSX, JPG ou PNG, com tamanho máximo de até 10 MB.
160	Possibilitar através da consulta do material, consultar o histórico de aquisições exibindo dados como a contratação, data, o fornecedor, valor unitário do item.
161	Permitir que o usuário pesquise os processos administrativos por número do processo, número da licitação, modalidade de licitação e objeto de licitação.
162	Permitir aos usuários da entidade realizar consulta do CNPJ do fornecedor na base da Receita Federal, possibilitando inclusão ou atualização do registro no sistema.

OBRAS	
1	Permitir enviar os dados das Obras para portal da transparência
2	Permitir configurar a integração de contratos e processo administrativo dos sistemas.
3	Permitir integrar processos administrativos conforme parametrização e identificar a entidade origem.
4	Permitir ao usuário o registro de exercícios
5	Permitir desativar o registro de um responsável técnico informando a data que o mesmo foi desativado.
6	Disponibilizar recursos para geração de arquivos para sistemas/órgãos externos.
7	Permitir visualizar e acompanhar as obras cadastradas, demonstrando as informações da sua descrição, tipo, data do cadastro, percentual já executado, situação atual.
8	Possibilitar incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não.
9	Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema.
10	Permitir visualizar o resumo da execução da obra, visualizando os valores dos orçamentos, valor executado, período das medições e percentual executado da obra.
11	Possibilitar gerenciar as permissões dos usuários por grupo ou individualmente.
12	Permitir a um profissional autorizado pela entidade manter os dados cadastrais da entidade como endereço, telefone, e-mail, site, horário de funcionamento e

	a indicação se a entidade possui um regime próprio de previdência privada.
13	Permitir configurar os órgãos, unidades orçamentárias e centros de custo da entidade.
14	Permitir cadastrar responsáveis técnicos, informando além do seu nome, o CPF, qual o tipo de responsabilidade, o número do registro no CREA, RG, Endereço, Telefone e E-mail.
15	Permitir registrar os dados das movimentações das operações, dentre elas as paralisações, reinício, medições, cancelamento e conclusão das obras.
16	Permitir registrar as obras do município, possibilitando informar os dados principais, dentre eles a descrição da obra, o objeto, data do cadastro, local da obra, prazo de conclusão, centro de custo para o qual ela pertence, classificação, categoria, tipo de execução, tipo da obra e posição geográfica."
17	Permitir registrar medições da obra, informando o período da medição, responsável técnico, percentual físico, número do contrato, ato administrativo e valor correspondentes.
18	Permitir registrar a conclusão da obra, informando a data, o responsável técnico e o ato administrativo que oficializou a conclusão.
19	Possibilita concluir uma obra mesmo que o executado não esteja com 100% por contrato, aditivo e sem contrato.
20	Permitir cadastrar os atos administrativos da administração pública, possibilitando informar caso se trate de uma lei, decreto ou portaria, indicar o número, sua natureza jurídica, ementa, data da criação, data da publicação, data a vigorar, data da revogação, bem como os dados da publicação como o número do diário oficial e o fornecedor responsável.
21	Permitir cadastrar os possíveis motivos que originam a paralisação de uma obra, para posterior vínculo no registro da mesma.
22	Possibilitar criar relatórios personalizados para a entidade.
23	Possibilita controlar as medições da obra por contrato, aditivo e sem contrato.
24	Permitir reiniciar a obra após estar paralisada, informando a data do reinício.
25	Possibilitar cadastrar os tipos de obras, indicando nela a sua classificação, para melhor identificação das obras do município.
26	Permitir cadastrar unidade de medida dos bens da entidade, no singular ou plural e informar sua abreviatura, grandeza
27	Permitir filtrar todas as situações das obras como não iniciadas, em andamento, paralisadas, canceladas e concluídas em um único lugar.
28	Permitir ao usuário configurar da estrutura organizacional a ser utilizada no exercício, onde ainda podem ser criadas novas configurações caso exista necessidade.
29	Permitir cadastrar as categorias da obra, informando sua descrição.
30	Disponibilizar os dados dos registros efetuados para a criação de relatórios, scripts e validações
31	Permitir registrar os orçamentos das obras, informando o responsável técnico, tipo de planilha, data da inclusão e base, contrato firmado para a realização da obra, ato administrativo e valor.
32	Permitir visualizar o histórico das movimentações da obra, visualizando a data, situação e usuário que registrou a movimentação.
33	Permitir cadastrar os dados correspondentes aos endereços, possibilitando informar os logradouros, condomínios,

	loteamentos, bairros, distritos, estados e municípios.
34	Possibilitar a utilização de filtros e realização de pesquisas, apresentando apenas os dados desejados pelo usuário.
35	Permitir registrar as ART - Anotação de Responsabilidade Técnica dos profissionais que assumem essa posição, informando a data, número do registro, tipo de responsabilidade e responsável técnico.
36	Permitir registrar as possíveis paralisações da obra, informando a data, responsável técnico, ato administrativo e motivo.
37	Disponibilizar recursos para geração de validações específicas nas funcionalidades do sistema.
38	Permitir configurar o código da obra, podendo ser manual ou automático.
39	Possibilitar o cadastro das matrículas que identificam as obras registradas no CEI - Cadastro Específico do INSS, informando além de sua data de registro, as informações de uma ou mais certidões negativas de débitos vinculadas ao seu registro.
40	Permitir registrar o cancelamento da obra, informando a data, o responsável técnico, o tipo de cancelamento e o ato administrativo que determinou o cancelamento.
41	Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade recursos para geração de validações específicas nas funcionalidades do sistema.
42	Permitir registrar os contratos firmados para a realização da obra, informando a data deste vínculo.
43	Permitir registrar a licitação executada para a realização da obra, informando a data deste vínculo.

PATRIMÔNIO	
1	Permitir ao usuário enviar os dados dos bens permanentes e as movimentações de aquisição, depreciação, exaustão, amortização, reavaliação, redução ao valor recuperável, baixa e estorno da baixa para a Contabilidade.
2	Possibilitar excluir o último movimento de depreciação, somente se o período em que ocorreu não estiver encerrado e se o mesmo bem não tiver movimentos posteriores.
3	Permitir ao usuário realizar o controle de multientidades através de organogramas.
4	Permitir que no momento do inventário físico, a movimentação de transferência seja bloqueada até a sua finalização.
5	Registrar todas as movimentações dos bens patrimoniais, como aquisição, transferência, baixa, reavaliação e depreciação.
6	Possibilitar que no momento da exclusão do movimento de depreciação, os movimentos processados e registrados no bem são excluídos e retornados os valores anteriores a depreciação excluída, bem como a data da última depreciação.
7	Possibilitar que o usuário pesquise informações de forma simples e de forma avançada, possibilitando nesta incluir filtros e condições para demonstrar o que deseja pesquisar.
8	Permitir que o cliente informe as coordenadas geográficas na localização física do bem
9	Permitir identificar os bens que não possuem mais saldo para depreciar, onde o valor líquido contábil esta igual ao valor residual do bem.
10	Possibilitar ao usuário realizar pesquisas simples e avançadas nos processos de depreciação, reavaliação, baixa e

	transferência, com disponibilidade de filtros que auxiliam em um resultado mais preciso.
11	Permitir desfazer o tombamento bens individualmente, colocando o bem com a situação 'Aguardando tombamento'
12	Permitir registrar depreciação contendo as principais informações, como mês e ano, data da finalização, responsável e observação.
13	Permitir buscar dados cadastrais do fornecedor no banco de dados da Receita Federal
14	Permitir ao usuário receber os dados dos bens permanentes adquiridos e registrados pelo sistema de gestão de compras.
15	Permitir enviar os dados dos bens ativos e baixados para portal da transparência.
16	Permitir adicionar todos os bens ou somente os bens selecionados na transferência.
17	Permitir realizar rotina de transferência de bens de uma entidade para outra, realizando a baixa automática na entidade de origem e incorporação na entidade de destino, sem a necessidade de cadastro manual, possibilitando fazer o estorno da transferência entre entidades.
18	Disponibilizar os dados dos registros efetuados para a criação de relatórios, scripts e validações.
19	Permitir armazenar diversos documentos relacionados a localização do bem por meio dos arquivos em formato pdf, doc, docx, txt, html, xls, xlsx, jpg, png com tamanho máximo de 20MB.
20	Permitir armazenar diversos documentos relacionados ao bem por meio dos arquivos em formato pdf, doc, docx, txt, html, xls, xlsx, jpg, png com tamanho máximo de 20MB.
21	Possibilitar ao usuário realizar pesquisas simples e avançadas no processo de depreciação, com disponibilidade de filtros que auxiliam em um resultado mais preciso.
22	Permitir efetuar transferências individual ou por lote, atualizando automaticamente os novos registros no bem.
23	Permitir cadastrar a espécie de bens e vincular a um grupo correspondente.
24	Permitir criar relatórios personalizados para a entidade.
25	Permitir registrar abertura, conferência dos bens localizados e não localizados e encerramento do inventário.
26	Permite registrar reavaliação de bens individual ou por lote, atualizando automaticamente os novos valores reavaliados no bem.
27	Permitir reservar e retornar o bem em desuso.
28	Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema.
29	Permitir utilizar formas de depreciações flexíveis com base na necessidade do usuário.
30	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade gerenciar as permissões dos usuários por grupo ou individualmente.
31	Possibilitar o encerramento e estorno mensal de competência.
32	Possibilitar excluir o último movimento de transferência somente se o período em que ocorreu não estiver encerrado e se o mesmo bem não tiver movimentos posteriores.
33	Permitir registrar a utilização do bem e classificá-los em dominicais, uso comum do povo, uso especial, em andamento, quando o bem for imóvel.

34	Permitir manter a data que o bem foi colocado em uso, de forma individual ou em lote, devendo ser igual ou maior a data de aquisição do bem e sua alteração é permitida desde que não há movimentação posterior.
35	Possibilitar cadastrar as localizações físicas sintéticas ou analíticas em até 5 níveis, permitindo que seja ativada ou desativada.
36	Possibilitar ao usuário configurar o organograma do município em até 13 níveis, válida para o exercício.
37	Possibilitar excluir o último movimento de Baixa somente se o período em que ocorreu não estiver encerrado e se o mesmo bem não tiver movimentos posteriores.
38	Permitir vincular pessoas física que serão responsáveis por zelar os bens do patrimônio público que estão sob sua responsabilidade.
39	Permitir realizar a exclusão de bens em lote, quando o bem está com a situação 'Em edição' ou 'Aguardando tombamento'.
40	Permitir manter um sequencial incrementado e habilitado dos bens, permitindo ser alterado a qualquer momento, com tamanho máximo de 9 caracteres
41	Permitir aos profissionais da entidade registrar os sócios da empresa fornecedora, nome, as datas de inclusão e desligamento e o percentual de participação na sociedade.
42	Permitir cadastrar tipos de reavaliação e classificá-los como reavaliação, redução ao valor recuperável e ajustes, bem como identificar a variação dos tipos valorização e desvalorização.
43	Permitir a remoção do registro do bem até o momento que o mesmo for colocado em uso.
44	Permitir controlar a garantia dos bens, registrando as data de início e prazo final da garantia.
45	Permitir processar e aplicar depreciação com base na vida útil, valor residual e percentual anual, considerando o valor depreciável de acordo com o valor da aquisição ou da última reavaliação.
46	Permitir ter uma visão geral do sistema em um único lugar (dashboard), demonstrando as principais funcionalidades e as principais tarefas que são executadas diariamente.
47	Permitir ao usuário cadastrar os atos administrativos da administração pública, possibilitando informar caso se trate de uma lei, decreto ou portaria, indicar o número, sua natureza jurídica, ementa, data da criação, data da publicação, data a vigorar, data da revogação, bem como os dados da publicação como o número do diário oficial e o fornecedor responsável.
48	Permitir tomar o bem evidenciando o organograma, placa e responsável.
49	Possibilitar cancelar a baixa antes de finalizar, sem a necessidade de excluir o registro.
50	Possibilitar registrar grupos de bens e definir qual o percentual de depreciação anual, valor residual do bem e sua vida útil deste grupo de bens.
51	Permitir configurar a identificação dos bens, com a quantidade de dígitos, bem como a indicação do registro de forma automática, permitindo parametrizar se é somente números ou letras e números.
52	Permitir visualizar os bens que estão em manutenção e a quantidade de vezes em que houve manutenção deste bem.
53	Permitir identificar onde o bem esta alocado, por meio dos registros do órgão, unidade orçamentária, centro de custo e localização física.
54	Permitir que os bens sejam adicionados a partir do cadastro dos processos de apólices, baixas, inventários, reavaliações, depreciações e transferências.

55	Possibilitar registrar os seguros de bens da entidade, com controles de vigência, valor, apólice e seguradora.
56	Possibilitar ao usuário pesquisar e visualizar os bens cadastrados por código, placa, descrição, filtrando por tipo, grupo, organograma, responsáveis e estado de conservação.
57	Permitir efetuar o controle dos bens através de registro de placas de forma manual ou automática, com letras ou números, alterando sua numeração quando for necessário e não permitindo a inserção de números de placas já utilizados
58	Permitir cadastrar os dados correspondentes aos endereços, possibilitando informar os logradouros, condomínios, loteamentos, bairros, distritos, estados e municípios.
59	Permite registrar a depreciação, amortização e exaustão de todos os bens que estão em uso, individual ou por lote, atualizando automaticamente os novos valores depreciados no bem
60	Possibilitar detalhar o estado de conservação dos bens como péssimo, ruim, regular, bom, ótimo.
61	Possibilitar ao usuário incluir novos campos nos principais cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento obrigatório ou não.
62	Permitir cadastrar tipos de aquisição de bens e classificá-los como compras, doação, produção própria, locação, permuta, comodato, desapropriação, usucapião, desmembramento, dação em pagamento.
63	Disponibilizar ao usuário recursos para geração de validações específicas nas funcionalidades do sistema.
64	Permitir cadastrar unidade de medida dos bens da entidade, no singular ou plural e informar sua abreviatura, grandeza.
65	Possibilitar configurar os órgãos, unidades orçamentárias e centro de custo da entidade.
66	Permitir cadastrar tipos de baixa e classificá-los como dação em pagamento, doação/cessão, perda, permuta, roubo/furto, sucata, venda.
67	Permitir registrar as movimentações dos bens de aquisição, baixa, estorno da baixa, transferência, depreciação e reavaliação somente no exercício do contexto.
68	Permitir registrar os bens que foram vendidos, informar o valor da venda e o comprador do bem.
69	Possibilitar ao usuário cadastrar as comissões da entidade, que serão utilizadas na realização dos inventários e reavaliações, e devem possibilitar informar o ato que a nomeou, as datas de expiração e exoneração, sua finalidade, bem como os membros que a compõem, indicando aquele que é o responsável principal.
70	Permitir desativar o registro de um fornecedor para que essa informação não seja mais listada para vínculo.
71	Permitir cadastrar tipos de conferências e classificá-los como localizado e não localizado e identificar informações obrigatórias do novo organograma, responsável e localização física
72	Permitir disponibilizar as informações dos bens ao Portal do Gestor
73	Disponibilizar recursos para permitir a geração de arquivos para sistemas/órgãos externos
74	Possibilitar no inventário o registro do novo organograma, localização física e responsável, bem como o estado de conservação e sua situação, permitindo realizar transferências automaticamente no encerramento do inventário.
75	Permitir tomar bens individualmente ou em lote, colocando o bem com a situação 'Em uso'
76	Permitir ao usuário manter os dados cadastrais da entidade como endereço, telefone, e-mail, site, horário de funcionamento e a indicação se a entidade possui um regime próprio de previdência privada.

77	Permitir baixar bens individual ou em lote, atualizando automaticamente a situação do bem para baixado.
78	Permitir registrar reavaliação contendo as principais informações, como tipo de valorização e desvalorização, comissão, responsável pelo laudo, critérios e fundamentação.
79	Possibilitar excluir o último movimento de reavaliação somente se o período em que ocorreu não estiver encerrado e se o mesmo bem não tiver movimentos posteriores.
80	Permitir identificar a moeda de aquisição do bem e conversão dos valores do bem para moeda vigente.
81	Permitir que o usuário realize uma pesquisa no registro dos fornecedores, a fim de localizá-los, pelo nome ou pelo CNPJ ou CPF.
82	Permitir ao profissional cadastrar as fontes de divulgação dos atos administrativos registrados pela entidade pública, possibilitando informar a descrição e o meio de comunicação correspondente.
83	Permitir cadastrar tipos de bens patrimoniais e classificá-los por bens imóveis, intangíveis, móveis e recursos naturais.
84	Permitir aos profissionais da entidade cadastrar os fornecedores, sejam eles pessoa física ou jurídica, contendo o nome, o CPF ou CNPJ, telefone, e-mail, site e endereço. Para os casos específicos de pessoa jurídica possibilitar inserir os dados do ato constitutivo da empresa.
85	Permitir registro de transferências de bens entre organograma, responsáveis, grupos e localizações físicas
86	Permitir enviar, retornar e consultar bens da manutenção e ainda registrar qual a data da próxima revisão.
87	Permitir cadastrar os cargos dos responsáveis pelos bens da entidade.
88	Permitir enviar, retornar e consultar bens cedidos ou emprestados e ainda registrar qual a data do retorno para maior controle dos bens.
89	Permitir cadastrar os tipos de cobertura das apólices de seguros dos bens.
90	Permitir aplicar o processo de reavaliação, valorizando ou desvalorizando o valor do bem, atualizando o valor residual, vida útil, percentual de depreciação anual, método de depreciação e capacidade produtiva, permitindo que seja por reavaliação, ajustes ou redução ao valor recuperável.
91	Permitir vincular um ou mais bens a outro bem, quando esses tiverem uma dependência em sua utilização.
92	Permitir ao profissional cadastrar os tipos de ato administrativo que podem ser realizados pela entidade, informando sua descrição e classificação.
93	Possibilitar efetuar a cópia do registro dos bens e realizar novas configurações, independente a situação do bem a ser copiado.
94	Permitir cadastrar tipos de comissão e classificá-los como inventários, reavaliação.
95	Permitir registrar fórmula de cálculo para diferentes método de depreciação, exaustão e amortização e classificá-los em linear, soma de dígitos ou unidades produzidas, onde é possível ativá-lo ou desativá-lo quando for necessário.
96	Permitir manter o histórico das placas dos bens, demonstrando as placas anteriores e a atual, bem como a data do registro e o usuário que realizou a alteração da placa.
97	Permitir pesquisar e visualizar todos os bens registrados, separados por situação.
98	Permitir identificar na listagem de bens a situação que o bem se encontra atualmente, como nos casos em que está ou não em uso.

99	Permitir visualizar em tempo real o valor atual do bem após passarem pelas movimentações de depreciação e reavaliação.
100	Permitir registrar bens contendo as principais informações, como placa, descrição, tipo, grupo, espécie, estado de conservação, data da aquisição, organograma, localização física, responsável, valor de aquisição, valor líquido contábil e campo para observação.
101	Permitir ao profissional cadastrar as naturezas jurídicas dos atos administrativos realizados pela entidade.
102	Permitir registrar as baixas de bens, possibilitando identificar o responsável, o tipo de baixa, bem como o motivo pelo qual o bem esta sendo baixado.
103	Permitir cadastrar tipos de transferências e classificá-los como responsável, organograma, grupo e localização física.
104	Permitir cadastrar as informações do registro de imóveis quando este se tratar de um bem imóvel.
105	Permitir registrar os dados do processo administrativo que originou a compra do bem, incluindo os dados do empenho, fornecedor, garantia e documento fiscal.
106	Permitir cadastrar os responsáveis por zelar pelos bens da entidade, informando além de seu nome, o CPF, telefone, e-mail, indicar se é funcionário do município, matrícula, cargo, natureza do cargo e o endereço.
107	Possibilitar estornar a baixa após sua finalização, retornando automaticamente o bem para a situação antes de ser baixado.
108	Permitir informar e acompanhar todos os movimentos dos bens que são passíveis de depreciação, como definir a data de início, o valor depreciável com base no valor residual, o saldo acumulado já depreciado e o que falta a depreciar.
109	Possibilitar o cadastramento dos possíveis tipos de comprovantes de aquisição dos bens, informando além da descrição, a sua classificação, caso se trate de uma nota fiscal, sentença judicial, guia de recolhimento, recibo, fatura, bilhete de passagem, cupom fiscal ou conhecimento.
110	Permitir ao usuário o registro de exercícios.

ALMOXARIFADO	
1	Permitir que um encerramento seja cancelado, possibilitando que sejam realizadas novamente movimentações no período selecionado, podendo posteriormente ter sua situação retornada para "encerrado". Ao alterar a situação do encerramento, poderá ser informada uma observação indicando o motivo.
2	Permitir definir quais almoxarifados um determinado usuário terá acesso e realizar movimentações. Esta definição é individual por usuário do sistema e por entidade, onde deverão ser exibidos para seleção os almoxarifados pertencentes a entidade logada. Cada usuário poderá ter permissão de acesso a nenhum almoxarifado, 1 almoxarifado ou mais de 1 almoxarifados.
3	Permitir que o usuário do sistema bloqueie a realização de movimentações do almoxarifado até uma determinada data, por meio de um registro que possua as seguintes informações: Data e hora do registro, data do encerramento, responsável pelo bloqueio e uma observação.
4	Possibilitar ao usuário, indicar a configuração do organograma a ser utilizado no exercício, podendo criar uma nova configuração caso exista a necessidade. A alteração não é permitida caso já exista alguma movimentação nos materiais para o exercício, seja movimentação no almoxarifado, Compras, contratos, Patrimônio ou Frotas.
5	Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade incluir novos campos nos cadastros do sistema, podendo selecionar o tipo de dado, descrição e tamanho quando o tipo de dado exigir e ainda indicar se ele é de preenchimento

	obrigatório ou não.
6	Disponibilizar um histórico das mudanças de fases da entrada de material no almoxarifado, sendo demonstrado a data e hora da mudança de fase, o usuário que realizou a mudança e a fase para qual foi alterada a entrada.
7	Permitir que seja possível informar o código de barras referente à especificação do material, sendo possível informar mais de um código de barras para a mesma especificação. Não permitindo que um código de barras seja informado mais de uma vez.
8	Possibilitar que as saídas de materiais na sua listagem possam ser pesquisadas pelo número da saída, almoxarifado, descrição do organograma, número do organograma, natureza da movimentação, valor da saída, saída registradas a partir de uma data, saídas registradas até uma data, responsável, responsável pela retirada do material, Identificador de origem juntamente com a sua natureza.
9	Permitir criar validações das funcionalidades de forma personalizada, conforme a necessidade do usuário.
10	Possibilitar a exclusão do registro da entrada de material, exceto se a entrada gerou uma saída imediata, se o saldo físico do material ficar negativo em decorrência da exclusão, for oriunda de um inventário, de uma transferência ou de um estorno.
11	Permitir que seja possível efetuar pesquisa na lista das entrada de materiais registradas, pelo número da entrada, natureza da movimentação, almoxarifado, descrição do organograma, número do organograma, apenas entradas estornadas, apenas entradas sem estorno, valor da entrada, entradas registradas a partir de uma data, entradas registradas até uma data, entradas finalizadas a partir de uma data, entradas finalizadas até uma data, responsável, número do comprovante, CPF/CNPJ do fornecedor, nome do fornecedor, código do cadastro que originou a entrada (natureza da movimentação com o seu respectivo identificador de origem) e se a entrada resultou em uma saída imediata, facilitando assim a busca pela entrada.
12	Gerar o registro de entrada e saída de forma automática nos almoxarifados envolvidos na transferência. No almoxarifado de origem dos materiais deverá ser gerado automaticamente o movimento de saída dos materiais transferidos. No almoxarifado de destino deverá ser criado o registro de entrada, apenas em fase de Em edição, para posterior conferência dos materiais pelo almoxarife, ou gerar a movimentação automática da entrada de materiais, dependendo da preferência do usuário.
13	Sugerir a conversão da unidade de medida na listagem dos materiais da nota fiscal com base na última conversão efetuada para o mesmo CPF/CNPJ do fornecedor, material da nota, unidade de medida da nota e id da especificação do material no almoxarifado e unidade de medida do material.
14	Atualizar a indicação da conversão da unidade de medida quando para um CPF/CNPJ do fornecedor, material da nota, unidade de medida da nota e id da especificação do material no almoxarifado e unidade de medida do material no almoxarifado já contenha uma conversão da unidade de medida indicada pelo usuário mas o mesmo é alterado.
15	Setar automaticamente a especificação do material quando, na indicação do material do almoxarifado correspondente ao da nota, o material do almoxarifado selecionado possuir apenas 1 especificação
16	Demonstrar a sugestão de material e especificação correspondentes do almoxarifado ao listar os materiais da nota na entrada de materiais, para o mesmo fornecedor.
17	Armazenar o relacionamento entre os materiais da nota fiscal e almoxarifado pelo CPF/CNPJ do fornecedor e descrição do material da nota, possibilitando a sugestão do sistema na próxima vez que for efetuada uma entrada de materiais de uma nota do mesmo fornecedor.
18	Demonstrar na listagem das notas fiscais consultadas no Monitor DF-e, as respectivas entradas e almoxarifados em que a nota foi dado entrada
19	Possuir cadastro único de endereços, contemplando: estados, municípios, bairros, logradouros, loteamentos e condomínios.
20	Possibilitar consulta de NFes emitidas contra a entidade.

21	Exibir painel dos lotes de validades com saldo, no almoxarifado, destacando os materiais próximos do vencimento, demonstrando o material pertencente ao lote, a especificação do material do lote, o número do lote, o saldo do lote no almoxarifado e a data de vencimento do lote, indicando se o lote já venceu ou está a vencer, estando estas informações ordenadas pelas datas de vencimento de forma crescente.
22	Permitir que sejam transferidos materiais na data atual ou em datas retroativas, desde que o almoxarifado não esteja encerrado no período
23	Realizar as movimentações de entrada e saída do material de forma automática ao finalizar o inventário, corrigindo o saldo dos materiais e respeitando o organograma e lote de validade indicado na contagem.
24	Aplicar a taxa de conversão da unidade de medida sobre a quantidade da nota fiscal, conforme a taxa de conversão armazenada para o mesmo fornecedor, material da nota, especificação do almoxarifado, unidade de medida da nota e unidade de medida do almoxarifado.
25	Possibilitar que seja possível receber informações da entrada via serviço web para fim de migração de dados, sendo possível, consultar, incluir, editar e excluir as informações da entrada.
26	Possibilitar que sejam selecionados os materiais da nota fiscal que farão parte do registro da entrada no almoxarifado. Apenas poderão ser selecionados os materiais da nota que possuírem o material e especificação correspondente do almoxarifado relacionado, assim como a quantidade informada.
27	Permitir que sejam anexados no registro da localização física, arquivos nos formatos PDF,DOC,DOCX,ODT,TXT,XLS,XLSX,JPG,PNG,COT, com tamanho máximo de até 20 MB
28	Permitir que seja possível registrar os locais físicos de armazenagem do almoxarifado, podendo haver até 5 níveis de localização.
29	Permitir o registro dos centros de custos do município. Deverá ser possível que estes centros de custos estejam em níveis, indo de um nível mais sintético, com o segundo nível mais detalhado e os demais níveis deverão ser flexíveis para que o usuário defina quantos níveis lhe interessar, sendo permitidos 13 níveis no total.
30	Permitir que no ajuste da contagem do inventário seja possível informar os lotes de validade dos materiais contados, possibilitando informar também a sua quantidade.
31	Permitir registrar as contagens realizadas durante a execução do inventário, demonstrando ao usuário o número do item, código do material, descrição do material, código da especificação do material, descrição da especificação do material, unidade de medida, a quantidade do material existente no almoxarifado, a quantidade do material contado, podendo existir até três contagens e a diferença entre a quantidade contada e o saldo existente no sistema.
32	Disponibilizar a documentação de ajuda do sistema
33	Armazenar no app, ao listar os materiais requisitados, o saldo do material requisitado do almoxarifado, possibilitando a coleta dos dados no modo offline.
34	Permitir finalizar o atendimento da requisição pelo app, gerando uma saída automaticamente.
35	Permitir o registro das saídas de materiais do almoxarifado, contendo a natureza da movimentação, a data e hora do registro da saída, o organograma ao qual os materiais estão sendo destinados, de qual almoxarifado da entidade que os materiais estão saindo, o responsável do almoxarifado pela saída dos materiais, a pessoa que efetuou a retirada dos materiais do almoxarifado, e uma observação.
36	Permitir autenticar o app com o sistema Almoxarifado, informando usuário, senha, acessando as demais funcionalidades do app caso o usuário e senha for válido.
37	Listar as requisições recebidas no almoxarifado que ainda não foram totalmente atendidas e nem canceladas, demonstrando o código da requisição, a data da requisição, o código do organograma requisitante, a descrição do organograma requisitante, o nome da pessoa requisitante e a situação da requisição.

38	Listar os itens da requisição selecionada, demonstrando o código da requisição, o código do material, descrição do material, código da especificação, descrição da especificação, unidade de medida, quantidade pendente para atendimento, quantidade atendida e saldo do material no almoxarifado
39	Permitir efetuar o atendimento da requisição por meio da leitura do código de barras do produto ou leitura ou digitação do identificador da especificação do material, onde ao efetuar a leitura, é retornada as informações do material no almoxarifado, como o código do material, descrição do material, código da especificação, descrição da especificação, unidade de medida e saldo do material no almoxarifado
40	Alertar o usuário caso o material coletado não existir na requisição, impedindo o seu atendimento.
41	Indicar ao usuário caso a quantidade do material já coletado para atendimento da requisição for maior que a quantidade requisitada
42	Permitir registrar um novo fornecedor com base nos dados cadastrais da Receita Federal.
43	Possibilitar que seja possível informar a taxa de conversão entre a unidade de medida informado na nota fiscal e a utilizada pelo almoxarifado, demonstrando ao usuário a quantidade que irá entrar no almoxarifado após a conversão.
44	Permitir efetuar a leitura de arquivo de inventário gerado pelo coletor de dados, de forma flexível para atendimento a qualquer leiaute de arquivo, aceitando arquivos do tipo TXT, CSV, XML, além da utilização de serviço SOAP e serviço HTTP.
45	Permitir que seja registrado os responsáveis existentes no almoxarifado, podendo ser informado seu nome, CPF, se é funcionário do município seu cargo, natureza do cargo, função, complemento, Endereços, E-mails, telefones e se o responsável está inativo.
46	Permitir ao usuário, listar os lotes de validade registrados, exibindo o seu número, descrição, material ao qual pertence, código do material, data de fabricação e data de validade.
47	Permitir que qualquer material ou serviço, estocável ou não estocável, seja movimentado no almoxarifado, desde que possua saldo em estoque para o almoxarifado, o período de movimentação não esteja encerrado ou exista inventário em aberto.
48	Permitir que na lista das posição de estoque seja efetuada a pesquisa do material pelo código do material, material, especificação, código de barras, grupo, classe, ou pela situação do material (ativo ou inativo)
49	Permitir que seja possível efetuar o atendimento total de um material durante o atendimento da requisição, sem que exista a necessidade de efetuar a leitura do código de barras do material ou digitação da quantidade atendida.
50	Listar ao usuário, os materiais que tiveram alguma movimentação no almoxarifado, sua especificação, código do material, demonstrando o seu saldo físico e financeiro no almoxarifado, quantidade mínima configurada e seu ponto de reposição.
51	Permitir que sejam realizadas entrada de materiais em datas retroativas, desde que o almoxarifado não esteja encerrado no período ou que a inserção ocorra dentro de um período que ocorreu o inventário. Ao finalizar esta entrada, o valor unitário e o saldo quantitativo deste material deverá ser recalculado nas movimentações futuras deste material.
52	Permitir que sejam informados os materiais que estão sendo transferidos do almoxarifado por meio da leitura do código de barras
53	Permitir que o Almoxarifado receba solicitação de entrada de materiais do sistema Contratos . A solicitação de entrada de materiais deve aguardar a aprovação do usuário para registrar a entrada do material no almoxarifado. Ao aprovar a entrada, existe a possibilidade de modificar os dados da entrada, exceto os itens.
54	Efetuar o cálculo automático do preço médio dos materiais/especificação nas movimentações do almoxarifado.
55	Possibilitar a emissão do relatório de Ficha de Controle de Estoque podendo o relatório ser filtrado por almoxarifado

	(mais de um), período, descrição do material (mais de um) e código do material (mais de um).
56	Permitir ao responsável por um almoxarifado realizar o acompanhamento das requisições de materiais do seu almoxarifado, por meio de fases registradas na requisição. Permitir também realizar filtragem das requisições por meio de suas fases provendo dessa forma um acompanhamento mais específico. As fases disponíveis devem ser: Em edição, aguardando autorização, autorizada, em atendimento, atendida parcialmente e atendida.
57	Permitir indicar os lotes de validade dos materiais que estão sendo atendidos, sugerindo primeiramente os lotes mais próximos da validade, auxiliando no controle de saldos destes lotes.
58	Permitir que sejam anexados no registro da entrada de materiais, arquivos nos formatos PDF,DOC,DOCX,ODT,TXT,XLS,XLSX,JPG,PNG,COT, com tamanho máximo de até 20 MB
59	Alertar o usuário quando um material que está sendo atendido na requisição possuir saldo em algum lote de validade.
60	Permitir o registro dos materiais que estão sendo requisitados ao almoxarifado, contendo o código do material, descrição do material, código da especificação do material, a descrição da especificação e a quantidade requisitada, onde deverá ser demonstrado ao usuário a unidade de medida utilizado pelo material. Materiais inativos devem ser descartados do registro da requisição de materiais.
61	Permitir que seja possível registrar a autorização de acesso do almoxarifado para os usuários, podendo ser para 1 ou mais, por meio da cópia de uma autorização já registrada. Caso a cópia seja efetuada para um usuário que já possui configuração, as permissões serão sobrescritas, com base na autorização base.
62	Permitir o registro das entradas de materiais no almoxarifado, contendo a natureza da movimentação, o N°/ano da solicitação de fornecimento, o N°/ano do processo administrativo, o N°/ano do contrato, a data e hora do recebimento do material no almoxarifado, o organograma ao qual o material pertence, o responsável pelo recebimento do material, o almoxarifado da entidade que está entrando o material, o N° da Nota fiscal o nome ou CPF/CNPJ do fornecedor.
63	Possibilitar o cálculo do saldo financeiro nas movimentações do material.
64	Permitir a realização de saída imediata dos materiais pertencentes a entrada, caso a entrada já estiver sido finalizada.
65	Possibilitar gerar uma nova entrada de materiais para o almoxarifado com os dados da nota fiscal. Gerar entrada apenas se o emitente da nota possuir registro de fornecedor no almoxarifado.
66	Permitir que a solicitação de entrada de materiais seja aprovada, registrando assim a entrada dos materiais no almoxarifado para a fase de recebimento, possibilitando a posterior conferência dos materiais recebidos.
67	Permitir ao usuário visualizar todos os materiais pertencentes ao movimento de saída de materiais do almoxarifado, demonstrando o código do material, descrição do material, código da especificação do material, descrição da especificação do material, unidade de medida do material, quantidade que está saindo do almoxarifado, valor unitário após a efetivação da saída e valor total, podendo ser pesquisados pelo código do material, descrição do material, código da especificação e descrição da especificação, facilitando a busca por algum material da saída.
68	Permitir pesquisar os materiais relacionados a uma determinada transferência, podendo ser pesquisado pelo número do item, descrição do material, código do material, código da especificação e descrição da especificação do material.
69	Permitir que sejam informados os materiais que estão saindo do almoxarifado por meio da leitura do código de barras
70	Permitir que sejam realizadas saídas de materiais em datas retroativas. Ao finalizar esta saída, o valor unitário e o saldo quantitativo dos materiais desta saída deverão ser recalculado nas movimentações futuras.
71	Permitir registrar a transferência entre organogramas ou almoxarifados, informando o almoxarifado de origem, onde são listados apenas os almoxarifados da entidade, o organograma de origem, o Almoxarifado de destino, o organograma de destino, a natureza de movimentação da entrada e da saída, onde ambos devem ser da classificação "Transferência", a data e hora da transferência, o responsável e uma observação.

72	Permitir que sejam anexados no registro da transferência de material do almoxarifado, arquivos nos formatos PDF,DOC,DOCX,ODT,TXT,XLS,XLSX,JPG,PNG,COT, com tamanho máximo de até 20 MB
73	Possibilitar uma nova entrada de materiais para o almoxarifado com os dados da nota fiscal, gerando entrada apenas se o emitente da nota possuir registro de fornecedor no almoxarifado.
74	Permitir que sejam anexados no registro do inventário, arquivos nos formatos PDF,DOC,DOCX,ODT,TXT,XLS,XLSX,JPG,PNG,COT, com tamanho máximo de até 20 MB
75	Permitir pesquisar os materiais na contagem, pelo código do material, descrição do material e descrição da especificação do material
76	Permitir registrar o ajuste da diferença da contagem do inventário, possibilitando indicar o organograma pertencente ao material e a quantidade do material pertencente ao organograma. Referente ao organograma, deverá ser listado para seleção todos os organogramas pertencente a configuração de organograma vigente para o exercício.
77	Alertar na saída de materiais quando o material atingir estoque mínimo ou ponto de reposição, conforme quantidades configuradas.
78	Realizar o atendimento da requisição dos materiais ao almoxarifado por meio de aplicativo Android, possibilitando a conferência por meio da leitura do código de barras utilizando a câmera do smartphone ou por meio de um leitor de código de barras, dando baixa do saldo dos materiais no almoxarifado após o atendimento destes itens.
79	Alertar na entrada de materiais quando o material atingir estoque máximo, conforme quantidades configuradas.
80	Permitir que a requisição recebida possa ser atendida ou cancelada, na quantidade total ou parcial ao requisitado. Apenas deverá ser possível que requisições pertencentes ao almoxarifado do contexto sejam atendidos, não permitindo que um almoxarifado efetue o atendimento de outro almoxarifado.
81	Permitir registrar as requisições de materiais feitas ao almoxarifado, indicando a data e hora da requisição, o nome do requisitante, o organograma ao qual os materiais serão destinados, o almoxarifado ao qual está sendo efetuada a requisição, o motivo da requisição e alguma observação, onde deve ser gerado um código identificador automaticamente.
82	Permitir que o usuário configure o armazenamento do material no almoxarifado, como a quantidade mínima e máxima do material no almoxarifado, o ponto de reposição, o consumo médio mensal e sua localização física no almoxarifado
83	Permitir a criação de relatórios personalizados para a entidade, possibilitando alterar a configuração do layout dos arquivos e as classificações
84	Possibilitar ao usuário registrar as suas críticas, elogios e sugestões de melhorias no sistema.
85	Impedir o registro de saída de materiais em períodos já encerrados.
86	Permitir informar os lotes de validade dos materiais que estão saindo do almoxarifado, sendo sugeridos ao usuário apenas os lotes de validade do respectivo material que possui saldo no almoxarifado.
87	Demonstrar o saldo físico dos lotes de validade de um determinado material, juntamente com o número, descrição e prazo de validade do lote, possibilitando também a pesquisa dos lotes do material pelo seu número ou descrição, auxiliando na busca pelo lote
88	Permitir que as informações das movimentações do almoxarifado sejam enviadas ao sistema Transparência, agrupadas por centro de custo, contendo os seguintes dados: 1 - Código do material; 2 - Descrição do material; 3 - Unidade de medida; 4 - Código do estoque; 5 - Descrição do estoque; 6 - Ano da movimentação; 7 - Mês da movimentação; 8 - Saldo inicial do mês; 9 - Valor do saldo inicial do mês; 10 - Quantidade de entrada no mês; 11 - Valor de entradas no mês; 12 - Quantidade de saída no mês; 13 - Valor de saídas no mês; 14 - Saldo final; 15 - Valor do saldo final; 16 - Valor unitário; 17 - Máscara do centro de custo; 18 - Descrição do centro de custo; 19 - Data para controle; 20 - Operação (inclusão ou exclusão do registro)

89	Permitir o registro do lote de validade dos materiais que estão entrando no almoxarifado, contendo a quantidade recebida do lote, e demonstrando ao usuário a sua data de validade. Ao registrar os lotes de validade dos materiais na entrada, a soma da quantidade registrada para os lotes da entrada deve ser igual à quantidade total recebida do material.
90	Efetuar cálculo automático do preço médio dos materiais, bem como a sua atualização a cada entrada de produto em estoque.
91	Demonstrar, caso a saída de materiais for originada automaticamente pelo ajuste de inventário, transferência ou requisição, o código destes registros que originaram a saída, facilitando a localização do registro de origem da movimentação.
92	Demonstrar no atendimento da requisição, o saldo atual do material no almoxarifado.
93	Impedir que materiais que estiverem em processo de inventário saiam do almoxarifado.
94	Demonstrar o valor financeiro do material na saída. A forma de cálculo utilizada deve ser a média ponderada.
95	Disponibilizar recursos para permitir a geração de arquivos para sistemas/órgãos externos
96	Permitir que a saída dos materiais do almoxarifado possa ser efetivada ao finalizar a saída. Enquanto a situação da saída estiver em edição, o saldo do material no almoxarifado não deve ser alterado.
97	Permitir ao usuário configurar os órgãos, unidades orçamentárias e centro de custo da entidade.
98	Obrigar as informações do fornecedor e número da nota fiscal quando a entrada de material for oriunda de uma compra. Esta obrigatoriedade não deverá ser necessária durante o recebimento dos materiais, apenas quando for realizada a conferência ou for finalizada a entrada. Caso não existirem estas informações, o usuário deverá ser notificado.
99	Impedir a entrada de material no almoxarifado caso as movimentações estiverem encerradas no período.
100	Permitir que seja realizada pesquisa nos lotes de validade registrados, podendo a pesquisa ser pelo número do lote, descrição, material, código do material, período de fabricação, período de validade, ou listando apenas os lotes com saldo físico no almoxarifado, facilitando assim a busca pelo lote de validade desejado
101	Demonstrar ao usuário os valores financeiros e quantitativos do material no almoxarifado, como o valor unitário da última entrada, preço médio, saldo físico por especificação do material e saldo físico do material considerando todas as suas especificações
102	Listar os materiais disponíveis para o inventário, onde os mesmos poderão ser incluídos na lista de materiais a ser inventariado, apenas sendo demonstrados os materiais com saldo no almoxarifado.
103	Demonstrar o valor total financeiro dos materiais conforme a sua inclusão no registro da entrada de materiais, facilitando a conferência com o valor da nota fiscal.
104	Permitir o registro de inventários realizados no almoxarifado, podendo ser registrada a data e hora de abertura do inventário, o responsável, e sua equipe. Permitir também que o inventário tenha até 3 contagens.
105	Demonstrar, caso a entrada de materiais for originada automaticamente pelo ajuste de inventário ou transferência, o código destes registros que originaram a entrada, facilitando a localização do registro de origem da movimentação.
106	Possibilitar a visualização do histórico das mudanças de situação do encerramento, demonstrando a data e hora da modificação, o usuário que efetuou a modificação, para qual situação do encerramento foi alterado e a descrição da observação
107	Demonstrar os dados da última entrada de cada fornecedor para um determinado material do almoxarifado, contendo o nome do fornecedor, CPF/CNPJ, data da entrada, quantidade, valor unitário e valor total, possibilitando também a pesquisa dos fornecedores do material pelo seu nome ou CPF/CNPJ, auxiliando na busca pelo fornecedor

108	Permitir listar os registros de inventário realizado no almoxarifado, demonstrando o responsável, a data e hora da abertura e encerramento do inventário, a quantidade de itens existente na lista do inventário, a quantidade de entradas e saídas realizadas ao concluir o inventário e a situação do inventário, que poderá ser "aberto", "em contagem" ou "encerrado".
109	Permitir listar as entradas de materiais registradas, demonstrando o código identificador, objeto, descrição da natureza de movimentação, código e descrição do organograma, data do recebimento, data da entrada (após finalização), valor da entrada e a situação da entrada (Em recebimento, em conferência, devolvida ou finalizada).
110	Controlar a quantidade do material que está saindo do almoxarifado, onde a quantidade do material que está saindo não poderá ser maior que o seu saldo atual.
111	Permitir que as informações dos registros de materiais sejam consultados para a criação de relatórios e scripts
112	Permitir o registro dos almoxarifados existentes na entidade, informando o responsável e o organograma que o almoxarifado faz parte. Todas as movimentações realizadas estarão vinculadas ao seu respectivo almoxarifado.
113	Listar os encerramentos registrados no exercício para o almoxarifado, sendo demonstrada a data limite que os movimentos estão bloqueados, o responsável e sua situação.
114	Permitir que as localizações físicas já registradas possam ser editadas, mas não seja possível que uma localização física classificada como sintética permita ser alterada para analítica caso esta localização física faça parte do registro de outra localização física.
115	Permitir pesquisar as requisições de materiais registrados do almoxarifado, podendo ser pelo nome do requisitante ou pela descrição do organograma, facilitando assim a busca pela requisição desejada;
116	Disponibilizar os dados dos registros efetuados para a criação de relatórios, scripts e validações.
117	Permitir ao responsável por um almoxarifado, realizar o acompanhamento das entradas de materiais do seu almoxarifado, por meio de fases. Permitir também realizar filtragem das requisições por meio de suas fases provendo dessa forma um acompanhamento mais específico. As fases disponíveis devem ser em recebimento, em conferência, devolvidas e finalizadas.
118	Permitir que, após recebimento dos materiais ou após a sua conferência, a entrada de materiais seja finalizada, efetivando assim a entrada dos materiais no almoxarifado.
119	Permitir gerenciar as permissões das funcionalidades por grupo de usuário ou de cada usuário individualmente

GESTÃO DA COMUNICAÇÃO	
1	A solução deve permitir a gestão da comunicação interna e externa da entidade, por meio da troca de memorandos, circulares, comunicados, ofícios ou ainda outros tipos de comunicação que podem ser configurados para atender cenários específicos.
2	O acesso a ferramenta deve ser organizado por meio de grupos de trabalho, que organizam as tarefas em caixas de entrada do grupo e pessoal.
3	A ferramenta deve permitir ao usuário verificar na caixa de entrada do grupo as tarefas recebidas pelo seu grupo, sendo possibilitada a alteração da atribuição da tarefa para outro usuário do grupo.
4	O sistema deve permitir ao usuário na caixa de entrada pessoal uma visão das tarefas que lhe foram direcionadas, atribuídas ou encaminhadas diretamente.
5	A solução deve possibilitar o registro completo e o histórico de todas as conversas dos usuários através da ferramenta.

6	A solução deve possibilitar o controle de visualização e leitura, proporcionando o acompanhamento dos usuários que estão interagindo com a tarefa encaminhada, com o registro de data e hora.
7	O sistema deve permitir aos usuários e grupos participantes adicionarem novos usuários e grupos, além de conseguirem adicionar despachos, anexar arquivos e arquivar a tarefa.
8	A solução deve permitir que uma tarefa seja encaminhada com o controle de privacidade, de modo, a garantir o sigilo de conversas apenas entre remetentes e destinatários.
9	A ferramenta deve possibilitar que um usuário remetente delegue a outro usuário a redação de uma tarefa, proporcionando ao remetente o acompanhamento em tempo real.
10	A ferramenta deve manter todo o histórico da comunicação em um formato de linha do tempo, com o registro de todas as interações realizadas em uma tarefa, desde o envio até o seu arquivamento.
11	A ferramenta deve permitir o controle de acesso por grupos de trabalho e controle de privacidade no envio e recebimento de tarefas.
12	A solução deve permitir a consulta de confirmações de leitura realizadas pelos participantes de uma tarefa.
13	A solução deve permitir a consulta de visualizações de uma tarefa por seus participantes.
14	O sistema deve possibilitar a criação e a personalização de tipos de tarefas, a fim de que seja possível definir as regras para o fluxo de comunicação pertinente para cada tipo (exemplo: memorando, circular, comunicado, ofício, etc.).
15	A ferramenta deve permitir o arquivamento das tarefas.
16	A solução de permitir a formatação do texto de uma tarefa (tamanho de fontes, cores, espaçamento, destaque para links, etc.).
17	A solução deve permitir ao usuário anexar documentos em uma tarefa para os formatos mais comuns: GIF, JPG, JPEG, PSD, SVG, INDD, MP3, WAV, OGG, AVI, MPG, MPEG, M4V, PNG, MP4, 3GP, BMP, CSV, DOC, DOCX, MSG, EML, EMLM, DOCM, XLS, XLSX, XLSM, PPT, PPTX, PPTM, PAGES, NUMBERS, PDF, RTF, DWG, ZIP, RAR, TXT, ODT, ODP, ODB, ODD, TIF, TIFF e CDR.
18	A ferramenta deve permitir ao usuário consultar grupos de trabalho participantes de uma tarefa.
19	A ferramenta deve possibilitar configurar a redação e o envio de tarefas por usuários distintos.
20	A ferramenta deve possibilitar o envio de tarefas para um ou mais grupos de trabalho ou para participantes específicos de um ou mais grupos de trabalho (aos cuidados de).
21	A solução deve permitir ao usuário ocultar tarefas arquivadas da caixa de entrada.
22	A solução deve permitir ao usuário consultar tarefas: arquivadas, enviadas, em rascunho.
23	A ferramenta deve possibilitar a consulta: de parte do conteúdo das tarefas sem ter que acessar cada tarefa; a última data da última atividade de uma tarefa; todas as atividades em uma tarefa de forma cronológica.
24	A ferramenta deve possibilitar destacar tarefas enviadas, encaminhadas e respondidas nas caixas de entrada, bem como as tarefas ao qual o participante confirmou leitura nas caixas de entrada.
25	O sistema deve possibilitar o armazenamento de tarefas que estão em edição em uma área de rascunhos para que sejam enviadas posteriormente.

26	O sistema deve possibilitar a configuração de: um tipo de tarefa para impedir que tarefas do respectivo tipo contenham despachos; tipo de tarefa para impedir que tarefas do respectivo tipo sejam encaminhadas para participantes de outros grupos de trabalho; hierarquias de grupos de trabalho para organização de acessos e controle de alçadas para tarefas pertinentes a grupos que possuem algum critério de afinidade organizacional (setores, equipes, estabelecimentos, etc).
27	A solução de permitir ao usuário alternar entre grupos de trabalho ao qual um usuário participa sem sair do ambiente principal.
28	A ferramenta deve permitir ao usuário consultar hierarquia de grupos de trabalhos configuradas.
29	A ferramenta deve possibilitar o controle de níveis de acessos por grupos de trabalho, com papéis para administrar ou operar tarefas em um grupo de trabalho onde administradores do grupo de trabalho possam conceder acesso a outros usuários sob o grupo ao qual administra.
30	O sistema deve ser acessível, em todas as suas funcionalidades, em dispositivos móveis (ex: celular, tablet, etc.)

GESTÃO DE DOCUMENTOS	
1	Visualizar os anexos de documentos;
2	Pré-visualização arquivos anexados a um documento;
3	Realizar o download dos anexos de um documento;
4	Enviar documentos excluídos para lixeira;
5	Configurar campos adicionais em documentos;
6	Controlar a versão de arquivos anexados a um documento;
7	Controlar os níveis de acesso para leitura e escrita de documentos compartilhados;
8	Compartilhar documentos com outros usuários;
9	Auditar todas as operações realizadas em um documento (criação, alteração, exclusão, compartilhamento);
10	Localizar documentos pelo nome, autor e pelo conteúdo dos arquivos anexados;
11	Localizar documentos pelo texto em imagens anexadas;
12	Oferecer acessibilidade a todas as funcionalidades em dispositivos móveis;
13	Criar fluxos de trabalho para validação e aprovação de documentos;
14	Obter documentos e arquivos anexos diretamente de caixas de email;
15	Organizar documentos em pastas;

ASSINATURAS DIGITAIS	
1	Assinar documentos utilizando e-CPF
2	Realizar upload de documentos para assinatura
3	Acompanhar andamento das assinaturas realizadas pelos assinantes associados à um documento
4	Consultar histórico de documentos assinados
5	Assinar documentos utilizando e-CNPJ
6	Assinar documentos em massa
7	Consultar documentos por período
8	Realizar o download de documentos assinados
9	Assinar lotes de documentos
10	Gerenciar e compartilhar certificados de entidades
11	Gerenciar certificados de usuários
12	Assinar documentos com certificados no servidor
13	Consultar documentos assinados pelo nome do documento, solicitante, assinante e natureza
14	Assinar documentos utilizando certificado A3
15	Assinar documentos a partir de funcionalidades de uma aplicação , extensões de scripts e relatórios, aplicações de terceiros)
16	Assinar documentos utilizando e-CPF
17	Assinar documentos com múltiplos assinantes
18	Assinar documentos em formatos TXT, PDF, XML, P7S
19	Consultar documentos assinados através de rótulos personalizados
20	Gerar certificados digitais

GESTÃO DE FROTAS	
1	Possuir controle sobre abastecimentos e gastos dos veículos feitos fora e dentro da entidade controlando saldo dos materiais.
2	Controlar automaticamente a substituição de marcadores (hodômetros e horímetros) por meio das movimentações do veículo.
3	Permitir controlar as licitações de combustíveis, informando a quantidade licitada, utilizada e saldo restante, com possibilidade de anulação parcial da licitação.
4	Propiciar registrar o controle de quilometragem dos veículos, informando o motorista, o setor requisitante, a distância

	percorrida, a data/hora, a quilometragem de saída e de chegada.
5	Permitir o registro das ocorrências envolvendo os veículos, como troca de hodômetro, acidentes, etc., registrando as respectivas datas.
6	Permitir a inclusão de documentos e/ou imagens nas ocorrências lançadas para os veículos, devendo ser armazenadas no próprio banco de dados e possibilitando sua visualização pelo próprio cadastro.
7	Permitir o cadastramento dos tipos de ocorrências indicando se o tipo de ocorrência se refere a uma adaptação no veículo ou não.
8	Permitir o registro das multas sofridas com o veículo, vinculando ao motorista: local da infração, tipo de multa (gravíssimo, grave, média e leve), responsável pelo pagamento (funcionário ou entidade), valor em UFIR e moeda corrente e a data do pagamento.
9	Permitir cadastrar ordens de serviço para os veículos da entidade.
10	Permitir controle das revisões realizadas e previstas no veículo, informando a quilometragem da revisão e da próxima a ser realizada, mais alguma possível observação da revisão.
11	Controlar as trocas de óleo efetuadas nos veículos, identificando o tipo da troca (caixa, diferencial, motor ou torque).
12	Permitir cadastrar informações de pagamento do IPVA dos veículos.
13	Permitir cadastrar seguradoras e apólices de seguros (com valor de franquia e valor segurado) para os veículos.
14	Permitir o cadastro de licenciamentos dos veículos com informação da data/valor do licenciamento e seguro obrigatório, possibilitando a emissão do relatório por período e veículo.
15	Permitir controlar as trocas de pneus com identificação da posição dos pneus trocados (dianteira/traseira/todos) incluindo tipo da troca (novo/recapagem).
16	Propiciar inserir as informações dos funcionários que possuem carteira de habilitação.
17	Propiciar o registro das saídas e retornos dos veículos.
18	Propiciar a geração de relatórios dos dados cadastrais alimentados ao sistema como veículos, centro de custos, funcionários, fornecedores, ocorrências, despesas, materiais.
19	Controlar produtividade dos veículos com avaliação de desempenho de cada um, emitindo relatório demonstrando os litros consumidos, a média e avaliando o consumo do veículo (baixo, normal ou alto).
20	Emitir planilhas para preenchimento das viagens dos veículos, contendo os seguintes campos: centro de custo requerente, placa do veículo, quilometragem de saída e de chegada, nome do motorista e data/hora de saída e chegada.
21	Propiciar emitir planilhas para preenchimento das ordens de abastecimento, contendo os seguintes campos: motorista, placa do veículo, fornecedor, material/serviço.
22	Permitir o cadastro de veículos com informações detalhadas como: marca e modelo do veículo, potência do motor, cilindradas, tipo de combustível utilizado, além da classificação (passageiro, carga, tração), capacidade volumétrica de combustível e informações extras como centro de custo e materiais que o veículo necessita.
23	Possuir o cadastramento de "Reservas de veículos" por centro de custo e por funcionário, registrando a data da reserva e o período que o veículo será reservado, e a finalidade (Serviço, Viagem, Manutenção).
24	Propiciar controle de vencimentos do licenciamento dos veículos, em painel dinâmico, com possibilidade de alteração de dados diretamente pela lista.

25	Propiciar controle de motoristas em painel dinâmico, com possibilidade de alteração de dados diretamente pela lista.
26	Permitir salvar os relatórios em formato PDF simples, possibilitando que sejam assinados digitalmente.
27	Permitir controlar os serviços que são realizados utilizando os veículos da entidade.
28	Permitir controlar os convênios que possivelmente poderão ser firmados entre a entidade e prestadores de serviço.
29	Propiciar efetuar o cadastro das cidades que abrangem a competência da entidade.
30	Permitir a emissão de relatórios com as informações que contemplam o cadastro de veículos detalhando dados como os materiais utilizados pelos veículos.
31	Permitir a emissão de relatórios com os dados de controle de vencimentos das informações de troca de óleo, revisão, seguro, licenciamento, multa de trânsito e carteira de habilitação.
32	Propiciar inserir as despesas nos lançamentos dos gastos com os veículos da entidade, como nas ordens de abastecimento e serviço.
33	Permitir cadastrar os retornos de viagens demonstrando os acertos de diferença, possibilitando a pesquisa por centro de custo ou por empenhos.
34	Permitir cadastrar as possíveis ocorrência pelos quais os veículos passaram.
35	Permitir inserir as informações dos seguros firmados para os veículos.
36	Propiciar efetuar o controle do registro das saídas e retornos dos veículos.
37	Propiciar o controle de manutenção dos veículos através de painel interativo com filtros.
38	Propiciar emitir planilhas para preenchimento das ordens de serviço, contendo os seguintes campos: motorista, placa do veículo, fornecedor, material/serviço.
39	Propiciar realizar o registro das ordens de prestação de serviços que são realizados utilizando os veículos da entidade.

SISTEMA BIBLIOTECA	
1	Permitir o cadastro de títulos e materiais do acervo.
2	Possibilitar o controle de empréstimo de itens por tipo de usuários.
3	Possibilitar a previsão da data de devolução durante o empréstimo/renovação.
4	Possibilitar a aplicação de multa em atraso de devolução, conforme configuração.
5	Possibilitar a diferenciação de leitores entre usuários, alunos e servidores.
6	Permitir enviar notificações por e-mail nos eventos: - Item em atraso; - Itens reservados; - Novos itens em acervo; - Eventos da biblioteca.
7	Possibilitar o controle de limites de empréstimos por tipo de usuário.
8	Permitir controlar mais de uma biblioteca, controlando o acesso por usuários.
9	Possibilitar o controle das reservas de itens.
10	Possibilitar consultas ao acervo por: - Título; - Autor; - Editora; - Assunto; - Palavras-Chave.

11	Possibilitar a emissão de relatórios dos diversos cadastros do sistema.
12	Possibilitar a emissão de relatórios de movimentação, tais como:- Empréstimos;- Reservas;- Baixas.
13	Permitir a importação de alunos cadastrados nas escolas, por meio de conexão direta a base de dados.
14	Permitir a emissão de gráficos dos materiais e assuntos com maior movimentação.
15	Possibilitar a opção de suspensão de leitores de acordo com a situação.
16	Permitir a baixa de itens do acervo.
17	Permitir o cadastro de Livros, Periódicos, Fitas, CDs, DVDs e Discos informando a editora, assunto, autores, palavras-chave, dentre outras, além de utilizar a Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou a Classificação Decimal Universal (CDU).
18	Permitir a utilização da Classificação Cuttler.
19	Permitir que os relatórios sejam salvos e emitidos no formato PDF e com Assinatura Digital.
20	Permitir que o usuário crie seus próprios relatórios de forma personalizada e de acordo com a sua necessidade.
21	Permitir a utilização de leitor de código de barras nas movimentações de empréstimos e devoluções.
22	Permitir a impressão do comprovante de devolução e reservas dos materiais.
23	Possibilitar a emissão de etiquetas dos itens da Biblioteca, tais como: - Etiqueta lombar CDD - Código de Barras (2x7)
24	Possibilitar a opção de processo para recalcular em lote a data de devolução de empréstimos em aberto.
25	Possibilitar a captura de imagem do leitor utilizando webcam, registrando a foto diretamente no sistema.
26	Possibilitar a emissão de carteirinha do Leitor com o código de barras, com ou sem foto do leitor.
27	Permitir o cadastro de Coletâneas/Séries e vincular os materiais pertencentes as Coletâneas/Séries.
28	Permitir a emissão das Coletâneas/Séries que a biblioteca possui.
29	Permitir o controle da emissão de carteirinhas dos leitores e realizar o ajuste das emissões em lote como: alterar a data de emissão, ativar e desativar vias, além de registrar a data de pagamento e o valor pago pela emissão.
30	Permitir a emissão de relatórios que demonstrem a quantidade em emissão de carteirinhas em determinado período.
31	Possibilidade de capturar imagem dos livros utilizando webcam, registrando a foto diretamente no sistema.
32	Possibilitar o controle dos itens que podem ou não ser emprestados.
33	Permitir que o usuário administrador crie suas próprias validações para serem executadas nas inserções, atualizações e exclusões dos registros.
34	Possuir a função de consulta externa pela população do acervo existente na biblioteca, bem como efetuar reserva, através de usuário e senha.

GEOPROCESSAMENTO	
1.	
1.1.	O Sistema deverá funcionar em arquitetura Web (online) seguro (HTTPS/SSL) e operando em um servidor de responsabilidade da contratada. O acesso ao Sistema deverá ser via internet/intranet e compatível com os principais navegadores do momento usados em sistemas operacionais livres.
1.2.	Por motivos de segurança e organização dos dados o sistema deve possuir um editor de geometrias próprio no mesmo ambiente web (online), não permitindo a conexão de outros softwares no banco de dados.
1.3.	O Sistema deve gerar um reticulado georreferenciado no mapa do município a fim de gerar os números de zonas, setores e retículas permitindo a geração das inscrições imobiliárias de forma automatizada.
1.4.	O Sistema deve prover as informações necessárias e pertinentes ao cadastro imobiliário para promover a impressão e consulta de certidões, declarações, boletins do cadastro imobiliário e mapas de localização de imóveis e ruas, servindo como base de dados para a cobrança dos tributos IPTU, ITBI.
1.5.	O Sistema deverá possuir acesso por nível de usuário, controlado por um administrador, responsável por conceder e revogar permissões aos demais usuários, inclusive permitir o acesso aos contribuintes, via internet e de forma segura.
1.6.	O sistema deverá ter um manual de ajuda para consultas e uma solução para abertura de chamados online.
1.7.	O sistema deverá originar todas as informações do cadastro imobiliário do município, sendo o único meio de inserir e alterar essas informações, devendo exportá-las em tempo real para o sistema tributário.
1.8.	Os valores venais dos terrenos e das construções e as informações necessárias para a cobrança da taxa de lixo e de receitas acessórias devem ser originadas e exportadas em tempo real para o sistema tributário sempre que houver movimentação nas informações cadastrais.
1.9.	O sistema deverá ter configuração de margem de tolerância para as diferenças das geometrias e os dados cadastrais informados (exemplo: áreas dos terrenos e das construções), que será definida pelo administrador.
2.	<i>Quanto ao cadastro de usuários, acesso e permissões, autenticação, login e senhas, o sistema deve atender os seguintes requisitos:</i>
2.1.	A senha deve ter tamanho mínimo de 8 caracteres, sendo formada por letras e números. Para situações onde o usuário não lembrar sua senha ou conta de login, o sistema deve reservar uma área específica para "Lembrete de Senha".
2.2.	As permissões de acesso dos funcionários deverão ser estabelecidas pelo administrador do sistema.
2.3.	O sistema deve permitir o cadastro de entidades do ambiente externo conveniadas da prefeitura como por exemplo: Cartórios, Delegacias, Bombeiros, etc., as permissões de acesso dessas entidades devem ser definidas pelo administrador do sistema.
2.4.	Os contribuintes proprietários de imóveis deverão ter acesso Restrito às suas informações cadastrais, ao espelho e ao arquivo georreferenciado de seus imóveis. O cadastro dos contribuintes deverá ser feito via internet ou no atendimento presencial da prefeitura.

3.	<i>Do Cadastro de Quadras</i>
3.1.	O sistema deve permitir gerar as geometrias de quadras e seu números, sendo este escolhido de acordo com a pos da mesma no reticulado do municipio (item 4.1.3).
3.2.	O sistema deve ter ferramenta especifica para edição, desmembramento e remembramento de quadras renumerando lotes automaticamente quando for necessário.
4.	<i>Do Cadastro de Logradouros</i>
4.1.	O sistema deve permitir a criação das geometrias de trecho de logradouros, vinculando-os a um logradouro já existente ou a um novo logradouro e vincular também esse trecho a uma seção, se houver.
4.2.	O Sistema deve permitir cadastrar o ponto inicial de um logradouro.
4.3.	O sistema deve possuir ferramenta especifica para cortar ou unir trechos de logradouros.
4.4.	O sistema deve permitir a edição dos dados e da geometria dos logradouros, gerando histórico das informações cadastrais e possibilitando a consulta dos mesmos.
4.5.	O sistema deve permitir buscar e geolocalizar os logradouros no mapa.
5.	<i>Do Cadastro de Pessoas</i>
5.1.	O controle e a gestão do cadastro de todas as pessoas físicas e jurídicas deverão ser feitas no sistema de geoprocessamento e exportados para o sistema tributário.
5.2.	O histórico de movimentação no cadastro de pessoas devem ser gravados, permitindo a consulta ou o relatório das mesmas com os usuários que as fizeram.
5.3.	O sistema deve disponibilizar no cadastro de pessoas a condição para informar qual o imóvel que a pessoa reside e está sediada, usando o endereço do imóvel e evitando o preenchimento desses dados diretamente no cadastro da pessoa.
5.4.	O CPF/CNPJ deve ser validado, obrigatório e único no cadastro de pessoas, evitando duplicidades.
5.5.	No cadastro de endereço da pessoa ao ser informado o CEP o sistema deverá buscar os dados relacionados a esse como por exemplo: Estado, Cidade, e Logradouro.
5.6.	O sistema deve permitir no cadastro de pessoas a inserção, visualização e exclusão de fotos e documentos.
6.	<i>Do Cadastro de Imóveis</i>
6.1.	Todos os dados cadastrais pertinentes aos imóveis, incluindo seus proprietários e sócios, deverão ser importados do sistema tributário e armazenados no sistema de geoprocessamento para fins de correlacionamento com as geometrias correspondentes.

6.2.	O sistema deve gerar históricos de todas as alterações feitas no cadastro dos imóveis, podendo estes serem consultados a qualquer tempo.
6.3.	O BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) deverá ser composto de tabelas por item com a possibilidade de criação, alteração e exclusão destes itens pelo usuário administrador do sistema.
6.4.	O BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) deverá ser apresentado, em tela ou impresso, com as características que formam a base de cálculo do imóvel, com os valores das construções, do terreno e do imóvel, as frações de áreas de uso comum do terreno e das construções, os fatores corretivos, as metragens de áreas e testadas, tudo de acordo com a localidade em que o imóvel pertencer e com a legislação vigente.
6.5.	Para o cadastramento de um novo lote o sistema deverá exigir primeiramente que seja desenhada ou importada a sua geometria, devendo o sistema gerar sua inscrição imobiliária automaticamente, de acordo com a sua localização no território, o seu posicionamento na quadra e o sentido de numeração dos lotes definidos pelo administrador.
6.6.	Na criação ou edição de um lote o sistema deve mostrar as ruas mais próximas dele para que o usuário selecione. O sistema não deve permitir que um imóvel fique vinculado a uma rua que não seja uma das 4 mais próximas a ele.
6.7.	Na criação ou edição de um lote o sistema deve informar automaticamente o valor do m ² do terreno de acordo com o valor do município, sem permitir que um usuário possa editar essa informação, sendo a base para o cálculo do valor venal do imóvel que será exportado para o sistema tributário.
6.8.	Na criação ou edição de um lote o sistema deve calcular automaticamente a testada geométrica do lote em relação à quadra informando para o usuário que poderá alterar antes de salvar, caso o usuário não informe o valor da testada o sistema deve utilizar a testada geométrica do lote. Caso o lote for encravado o sistema não precisará calcular.
6.9.	Um mesmo lote deve ter a condição de ter mais de uma unidade imobiliária vinculada, devendo neste caso, ser calculado o valor de cada unidade separadamente, de acordo com a fração do lote que essa unidade utilizar e suas características, incluindo neste o valor proporcional das áreas de uso comum territorial e predial.
6.10.	O sistema deve permitir que a(s) unidade(s) imobiliária(s) possa(am) ter ou não construções vinculadas, ou ainda que uma unidade possa ter mais de uma construção, (exemplo: casa, edícula e garagem separadas), devendo neste caso o sistema calcular o valor de cada construção separadamente, de acordo com suas características, para compor o valor venal das construções da unidade.
6.11.	Quando houver um prédio com vários apartamentos ou salas (múltiplas unidades) o sistema deve ter esse prédio cadastrado uma única vez com sua área total e nas unidades permitir informar a área privativa de cada unidade, gerando assim as frações de áreas da(s) construção(ões).
6.12.	Para cadastrar uma construção o sistema deverá permitir desenhar ou associar a uma geometria já importada.
6.13.	O sistema deve permitir a edição das geometrias de lote e construções em seu ambiente de trabalho, sempre validando as modificações em conformidade com o descrito no item 3.7 deste termo à seguir;
6.14.	O sistema deve ter rotinas específicas para desmembramentos e remembramentos de lotes mantendo todas essas modificações em históricos e garantido à auditoria de quem os fez.
6.15.	Boletins de Cadastro Imobiliário deverão ter à sua visualização ou impressão de qualquer ano a partir da data de implantação do sistema de geoprocessamento.

6.16.	Rotina específica para a transferência de proprietários de imóveis deverá estar disponível aos usuários visando a correção de cadastro e gerando histórico dessas movimentações.
6.17.	Ferramenta de busca de imóveis geocalizando-os no mapa do território municipal devem estar disponíveis aos usuários através de consultas por: Nome do Proprietário, Código do Imóvel no Sistema Tributário e Inscrição Imobiliária.
6.18.	Ao editar o lote ou as informações do mesmo, o sistema deve avisar sempre que a área informada no cadastro e a área geométrica tiver uma diferença superior a margem de tolerância configurada.
6.19.	Ao editar informações das unidades o sistema deve mostrar as fotos e documentos que tiver associado a essa unidade permitindo a inclusão e remoção dos(as) mesmos(as) e gravando a movimentação no histórico.
7.	<i>Das Validações de Geometrias Gerais</i>
7.1.	As geometrias inferiores tem que estar contidas nas geometrias superiores por exemplo: a geometria da construção que estar contida na geometria da unidade, a unidade tem que estar contida no lote, o lote tem que estar contido na quadra e a quadra tem que estar contida no território do município.
7.2.	As geometrias que forem desenhadas ou importadas devem ser geometrias válidas, ou seja, o sistema não deve permitir a importação ou o desenho de geometrias que contenham curvas, linha sobre linha ou ponto sobre ponto.
8.	<i>Das Validações de Geometrias de Logradouros</i>
8.1.	A geometria de logradouro deve ser representado por linhas.
8.2.	O sistema não deve permitir que as geometrias de logradouros toquem as quadras ou lotes.
9.	<i>Das Validações de Geometrias de Quadras</i>
9.1.	As geometrias de quadras devem ser importadas pelo sistema através de arquivos georreferenciados ou desenhadas nele na forma de polígonos.
9.2.	O sistema não deve permitir a sobreposição de quadras sobre quadras.
10.	<i>Das Validações de Geometrias de Lotes</i>
10.1.	As geometrias de lotes devem ser importadas pelo sistema através de arquivos georreferenciados ou desenhadas nele na forma de polígonos.
10.2.	O sistema não deve permitir que as geometrias de lotes tenham sobreposição entre si, devendo os mesmos estar contidos na sua quadra de origem.
11.	<i>Das Validações de Geometrias de Unidades</i>
11.1.	As geometrias de unidades devem ser representadas por polígonos e devem ser desenhadas através de ferramenta própria do sistema ou importadas de arquivos georreferenciados.

11.2.	O sistema não deve permitir que as geometrias de unidades tenham sobreposição entre si, devendo estar contidas no lote de origem.
12.	<i>Das Validações de Geometrias de Construções</i>
12.1.	As geometrias de construções devem ser representadas por polígonos e devem ser desenhadas através de ferramenta própria do sistema ou importadas de arquivos georreferenciados.
12.2.	As geometrias de construções devem estar contidas no lote de origem ou unidade de origem se houver desenho.
13.	<i>Da importação das Geometrias do Cadastro Imobiliário Municipal</i>
13.1.	O sistema da empresa vencedora do presente certame, deverá garantir a importação e o correlacionamento de toda a cartografia inerente ao cadastro imobiliário do sistema tributário, estando à mesma de acordo com seu manual de instrução para esse fim.
14.	<i>Dos Relatórios do Sistema</i>
14.1.	Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI) mostrando claramente as informações cadastrais do imóvel, valores venais, endereço e localização do imóvel com fotos do terreno e da construção e seu(s) proprietário(s).
14.2.	Os BCIs de imóveis pertencentes à condomínios, devem expressar as frações das áreas de uso comum do terreno e da construção com seus valores venais.
14.3.	Os BCIs de imóveis que tenham mais de uma construção, devem expressar as características individuais de cada uma delas bem como sua característica e o seu valor venal.
14.4.	Quando um prédio tiver múltiplas unidades o BCI deve expressar as características e a área que a unidade ocupa no prédio juntamente com o valor venal da construção proporcional a sua área.
14.5.	Relatório de Movimentação no cadastro de Imóveis permitindo o mesmo ser filtrado por usuário ou imóveis e período.
14.6.	Relatório de Averbações das alterações no cadastro de imóveis permitindo ser filtrado por usuário ou imóveis e período.
14.7.	Relatório dos Logradouros.
14.8.	Relatório dos Bairros.
14.9.	Relatório das exportações das movimentações do cadastro imobiliário originadas no sistema de geoprocessamento para o sistema tributário, permitindo selecionar o período desejado.
14.10.	Relatório de Produção de usuários com informações relevantes para gestão das ações no cadastro: Quantidade de Imóveis Ativos, Imóveis Inativos, Imóveis Desmembrados, Imóveis Remembrados, Imóveis Construídos, Imóveis Não Construídos, Quantidade de Inserções e Alterações de Imóveis podendo selecionar um período e a lista de usuários e a quantidade produzida no período selecionado.

14.11.	O sistema deverá permitir ao administrador a criação de Relatórios/Certidões personalizadas de acordo com a necessidade.
15.	<i>Dos Utilitários do Sistema</i>
15.1.	Gerenciador de usuários com interface de administração de permissões, com criação de grupos de usuários permitindo dar permissões por usuários ou grupos de usuários;
15.2.	Ferramenta de importação de geometrias de logradouros, quadras, lotes e construções no formato shapefile ou DXF georeferenciados.
15.3.	Ferramenta para exportação do DXF das geometrias de lotes e quadras.
15.4.	Ferramenta para exportação de todos os logradouros em DXF.
15.5.	Ferramenta para exportação em DXF de todos os bairros.
15.6.	O sistema deve ter uma rotina de backup automatizada para guardar as informações do banco de dados e das imagens (Exceto das layers de imagens de alta resolução que cobrem o território do município ou parte dele).
15.7.	O sistema deve permitir ser gerado uma imagem do mapa na posição e com as layers que o usuário desejar.
15.8.	O sistema deve possuir uma ferramenta onde se possa visualizar dois mapas selecionando livremente as layers e imagens que desejar comparar e permitir cadastrar marcadores no mapa para posterior ação.
15.9.	O sistema deve permitir a medição no mapa de distâncias e áreas.
15.10.	O sistema deve permitir consultar ou localizar coordenadas no mapa tendo como opções UTM, Grau Minuto e Segundo ou Grau Decimal.
15.11.	O sistema deve permitir cadastrar marcadores onde o usuário identifique novas construções ou ampliações, podendo visualizar e remover quando necessário.
15.12.	O sistema deve possuir uma ferramenta onde o administrador ou usuário autorizado possa gerar um arquivo com os dados de pessoa ou imóvel para ser importado por outro sistema.
15.13.	O sistema de geoprocessamento deverá buscar no sistema tributário, pelo menos uma vez por dia, as transferências de imóveis originadas por ITBIs (Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis) que forem executados e transferidos automaticamente e executar essa mesma transferência no sistema de geoprocessamento deixando-o atualizado geográfico e averbações.
15.14.	O sistema deve permitir a substituição de uma geometria de lote já existente por outra oriunda de arquivo georeferenciado ou originado através de ferramenta de desenho própria do sistema, respeitando as validações geométricas descritas no item 3.7.
15.15.	O editor de geometrias do sistema deve ter ferramenta que permita a criação de geometrias clicando no mapa, digitando as coordenadas e por medidas ou ângulo a partir de um ponto pré definido. Também deve ser possível criar uma

	geometria usando a combinação de todas essas formas.
15.16.	O editor de geometrias do sistema deve ter ferramenta para mover geometrias sem distorcer o desenho.
15.17.	O sistema de geoprocessamento deve disponibilizar uma ferramenta de coleta de dados, essa coleta deverá ser feita no mapa e trazer informações de lote, unidades ou construções incluindo fotos. Essa coleta de dados deve estar disponível para ser feita via tablet ou smartphone em ambiente web.
15.18.	O Sistema de geoprocessamento deve dispor de uma ferramenta para analisar a coleta de dados (item 4.9.17) onde o usuário possa comparar os dados da coleta com os dados atuais dos imóveis e fazer as devidas correções nos dados atualizações de imagens, deixando o imóvel atualizado e gerando os devidos registros no histórico.
15.19.	O sistema de geoprocessamento deve possuir ferramenta para cadastrar fotos georreferenciadas (Geotag) mostrando mapa sua localização, permitindo a sua visualização e a remoção quando necessário.
15.20.	O sistema de geoprocessamento deve ter ferramenta de busca personalizada de itens de BCI no mapa para mostrar os lotes com determinadas características informadas pelo usuário (exemplo: lotes encravados, lotes com topografia irregular, lotes de esquina).
15.21.	O sistema de geoprocessamento deve possuir uma ferramenta que mostre no mapa os lotes que têm divergência geométrica com a área cadastrada. A margem de tolerância dessa divergência deve ser permitida ao administrador do sistema configurar, e deve ser utilizada para correção de dados.
15.22.	O sistema deve permitir que seja feito o cadastro de tipos de marcadores com permissões para que o administrador possa configurar quais usuários podem visualizar e/ou cadastrar/editar.
15.23.	O sistema deve permitir o cadastro de marcadores no mapa mediante a permissão dos tipos de marcadores previamente cadastrados.
15.24.	O sistema deve permitir que usuários autorizados possam adicionar novos comentários em mapas já existentes.
15.25.	O sistema deve gerar relatórios de marca
15.26.	O Sistema deve possuir ferramenta que mostre fotos em 360° georreferenciada ao logradouro, permitindo a navegação dentro das fotos.
15.27.	O sistema deve dar condição para a prefeitura fazer seus próprios levantamentos de fotos em 360° georreferenciadas e essas fotos serem incorporadas e disponibilizadas aos usuários, esse é um serviço executado por demanda.
15.28.	O sistema deve disponibilizar um aplicativo para dispositivos móveis para coletar dados cadastrais, que permita o carregamento de imagens aéreas, que permita o carregamento de imagens aéreas ou de satélite, mapas vetoriais e dados cadastrais completos dos imóveis localizados em regiões previamente selecionadas, para que se possa trabalhar de modo offline selecionadas, para que se possa trabalhar de modo offline.
15.29.	O aplicativo deve permitir que seja gerado ou editado os desenhos dos terrenos e das construções e que seja informado os seus respectivos dados, enviando esses dados para o sistema online assim que o dispositivo móvel esteja conectado com a internet.
15.30.	O sistema deve gerar gráficos anuais de informações cadastrais como Por exemplo: número de imóveis ativos, área de terrenos, área construída, extensão dos logradouros, valores venais. Esses gráficos têm que estar disponíveis para

	visualização e impressão.
15.31.	COLETOR DE DADOS CADASTRAIS DO IMÓVEL PARA COMPOR O BCI OFF LINE / ONLINE, o sistema deve disponibilizar um aplicativo para dispositivos móveis para coletar dados cadastrais e que permita o carregamento de imagens aéreas ou de satélite, mapas vetoriais e dados cadastrais completos dos imóveis localizados em regiões previamente selecionadas para que se possa trabalhar de modo offline. O aplicativo deve permitir que seja feito ou editado os desenhos dos terrenos e das construções e que seja informado os seus respectivos dados, enviando esses dados para o sistema online assim que o dispositivo móvel esteja conectado com a internet.
16.	<i>Camadas do Sistema</i>
16.1.	Camadas do Sistema para Edição
16.2.	Camada de edição de Logradouros / Ruas.
16.3.	Camada de edição Quadras.
16.4.	Camada edição de Lotes.
16.5.	Camada edição de Unidades imobiliárias
16.6.	Camada edição de Construções.
16.7.	Camadas do Sistema para Visualização
16.8.	Camada de visualização de bairros, logradouros, quadras, lotes, unidades, construções, imóveis públicos e perímetro urbano.
16.9.	Camada de visualização da PGV - Planta Genérica de Valores.
16.10.	Camada de visualização de imagens de fundo (imagens georreferenciadas de propriedades do município ou fornecidas pelo estado na última edição de 2012).
16.11.	Camada de visualização de Marcadores.
16.12.	Camada de visualização de fotos georreferenciadas (Geotag).
16.13.	O Sistema deverá ter a possibilidade, mediante custo do serviço, para a implantação de novas camadas de visualização de geometrias ou imagens.

AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declarada a empresa vencedora, e antes da homologação do objeto da presente licitação, a Administração Municipal convocará a empresa vencedora para realizar a demonstração técnica dos sistemas ofertados.

No prazo de até 10 (dez) dias da convocação pela Prefeitura Municipal, o sistema ofertado pela proponente vencedora será objeto de avaliação de conformidade, ocasião em que a empresa deverá comprovar que sua oferta (sistema) atende aos requisitos técnicos relacionados no presente Termo de Referência, sob pena de desclassificação com a apresentação de cada um dos sistemas, podendo dependendo da complexidade dos mesmos, ser efetuado em várias etapas.

Todos os requisitos técnicos relacionados no projeto básico são de atendimento obrigatório, sendo desclassificada a proposta que deixar de atender a qualquer dos requisitos especificados, todos considerados necessários ao bom funcionamento, sendo aceito variações de nomenclatura, podendo ocorrer a junção de um ou mais sistema em um mesmo módulo, desde que preservadas as suas características técnicas.

A avaliação de conformidade será realizada por servidores usuários dos sistemas, a serem designados pela Secretaria de Administração e Finanças e deverá ser realizada nas dependências da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021

ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (**Razão Social da Empresa**), com sede (**endereço completo da matriz**), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ e Inscrição Estadual Sob nº _____, representada neste ato por seu(s) (**qualificação(ões) do(s) outorgante(s)**) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (**Razão Social da Empresa**) perante a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente procuração é válida até o dia ____/____/_____.

Local e Data

Assinatura

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021

ANEXO III - MODELO DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
Fundo Municipal de Saúde
Rua Nereu Ramos, 389 - Centro
89.610-000 – HERVAL D'OESTE - SC

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa (indicação da razão social) inscrita no CNPJ sob número/.....-.... cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021, solicitados no edital do referido certame licitatório.

Local e Data

Assinatura

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021**

ANEXO IV - RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET (FACULTATIVO)

(enviar para o e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021**

Denominação:

CNPJ nº:

Endereço:

Cidade: Estado:

Telefone: Fax:

e-mail:

Obtivemos, através do acesso à página [http:// www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao setor de Licitações. Através do e-mail acima identificado, ou no endereço constante no preâmbulo do edital.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto do subitem 3.3.do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada: **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório realizado pela Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

Assinatura

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA,
para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

() .Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Local e Data

Assinatura

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021**

ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA

PROPOSTA DE PREÇOS AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
e-mail:

Apresentamos nossa proposta para a prestação de serviços cessão de direito de uso (locação) de sistemas integrados de gestão pública, com acesso simultâneo e sem limitação a número de usuários para uso da Administração Pública Municipal, incluindo Prefeitura Municipal, Fundos Municipais, Instituto de Previdência e Câmara de Vereadores do município de Herval d'Oeste,, objeto da presente licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital e seus anexos.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 – sessenta dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: _____

Nome do Banco e código; código da Agência e número da conta corrente.
(Preferencialmente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal)

É imprescindível a existência de conta bancária, visto que o pagamento será efetuado mediante depósito.

Local e Data

Assinatura

ANEXO VIII - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO (FACULTATIVO)

HABILITAÇÃO JURÍDICA

• Ato Constitutivo, Estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** e todas as suas alterações ou Contrato Social Consolidado e alterações posteriores, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado. No caso de Sociedades por Ações, deverá acompanhar documento de eleição de seus Dirigentes. No caso de Empresa Individual, deverá ser apresentado Registro Comercial.

REGULARIDADE FISCAL

- Prova de inscrição do **CNPJ**.
- Prova de inscrição do Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividades.
- Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL**.
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**TRT**), por meio de Certidão Negativa.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Conforme o caso)

• REGISTRO OU INSCRIÇÃO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE

• **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado. (**Obs:** Para construções civis, acompanhadas de Acervo Técnico).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Demonstrativo do Resultado e Demonstrativo de Lucros ou Prejuízos Acumulados)** do último Exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da proponente, **vedada** a substituição por Balancetes ou Balanços provisórios. O Balanço e Demonstrações a serem apresentadas, **deverão** ser cópias extraídas do Livro Diário, com apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado pela Junta Comercial do Estado. Em se tratando de Sociedade por Ações ("SA"), **deverá** ser apresentada à publicação em Órgão de Imprensa Oficial.
- Certidão Negativa de **FALÊNCIA E CONCORDATA** expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.

PARA FINS DE PAGAMENTO INFORMAR:

- Nome do Banco e código; código da Agência e número da conta corrente.

É IMPRESCINDÍVEL a existência de conta bancária, visto que os pagamentos serão efetuados mediante depósito.

- **AS CÓPIAS TERÃO QUE SER AUTENTICADAS OU ACOMPANHADAS DA ORIGINAL.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021**

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "..... Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Contratante

Estado de

MUNICÍPIO DE

Empresa:

CNPJ/MF Nº

Endereço:

Contratada

CONTRATO Nº 00XX/2021 DE XX DE DEZEMBRO DE 2021

Pelo presente instrumento de contrato, a Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Mauro Sérgio Martini brasileiro, casado, portador do CPF n. xxxxxxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa estabelecida na Rua -, CNPJ n., neste ato representado por seu Sócio, Senhor (a), brasileiro(a) ,, portador(a) do CPF n..... doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial Nº 050/2021, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (locação) de sistemas integrados de gestão pública, com acesso simultâneo e sem limitação a número de usuários para uso da Administração Pública Municipal, incluindo Prefeitura Municipal, Fundos Municipais, Instituto de Previdência e Câmara de Vereadores, conforme as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021, incluindo a prestação de serviços técnicos especializados, a seguir indicados:

- I. Serviços de Migração com diagnóstico de ambiente; Implantação e configuração dos Sistemas, Treinamento inicial com a capacitação dos usuários e acompanhamento inicial de operação);
- II. Locação/Cessão de Uso dos softwares;
- III. Serviços de suporte técnico operacional, quando solicitado;
- IV. Serviços de suporte técnico operacional, e via acesso remoto;
- V. Serviços de manutenção legal, corretiva e tecnológica dos sistemas implantados.
- VI. Serviços de treinamento e aperfeiçoamento reforço para sistemas implantados, quando solicitado;
- VII. Customização dos Softwares;
- VIII. Provimento de Datacenter e Suporte Técnico

1.2 - Integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta de preço da CONTRATADA e o Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021 e seus Anexos.

Parágrafo Único – a presente contratação não gera qualquer vínculo empregatício da **CONTRANTE** perante a **CONTRATADA** e seus subordinados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. - O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de implantação dos sistemas, com vigência até/...../..... podendo sofrer acréscimos ou supressões nos termos do art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. - O valor total deste contrato é de R\$ _____

3.2. - Pela locação (cessão de uso) mensal dos sistemas e pela prestação de serviços, objeto deste contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os valores abaixo especificados:

(Especificar proposta de preço da vencedora).

3.3. - O pagamento mensal da locação dos sistemas será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

3.4. - O pagamento dos serviços de suporte técnico (in loco), após implantação será realizado em até dez dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

3.5. - Os serviços de implantação e treinamento inicial serão pagos em 02 (duas) parcelas iguais, a primeira delas vencendo-se no prazo de dez dias contados da conclusão dos treinamentos, e a segunda vencendo-se no prazo de dez dias contados da conclusão do processo de implantação.

3.6. - Os valores ofertados para locação dos sistemas, assistência técnica e alterações específicas da contratante somente serão reajustados após o primeiro ano contratual (data base proposta), com base no índice IGP-M apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

3.7. - No que concerne ao critério atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data do adimplimento do objeto desta licitação, até a data do efetivo pagamento, admitir-se-á atualização decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso, e será utilizado o IGP-DI(FVG) ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. - Os recursos financeiros serão provenientes da própria contratante e de transferências constitucionais e legais.

4.2. As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro, conforme Lei Orçamentária nº 3.540/2021 de 10/12/2021 e outras que vierem a ser criadas, nas seguintes rubricas: (especificar conforme cada contrato FMS, FMS etc...)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade: Manutenção encargos, e atividades de Apoio Administrativo;

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00

Função Programática: 04.01.2.008. 3.3.90.39.11.00.00.00

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Atividade: Manutenção encargos, e atividades da Sec. de Planejamento e Coordenação
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00
Função Programática: 05.01.2.016. 3.3.90.39.11.00.00.00

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Atividade: Desenvolvimento de programas/serviços complementares
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00
Função Programática: 11.01.2.084. 3.3.90.39.11.00.00.00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: Manutenção, encargos e atividades da Secretaria de Assistência Social
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00
Função Programática: 14.01.2.093. 3.3.90.39.11.00.00.00

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Atividade: Manutenção, Encargos e Atividades do Fundo de Saúde
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00
Função Programática: 10.01.2.079. 3.3.90.39.11.00.00.00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Atividade: Manutenção, encargos e atividades do Fundo de Habitação
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00
Função Programática: 13.01.2.090. 3.3.90.39.11.00.00.00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE HERVAL D'OESTE

Atividade: Manutenção, encargos e atividades do IPREVI
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.11.00.00.00
Função Programática: 12.01.2.087. 3.3.90.39.69.00.00.00

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE

Atividade: Manutenção encargos e atividades do Poder Legislativo
Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.08.00.00.00
Função Programática: 01.01.2.001. 3.3.90.39.08.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1 A **CONTRATADA** concede à **CONTRATANTE** o direito de uso de uma licença dos Sistemas, objeto deste contrato, "Cloud Computing" (computação em nuvem).

5.2 É vedada a cópia dos sistemas, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei nº.9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

5.3 É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a outro usuário do(s) referido(s) sistema(s).

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

6.1 Caberá à **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o pagamento pela locação do(s) Sistemas(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da **CONTRATADA** às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes.
- d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas.
- e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo:
 - assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas
 - manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina, exceto quando sistema "Cloud Computing
 - dar prioridade aos técnicos da **CONTRATADA** para utilização do equipamento da **CONTRATANTE** quando da visita técnica dos mesmos.
- f) Conferir os resultados obtidos na utilização dos sistemas licitados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a **CONTRATADA** em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro nos programas.
- g) Caberá a **CONTRATANTE** solicitar formalmente à **CONTRATADA** a instalação dos sistemas do seu interesse e os serviços de assistência técnica necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas.
- h) Usar os sistemas locados exclusivamente nas unidades gestoras, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.
- i) Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Caberá a **CONTRATADA:**

- a) Instalar e treinar os usuários da **CONTRATANTE** na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, que servirá como autorização para execução dos serviços nele dispostos.
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.
- c) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos Sistemas, causadas por problemas originados dos códigos-fonte dos seus programas.
- e) Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos Sistemas da **CONTRATANTE**, guardando total sigilo perante terceiros.

- f) Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.
- g) Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.
- h) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.
- i) Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
- j) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.
- k) Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação.
- l) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.
- m) Cumprir fielmente os preceitos elencados no Termo de Referência que deu origem ao presente contrato independente de sua transcrição total e/ou parcial.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO

8.1 Entende-se por manutenção a obrigação da **CONTRATADA** de manter o sistema de acordo com as características do Anexo I do Edital PREGÃO PRESENCIAL N° 050/2021:

- a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos.
- b) Alterações de sistemas em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação federal e estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada conforme proposta apresentada pela vencedora, entendendo-se:

- a) Mudanças nos programas descritos no Anexo I do Edital do Edital PREGÃO PRESENCIAL N° 050/2021 para atender às necessidades específicas da **CONTRATANTE**.
- b) Elaboração de novos programas solicitados pela **CONTRATANTE**.
- c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos sistemas.
- d) Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.

- e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backups adequados para satisfazer as necessidades de segurança.
- f) Treinamento de pessoal da **CONTRATANTE** na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.
- g) Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, entre outros.

§ 1º - As solicitações de manutenções ou alterações nos programas, serão enviadas pela **CONTRATANTE**, através de pessoa ou área responsável, à **CONTRATADA**, em seu domicílio, via fax ou correio eletrônico, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a **CONTRATADA** repassará o programa alterado em sua forma executável, via internet, para os endereços pactuados da **CONTRATANTE**, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do sistema.

§ 2º - Este atendimento poderá ser realizado por telefone, fac-símile, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da **CONTRATADA**, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

§ 3º - O suporte por telefone ou remoto deverão ser atendidos quando feito por servidor que possuam habilitação para a operação do sistema, do equipamento, do sistema operacional e utilitários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 O presente Contrato, encontra-se vinculado ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021 em especial ao Termo de Referência (anexo I), sendo os casos omissos resolvidos, à luz das Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a **CONTRATADA** ficará sujeita a:

- a) Advertência;
- b) Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 0,5% (cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido com a aplicação cumulativa da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o órgão licitante pelo prazo de até 02 (dois) anos.

§ 1º. As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

§ 2º. O valor total das multas não poderá ultrapassar de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, a multa prevista na Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O **MUNICÍPIO** poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º - O descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento, pela **CONTRATADA**, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente Contrato, além de rescisão do mesmo. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Rescindido ou distratado o contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar, em formato txt., cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual, acompanhada dos layouts e demais informações pertinentes e necessárias à conversão de dados, tudo isto sem prejuízo da obrigação de manter a base produzida arquivada por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados do trânsito em julgado do processo administrativo que determinou a extinção do vínculo contratual. Em paralelo, ficará a contratada obrigada a prestar, mediante justa remuneração, todo e qualquer serviço necessário à condução da máquina administrativa, evitando-se a paralisação total ou parcial de setores essenciais da administração pública enquanto não ultimado um novo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Face à natureza Jurídica da Administração Municipal de Herval d'Oeste, para as questões decorrentes desta Licitação, fica eleita a da Comarca de Herval d'Oeste, SC, como o foro competente para dirimir eventuais dúvidas ou litígios oriundos do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E, para firmeza, como prova de haverem entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes, na presença de 02 (duas) testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor para a publicação e execução.

Herval d'Oeste xx de dezembro de 2021.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)
NOME:
CPF:

2)
NOME:
CPF: